UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Bruno Siqueira Fernandes

AS CORPO-POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO:

ensaios lefebvreanos sobre espaço, reprodução e política

BELO HORIZONTE
2024

Bruno Siqueira Fernandes

AS CORPO-POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO:

ensaios lefebvreanos sobre espaço, reprodução e política

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. Linha de pesquisa: Produção do espaço, teoria e prática

Orientador: Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa

BELO HORIZONTE

2024

F363c
2024

Fernandes, Bruno Siqueira.

As corpo-políticas da produção do espaço [manuscrito] : ensaios lefebvreanos sobre espaço, reprodução e política / Bruno Siqueira Fernandes. – 2024.

275 f., enc. il.

Orientador: Cássio Eduardo Viana Hissa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2024.

Linha de pesquisa: Produção do espaço, teoria e prática.

Bibliografia: f. 262-275.

1. Geografia política – Teses. 2. Sociologia urbana – Teses. 3. Vida urbana – Teses. 4. Capitalismo – Aspectos sociais – Teses. 4. Subjetividade – Teses. 5. Lefebvre, Henri, 1901-1991 – Teses. I. Hissa, Cássio Eduardo Viana. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3:32

Ficha catalográfica elaborada por Nathalia Machado Laponez Maia – CRB-6/3002
Biblioteca “Vitória Pedersoli”, Instituto de Geociências da UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AS CORPO-POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: Ensaios lefebvreanos sobre Espaço, Reprodução e Política

BRUNO SIQUEIRA FERNANDES

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **05 de dezembro de 2024**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Harley Silva

UFPA

Alessandro Peregalli Fontana

UFVJM

Roberto Luís de Melo Monte-Mor

UFMG

Thiago Canettieri de Mello e Sá

UFMG

Geraldo Magela Costa

IGC/UFMG

Cássio Eduardo Viana Hissa - Orientador

IGC/UFMG

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2024.

Documento assinado eletronicamente por **Harley Silva**, **Usuário Externo**, em 06/12/2024, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Canettieri de Mello e Sa**, **Professor do Magistério Superior**, em 06/12/2024, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Cassio Eduardo Viana Hissa**, **Professor do Magistério Superior**, em 07/12/2024, às 04:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Magela Costa**, **Professor Magistério Superior - Voluntário**, em 11/12/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Peregalli Fontana**, **Usuário Externo**, em 13/12/2024, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Luis de Melo Monte Mor**, **Professor do Magistério Superior**, em 07/01/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3767015** e o código CRC **72A1B99B**.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo argumentar que há uma teoria política latente na obra de Henri Lefebvre que denomino, aqui, de *corpo-políticas da produção do espaço*. O conceito busca captar o modo como Lefebvre concebeu, *avant la lettre*, o espaço, o território, o corpo e a vida cotidiana como elementos centrais para a política revolucionária e como elementos da luta de classes propriamente dita. Isso implica dizer que, ao contrário do período fordista que se estende até o início dos anos 1970, onde a política estava fundamentalmente voltada aos elementos relacionados aos espaços industriais e diretamente produtivos (a recomposição salarial, os sindicatos e partidos dos trabalhadores, as greves fabris, entre outros elementos do universo industrial), a política no mundo contemporâneo é marcada por uma relação mais direta com o espaço urbano e com a esfera reprodutiva. A tese utiliza o conceito, desenvolvido ao longo da introdução e do primeiro capítulo, como espinha dorsal de uma argumentação realizada na forma de ensaios que versam sobre elementos próprios da teoria política – as formas de organização política, a subjetividade revolucionária, as novas formas de exploração e dominação do Capital e o aspecto espacial da política. A teoria política lefebvreana também é cotejada com outras teorias políticas da década de 1970 que também lidam com a cidade, com a metrópole e o urbano, como no caso das elaboradas pelos operaistas italianos (Negri, Federici, Dalla Costa e outros) e pela sociologia urbana brasileira (em particular, Lúcio Kowarick e Chico de Oliveira). Como pergunta de pesquisa, procuramos responder *qual a relação entre a produção do espaço, a reprodução social e a política radical na Era Urbana*. Nos capítulos dois e três, percorremos a história recente da política no Norte e no Sul Global (em particular os casos italiano, francês e brasileiro), evidenciando como a urbanização transforma a relação entre espaço e política - o que chamamos de uma *nova topologia política*. No quarto capítulo, a partir de uma vasta revisão sobre a literatura feminista, a teoria da reprodução social, as economias populares e os estudos recentes sobre o extrativismo ampliado, argumentamos que a exploração capitalista se vale do espaço urbano como vetor de expansão em direção às classes populares e ao proletariado sem-salário. Por fim, revisitamos alguns experimentos políticos contemporâneos, mostrando como a luta anticapitalista no século XXI transforma o espaço e o corpo em novas arenas de disputa política. Se o Capital se estende para fora dos muros da fábrica e atinge o espaço como um todo, é a vida e sua reprodução que devem, agora, ser politizadas – em outras palavras, a luta pela vida cotidiana e pelos territórios são parte da luta de classes.

Palavras-chave: topologia política; teoria urbana; teoria da reprodução social; produção do espaço; produção de subjetividades.

ABSTRACT

The research aimed to argue that there is a latent political theory in the work of Henri Lefebvre that I call here *the body-politics of the production of space*. The concept seeks to capture the way in which Lefebvre conceived, *avant la lettre*, the space, the territory, the body and everyday life as central elements for revolutionary politics and of class struggle itself. This implies that, unlike in the Fordist period that extended until the early 1970s, where politics was fundamentally focused on elements related to industrial and directly productive spaces (such as wage adjustments, unions and workers' parties, factory strikes, among other elements of the industrial universe), politics in the contemporary world is marked by a more direct relationship with urban space and the reproductive sphere. The thesis uses the concept, developed throughout the introduction and the first chapter, as the backbone of an argument developed in the form of essays that deal with elements specific to political theory – the forms of political organization, revolutionary subjectivity, new forms of exploitation and domination of Capital and the spatial aspect of politics. Lefebvre's political theory is also compared with other political theories from the 1970s that also deal with the city, the metropolis and the urban, such as those developed by the Italian operaistas (Negri, Federici, Dalla Costa and others) and by Brazilian urban sociology (in particular, Lúcio Kowarick and Chico de Oliveira). As a research question, we seek to address *the relationship between the production of space, social reproduction, and radical politics in the Urban Era*. In chapters two and three, we explore the recent history of politics in the Global North and South (the Italian, French and Brazilian cases), highlighting how urbanization transforms the relationship between space and politics - what we call a *new political topology*. In the fourth chapter, based on a vast review of feminist literature, social reproduction theory, popular economies, and recent studies on expanded extractivism, we argue that capitalist exploitation uses urban space as a vector of expansion toward the popular classes and the un-waged proletariat. Finally, we revisit some contemporary political experiments, showing how the anti-capitalist struggle in the 21st century transforms space and the body into new arenas of political dispute. If Capital extends beyond the factory walls and reaches space as a whole, it is life and its reproduction that must now be politicized – in other words, the struggle for everyday life and territories are part of class struggle.

Keywords: political topology; urban theory; social reproduction theory; the production of space; the production of subjectivities.

RÉSUMÉ

La recherche visait à démontrer qu'il existe une théorie politique latente dans l'œuvre d'Henri Lefebvre que j'appelle ici *corps-politique de la production de l'espace*. Le concept cherche à saisir la manière dont Lefebvre concevait, *avant la lettre*, l'espace, le territoire, le corps et la vie quotidienne comme éléments centraux de la politique révolutionnaire et comme éléments de la lutte des classes elle-même. Cela implique que, contrairement à la période fordiste qui a duré jusqu'au début des années 1970, où la politique était fondamentalement centrée sur des éléments liés aux espaces industriels et directement productifs (la récupération des salaires, syndicats et partis ouvriers, grèves d'usine, entre autres éléments du univers industriel), la politique du monde contemporain est marquée par une relation plus directe avec l'espace urbain et la sphère reproductive. La thèse utilise le concept, développé tout au long de l'introduction et du premier chapitre, comme colonne vertébrale d'une argumentation menée sous forme d'essais qui traitent d'éléments spécifiques à la théorie politique – les formes d'organisation politique, la subjectivité révolutionnaire, les nouvelles formes d'exploration et domination du Capital et l'aspect spatial de la politique. La théorie politique de Lefebvre est également confrontée à d'autres théories politiques des années 1970 qui traitent également de la ville, de la métropole et de l'urbain, comme dans le cas de celles élaborées par les opéraistas italiens (Negri, Federici, Dalla Costa et autres) et par la sociologie urbaine brésilienne (notamment Lúcio Kowarick et Chico de Oliveira). En tant que question de recherche, nous cherchons à répondre à *la relation entre la production d'espace, la reproduction sociale et la politique radicale à l'ère urbaine*. Dans les chapitres deux et trois, nous couvrons l'histoire récente de la politique au Nord et au Sud (en particulier les cas italien, français et brésilien), en soulignant comment l'urbanisation transforme la relation entre l'espace et la politique - ce que nous appelons une *nouvelle topologie politique*. Dans le quatrième chapitre, fondé sur une vaste revue de la littérature féministe, de la théorie de la reproduction sociale, des économies populaires et d'études récentes sur l'extractivisme élargi, nous soutenons que l'exploitation capitaliste utilise l'espace urbain comme vecteur d'expansion vers les classes populaires et le prolétariat non rémunéré. Enfin, nous revisitons quelques expériences politiques contemporaines, montrant comment la lutte anticapitaliste du XXIe siècle transforme l'espace et le corps en de nouvelles arènes de dispute politique. Si le Capital s'étend au-delà des murs des usines et atteint l'espace dans son totalite, c'est la vie et sa reproduction qui doivent désormais être politisées – en d'autres termes, la lutte pour le quotidien et les territoires est une lutte de classes.

Mots-clés: topologie politique; théorie urbaine; théorie de la reproduction sociale; production de l'espace; production de subjectivités.

Agradecimentos

Ao meu orientador Cássio Hissa, pelas conversas sempre inspiradoras e pela liberdade, respeito e sensibilidade sempre presentes na nossa relação.

Ao professor Kanishka Goonewardena, pela acolhida em Toronto e por reavivar um sentido utópico de transformação radical em mim.

A Mayara e Tarcísio, pelo carinho, companheirismo e apoio durante minha estadia no Canadá.

A minha companheira Lígia, pela força nessa reta final e por me lembrar de que me divertir também faz parte do processo.

A professora e amiga Sibelle Diniz e os colegas do Colmeia, pelos momentos mágicos, pelas festividades, mas também pelo esforço de compreendermos juntos o universo da economia popular e os caminhos da solidariedade.

Ao professor e amigo Thiago Canettieri, pelas conversas sempre instigantes e comentários precisos que me permitiram alçar voos teóricos cada vez maiores.

A professora Rita Velloso, pela leitura sempre atenta, pelo olhar perspicaz e pelos seus escritos que sempre instigam novos movimentos.

Ao professor Roberto Monte-Mór, por me abrir as portas do meio acadêmico e me lançar numa jornada de vida que me transformaria para sempre.

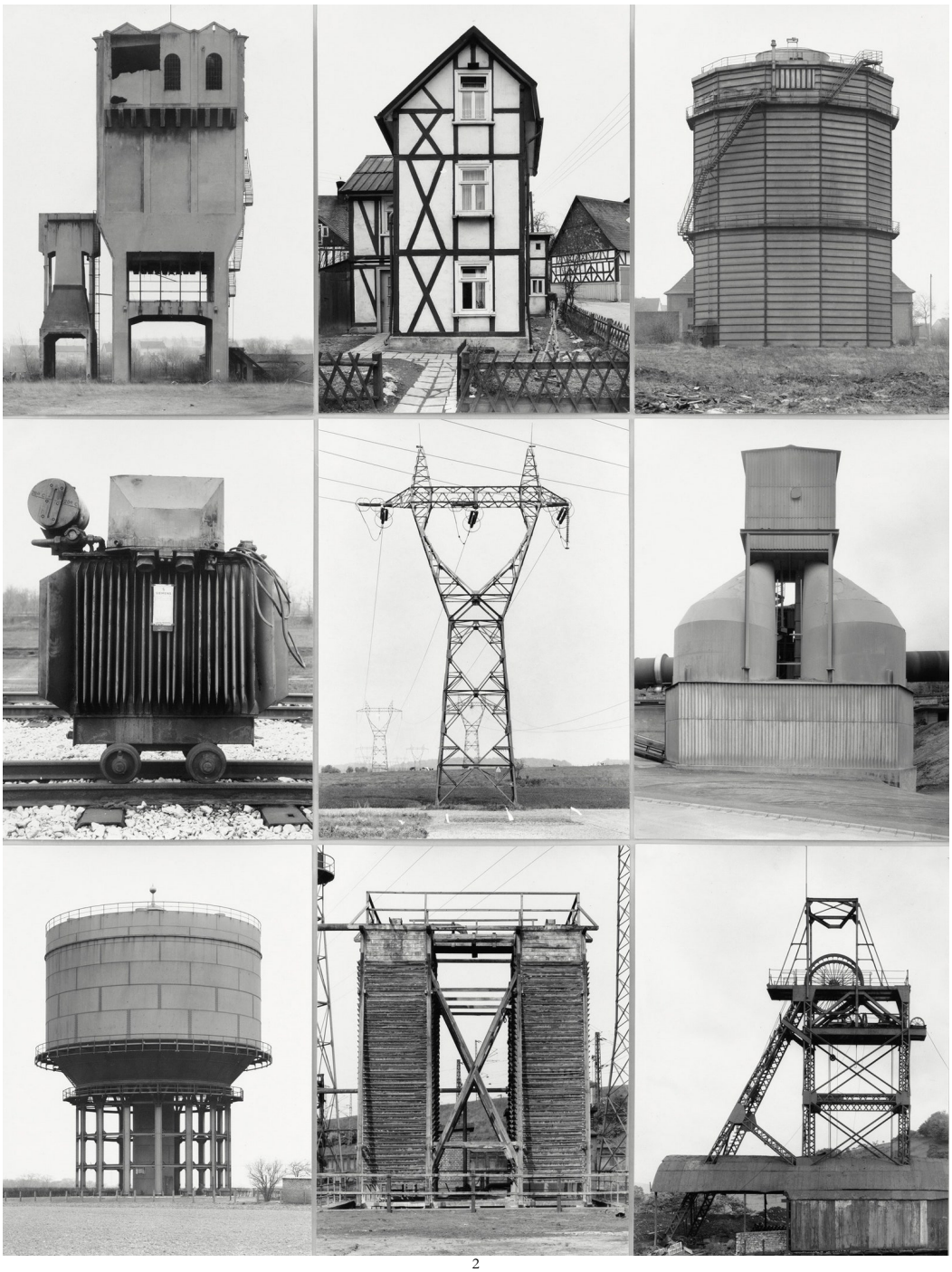
A Marina, Lucas e Thomas, pela presença constante na minha vida e pela parceria descontraída nos momentos que mais precisei.

A Fapemig, pela bolsa de doutorado, que permitiu me dedicar integralmente ao doutorado e as atividades de pesquisa.

A Capes, pela bolsa de doutorado sanduíche, que me proporcionou uma imersão de impacto inestimável para a minha pesquisa e trajetória acadêmica como um todo.

1

[1] *Winding Towers, 1967-1988*. Fonte: New Yorker, 2022.



2

[2] *Comparative Juxtaposition, Nine Objects, Each with a Different Function*, 1961-1972. Fonte: New Yorker, 2022.

3

4

3 Barricadas em maio de 1968. Fonte: *Taxonomy of the Barricade*, Wolfgang Scheppe, 2021.
4 Barricada com bags durante o Breque dos Apps. Fonte: R7, 2020.

Viver é inevitável
Mas até que se cale, pare,
congele,
Todo corpo vale

[...]

Até que o coração pare
Todo corpo é um vale

(Anelis Assumpção, *Mortal à Toa*).

Sumário

Introdução 14
Capítulo 1. As Corpo-Políticas da Produção do Espaço: espaço, (re)produção social e revolução 24
1. 1. A estrutura do espaço ou o espaço da estrutura: impasses entre a vida e o conceito 34
1.1.1. Espaço, subjetivação e estrutura: Foucault, Althusser e Deleuze 40
1.2. Da acumulação à acumulação primitiva continuada: territórios e vida cotidiana 61
1.2.1. Da colonização do espaço à colonização da vida cotidiana: Estado, Capital e Neoliberalismo 60
1.3. Corpo-políticas: produção do espaço e produção de subjetividades 83
1.3.1. Produção do espaço, produção do corpo: a política na Era Urbana 92
1.4. Considerações parciais 97
Capítulo 2. Problemas de Topologia Política: espaço e política na era urbana 99
2. 1. Lênin e a questão da organização política 101
2. 1. 1. Sociologia Marxista e organização política 105
2. 1. 2. A fábrica e o partido 110
2. 2. Dissolução e espraiamento 113
2. 2. 1. Fordismo: trabalho e política na produção em massa 114
2. 2. 2. Pós-fordismo e acumulação flexível: multiplicação do trabalho, multiplicação da política 123
2. 3. O lugar da política no mundo contemporâneo *ou* a problemática da reprodução 130
2. 3. 1. A Sobrevivência do Capitalismo: o urbano e a reprodução das relações sociais de produção 132
2. 3. 2. Império, Multidão, Metrópole: o não-lugar ou a ubiquidade da política? 146
2. 4. Considerações Parciais 158
Capítulo 3. Não há política/já não existe ágora: espaço e política na neblina 161
3. 1. Construção e incompletude da Sociedade do Trabalho no Brasil 166
3. 1. 1. O específico nacional e as antinomias da civilização moderna: inclusão e segregação 167
3. 1. 2. Êxodo rural, imigração e reprodução nos 1900 171
3. 1. 3. O trabalho como utopia – cidadania regulada como reprodução das desigualdades 175
3. 2. Urbanização como espoliação: aspectos espaciais da reprodução social no Brasil 179
3. 2. 1. Crescimento e pobreza: uma lógica na desordem? 180
3 .2. 2. Uma sociedade amorfa? – informalidade, formação e política 185
3. 2. 3. Espoliação urbana, reprodução social e a forma da política 190

3. 3 Urbanização, política e o mundo do trabalho na periferia do capitalismo 195
3. 3. 1. O Estado e a reprodução das relações sociais de produção 197
3. 3. 2. O Ornitorrinco: a produção do atraso 205
3. 3. 3. Uma Política na Neblina: trabalho sem-forma e não-movimentos sociais 211
3.4 Considerações Parciais 219
Capítulo 4. Política material e geografias reprodutivas: espaço e reprodução social 222
4.1. A descoberta do terreno oculto da reprodução 225
4.2. Fronteiras, multiplicação do trabalho e extrativismo ampliado 234
4.3. Economias populares e pragmática vitalista: geografias materiais da reprodução social 241
4.4. Considerações parciais 254
Considerações finais – Corpo, território e política: 7 teses sobre a relação entre espaço, política e reprodução social na Era Urbana 257
Referências 262

Introdução

> Qualquer 'projeto' revolucionário hoje, seja ele utópico ou realista, deve, se se quer evitar a banalidade desesperada, fazer da reapropriação do corpo, associada à reapropriação do espaço, uma parte inegociável de sua agenda.
>
> (Henri Lefebvre, *The Production of Space*, 1991, p. 166-167, tradução minha).

Poucos meses atrás, ainda neste ano, a talvez mais conhecida obra de Henri Lefebvre, *A Produção do Espaço*, completara 50 anos desde sua primeira publicação. Responsável tanto por despertar meu interesse sempre crescente na filosofia deste importante autor do século XX quanto pela minha guinada da economia política para questões propriamente espaciais e críticas, seria impossível compreender o caminho teórico que proponho e que tracei até aqui sem fazer referência a uma das frases mais enigmáticas do referido livro – dentre tantas outras – que me marcaram ao longo dessa trajetória. Ao final do seu célebre capítulo sobre o espaço social, Lefebvre nos diz que qualquer política revolucionária atenta aos dias de hoje deveria, se quiser evitar uma "banalidade desesperada", "tornar a reapropriação do corpo, em associação a reapropriação do espaço, uma parte inegociável de sua agenda"[5]. O caráter enigmático dessa frase não vem, como costumamos esperar da escrita compromissada com a *abertura* de Henri Lefebvre, de uma formulação aparentemente imprecisa – ao contrário, argumento que essa talvez seja o momento em que Lefebvre deixa antever de maneira mais explícita uma formulação propriamente política de sua obra, ou, como pretendo argumentar aqui, uma *teoria política da relação entre corpo e espaço*. O caráter enigmático advém, no entanto, justamente do lugar dessas duas categorias – corpo e espaço – no escopo de sua vasta produção.

Ainda na minha dissertação de mestrado, que buscava comparar e compreender a influência da filosofia de Friedrich Nietzsche na obra de Henri Lefebvre, a problemática do corpo aparecia ali informada pela recorrência dos temas da linguagem, do festival e do vivido nas obras do filósofo francês. Como conclusão não explicita da minha dissertação, no entanto, talvez mais como intuição pessoal diante das centenas de trechos, páginas e formulações comparadas, faltava um elemento propriamente político ali, ou melhor, faltava

[5] Lefebvre, 1991, p. 166-167, tradução minha.

uma política que não se restringisse à esfera do indivíduo. Mesmo que Lefebvre tenha sido lido diversas vezes, por seu interesse central na problemática da alienação, como mais um dentro da linhagem do Marxismo Humanista – até mesmo sendo apropriado, em alguns casos, mais como um *Humanismo Marxista* ou um proto-existencialista–, seria preciso, era minha suspeita, reler Lefebvre para além de um simples lamento, como muitas vezes parece ser o caso em Nietzsche, pela perda das formas idílicas, supostamente mais autênticas e, no limite, não-alienadas de relação entre o humano e a natureza, entre o corpo e o espaço. Seria preciso, assim, dar outro sentido à forma como Lefebvre se apropriava de Nietzsche e lidava com a problemática da alienação, colocando em evidência dois outros autores dentro da constelação que atravessa sua obra como um todo: Hegel e Marx.

Por outro lado, em sua igualmente enigmática breve autobiografia escrita em 1957, "Eu não sou um bom comunista", Lefebvre iria chamar atenção para uma tensão fundamental em sua obra entre individualidade e coletividade, ou melhor, entre indivíduo e universalidade. Como ele mesmo nos diz:

> Eu sou fundamentalmente um individualista, tendendo ao anarquismo (e, por isso, um herético, um aberrante, um vagante, um foragido "espiritual"). Eu sou contra a coação, a autoridade externa, ao poder. Eu tenho um ódio visceral do poder, eu não gosto de pessoas que tem poder. [...] Eu sei disso, reconheço isso, eu aceito e proclamo isso; eu assumo isso plenamente [...]. Mas faço isso junto do outro polo da contradição, esse segundo polo sendo (eu insisto) tão fundamental, tão essencial, quanto o primeiro: a necessidade de rigor, de universalidade, de disciplina e organização. E eficácia. A necessidade de ser e agir para algo possível, vivo, realizável e real (Lefebvre, 2024 [1957], s.p.).

A noção de individualidade aqui é precisamente o que ganhava relevo à medida em que eu me aproximava de Lefebvre via Nietzsche. Afinal, Lefebvre estava, sobretudo, interessado nas formas como a alienação capitalista colonizavam, por assim dizer, os sentidos, o vivido, a vida cotidiana – em outras palavras, como a alienação funcionava como abstração real no nível mais imediato da vida privada individual. Mas o outro polo, da universalidade e da organização, estava ausente na formulação de Nietzsche, mesmo porque o universal ou a pretensão a qualquer tipo de totalidade e universalidade era, para este, mais uma das expressões do ideal ascético que nos levou a decadência da era de ouro dominada pelo sentido trágico dos gregos.

Ora, a questão que se anunciava para mim, e que atravessa esse trabalho como um todo, era: como falar dos corpos como lugares de contestação da abstração e da alienação engendradas pelo capital sem cair novamente numa teoria fundamentalmente individualista ou em um humanismo liberal que nos incapacita de propor qualquer tipo de disciplina ou de forma de organização mais universal? Ou ainda, como Lefebvre pode insistir na contradição

apresentada acima, entre liberdade incondicionada e disciplina, entre indivíduo e universalidade, sem resvalar, de um lado, numa posição propriamente individualista burguesa e nem, de outro, numa universalidade totalitarista?[6] Como algo experimentado de maneira tão individual no quadro de referência das formas de sociabilidade modernas e capitalistas quanto o corpo poderia ser o ponto de partida para uma política revolucionária universal e impessoal?

Essas antinomias, no entanto, não se restringem à esfera da obra de Henri Lefebvre. Desde a mudança do regime de acumulação capitalista do fordismo ao pós-fordismo (ou, como alguns preferem, para a acumulação flexível), as formas de organização política que se amparavam numa espécie de aposta no sentido universal de organização (pela via da universalidade da classe trabalhadora) perderam força diante da multiplicação de identidades e bandeiras cada vez mais particulares que podem, mesmo que correndo o risco de uma redução provisória de seu caráter heterogêneo, ser vistas como parte e produto de um poder capitalista cada vez mais modular, produzido de maneira cada vez mais precisa para tipos cada vez mais particulares de sujeitos. A especificidade, no entanto, se dá justamente pela falta de um conteúdo único sobre o qual as formas se aplicam – o aspecto modular, nesse sentido, diz respeito a capacidade adaptativa (cibernética, dirá Deleuze) do capital de capturar subjetividades e diferenças, mesmo quando essas parecem de maneira mais imediata serem contra o próprio capital. O medo da totalidade (ou da aspiração ao total, como diria Lukács) parece assombrar hoje o espectro progressista e/ou de esquerda, tanto pelo fracasso das políticas universalistas reabsorvidas pela integração ao capital quanto pelo aspecto paradoxalmente funcional da multiplicação de subjetividades atravessadas pelo signo da multiplicação das formas de exploração e opressão no capitalismo pós-fordista. A *diferença*, palavra de ordem que circulava entre filósofos, estudantes e trabalhadores durante maio de 1968, parece hoje ter sido um tiro no pé, uma vez que desestruturou as apostas na universalidade, em nome de uma multiplicação de diferenças induzidas, para ficar com o termo de Lefebvre, pelo próprio Capital.

O que fazer desse balanço político? Cada uma dessas vias parece olhar à outra de um ponto de vista fundamentalmente negativo. Partidos e outras organizações mais ortodoxas olham para a multiplicação de identidades como uma ameaça a proposta de universalidade, e reduzem o potencial revolucionário muitas vezes contidos nessas reinvindicações particulares a expressões mais gerais do neoliberalismo contemporâneo. De outro, a ideia de

---

[6] Sobre os riscos no uso do conceito de totalidade, mas ao mesmo tempo sobre sua incontornabilidade, ver Lefebvre, 2014, p. 328.

uma diferença absoluta parece barrar a possibilidade de que haja uma construção mais ampla de uma alternativa ao Capital que exceda o nível da particularidade e proponha uma nova totalidade, ainda que aberta e plural. A presente tese não busca responder à clássica pergunta "que fazer?" optando por qualquer um dos dois lados, mas indicar o que há de produtivo em cada um dos dois diagnósticos que pode ser rearticulado para uma possível teoria política contemporânea que dê conta tanto do fracasso da esquerda institucional quanto da multiplicação do trabalho que marca hoje o espaço social como um todo.

Com relação ao primeiro diagnóstico, a necessidade de uma resposta universal é colocada pelo próprio caráter universal ou planetário dos problemas, crises e ameaças que estamos enfrentando. A catástrofe climática, que atinge hoje um ponto de não-retorno, a urbanização e a produção massiva de periferias exploradas e cada vez mais segregadas da vida citadina, ou ainda, o ressurgimento dos fascismos e das expressões mais violentas das ideologias de direita (tristemente capazes de recrutar, na maioria dos casos, mais pessoas para suas fileiras do que a ala progressista gostaria de admitir) são alguns dos problemas que parecem requerer um tratamento mais universal, justamente porque não se restringem a este ou aquele indivíduo, ou este ou aquele espaço ou lugar em particular. Para os problemas universais, seria preciso pensar uma organização capaz de interagir com e endereçar esses problemas de maneira igualmente universal.

Com relação ao segundo, a demanda por uma universalidade acabou por apagar, diversas vezes, os diferenciais de exploração que diferentes corpos são submetidos no capitalismo contemporâneo. Corpos racializados, subjugados por uma estrutura heteronormativa, patriarcal, de natureza colonial, permanecem sendo o fundamento de um sistema de dominação, opressão e exploração que não se restringe ao trabalho para sua expansão. Os partidos de esquerda mundo afora, ainda dominados por uma ideologia obreirista, se restringiram a lidar com o mundo do trabalho, dispostos por vezes a descartar e rifar populações inteiras em nome de um desenvolvimento pouco ou nada diferente daquele proposto e encabeçado por nomes à direita. A onda rosa latino-americana mostrou-se uma "marolinha", na medida em que a condição da distribuição de renda e da multiplicação de programas sociais era o reestabelecimento do pacto neoextrativista sob a roupagem de um desenvolvimentismo, promessa esta que nunca se cumpriu ao sul do continente. Descreditado, com razão, o universalismo do trabalho deu lugar a uma série de diferenças potencialmente radicais, mas sempre travadas pela dificuldade de interação com problemas mais gerais.

———

O capitalismo "se constrói e se edifica sobre o desprezo da vida e do seu fundamento: o corpo, o tempo de viver"[7]. Com essas palavras escritas entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, Henri Lefebvre sinalizava que, naquele momento, já não bastava compreender o capitalismo simplesmente a partir de sua capacidade de gerar "classes, mestres e servos, ricos e pobres, proprietários e proletários"[8], mas, ao contrário, precisaríamos cada vez mais nos atentar à nova relação que este estabelecia com os corpos e com o vivido. A mesma constatação levaria outros autores a retomar com maior profundidade o conceito foucaultiano de *biopolítica*, como é o caso de Deleuze em seu comentário sobre a sociedade do controle e de Antônio Negri e Michael Hardt em suas elaborações sobre a multidão e o comum. De qualquer modo, o que aparecia como pano de fundo para essa literatura era a percepção compartilhada de que a sociabilidade capitalista havia mudado ao longo do século XX. Se com a entrada no regime de acumulação fordista o capital focalizava suas forças de coerção e dominação no interior das fábricas, como forma de refrear o poder dos sindicatos e as demonstrações da classe trabalhadora no ambiente produtivo, a partir da década de 1970, com a crise e a entrada na acumulação flexível, o capital estenderia sua esfera de dominação para o espaço como um todo – esta é a tese lefebvreana de que o capital, "ferido de morte", precisaria "se defender num *front* muito mais amplo", um front que incorporava os corpos e a vida cotidiana[9].

A partir da década de 1970, na Europa, uma série de movimentos surgem questionando a universalidade da experiência do trabalho, que já estava caducando, e reivindicando a diferença como elemento fundamental da política contemporânea. Na França, maio de 1968 foi uma das maiores demonstrações públicas que reuniu estudantes, migrantes, moradores dos subúrbios parisiense e os trabalhadores industriais. Na Itália, no que ficou conhecido como *a primavera quente*, surge um movimento autonomista que rompe as separações entre produção e reprodução e começa a pensar a luta contra o Capital a partir da vida urbana, fazendo convergir a luta de migrantes, mulheres e desempregados com a luta dos trabalhadores dentro da fábrica. Produções teóricas de ativistas e intelectuais em cada um desses casos procuraram demonstrar a conexão fundamental entre o capitalismo e a urbanização, mostrando como, diante de uma expansão do Capital para além do muro das fábricas, era preciso, de maneira similar, uma expansão da política em direção à própria vida.

---

[7] Lefebvre, 2022 [1992], p. 113-114.
[8] Ibid.
[9] Lefebvre, 2016, p. 47.

Daí a emergência de termos, palavras de ordem, como as de *o direito à cidade*, na França, ou *retomar a cidade*, na Itália.

No caso brasileiro, no mesmo período, teóricos da sociologia urbana marxista, como Lúcio Kowarick e Chico de Oliveira, encontravam o mesmo tipo de relação entre capitalismo e urbanização, mas não sob o signo da integração produtiva e pelo consumo, mas pelo lado da segregação, da exclusão e da espoliação urbana. O caso brasileiro demonstrava que era possível associar crescimento econômico e pobreza crescente, utilizando o próprio espaço das cidades como um vetor de extração e captura de renda, mão-de-obra e trabalho reprodutivo não pago. O que fazer da teoria marxista de classe em um contexto em que nem mesmo a figura do trabalho assalariado havia se consolidado plenamente? Essa tradição iria buscar, então, nas lutas das associações de bairro, nos movimentos urbanos de moradia, nos movimentos sociais do campo pela reforma agrária, sujeitos políticos capazes de liderar a revolução brasileira. Mais do que o desejo de encontrar um agente de transformação, a aposta política nesses movimentos deriva de uma leitura muito precisa sob o modo de conformação do capitalismo no Brasil – diante da ausência de uma exploração possível pelo trabalho, era a própria reprodução que era capturada nos circuitos de produção do valor. A autoconstrução da moradia, a produção de alimentos a baixo custo por assentamentos familiares no campo e outras "fórmulas de sobrevivência" encontradas pelas classes populares eram recanalizadas na economia política da miséria perpetrada pelo Capital em solo brasileiro. A luta de classes no Brasil, descobria-se, era irrevogavelmente popular.

O que há de comum entre os dois casos? Entre Norte e Sul Global, o que há de convergência? Guardadas as especificidades geohistóricas de cada um desses movimentos, havia em comum a descoberta de que o Capital havia migrado do espaço das fábricas para a vida cotidiana. E que a política revolucionária mesma, isto é, a luta de classes, se tornava uma *luta urbana*.

———

Ainda no contexto revolucionário russo do início do século XX, Lênin fundaria uma tradição dentro da teoria política marxista que se baseava numa espécie de *homologia espacial* entre os espaços da acumulação e as formas de organização política. Isto é, se um determinado setor produtivo do capital apresentava um rápido desenvolvimento das forças produtivas e sinalizava como tendência sua generalização, a organização política da classe trabalhadora deveria, nesse sentido, espelhar seu modo de organização e focalizar sua atuação neste setor. No momento de sua escrita, em que a Rússia entrava ainda timidamente no

processo de industrialização, Lênin não hesitou em argumentar, assentado nesta leitura, que *o partido deveria funcionar como uma fábrica*. Ou seja, se a fábrica representava "a forma mais elevada de cooperação capitalista que uniu e disciplinou o proletariado", logo "o partido também deve ser capaz de organizar e formar o caráter multiplicador do trabalho revolucionário", i.e., "*o partido é uma fábrica*"[10]. No entanto, se o capital em sua fase mais recente parece se expandir para fora do *topos* da fábrica (espaços da acumulação), em direção ao espaço como um todo, que tipo de organização política seria compatível com o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas? Ou, colocando o problema de outra forma, se agora, como argumenta Lefebvre e outros autores, o capitalismo se edifica através de um controle direto sobre o corpo e a vida cotidiana, não estaríamos diante da necessidade de formular uma nova gramática política capaz de lidar com essa nova topologia?

O objeto da presente tese é, portanto, a "política na Era Urbana" – ou seja, a política em um momento em que as questões relacionadas à indústria, ao trabalho e a produção dão lugar a uma política da vida, voltada para a reprodução social e para a busca de alternativas territoriais e locais ao capitalismo. A pergunta de pesquisa que nos orienta é: *qual a relação entre a produção do espaço, a reprodução social e a política na fase da urbanização planetária?* Revisitando as teorias de Henri Lefebvre e cotejando-as com outros autores escrevendo em um contexto similar – em particular, os estruturalistas e pós-estruturalistas franceses, os autonomistas italianos e os teóricos da sociologia urbana brasileira da década de 1970 –, buscamos argumentar que a possibilidade da política hoje se encontra em um processo de reapropriação do corpo e do espaço, ou da *reprodução social* e dos *territórios*, em formas de organização capazes de autogestão no nível mais imediato da vida cotidiana. Organizar a vida cotidiana e a reprodução de sujeitos nos territórios populares torna-se um modo de confrontar diretamente o capital, na medida em que é o espaço urbano mesmo o vetor de sua propagação e o lugar de disputa, assim como o corpo e a reprodução social são seus alvos primordiais.

Chamo aqui de *corpo-políticas da produção do espaço* essa nova topologia política sobre a qual se assenta a possibilidade de uma organização política do proletariado na atual fase do capitalismo. Essa topologia designa o momento em que o capitalismo depende cada vez mais, para sua sobrevivência e realização do processo de acumulação mesmo, da extensão de sua esfera de controle para o espaço como um todo – aquilo que Lefebvre chamou de *a produção do espaço* – e para a esfera da reprodução social – tanto no sentido da *reprodução das relações*

[10] Negri, 2014, p. 36, grifo nosso.

sociais de produção quanto no sentido do *adestramento do corpo*. O termo também indica que os processos de produção do espaço engendrados pelo capitalismo são fundamentalmente inseparáveis de suas repercussões sobre o corpo, i.e., corpo e espaço estão intimamente conectados nos processos de expansão da sociabilidade capitalista. Nesse sentido, se o capitalismo apresenta como tendência a generalização dessa forma de dominação sobre os espaços e sobre os corpos e se esse é, como argumentaremos ao longo da tese, a expressão do estágio mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas atualmente, qualquer projeto político revolucionário hoje deveria, como nos diz Lefebvre na epígrafe que abre esta introdução, partir de uma reapropriação do corpo associada à reapropriação do espaço como partes inegociáveis de sua agenda.

Pensar a partir de uma corpo-política requer uma reconsideração de temas caros à teoria política, em particular as formas de organização, as subjetividades políticas e o espaço da política (mas também uma política do espaço). A presente tese se organiza em quatro capítulos, organizados na forma de ensaios, que tratam da relação entre espaço, reprodução e política, buscando tatear esse terreno nebuloso que se anuncia como horizonte da política na Era Urbana.

No primeiro capítulo, apresento o conceito de corpo-políticas da produção do espaço a partir do contraste entre as formulações de Henri Lefebvre e a de outros filósofos da tradição estruturalista escrevendo no mesmo período. Essa comparação é crucial para compreendermos como o espaço possui, em Lefebvre, um aspecto triádico que não se reduz às determinações unilaterais – ou em última instância – da estrutura do Capital. O capítulo também coloca em diálogo diferentes variantes da teoria crítica mundial, como as teorias do marxista japonês Uno Kozo e as formulações clássicas sobre acumulação primitiva e imperialismo, para mostrar como a teoria de Henri Lefebvre pode ser útil para pensar a vida cotidiana como território *colonizado* pelo Capital.

No segundo capítulo, apresentamos a nova topologia política que marca o capitalismo na Era Urbana, em sua passagem do fordismo ao pós-fordismo. O capítulo explora as implicações dessa passagem para as formas de organização política (como sindicatos, partidos e outras instituições de representação trabalhista) em um contexto em que o trabalho assalariado perde sua abrangência. O capítulo avança ainda na defesa da hipótese de que a luta de classes hoje se converteu na luta urbana, sendo o espaço urbano o lugar próprio da política revolucionária. Para costurar o argumento, revisitamos as teorias de Henri Lefebvre, David Harvey, Antonio Negri, Michael Hardt, Antonio Gramsci e outros,

evidenciando as relações entre produção, reprodução e urbanização e suas relações com os movimentos revolucionários da década de 1970.

No terceiro capítulo, voltamos nosso olhar para o contexto da urbanização brasileira, em particular a partir do ponto de vista produzido pela sociologia urbana marxista, nas figuras de Lúcio Kowarick e Chico de Oliveira. Revisitando a obra dos dois autores, e relembrando as contribuições de Rui Mauro Marini, argumento que a expansão do capitalismo no Brasil – em um contexto em que o fim da escravidão não significou reabsorção no mercado de trabalho industrial nascente – produziu uma dinâmica capitalista que depende do constante pressionamento das capacidades reprodutivas das classes populares. Esse contexto nos ajuda compreender por que os movimentos de reforma urbana e de reforma agrária se tornam, ainda hoje, os dois movimentos de maior envergadura revolucionária, quando comparados com os desenvolvimentos da esquerda institucional brasileira no pós-redemocratização.

No quarto capítulo, apresento as contribuições dos feminismos da reprodução social e da Teoria da Reprodução Social para pensar a reprodução e o corpo como novos territórios de luta contra o Capital. A partir do conceito de extrativismo ampliado e de corpo-território, desvelamos os aspectos coloniais do capitalismo em seu tratamento do corpo, em particular dos corpos feminizados, e a inseparabilidade entre corpo e território, ou entre espaço e reprodução social. Nesse mesmo capítulo, argumentamos que as economias populares – enquanto setor de atividades que se orienta pela reprodução ampliada da vida das classes populares brasileiras – constitui ao mesmo tempo o alvo primordial das reconfigurações recentes do capitalismo (o endividamento, a financeirização e a multiplicação do trabalho) e o lugar de onde novas subjetividades políticas revolucionárias podem surgir. É a partir da experiência das classes populares, em toda sua ambiguidade constitutiva, que uma nova consciência de classe parece ter maiores condições de surgir.

Ao fim, apresento 7 teses sobre a política na Era Urbana a partir de uma discussão dos elementos encontrados ao longo da pesquisa em diferentes contextos de luta, organização política e produção de teoria crítica. As teses não tem a pretensão de definir e encerrar a discussão sobre o objeto, mas abrir espaço para pensar as transformações da política a partir dos casos e das experiências tratados ao longo da tese.

———

O conjunto de reflexões apresentadas nessa tese é fruto do meu engajamento pessoal em diversas frentes de pesquisa e atuação junto às economias populares em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Apesar da tese não adotar um trabalho de campo específico para

servir como estudo de caso, as questões colocadas aqui emergiram de problemas, gargalos e questionamentos produzidos no encontro entre o pesquisador e diversos interlocutores do grupo do qual faço parte, o Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Popular e Solidária – Colmeia. Ao longo de minha participação nos últimos 8 anos, tive a oportunidade de acompanhar produtores informais dos shoppings populares de Belo Horizonte, as lutas contra as privatizações dos mercados distritais, dos shoppings populares e outras infraestruturas da economia popular na cidade, o surgimento de feiras e espaços populares autônomos, participei ativamente na concepção da Feira de Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG e da implementação de uma experiência em autogestão dessa mesma feira pelos produtores, bem como de atividades de formação em economia popular e solidária para discentes, técnicos e produtores. Sem essa abertura e recepção sempre inspiradora do movimento de economia popular e de economia solidária, as reflexões presentes nessa tese não seriam possíveis.

Encerro essa introdução com uma fala de uma das minhas interlocutoras em uma visita de campo realizada em uma feira de economia popular e solidária no dia 16 de março de 2024. Ao me contar sobre os muitos processos que um espaço de feira enfrenta para surgir (dos avanços da financeirização e dos ímpetos de lucro, dos agrotóxicos e da crise climática que ameaçava a continuidade de sua produção, do peso do Estado e da burocracia, entre outros), esta senhora me disse: “aqui tem muita resistência... mas a resistência não é só na feira, a resistência é no território também”.

Capítulo 1

As Corpo-Políticas da Produção do Espaço:
espaço, (re)produção e política

Pas de replâtrage, la structure est pourrie

(Frase utilizada em algumas pichações durante maio de 68 na França).

Queremos evidências próximas e saídas carnais para o espírito

(Henri Lefebvre, *La pensée et L'esprit*, 1926, p. 25, tradução nossa).

"Como pode o capitalismo, que parecia ferido de morte, ser capaz de sobreviver?"[11] – se pergunta Lefebvre escrevendo em 1976, ainda na ressaca de maio de 68. O ponto chave da questão não parece ser apenas a constatação de que o Capital estaria ferido de morte, afinal, sistemicamente, como nos lembra o próprio Marx, o prenúncio da morte do Capital parece estar inscrito como lei do desenvolvimento contraditório das forças produtivas (composição orgânica) e da consequente tendência de queda da taxa de mais-valia extraída do trabalho. A questão se torna mesmo interessante é do ponto de vista de sua sobrevivência: isto é, como o Capital consegue, dia após dia, adiar a sua morte, estendendo e fazendo verter seu limiar lógico em um limite tendendo ao infinito? Mas mais que isso, como o Capital consegue transformar e internalizar esse modo de sobrevivência como lógica própria de seu funcionamento que o faz sair triunfante e paradoxalmente mais forte e mais pervasivo à cada nova crise que enfrenta? O problema parece ser, portanto, não o de encontrar um fim para o capitalismo, este sim sempre já anunciado, mas um fim para sua reprodução infinita.

Lidando com essas questões é que Lefebvre irá, em seu livro *A Sobrevivência do Capital* (1976a), introduzir e discutir em profundidade o problema da reprodução das relações sociais

[11] Henri Lefebvre, 1976a, p. 48, tradução nossa.

de produção[12]. Para Lefebvre, não é mais suficiente compreender a reprodução e/ou a produção como elementos fragmentários, hora lidando com questões da (re)produção biológica, hora lidando com questões da (re)produção material e suas modalidades de produção e consumo. A reprodução das relações sociais capitalistas de produção é um processo que envolve, simultaneamente, relações causais lineares e seus resultados que aparecem como ciclos que "re-criam suas próprias condições". É interessante notar que, no primeiro capítulo deste livro, Henri Lefebvre estabelece uma continuidade entre diversos conceitos empregados por ele até então como aproximações do conceito de reprodução das relações sociais de produção: "antes que a questão pudesse ser formulada com precisão, toda uma constelação de conceitos precisou ser elaborada através de uma série de aproximações: "a vida cotidiana", "o urbano", "o repetitivo" e "o diferencial"; "estratégias", "espaço" e "a produção do espaço", etc."[13]. Em última instância, trata-se de um processo em que o Capitalismo enquanto sistema não apenas produz trabalhadores "livres" e mercadorias, mas também as próprias condições socioespaciais[14] para que sujeitos e objetos *reapareçam* cotidianamente como trabalhadores e mercadorias, isto é, produzindo as condições de *commoditificação* de sujeitos e objetos – a saber, as relações sociais capitalistas de produção.

Embora a problemática não pareça nova do ponto de vista do pensamento econômico, na medida em que desde os fisiocratas alguma concepção de reprodução sistêmica já parecia estar em curso, a novidade aqui resulta justamente da necessidade de compreender o aspecto sistêmico da reprodução do capitalismo, mas com vistas à sua transformação. Parafraseando Lacan, se a ciência, em seu processo de constituição, é aquela que "esquece o circuito que a trouxe à existência"[15], a *Crítica* da Economia Política deve ser

---

[12] A noção de reprodução das relações sociais de produção diz respeito a um nível da reprodução da sociedade que está para além da simples reprodução biológica (vida) e da reprodução social (divisão do trabalho). Para além de garantir a reposição de seres vivos e trabalhadores, o que o Capital precisa fazer é organizar o espaço das relações sociais de tal modo que estas entrem em um automatismo no que diz respeito à realização da produção. Para Henri Lefebvre (1976a), essas relações se organizam em torno da tríade terra, trabalho e capital e reúnem desde relações jurídicas – como os direitos e relações de propriedade – até mesmo questões mais subjetivas como a noção de indivíduo. O importante nesse emaranhado de relações é garantir que haja conectividade e coesão entre a reprodução biológica, a reprodução social do trabalhador e a continuidade da acumulação no nível da totalidade das relações sociais.

[13] Lefebvre, 1976a, p. 07, tradução nossa

[14] Lefebvre mesmo dá pistas, ao longo das suas dezenas de publicações, sobre as formas como o capital cria as condições socioespaciais de sua reprodução. A produção do espaço, a produção do tempo e dos ritmos, o adestramento, a organização burocrática e dirigida do consumo, a organização e gerenciamento pelo Estado e pelo Capital da vida cotidiana, entre outros, são facetas desse movimento de re-produção das condições socioespaciais do Capital.

[15] Lacan, 1965.

o movimento de reconstituição da gênese do circuito que cria a economia política mesma[16]. Assim, mais do que apresentar o circuito que permite a reprodução do capitalismo, deve se interrogar como um circuito fundamentalmente contraditório desse tipo pôde funcionar em primeiro lugar. Se o Capital recria suas próprias condições diariamente e com isso adia a sua morte, onde está o ponto de ruptura desse sistema? Onde se encontra a fratura ou o resíduo, para ficar com o termo lefebvreano, a partir do qual o sistema não mais se reproduziria? Essa tensão entre uma *lógica especulativa do Capital*[17], enquanto sistema que busca produzir e reproduzir infinitamente suas próprias condições de existência enquanto apaga ou internaliza seu momento de gênese, e uma *lógica estratégica da luta de classes*, enquanto processo que busca revelar essas contradições e transformar as condições materiais do antagonismo entre Capital e trabalho a partir daí, marca o pensamento marxista desde Karl Marx.

Em sua leitura do livro *Marx, prénom: Karl* de Pierre Dardot e Christian Laval, Ray Brassier irá chamar atenção para esta tensão no interior do pensamento marxiano[18]. Para Brassier, ao contrário da atividade humana que é baseada naquilo que Marx chamou, na Ideologia Alemã, de *pressupostos reais* – isto é, em "indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida"[19] –, a lógica do Capital se baseia em um processo especular de *pressuposição efetiva* [wirklinchen Voraussentzungen]. Enquanto na primeira a atividade humana produz novas relações, materialidades e geografias sempre condicionadas pela ação humana passada, num ciclo que poderia mesmo ser descrito pelo termo *materialismo histórico*, a atividade especulativa do Capital consiste em unificar esses dois momentos da produção e condicionamento – o Capital, enquanto totalidade, ao mesmo tempo produz [*posit*] e pressupõe [*presuppose*] suas condições de existência:

> O Capital pressupõe [*presupposes*] a si mesmo – isto é, ele coloca [*posit*] suas próprias condições como resultados de seu próprio processo, porque se erigiu numa verdadeira totalidade ao subordinar para si todos os elementos da sociedade ou ao criar a partir dela os órgãos remanescentes que faltavam para si (Dardot e Laval, 2012, p. 431-432, tradução nossa).

Ora, isso significa que, ao contrário da atividade humana que sempre encontra um mundo já produzido sob o qual atua e cria novas materialidades condicionadas pela história passada da atividade humana mesma, a atividade do Capital deve, se se quer manter enquanto totalidade

---

16 Walker, 2016, p. 154.
17 Sobre isso, ver também Walker, 2016.
18 Aula ministrada por Ray Brassier - Session 2: Reproduction, Presupposition and Struggle. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=2AHMqIsRNwA&t=2904s. Acesso em: 26/11/2024.
19 Marx, 2009, p. 23.

e/ou sistema, ser capaz de *internalizar* suas condições de emergência iniciais para garantir que a cada novo ponto de partida as condições de sua reprodução estejam sempre já garantidas de antemão – "primeiro ele já as encontra dadas, depois, uma vez nascido delas, cancela sua exterioridade através de seu próprio ato"[20].

A relação e a dobra entre a interioridade do sistema e a exterioridade daquilo que é imediatamente dado, ou, entre o capitalismo enquanto lógica e o espaço e/ou a história como topo-lógica, é o que nos interessa aqui. Vamos chamar aqui de *nível lógico* esse momento do capitalismo enquanto sistema, uma vez que o único modo de garantir a unificação entre os atos de produção e pressuposição seria tratando os elementos que são articulados nesse processo – para Lefebvre, a tríade terra, trabalho e dinheiro[21] – como elementos puramente formais e abstratos, isto é, como *formas lógicas*. Um exemplo disso poderia ser visto nas diferentes trajetórias de cada país na formação da figura do trabalhador ou mesmo da propriedade privada: embora no Norte e no Sul Global essas trajetórias possuam geo-histórias fundamentalmente diferentes, do ponto de vista lógico, isto é, da totalidade do Capital, o que se cria ao fim de cada um desses processos é a mesma coisa – a força de trabalho e a renda da terra. Assim, no nível lógico não há história nem espaço humano, contigente e específico, mas apenas uma história e um espaço universal (porque abstrato) engendrado pelo Capital e que tem como *telos* sua própria perpetuação.

Chamaremos, de outro lado, de *nível topo-lógico*[22], justamente esse aspecto contigente, invisibilizado na estrutura do Capital, que é efetivamente aquilo que torna o Capital possível. Afinal, embora o capitalismo esteja sempre lidando com categorias formais – força de trabalho, trabalho socialmente necessário, trabalho em geral, trabalho abstrato, por exemplo –, a formação e a extração de mais-valia é sempre um processo concreto e que se realiza exatamente na diferença entre a subsunção abstrata da força de trabalho e a realização concreta do trabalho em potencial, ou ainda, na diferença entre o valor abstrato do trabalho

---

[20] Dardot e Laval, 2012, s.p. *apud* Brassier, 2022, s.p.
[21] Lefebvre, 1976a.
[22] Mantenho a grafia hifenada de topo-lógico justamente para salientar que não se trata do espaço abstrato da topologia matemática, mas de uma injunção entre o lógico e o topos que nunca resulta na subsunção completa de um pelo outro. Formas socioeconômicas locais são sempre mais do que apresentam à primeira vista, na medida em que articulam toda uma cadeia de mediações até alcançar o nível da totalidade. Ao mesmo tempo, nós nunca vemos a mais-valia ou o trabalho socialmente necessário no nível mais empírico da vida cotidiana, o que evidentemente não significa que essas formas não se realizam, isto é, se tornem concretas, e organizem a vida cotidiana a partir de sua própria lógica, a da valorização do valor. A mediação desses dois momentos é realizada pelo espaço urbano, como pretendo argumentar mais à frente seguindo as formulações de Henri Lefebvre (2002).

contratado e o mais-valor produzido concretamente pelo trabalho vivo executado[23]. O nível topo-lógico, assim, nos permite compreender a forma como diferentes abstrações se realizam concretamente, ou ainda, como as formas lógicas *aterrizam* ou se *territorializam* no âmbito do *topos*, i.e., da vida cotidiana, dos lugares e dos territórios. Nesse sentido, a insistência de Henri Lefebvre em tratar o vivido ou a vida cotidiana como lugar fundamental para entender a reprodução da totalidade capitalista é central aqui[24].

A questão da reprodução do sistema nos parece estar ligada à capacidade do Capital de internalizar e tornar cotidiana a produção daquele conjunto de elementos que, em seu momento de origem, foram encontrados como externos e dados:

> Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital *pressupõe* o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual, só podemos escapar supondo uma *acumulação "primitiva"*, prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida[25].

A "assim chamada acumulação primitiva" descreve precisamente esse momento de emergência do Capital a partir de elementos inicialmente exteriores ou, poderíamos dizer, anteriores a ele – aquilo que Marx disse constituir "a pré-história do capital"[26]. No famoso capítulo 24 d'*O Capital* livro I, Marx irá usar como exemplo desse processo uma série de transformações ocorridas na Inglaterra durante os séculos XIV e XV: o fim da servidão e a dissolução das relações sociais feudalistas, o cercamento das terras comunais, as legislações contra a vadiagem e a formação de um mercado de trabalho a partir da produção da figura do trabalhador livre, a concentração e o acumulo dos meios de produção na mão dos poucos que viriam a compor a classe dos capitalistas, etc.

Esse processo, que varia concretamente de lugar para lugar, e que teve na Inglaterra, como nos diz Marx, apenas um exemplo de sua forma clássica, poderia ser resumido, argumenta De Angelis, como fundamentalmente um processo de *separação* das pessoas de seus meios de reprodução e subsistência[27]. Em última instância, trata-se de um conjunto de

---

[23] Ver Marx, 2014.
[24] Ver Lefebvre, 2014.
[25] Marx, 2014, p. 785, grifo nosso
[26] Ver Marx, 2014, p. 786.
[27] Ver De Angelis, 2001.

transformações localizadas no berço do capitalismo a partir do qual um fluxo de pessoas tornadas "livres" num duplo sentido – livres para vender sua força de trabalho e livres de qualquer outro meio de realização da sua força de trabalho[28] – encontra um fluxo de dinheiro e de meios de produção expropriados prontos para serem empregados como capital. A emergência do Capital enquanto modo de produção aparece como resultado, assim, de uma *grande transformação* onde terra, trabalho e dinheiro, aquilo que Polanyi (2000) chama, não por acaso, de *mercadorias fictícias*, aparecem a partir daí como capital. Nesse sentido, seria razoável argumentar que, do ponto de vista histórico, o Capital surge de condições *extra-capitalistas*. Mas mais que isso, que essas relações não podem ser compreendidas como puramente formais, lógicas ou necessárias, isto é, como elementos meramente *pressupostos* ou *produzidos* pelo próprio Capital enquanto sistema, uma vez que esses processos, naquele momento, foram, como se sabe, derivados da ação de outros atores sociais como o Estado e as classes sociais dominantes e, portanto, fundamentalmente concretos, históricos e contingentes.

Entretanto, a partir do momento em que terra, trabalho e dinheiro aparecem como instanciações do Capital em geral, a reprodução do sistema deve pressupor e produzir a cada reinício do seu ciclo reprodutivo a existência dessas mesmas relações. O capitalista não pode, a cada novo início da produção, ficar a mercê da possibilidade de que a terra não seja mais uma propriedade privada ou de que o trabalhador não esteja disponível para trabalhar porque encontrou uma alternativa que garanta sua reprodução social fora da relação trabalhista, por exemplo. Nesse sentido, do ponto de vista lógico, o Capital não apenas deve encontrar essas relações repostas como elementos *contingentes*, mas deve pressupor e, no limite, ser a causa da reposição dessas relações como elementos *necessários*. É a *passagem*, portanto, do contingente ao necessário que estaria na base da constituição e manutenção da lógica da totalidade capitalista. Essa passagem é o que chamo aqui de o *problema da reprodução*.

Há um círculo vicioso, nesse sentido, onde, enquanto totalidade, o Capital precisa tornar-se, paradoxalmente, a causa de si mesmo. Do ponto de vista da circulação do capital, ou, também poderíamos dizer, do ponto de vista de suas *formas de aparência*, o dinheiro, a terra e, por fim, o trabalho *aparecem já e sempre* como diferentes instanciações do Capital quando confrontados entre si por meio da equalização efetuada pelo ato de troca. É nesse sentido que Marx nos diz que a riqueza no modo de produção capitalista *aparece* como uma enorme coleção de mercadorias. Mas do ponto de vista exterior à totalidade do sistema (que é a totalidade da própria vida), dinheiro, terra e trabalho precisam sempre novamente e a cada

[28] Marx, 2014, p. 244.

dia *tornar-se capital*, ou melhor, serem tornados capital, a partir de um processo extensivo e intensivo de expropriação, controle e disciplinamento.

Escrevendo sobre o caso da formação da força de trabalho, Gavin Walker, em seu livro *The Sublime Perversion of Capital*, nos lembra que a constituição da figura do trabalhador é um processo que demandou que a força de trabalho fosse "*historicamente* acumulada, controlada e disciplinada em circunstâncias específicas e concretas"[29]. Não bastou, como se vê na análise de Karl Marx sobre a acumulação primitiva inglesa, que os camponeses tivessem suas terras comunais tomadas. As "legislações sangrentas" e toda a forma de violência extraeconômica mobilizadas no período dão testemunho de que o Capital atua por um processo de dupla pinça: de um lado, extirpando qualquer possibilidade de reprodução fora da relação capital-trabalho; de outro, produzindo *violentamente* o trabalhador como uma mercadoria como todas as outras. Isto é, embora do ponto de vista do capital o disciplinamento e o controle do trabalho precisam ser sempre *pressupostos* e *produzidos* pelo seu próprio funcionamento, do ponto de vista do trabalhador a coerção que o leva a se separar da sua capacidade de trabalhar, como se esta fosse um objeto externo ao seu corpo, e a vende-la como mercadoria é um processo concreto, específico, situado e, por isso mesmo, contingente, que deve ser reposto cotidianamente – nesse sentido, essa coerção é tudo menos muda[30].

É nesse sentido que podemos dizer que ocorre simultaneamente aqui uma união lógica entre o contingente e o necessário, o interior e o exterior do sistema, e uma cisão topológica entre esses elementos. Para o Capital, terra, trabalho e dinheiro precisam sempre já ser, pelo próprio funcionamento da racionalidade e das leis econômicas, isto é, por causas propriamente econômicas, mercadorias como todas as outras – sem história e sem especificidade, ou ainda, abstratas. Mas, esses elementos que são pressupostos pelo Capital precisam ser re-produzidos a partir de processos que mesclam a coerção muda das relações econômicas com a violência extraeconômica a partir da qual surge, inicialmente, de elementos contigentes. Essa violência envolve uma disputa pelo sentido da reprodução, na medida em

---

[29] Walker, 2016, p. 06, tradução minha, grifo do autor.

[30] Como pano de fundo do presente capítulo está uma crítica ao livro recente de Søren Mau (2023), *Mute Compulsion*, onde argumenta que o que distingue o capitalismo de outros modos de produção é a dominância de um tipo de poder (propriamente econômico) que atua por meio de uma "compulsão muda". O que queremos evidenciar não é o caráter extra-econômico desse poder (do ponto de vista do capital), mas que a violência extra-econômica é sempre um componente fundamental, embora apagado/recalcado, do processo de reprodução das relações sociais de produção capitalistas (ou seja, do ponto de vista do trabalho vivo).

que a reprodução da totalidade capitalista implica e pressupõe um limite sempre renovado à capacidade de autonomia reprodutiva da classe trabalhadora. O problema da reprodução, portanto, envolve uma espécie de *guerra reprodutiva* – onde, de um lado, há um sistema que busca sempre ultrapassar as barreiras que são impostas pelo seu próprio movimento a seu desenvolvimento; e, de outro, de uma classe de trabalhadores que precisam encontrar um meio de se reproduzir em um mundo regido pela lei do valor.

Mas mais que isso, o que parece estar em jogo no que concerne à reprodução sistêmica do Capital é aquilo que Lefebvre (1991) deu o nome de *produção do espaço*. Ora, se o Capital precisa garantir uma recursividade abstrata e especular do seu processo de reprodução, esse movimento deve acontecer num espaço liso (para ficarmos com o termo de Deleuze e Guattari). É o espaço mesmo que deve ser tomado como abstrato para que a totalidade do Capital encontre sua reprodução no nível lógico. Não obstante, os corpos dos trabalhadores (mas também o corpo da mercadoria [*Warenkörper*][31] e o corpo da terra [*Gaia*]) conformam um espaço concreto, vivido, cujo qual o Capital também precisa subsumir e internalizar. Nesse sentido, a produção do espaço deve implicar precisamente um processo de subsunção do espaço topo-lógico ao espaço lógico e abstrato do Capital e uma subsunção do próprio corpo (o tempo de viver, segundo Lefebvre) ao tempo do Capital.

Há uma relação de fundo, portanto, entre espaço e corpo nas formas de aterrisagem do Capital no nível da vida cotidiana. Afinal, como vimos, não basta ao Capital pressupor um espaço abstrato e um trabalho abstrato apenas no nível lógico, é preciso que esses dois elementos, espaço e corpo, sejam *produzidos* concretamente por um processo de acumulação primitiva e *reproduzidos* pelo funcionamento próprio do modo de produção capitalista. É preciso que a todo momento o Capital reencene seu "pecado original"[32], produzindo novas rodadas de cercamentos e subjetivação violentas que produzam espaços abstratos e corpos dispostos a trabalhar. Como procurarei mostrar, a relação entre espaço e corpo desempenha um papel fundamental na constituição e reprodução do capitalismo enquanto totalidade, mas também é o ponto de partida de onde podemos pensar uma política revolucionária.

Chamo aqui de *Corpo-Políticas da Produção do Espaço* esse duplo aspecto da totalidade capitalista com sua dupla determinação correspondente. Sobre o primeiro ponto, a totalidade

---

[31] Mercadoria está sendo tomada aqui na acepção mais geral que Marx enuncia no início d'O Capital: "A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer" (Marx, 2014, p. 113).
[32] Marx, 2014.

capitalista se apoia tanto sobre a produção do espaço quanto sobre a produção do corpo (e de suas subjetividades associadas). Como veremos a frente, a produção do espaço urbano sempre carrega consigo a produção de um corpo compatível com as estratégias de uso que as forças hegemônicas endereçam ao espaço. Gestos, movimentos e outros ritmos de vida fazem parte da subsunção real do corpo como contraparte do processo de subsunção real do espaço à totalidade capitalista. Em outras palavras, produzir espaço é produzir um determinado tipo de corpo – esse é o primeiro aspecto e a primeira determinação da totalidade capitalista. Por outro lado, é Henri Lefebvre que nos fornece um ângulo importante para analisar a incompletude desse processo em termos das disputas e das lutas que surgem no confronto entre diferentes modos de reprodução no espaço. Corpos são sempre mais do que suportes das relações sociais de produção capitalista, dificultando o tipo de unidade entre pressuposição e produção que nos parece ser a condição da reprodução automática do Capital. A política, nesse sentido, deixa de estar simplesmente situada no âmbito das fábricas e dos locais da produção e se estende para todo o espaço, na medida em que esse último se torna a arena da guerra reprodutiva entre a vida e o capital. O elo fundamental entre corpo e espaço aponta para uma nova forma da política, uma que passa das questões da produção à questão da reprodução, tornando a luta política mesma uma luta reprodutiva[33] – essa passagem da política de um polo a outro recebe aqui o nome de *corpo-política*.

No presente capítulo, argumento que Lefebvre nos oferece uma lente importante para lidar com os paradoxos aparentes da totalidade do Capital no que diz respeito à captura do espaço e do corpo. Em primeiro lugar, fica evidente que a subsunção do concreto ao abstrato, do lógico ao topo-lógico, é um movimento que subsume o próprio tempo e o espaço da vida ao tempo e espaço do Capital. Além disso, com suas formulações dos níveis e dimensões de análise do fenômeno urbano, Lefebvre proporciona um ângulo importante para realizar uma paralaxe necessária entre os pontos de vista da vida e o do Capital, donde o espaço e o corpo, como elementos em disputa, aparecem, respectivamente, como mediação e elemento capturado no processo capitalista. Com vistas a apreciar a profundidade da formulação lefebvreana, na primeira seção reconstruo o problema da reprodução, da totalidade e do espaço nos estruturalistas e pós-estruturalistas, a fim de mostrar as limitações que decorrem do uso da categoria "espaço" de maneira abstrata nessa tradição. Há como pano de fundo nessa literatura um pressuposto do sujeito como apenas um "lugar"

[33] Sobre isso, ver Lefebvre, 2002; Monte-Mór, 2006.

determinado na estrutura que, antes de nos fornecer armas críticas para compreender o modus operandi do Capital, acaba por suturar a subjetividade e os processos de subjetivação a topologia abstrata do Capital. Lefebvre, ao contrário, ao insistir no aspecto de mediação do espaço, nos permite pensar no espaço como elemento propriamente mediador entre a lógica do Capital e sua aterrisagem na vida cotidiana. O espaço se torna, assim, o próprio elemento em disputa na guerra reprodutiva entre vida e Capital.

Na segunda seção, discuto os conceitos de acumulação primitiva e acumulação primitiva continuada para pensar o modo como o território e a vida cotidiana são constantemente submetidos a novas rodadas de produção do espaço e produção do corpo na expansão da totalidade capitalista em escala planetária. Veremos a partir de Henri Lefebvre, Kristin Ross e o estudo do caso parisiense entre os anos 1950-1970, como colonização externa e interna, a colonização em um sentido histórico e a colonização da vida cotidiana parisiense, estiveram intimamente conectadas na produção do espaço urbano moderno francês e a produção de diferentes subjetividades – como as do trabalhador de classe média alta dependente da mobilidade fornecida pelo automóvel, da dona de casa responsável pelo trabalho não-pago e por transformar-se numa espécie de pequena colônia do homem provedor e as do imigrantes que povoaram as periferias parisiense [os banlieus]. Também buscaremos mostrar como essas subjetividades sempre excedem o tipo de performance esperada pela determinação da estrutura e dos interesses de classe que esta expressa, apontando para uma política que tem o território e a vida cotidiana como bases de uma possível transformação.

Na terceira seção, apresento a teoria dos níveis e dimensões de Henri Lefebvre, buscando compreender, bem como os conceitos de produção do espaço e de ritmanálise. Como procuro argumentar, Lefebvre nos fornece um arsenal teórico importante para pensar a relação entre modo de produção, corpo e espaço, mas pensando uma totalidade sempre aberta e passível de transformação. Procuro discutir a relação entre a produção do espaço e o corpo, a partir da noção de produção de subjetividades, argumentando que a perpetuação da totalidade capitalista através da reprodução de suas relações sociais de produção está atada a contínua imposição sobre os corpos de uma dinâmica de *adestramento* que produz subjetividades adequadas à continuidade da sociabilidade do Capital.

Por fim, apresento a noção de *corpo-políticas da produção do espaço* como conceito capaz de articular tanto o aspecto de diagnóstico quanto de possibilidade de transformação presente na teoria de Henri Lefebvre. Se o corpo é o elemento alvo do processo abstrato

capitalista – aquele que ele deve internalizar e agir como se fosse produzido pelo seu próprio movimento –, é o corpo mesmo que se converte em sítio e lugar privilegiado de onde novas estratégias contra o Capital podem surgir. Dessa forma, para pensar uma política revolucionária atual, teremos que nos haver com a relação entre espaço, corpo e política – ou ainda, entre *espaço, (re)produção e política* – no capitalismo contemporâneo.

1.1. A estrutura do espaço ou o espaço da estrutura: impasses entre a vida e o conceito

Como discutimos anteriormente, para Dardot e Laval, o Capital se estabelece enquanto totalidade ou sistema a partir do momento em que opera por um processo de interiorização dos elementos inicialmente encontrados como externos e dados – ou seja, a partir do momento em que o Capital não dependeria mais de encontrar *ao acaso* trabalhadores livres e massas de capital expropriado e acumulado, na medida em que esses dois fluxos são agora produzidos pelo seu próprio funcionamento especular[34]. Esse pressuposto é assumido por Marx no capítulo 21 d'O Capital, *Reprodução Simples*, onde busca compreender como o capitalismo enquanto modo de produção se reestrutura novamente a cada novo ciclo produtivo. Como chama atenção Marx, logo ao início do capítulo, "[...] todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução", ou ainda, que "as condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições de reprodução"[35]. Isso significa que qualquer modo de produção digno de ser categorizado como tal implica não apenas a produção, em um sentido mais estrito, de coisas, mas a produção, no mesmo processo, de relações sociais de produção que garantam o reinício do processo produtivo num patamar igual ou, no caso do capitalismo, superior ao anterior.

Cada modo de produção possui uma forma específica de lidar com o que Marx chamou de "fundo dos meios de subsistência ou fundo de trabalho que o trabalhador necessita para sua autoconservação e reprodução"[36]. Isto é, para além da produção de coisas e de relações sociais, qualquer modo de produção que busque vigorar no tempo deve ser capaz também de garantir a interrelação entre três níveis reprodutivos: "(1) a *reprodução biológica* (a família); (2) a *reprodução da força de trabalho* (a classe trabalhadora *per se*); e (3) a

---

[34] "Já não é mais o acaso que contrapõe o capitalista e o trabalhador no mercado, como comprador e vendedor. É o beco sem saída característico do próprio processo que faz com que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e converter seu próprio produto no meio de compra nas mãos do primeiro" (Marx, 2014, p. 652).
[35] Marx, 2014, p. 641.
[36] Marx, 2014, p. 643.

reprodução das relações sociais de produção"[37]. Mas, mais do que isso, esses três níveis reprodutivos devem ser, por um lado, pressupostos pelo modo de produção – uma vez que a existência de pessoas, trabalhadores e relações sociais é o que estrutura a própria produção enquanto um modo –, e, por outro, produzidos no funcionamento mesmo do modo de produção em questão.

No caso do capitalismo, o que dá início ao processo de produção é "a compra da força de trabalho"[38], o que pressupõe a existência do trabalho livre em um duplo sentido, como argumentamos anteriormente, e a existência de capital acumulado na mão do capitalista – o encontro, por assim dizer, face a face entre o detentor da mercadoria força de trabalho e o detentor do capital e dos meios de produção. O problema das pressuposições que viemos tratando até então já opera aqui no simples ato de compra e venda da força de trabalho – seria preciso pressupor a existência do mais-valor, da produção capitalista e da própria força de trabalho como mercadoria para que esse primeiro encontro entre o capitalista e o trabalhador pudesse ser explicado por de dentro da totalidade capitalista. Esse aparente paradoxo é o que leva Marx a revisitar a hipótese smithiana de uma acumulação prévia, originária ou primitiva.

Adam Smith via esse processo como um movimento de espraiamento gradual dos imperativos do comércio e das manufaturas. Para ele, a difusão na Europa das práticas comerciais e industriais era responsável por explicar a revolução "silenciosa" e "gradual" do feudalismo para o capitalismo[39]. De dentro do processo, os mercadores e os artífices "não tinham nem conhecimento e nem previsão da grande revolução que a loucura de um e a indústria do outro estavam gradualmente provocando"[40]. Nesse sentido, Smith via nesse processo uma espécie de causação gradual, silenciosa e fundamentalmente pacífica que trazia no seu bojo a introdução da "ordem e do bom governo"[41]. A acumulação propriamente capitalista era explicada pela existência de uma acumulação prévia [*previous accumulation*] que consistia na simples mimetização de bons hábitos e costumes encabeçados pelo protagonismo da burguesia mercantil e industrial.

Ora, o que Smith não viu nesse processo foi o ponto central abordado por Marx em sua releitura do processo de acumulação primitiva. Para Marx, esta não se tratava, como

---

[37] Lefebvre, 1991, p. 32.
[38] Marx, 2014, p. 642.
[39] Smith, 1977, p. 544
[40] Smith, 1977, p. 549.
[41] Smith, 1977, p. 539.

vimos, de um processo gradual e silencioso: a acumulação primitiva não é senão a produção violenta, a partir de toda sorte de restrições e coações físicas, jurídicas e sociais, de uma massa de pessoas dispostas (porque despojadas dos meios de realização da reprodução) a vender sua força de trabalho como mercadoria. Seria um erro, nesse sentido, pensar que o ponto de partida do Capital – a compra e a venda da força de trabalho – é pacífico, mas, mais que isso, que o modo como o Capital constantemente recria ou reencena esse encontro inicial poderia também ser pacífico.

Esse é o problema que leva o marxista japonês Uno Kozo a dizer da "impossibilidade da commoditificação da força de trabalho"[42]. A força de trabalho, por ser a única mercadoria que tem como seu valor de uso a produção de mais-valor, é condição *sine qua non* para a realização da produção capitalista. Ora, essa mercadoria, no entanto, não é especial apenas no que diz respeito à produção do valor, afinal, ao contrário de todas as outras mercadorias, não é possível produzir, no sentido estrito do termo, mais trabalhadores. É aqui que o problema da produção encontra e implica o problema da reprodução. A contradição fundamental, ou a impossibilidade [*muri*, em japonês] do Capital, se encontra justamente aí, na sua dependência de uma mercadoria duplamente especial: sua condição de existência é uma mercadoria que absolutamente não pode ser produzida, na medida que sua produção é a própria "reprodução da vida no sentido mais básico"[43].

Independente do momento concreto e individual do primeiro encontro entre trabalhador e capitalista, e das motivações que movem cada uma dessas partes em direção a esse encontro, o que acontece do ponto de vista estrutural e lógico é a reposição desse ponto de partida pelo próprio funcionamento do processo uma vez que este se encontra em movimento. Vejamos essa longa citação de Marx sobre o problema da reprodução:

> Mas o que inicialmente era apenas ponto de partida [o encontro entre as duas classes] *é produzido sempre de novo* por meio da mera continuidade do processo, da reprodução simples, *perpetuando-se como resultado próprio da produção capitalista*. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e de fruição para o capitalista. Por outro, *o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou*: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. Como antes de entrar no processo seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio. Sendo processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que

[42] Sobre isso, ver Walker, 2016, p. 110, tradução nossa.
[43] Walker, 2016 p. 117.

> suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que se utilizam dos produtores. Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, produz o trabalhador como assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a *sine qua non* da produção capitalista (Marx, 2014, p. 645-646).

Na passagem acima é possível ver a interrelação entre os três níveis reprodutivos como pressuposto e resultado do processo produtivo capitalista. Por um lado, o ponto de partida pressupõe que o trabalhador já não possa realizar seus meios de subsistência fora da relação salarial – isto é, como vimos acima com De Angelis, pressupõe que algum processo de acumulação primitiva já tenha separado o trabalho vivo dos meios de produção que permitem a objetivação de sua riqueza em potencial. De outro, ao ser posto para trabalhar para o Capital, o que o trabalhador efetivamente produz é a objetivação da sua riqueza *como* Capital, isto é, como riqueza apropriada e alienada pelo capitalista. A parte de seu trabalho que é a apropriada por ele também forma parte do Capital, uma vez que primeiro é recebida em dinheiro (equivalente ao custo de sua reprodução) que será gasto com a compra (o que Marx chamou de consumo produtivo) dos meios de subsistência que garantem sua sobrevivência como força de trabalho para o Capital. Ao fim do processo, isto é, ao fim tanto do processo produtivo quanto do dispêndio do salário em meios de subsistência, o trabalhador e o capitalista se encontram na mesma situação inicial – o primeiro tendo que ingressar novamente na relação salarial para realização de sua sobrevivência posto que seu próprio trabalho produziu a riqueza do segundo (trabalho morto/valor) que governa e aliena sua capacidade de reprodução.

Para Balibar, o conceito de reprodução é o que define a *eternidade*[44] do modo de produção capitalista – afinal, "o conceito de reprodução não se refere apenas ao conceito de 'consistência' da estrutura, mas também ao conceito da determinação necessária do movimento de produção pela permanência dessa estrutura"[45]. Em outras palavras, não é o funcionamento da produção, descrito acima, que garante que, ao final, a estrutura seja reposta, mas o fato da produção ser conformada enquanto um modo, isto é, como estrutura mesmo, que determina os momentos da produção como momentos de reprodução da

[44] Marx (2014, p. 652, grifo nosso) também chega a uma conclusão similar: "em seu próprio desenrolar, portanto, o processo capitalista de produção reproduz a cisão entre força de trabalho e condições de trabalho. Com isso, ele reproduz e *eterniza* as condições de exploração do trabalhador".
[45] Balibar, 1970, p. 321 tradução nossa.

estrutura em geral. Assim, uma vez posto em movimento, não é mais a especificidade do encontro entre o capitalista e o trabalhador que deriva a possibilidade de reprodução da estrutura capitalista, mas, ao contrário, a estrutura (ou o modo de produção) capitalista que determina de cima os encontros individuais entre Capital e trabalho. Aqui se encontra a passagem do contigente ao necessário, ou o problema da reprodução – a estrutura agora governa o caráter absolutamente necessário dos encontros contigentes entre as duas partes em questão.

As leituras de cunho estruturalista do Capital, mesmo as chamadas pós-estruturalistas, tenderam a salientar o papel central desempenhado por esse nível lógico na reprodução do Capital. Ou seja, independente de qual seja ou de como ocorra o encontro que dá início ao processo produtivo capitalista *pela primeira vez*, o modo de produção capitalista deve agir *como se* esse processo já estivesse determinado pela existência da própria estrutura, na medida em que o capitalismo produz uma contaminação cruzada entre lógica e história[46]. É por isso que Uno Kozo chama esse nível mais geral de "o mundo dos princípios" [*genriteki senkai*] ou de "capitalismo puro", uma vez que no mundo pressuposto e produzido pelo Capital, tudo funciona *como se* o Capital de fato governasse, controlasse e unificasse as duas pontas do processo de pressuposição e produção – primeiro ele encontra a força de trabalho disponível para o processo produtivo, depois ele (re)produz a força de trabalho como resultado de seu próprio funcionamento.

Seja nas obras de Louis Althusser, de Étienne Balibar, ou mesmo nas de pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze, o que aparece é uma leitura estrutural daquilo que Marx chamou, em uma famosa passagem sobre as categorias sociais do Capital, de *personificação.* Para Marx, embora o Capital esteja sempre lidando com pessoas, a sociabilidade do Capital é sempre produto da personificação de categorias econômicas:

> [...] aqui, as pessoas existem uma para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidores de mercadorias. Na sequência de nosso desenvolvimento, veremos que as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, como suporte [*Träger*] das quais elas se defrontam umas com as outras[47].

[46] Sobre isso, ver Walker, 2016, p. 109.
[47] Marx, 2014, p. 80.

Ou ainda, no prefácio da primeira edição, onde se lê: "[...] aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações sociais e interesses de classe"[48].

Como no exemplo do encontro entre o trabalhador e o capitalista, isso implicaria dizer que, do ponto de vista do Capital enquanto totalidade, o que importa não é exatamente os corpos de carne e osso dos trabalhadores e dos capitalistas envolvidos nesse encontro concreto, mas apenas seus corpos na medida em que funcionam *como se* fossem meramente suportes [*Träger*] das relações econômicas capitalistas mais gerais que existem a despeito deste encontro. O problema consiste, portanto, em tomar esse aspecto putativo do Capital, que apenas ocorre quando visto de seu próprio ponto de vista abstrato, como verdade do funcionamento concreto do Capital, isto é, do ponto de vista de sua aterrisagem no terreno da vida mesma – em última instância, um movimento que acaba por reificar o capitalismo. Como nos diz Gavin Walker:

> Mesmo que assim apareça para o capitalista, que compra força de trabalho *como se* fosse uma mercadoria como qualquer outra, que consome ou esgota esta força de trabalho *como se* fosse um insumo de mercadoria no processo de produção, a própria força de trabalho é "a encarnação [*Inbegriff*] daquelas capacidades mentais e físicas existentes na corporeidade [*Leiblichkeit*] e na personalidade viva de um ser humano". Portanto, o que a forma da força de trabalho nos mostra é que a essência do capital consiste neste "como se", esta expressão fundamental do seu caráter "putativo" ou "pressuposto", porque o capital *deve tratar* a força de trabalho como se esta fosse qualquer outra mercadoria, no entanto, isto é em si "impossível" porque as lacunas ou interrupções que a força de trabalho abre no salto suave do Capital de D para D' são irresolvíveis pelo próprio Capital[49].

Em outras palavras, embora o Capital apareça como uma estrutura que age e precisa agir *como se* a força de trabalho fosse uma mercadoria como todas as outras, sua reprodução automática (a passagem, por assim dizer, direta entre D e D') é interrompida pelo fato de que a força de trabalho (o M em D-M-D') absolutamente não é uma mercadoria como todas as outras – a força de trabalho não é senão o corpo vivo daqueles postos a trabalhar. Aqui o problema da relação entre estrutura e vida cotidiana aparece na sua forma mais acabada. Ora, estamos falando de um sistema que age *como se* sua reprodução estivesse garantida do ponto de vista lógico, embora do ponto de vista topo-lógico, isto é, do espaço e da vida cotidiana mesma, essa reprodução se encontra constantemente atravessada e interseccionada pela reprodução da própria vida. A impossibilidade [*muri*] que o Capital precisa diariamente atravessar é

---

[48] Marx, 2014, p. 159-160.
[49] Walker, 2016, p. 118, tradução nossa, grifos do autor.

exatamente a re-produção da mercadoria força de trabalho em um cenário onde a vida diretamente não pode ser produzida[50].

Há uma injunção que se encontra, nesse momento, entre a vida (nível topo-lógico) e a lógica (nível lógico), ou entre a vida e o conceito[51]. A descrição sistêmica, estrutural, lógica e/ou total do Capital, se hipostasiada, corre o risco de perder de vista o aspecto fundamentalmente antagonístico da vida, ou do trabalho vivo, diante de sua contraparte, o trabalho morto. Por outro, um foco excessivo num suposto excepcionalismo do aspecto vital corre também o risco de se revelar apenas um retorno acrítico a formas celebratórias de um romantismo primitivo ou de um retorno a uma vida idílica que supostamente haveria existido antes que a estrutura do Capital tomasse a humanidade de assalto. Diante dessas duas alternativas, obviamente não excludentes, como manter uma relação dialética entre os dois polos a fim de produzir uma teoria que não seja cega aos aspectos estruturais do Capital, mas que não caia no erro de reificar a realidade capitalista como única alternativa possível? É possível sair dessa antinomia entre vida e conceito postulando algo que sirva como mediação e que possa servir de fio condutor explicativo para as duas direções – da aterrisagem do Capital na vida cotidiana à resistência da vida em direção à uma nova totalidade?

1.1.1. Espaço, subjetivação e estrutura: Foucault, Althusser e Deleuze

Agora é talvez o momento mais oportuno para revisitar as críticas endereçadas por Henri Lefebvre[52] ao emprego do termo "espaço" pelos estruturalistas e pós-estruturalistas na abertura de seu célebre livro *A Produção do Espaço* (1991 [1974]). Isso porque, para Lefebvre, é o espaço mesmo que serve como mediação entre a vida e o conceito, ou entre o que

---

[50] Ver Walker, 2016.

[51] Tomo emprestado aqui a distinção feita por Alain Badiou (2012) entre uma filosofia da vida e uma filosofia do conceito como os dois polos da dialética que marca o desenvolvimento da filosofia francesa contemporânea. De um lado, uma filosofia que prioriza o aspecto irredutível da vida, em uma corrente que começa com Bergson e termina com Deleuze, seu último expoente. De outro uma filosofia que prioriza o conceitual, o formal e o matemático, que começa com Brunschvicg e continua na tradição encabeçada por Althusser. Sobre isso ver o prefácio do livro de Alain Badiou, *The Adventure of French Philosophy* (2012).

[52] Um aspecto curioso da formação de Henri Lefebvre, e que explica a busca por uma mediação, é justamente sua posição peculiar na querela entre vitalismo (ou espiritualismo) e idealismo (ou neo-kantismo). Durante os anos de sua *license* em filosofia, na Universidade de Aix-en-Provence, Lefebvre foi orientado por Maurice Blondel, um importante filósofo católico filiado à primeira tradição. Já na obtenção do seu Diploma de Estudos Superiores (DES), na Sorbonne, Lefebvre foi orientado por León Brunschvicg, filiado à segunda dessas tradições. É possível argumentar que Lefebvre, em um certo sentido, herda elementos de cada uma dessas tradições, embora se distanciando de seus mestres. Sobre isso ver, Burkhard (2000) e Shields (1998).

chamamos de nível topo-lógico e o nível lógico. É no espaço que as grandes arquiteturas do Capital se atualizam e projetam sobre os corpos e sobre a vida cotidiana sua dominação – unificando a pressuposição com a produção. Por outro lado, é também no espaço que a vida a todo tempo busca navegar os resíduos, os aspectos incompletos da totalização capitalista, a fim de projetar novas materialidades que anunciam sempre o possível (uma nova totalidade) no seio do impossível (a totalidade do Capital)[53]. Se o espaço como mediação é esquecido ou tratado, como veremos ser o caso entre os grandes nomes do estruturalismo francês, como abstração, este passa a ser incorporado ao nível lógico *como se* este fosse seu pressuposto e seu produto – i.e., o espaço social torna-se, por reificação, o espaço estrutural do Capital. É precisamente o aspecto putativo do espaço abstrato que deve ser questionado e demonstrado como produto do fetichismo do Capital se se quer restaurar a possibilidade de uma transformação total.

Embora à primeira vista o que viemos discutindo até agora esteja mais ligado ao campo da ontologia (seja pelo lado da categoria estrutura, isto é, da ontologia do sistema, seja pelo lado da categoria personificação, ou da ontologia do sujeito), a linhagem filosófica dessa discussão remonta, como bem deixa claro Henri Lefebvre, à problemática epistemológica do espaço e a sua recepção dentro da filosofia francesa.

Em Dercates, há uma separação entre sujeito e objeto, ou entre sujeito e espaço, que é tratada na forma dicotômica *res cogitans/res extensa* – a mente ou o sujeito é de uma substância diferente, inextensiva, com relação aos objetos distribuídos no espaço que é, por natureza, extensivo. Embora Kant resolva parcialmente o problema da conexão entre sujeito e objeto ao internalizar o espaço como forma pura da intuição do sujeito transcendental, uma parte do problema permanece, na medida em que o espaço continua deslocado do mundo empírico, porque internalizado no aparato cognitivo do sujeito – o espaço se refere ainda ao mundo externo da mente, embora agora seja a forma como esse mundo aparece para o sujeito no esquema da estética transcendental. Para Lefebvre, o tratamento dado pelos matemáticos à questão do espaço continuou por aprofundar a separação entre espaço empírico, ou social, e espaço mental, uma vez que as novas imagens, cada vez mais abstratas, endereçadas ao espaço (da topologia à geometria não euclidiana) dificultavam ainda mais uma

[53] O aspecto mediador do espaço na obra de Henri Lefebvre será abordado na seção seguinte a partir da teoria lefebvreana dos níveis e dimensões de análise do fenômeno urbano. Por hora, cabe salientar que Lefebvre postula uma interpretação da totalidade a partir de três níveis – o nível global (o Capital e o Estado), o nível mediador (o Urbano) e o nível privado (a vida cotidiana). Essa proposta abre espaço para pensar um nível que é disputado pelos dois outros polos, o conceito e a vida, numa disputa que é propriamente o horizonte da revolução urbana (sobre isso, ver Lefebvre, 2002).

possível resposta à pergunta: "como fazer transições dos espaços matemáticos (i.e., das capacidades mentais da espécie humana, da lógica) para a natureza em primeiro lugar, para a prática em segundo, e por fim para a teoria da vida social – que presumivelmente deve desenrolar-se no espaço?"[54].

O estruturalismo pode ser lido como herdeiro dessa tradição no campo da epistemologia, precisamente pelo caráter "mental" ou abstrato atribuído ao espaço pelos seus expoentes. Mas mais que isso, enquanto resposta à pergunta anterior, o estruturalismo permanece, para Lefebvre, preso ao mesmo problema das tradições anteriores – qual seja, a de uma ausência de *mediação* entre o espaço lógico/mental e o espaço social. A popularização do termo "l'espace" (e suas variações, como local, sítio, domínio, entre outros) na filosofia francesa foi encabeçada pelos estruturalistas na sua tentativa de produzir, ainda que muitas vezes precariamente, um rigor matemático e/ou lógico nas formulações dos campos ou domínios de que cada recorte disciplinar tratava. Como argumenta Lefebvre, "estamos sempre ouvindo sobre o espaço disso/ou o espaço daquilo: sobre o espaço literário [Maurice Blanchot], espaços ideológicos [Louis Althusser], o espaço do sonho, topologias psicanalíticas [Jacques Lacan] e assim por diante". Cada um desses é marcado pelos seus conjuntos [*ensembles*], "alguns práticos [Jean Paul Sartre], alguns históricos [Michel Clouscaurd], mas todos inevitavelmente acompanhados pela sua 'lógica' apropriada"[55].

Na leitura estruturalista do Capital, cuja qual viemos lidando não explicitamente até aqui, é precisamente isso que ocorre. Ao enunciar a lógica especulativa do Capital, que unifica, do ponto de vista da estrutura, os atos de pressuposição e produção, confunde-se esse "espaço mental", isto é, a estrutura do espaço lógico do Capital com o "espaço social" (da prática e da vida) propriamente dito. Essa passagem sem mediação é o que da origem tanto aos paradoxos causados pela contaminação cruzada entre estrutura e história quanto aos impasses de se pensar os processos de personificação, ou, como ficou conhecido na formulação althusseriana, de *interpelação*, que produzem sujeitos para a estrutura, embora esses sujeitos sejam sempre sujeitos vivos – e nesse sentido sempre excedam aquilo que a estrutura espera destes. Nesse sentido, para Lefebvre, esses discursos sobre o espaço permanecem atados à "oposição entre o status do espaço e o status do 'sujeito'; entre o 'Eu' pensante e o objeto que é pensado" que marcou a tradição do Logos Cartesiano/Ocidental até então, mesmo que algumas dessas formulações argumentem ter superado essa dicotomia.

---

[54] Lefebvre, 1991, p. 03, tradução nossa.
[55] Lefebvre, 1991, p. 03, tradução nossa.

Mais que isso, não é apenas uma oposição entre *res cogitans* e *res extensa* que continua a operar nessas leituras, mas um problema mais profundo: ao postular que os sujeitos são apenas suportes [*Träger*] de relações estruturais e que a subjetividade não é nada além de um espaço pré-designado dentro dessa estrutura, há uma sutura da subjetividade ao espaço abstrato da estrutura que oblitera não apenas a necessidade de uma mediação, mas a própria possibilidade de entender a constituição mútua entre a produção do espaço e a produção de subjetividades, ponto que iremos explorar mais à frente. Por ora, cabe reconstruir algumas dessas formas de tratamento, para que, quando nos voltarmos para as formulações lefebvreanas, suas contribuições e críticas apareçam sob uma nova luz.

Em um texto escrito para um dos tomos de uma espécie de enciclopédia da filosofia ocidental, Deleuze procura responder à pergunta: "em que se pode reconhecer o estruturalismo?". No texto, que deriva de uma fala realizada em dezembro de 1967, às vésperas de maio de 68, fica evidente que mais do que apresentar as linhas gerais do projeto estruturalista – da forma como este aparecia em cada um de seus domínios, como a linguagem, a antropologia, a economia política, a filosofia e a literatura –, há uma tentativa de defesa do caráter produtivo do movimento em termos de uma "prática" política renovada[56]. O texto busca apresentar seis pontos que fazem convergir diferentes autores e formulações em torno do que seria uma espécie de diagrama do estruturalismo em sua variante francesa. Para Deleuze, os projetos convergiam nos seguintes pontos: i) a presença de uma ordem simbólica; ii) uma organização dos elementos em um *puro spatium*, enquanto um espaço topológico da estrutura; iii) o aspecto diferencial e singular da relação entre os elementos articulados pela estrutura; iv) um duplo aspecto diferencial e diferenciante; v) a organização dos elementos em cadeias/séries (duas no mínimo, ou mais); vi) e a presença de um elemento vazio e de valor zero como estruturador e propriamente responsável pelo movimento e relação diferencial das cadeias.

Embora não seja o caso aqui de repassar por todos esses aspectos, é interessante observar a forma como os conceitos de espaço e de subjetividade aparecem aqui. Em primeiro lugar, cabe notar justamente o aspecto simbólico do espaço estrutural. Como nos diz Deleuze, nessa tradição, há uma "descoberta" de um terceiro regime, ou ordem, que se encontra para além do imaginário e do real: a ordem simbólica. O modo como essa ordem é representada dentro de cada campo do conhecimento varia, mas converge no que diz respeito ao seu distanciamento em relação às outras duas ordens:

---

[56] Ver Deleuze, 2003.

> Para além da história dos homens e da história das ideias, Michel Foucault descobre um terreno mais profundo, subterrâneo, que forma o objeto daquilo que ele chama de uma arqueologia do pensamento. Atrás dos homens reais e de suas relações reais, atrás das ideologias e de suas relações imaginárias, Louis Althusser descobre um domínio mais profundo enquanto objeto da ciência e da filosofia[57].

Domínio, terreno – a ordem simbólica conforma um espaço, mas um espaço peculiar, para além do espaço dos indivíduos reais e de suas imagens, para além do espaço em que se desenrola a história. Mas mais que isso, ao postular a existência de uma ordem simbólica para além do real e do imaginário, é a própria ordem de constituição dessas relações que é perturbada: "não apenas o real e o imaginário, mas suas relações, e a perturbação dessas relações, que devem ser pensadas como o limite de um processo no qual estas são constituídas em relação ao simbólico"[58]. Aqui é a própria distinção entre real como elemento concreto ou o imaginário como forma do pensamento que é perdida – o simbólico é sempre anterior ou, no limite, simultâneo à constituição desses dois outros domínios. Esses domínios são sempre co-constituídos, como nos diz Deleuze acima, *em relação ao simbólico*. Em outras palavras, não é a realidade ou o pensamento que deriva a possibilidade da estrutura, mas a "estrutura que é encarnada nas realidades e imagens de acordo com séries determináveis"[59].

O critério da ordem simbólica acaba por estabelecer uma indiferença – ou uma estrutura de invariância – com relação as formas sensíveis, ao mesmo tempo em que esta é a causa da variação – ou da relação diferencial – estabelecida entre as partes (a distinção que Deleuze faz no ponto iv entre diferencial e diferenciante). Para Deleuze, a estrutura

> [...] é mais uma forma combinatória [*une combinatoire*] apoiando elementos formais que por si só não tem forma, nem significado, nem representação, nem conteúdo, nem realidade empírica dada, nem modelo funcional hipotético, nem inteligibilidade por detrás das aparências[60].

O segundo critério se relaciona à essa ideia da estrutura como forma combinatória, afinal, é justamente pelo simbólico não possuir relação com "realidades pré-existentes" ou com "conteúdos imaginários e conceituais" que a combinação dos elementos que este articula deve ser realizada puramente através da concessão de um sentido [*sens*] que é fundamentalmente *posicional* (ponto ii):

---

[57] Deleuze, 2003, p. 172, tradução nossa.
[58] Deleuze, 2003, p. 172.
[59] Ibid.
[60] Ibidem, p. 173.

> Não se trata de uma localização numa extensão espacial real, nem de sítios em extensões imaginárias, mas sim de lugares e sítios em um espaço propriamente estrutural, isto é, um espaço topológico. O espaço é aquilo que é estrutural, mas um espaço pré-extensivo, puro *spatium* constituído pedaço por pedaço como uma ordem de proximidade, no qual o sentido de proximidade tem antes de tudo um sentido precisamente ordinal e não uma significação na extensão[61].

É aqui que a crítica de Henri Lefebvre com relação ao estruturalismo fica mais clara. Esse espaço pré-extensivo não é senão o próprio espaço mental postulado por Descartes como *res cogitans*, isto é, como elemento inextenso. O paradoxo aqui consiste em postular um espaço topológico, mental, pré-extensivo, como "primeiro em relação às coisas e os seres reais que vêm a ocupá-lo"[62] – ou ainda, o modo como esse espaço parece ser causa da qual a existência de coisas e seres em um sentido extensivo é apenas seu efeito, mesmo que a ideia de uma causalidade estrutural diga superar a dicotomia entre causas e efeitos, justamente porque opera um curto-circuito nos dois lados do processo.

Em Michel Foucault, por exemplo, suas arqueologias e suas genealogias buscam demonstrar precisamente o modo como estratos de tempo constituem relações *necessárias* entre os elementos *contigentes* dos campos discursivo e não-discursivo. Com relação às práticas discursivas, Foucault está interessado em analisar a formação de um discurso que ampara e cria, por assim dizer, seu objeto de conhecimento/poder – o discurso médico, legal, sexual ou psiquiátrico, são formas que definem um regime discursivo para os objetos e espaços que efetivamente criam como sua contraparte: a doença e o hospital, a dissidência ou a delinquência e a prisão, a perversão sexual e a alma, a loucura e o hospício, por exemplo. Toda prática discursiva, no entanto, é endereçada a uma formação não-discursiva, a saber, instituições, práticas econômicas, processos sociais, sujeitos, entre outros, de modo que cada prática discursiva pressupõe e produz um sujeito e um espaço condizentes para si.

É por isso que Deleuze nos diz que a distinção entre discursivo e não discursivo pode ser mapeada através de outras distinções que vão desde o visível e o articulável, a forma do conteúdo e a forma de expressão, palavras e coisas (distinção que inclusive dá nome a um dos livros de Foucault) até chegar à dicotomia entre meio/espaço [*environment*] vs. declaração [*statement*][63] que marca a *Arqueologia do Saber* (2008 [1969]). Vejamos um exemplo. Para Foucault, o sistema prisional combina tanto discursos (a lei, o código penal, o código moral) quanto arquiteturas (o Estado, a prisão, a polícia). Mas a articulação entre esses dois

---

[61] Ibidem, p. 174.
[62] Ibidem.
[63] Sobre isso, ver Deleuze, 1988, em particular o capítulo "Um Novo Cartógrafo".

momentos, o discursivo e o não discursivo, entre o as declarações do código penal e o espaço prisional são, à primeira vista, contigentes. Do lado da prisão, por exemplo, ela desempenha papeis diferentes a depender das formações sociais na qual este espaço se apresenta[64]:

> Nas sociedades soberanas, [a prisão] existia apenas na periferia de outras formas organizadas de punição, porque está preenche o diagrama da soberania apenas até um grau inferior. Por outro lado [nas sociedades disciplinares], dispersa-se em todas as direções e não só se encarrega dos objetivos do direito penal, mas impregna as outras formas organizadas porque cumpre [agora] em alto grau as exigências do diagrama disciplinar[65].

Do mesmo modo, o direito penal, enquanto elemento discursivo, muda sua função de um estrato de tempo a outro, de um diagrama a outro, saindo primeiro de uma função de vingança e restauração do poder soberano para uma defesa da sociedade em termos da propriedade privada. Dessa forma, o que articula o aspecto discursivo do direito penal com o aspecto espacial da prisão não é uma relação necessária entre os dois momentos, mas um encontro contigente que ocorre na passagem para o diagrama disciplinar que o torna retroativamente necessário – aqui é o *diagrama*, ou a estrutura propriamente dita, que articula um tipo particular de direito penal a um tipo particular de espaço destinado a produzir a visibilidade do objeto discursivo que o primeiro cria, isola e diferencia:

> [...] a prisão como a visibilidade do crime não deriva do direito penal como forma de expressão, mas evolui de algo completamente diferente, que é 'disciplinar' e não judicial; enquanto o direito penal, por outro lado, produz declarações sobre a 'delinquência' independente da prisão [...]. As duas formas não tem a mesma formação, no sentido arqueológico da *Gestaltung*. Ainda assim elas se encontram, mesmo que [este encontro] seja o resultado de uma certa 'trapaça' [*jiggery-pokery*][66].

O encontro entre o discurso penal e o espaço prisional atualiza, articula e reproduz o diagrama disciplinar que subjaz a existência imaginária do primeiro e real dos sujeitos e espaços do segundo. Nesse sentido, leis, penas, estudos jurídicos, de um lado, e prisioneiros, prisões, delegacias, etc., de outro, são sempre secundários com relação ao espaço pré-extensivo que é cartografado pelo diagrama (ou estrutura).

---

64 A prisão durante o período da soberania não havia conexão direta com o direito penal e não figurava entre as penas comuns do sistema judiciário. Como diz Foucault (1999, p. 137): "Na realidade a prisão [...] tinha apenas uma posição restrita e marginal no sistema das penas. Os textos o provam. A ordenação de 1670, entre as penas aflitivas, não cita a detenção". Mais à frente: "com efeito, a prisão era ainda mais desqualificada porque estava, na prática, diretamente ligada ao arbítrio real e aos excessos do poder soberano" (Ibid, p. 138).

65 Deleuze, 1988, p. 41.

66 Ibid, p. 62-63.

A consequência de tratar espaços, discursos e sujeitos como secundários a estrutura é o mesmo do qual viemos falando ao longo do capítulo no que diz respeito ao curto-circuito entre pressuposição e produção. Tanto o discurso penal quanto o espaço prisional pressupõem a existência de um sujeito a ser endereçado – seja o sujeito que recebe a pena (aqui funcionando como aquele que é enunciado pela forma de expressão), seja o sujeito que é detido na prisão (funcionando como aquele que é contido pela forma do conteúdo). Mas como sujeitos, nessa tradição, são sempre secundários, sua pressuposição deve ser exatamente a sua produção, na medida em que não há nada que pré-existe à estrutura (ou ao diagrama) que torna possível a articulação entre essas duas formas diferentes de sujeição (discursiva e não discursiva).

As diferentes "histórias" reconstruídas por Foucault, da sexualidade à loucura, da governamentabilidade à biopolítica, revelam como inúmeras instituições modernas, como o hospício, o hospital, as prisões e as práticas e saberes a elas associados conformam e produzem, em última instância, os sujeitos e aquilo que se procura dominar de maneira produtiva. No caso da sexualidade, por exemplo, Foucault chega até mesmo a rejeitar a hipótese de que a sexualidade seria ao longo da história um elemento puramente reprimido, uma vez que a única sexualidade que conhecemos, hoje, tanto aquela que dizemos ser reprimida quanto a verdade sobre o sexo que é produzida e permitida pelo elemento discursivo, é aquela criada pelo próprio tipo de poder destinado a dominá-la[67]. Nesse sentido, há de novo aqui o problema de uma passagem do contingente ao necessário, do histórico ao lógico, na medida em que, neste curto-circuito, o disciplinamento da sexualidade precisa ser a causa da existência de uma sexualidade a ser disciplinada, e não o oposto – assim como o capital deve constantemente re-produzir logicamente as condições que historicamente estavam em sua origem, a saber, a disponibilidade de uma força de trabalho que não é, se não, do seu ponto de vista, seu próprio produto.

O poder disciplinar, nesse sentido, embora surja sempre da concatenação de elementos históricos particulares e contigentes – no caso da sexualidade, por exemplo, a partir das noções de higiene, de autoexame, de confissão, de desvios de conduta, entre outros – aparece, ao fim do processo, como *causa* das modulações subjetivas e, portanto, como uma

[67] "É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna" (Foucault, 1988, p. 14).

espécie de totalidade que pressupõe e (re)cria suas próprias condições. É nesse sentido que Deleuze, ao examinar o trabalho de Foucault em seu texto de 1967, pode afirmar que, na tradição estruturalista, os lugares a serem ocupados pelos indivíduos que irão tornar-se sujeitos *para* determinado poder são sempre constituídos *antes* de sua ocupação efetiva:

> Quando Foucault define determinações tais como a morte, o desejo, o trabalho, o jogo, não as considera como dimensões da existência humana empírica, mas antes como a qualificação de locais ou de posições que tornarão mortais e "morrentes", ou desejantes, ou trabalhadores, ou jogadores aqueles que virão ocupá-los; mas que só virão ocupá-los secundariamente, desempenhando seus papéis segundo uma ordem de vizinhança que é a da própria estrutura. É por isso que Foucault pode propor uma nova repartição do empírico e do transcendental, sendo este último definido por uma ordem de locais independentemente daqueles que os ocupam empiricamente. O estruturalismo não é separável de uma filosofia transcendental nova, em que os lugares prevalecem sobre aquilo que os preenche. Pai, mãe, etc. são antes lugares numa estrutura; e, se somos mortais, é entrando na fila, vindo a tal lugar, marcado na estrutura segundo esta ordem topológica das vizinhanças (mesmo quando antecipamos nossa vez)[68].

Essa nova repartição entre o empírico e o transcendental reflete a passagem sem mediação que mencionamos anteriormente do espaço mental ao espaço social. O espaço assim organizado pelo poder, seus dispositivos e instituições (o panóptico enquanto diagrama, por exemplo) são tomados como pré-existentes, isto é, são espaços logicamente anteriores aos indivíduos que virão a ocupá-los e tornar-se, por meio desta ocupação mesma, sujeitos (ainda neste exemplo, presos). O espaço estrutural, nesse sentido, é, como nos diz Deleuze, "um espaço inextenso, pré-estensivo, *puro spatium* constituído cada vez mais como uma ordem de vizinhança", um espaço que é "primeiro em relação às coisas e aos seres reais que vêm a ocupá-los; primeiro também em relação aos papeis e aos acontecimentos sempre um pouco imaginários que aparecem necessariamente quando são ocupados"[69].

No que diz respeito à relação entre espaço e subjetividade, o mesmo curto-circuito produz aqui o efeito de colapsar o elemento sempre excessivo e diferencial da subjetividade frente à determinação abstrata da estrutura que forma seu espaço pré-determinado de agência. Vejamos o exemplo que Foucault nos dá sobre a ideia moderna do Homem ou da Alma. Para Foucault,

> O homem de que nos falam e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma "alma" o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o seu

[68] Deleuze, 2003, p. 174, tradução nossa.
[69] Deleuze, 2003, p. 174.

> corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo[70].

Ou ainda,

> A história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da "alma" moderna. A ver nessa alma os restos reativados de uma ideologia, antes reconheceríamos nela o correlativo atual de uma certa tecnologia do poder sobre o corpo. Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em tomo, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos [...][71].

É evidente o avanço nessa formulação no que diz respeito a qualquer tipo de tradição que busque se basear numa noção romântica de decadência ou alienação de uma essência originária, primitiva ou pristina. O homem ou a alma da qual tratamos hoje – mas, poderíamos dizer também o mesmo para a loucura, para a delinquência, etc. – são produtos dos poderes e das disciplinas que buscam dominá-lo. Um sentido de indivíduo como o predominante hoje no capitalismo, por exemplo, só pode ser concebível como efeito de sua própria determinação do sujeito como proprietário de sua força de trabalho como mercadoria – nesse sentido, a noção mesma de individualidade tem uma validade histórica muito limitada e uma função social muito bem determinada dentro de um modo de produção específico. O problema nesta tradição, para Lefebvre, será fazer coincidir o espaço mental determinado pela estrutura com o espaço social, isto é, o espaço da vida cotidiana mesma. Entre a determinação estrutural de um sujeito que serve como suporte para a estrutura e a atualização concreta dessa estrutura na vida cotidiana (sua aterrisagem) há toda uma necessidade de mediações que tecem relações conflitivas, antagonísticas e negociações que fazem que qualquer sujeito concreto seja sempre mais ou menos, mas nunca igual, a sua determinação meramente estrutural.

O mesmo problema e uma forma similar de repartição entre o empírico e o transcendental, entre o contingente e o necessário, pode ser encontrado em Louis Althusser e os intérpretes do capital que seguem sua tradição[72]. A leitura do Capital como uma estrutura econômica, em particular a partir da interpretação de que as relações de produção são lugares a serem ocupados, pré-determinados pela própria topologia da estrutura, supõe um

---

[70] Foucault, 1999, p. 33.
[71] Ibid, p. 32.
[72] Estou pensando aqui nos colaboradores de *Lire Le Capital* (1965), Pierre Macherey, Étienne Balibar e Jacques Rancière.

movimento similar ao observado em Foucault. No clássico capítulo 4 de Ler o Capital, entre os problemas que Althusser mapeia como resultado de uma leitura ideologicamente "empiricista" da história está aquilo que ele denomina "o problema do indivíduo na história". Para ele, o problema da agência individual na história é um falso problema na medida em que o objeto que concerne à teoria da história é um objeto de natureza distinta daquele observado a "olho nu". Voltando ao artigo de Deleuze de 1967, o objeto da história, e, por assim dizer, o objeto de Marx n'O Capital, é um objeto da ordem simbólica, que não se confunde com suas expressões e atualizações reais ou imaginárias – isto é, nem com práticas econômicas efetivamente reais e nem com sujeitos no sentido ideológico do termo.

Resulta daí que o problema da agência individual na história é derivado de uma confusão entre o aspecto essencialmente distinto entre a contingência e a necessidade:

> As oposições necessidade/contingência ou necessidade/acidente são do mesmo tipo e tem a mesma função [que a distinção entre essência e fenômeno]: a de preencher um vazio entre a parte teórica de um objeto (e.g., a economia) e a parte não-teórica, a parte empírica de outro (o não-econômico, no qual a economia 'se afirma': as 'circunstâncias', a 'individualidade', etc.). Dizer, por exemplo, que a necessidade 'se afirma' entre os dados contigentes e as circunstâncias diversas, etc., é estabelecer um mecanismo espantoso no qual duas realidades sem relações diretas são comparadas. 'Necessidade', nesse caso, designa um *conhecimento* (e.g., a lei da determinação em última instância pela economia), e as 'circunstâncias' *é o que não é conhecido*. [...] o que permite que os *termos sejam cortados*, alcançando um curto-circuito falacioso onde o *conhecimento* de um objeto determinado (a necessidade econômica) é comparado com a existência empírica de um objeto diferente [...][73].

Em outras palavras, para Althusser, a necessidade só pode ser afirmada *do ponto de vista da teoria*, enquanto a existência empírica de sujeitos, situações, práticas, etc., em suma, do contigente, se encontra fora do domínio do objeto da ciência d'O Capital.

Embora essa distinção seja evidentemente necessária, como o próprio Marx apontou em diversos momentos do Capital, em trechos sobre a *personificação* que trouxemos ao longo do início deste Capítulo, a prudência de Althusser ao tratar dessa distinção perde um pouco de rigor quando passa a discutir a atualização/realização desse espaço estrutural no espaço econômico em um sentido concreto. Ao dizer do aspecto *necessário* de sujeitos que agem como suporte para a estrutura, Althusser nos diz que:

> O Capital nos dá os princípios necessários para colocar este problema [o das *formas históricas de existência da individualidade*]. Ele define para o modo de produção capitalista as diferentes formas de individualidade requeridas e produzidas por esse modo de acordo com as funções, das quais os indivíduos são 'suportes' (*Träger*), na

[73] Althusser, 1970, p. 111.

> divisão do trabalho, nos diferentes 'níveis' da estrutura. Evidentemente, mesmo aqui, o modo de existência da individualidade num dado modo de produção não é legível para o olho nu [situado] na 'história'; seu conceito, também, deve ser assim *construído* [...][74].

O status do próprio indivíduo aqui é tratado do ponto de vista do objeto da ciência, isto é, dentro da ordem simbólica como vimos anteriormente. Há uma distância, por assim dizer, entre o indivíduo produzido e pressuposto pelo espaço da estrutura e as chamadas formas históricas de existência da individualidade que não permite que os indivíduos que vemos cotidianamente a olhos nus sejam sequer comparáveis com indivíduos no sentido estrutural proposto aqui. Ora, mas essa distinção é um beco sem saída, afinal, se uma teoria só é capaz de explicar a existência de indivíduos que absolutamente não existem, e de relações econômicas absolutamente não observáveis, qual a validade do objeto construído diante de uma realidade que se pretende, em última instância, transformar?

Esse aspecto abstrato dos sujeitos dará lugar a uma tentativa de pensar uma mediação possível, isto é, uma passagem do espaço da estrutura ao espaço cotidiano. Em seu texto de 1971, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, e depois na coletânea de textos que seriam reunidos sobre o título *Sur la reproduction* (1995), Althusser busca lidar com o problema que abrimos o presente capítulo: o problema da *reprodução das relações de produção capitalistas*. Para Althusser, todo modo de produção precisa garantir, para além da produção de coisas e dos meios de produção, a reprodução da classe trabalhadora, que implica também a reprodução de uma capacidade técnica para operar os meios de produção do atual estágio das forças produtivas. Essa função do modo de produção "*não tende mais* [...] a ser assegurada '*no trabalho*' (a instrução durante a produção mesma) mas, cada vez mais, *fora* da produção, pelo sistema escolar capitalista"[75]. A escola também seria responsável por repassar para a nova geração de futuros trabalhadores não apenas uma qualidade técnica no que diz respeito a produção, mas todo um conjunto de *disciplinas* que formam 'bons hábitos' esperados por cada agente que irá ingressar no processor produtivo e sua respectiva divisão do trabalho. Desse modo, a reprodução das relações sociais de produção implica tanto a reprodução das qualificações quanto das formas de submissão dos sujeitos à determinação do processo produtivo[76].

Essa forma de submissão ou de sujeição é operada por aquilo que Althusser denominou de *ideologia dominante*, que se realiza através dos aparelhos de Estado. Há uma

---

[74] Ibid, p. 112.
[75] Althusser, 2014, p. 50.
[76] Ver Althusser, 2014, p. 51.

distinção importante em Althusser entre os aparelhos repressivos do Estado (a polícia, a justiça, o exército, a prisão, etc.), aqueles que se baseiam e fazem uso direto ou indireto da violência e da coerção físicas, e os *aparelhos ideológicos de Estado* (doravante AIEs) que produzem um outro tipo de coerção não-física. O segundo engloba a família, a escola, os espaços religiosos, a política, os meios de comunicação, entre outros. De modo geral, os AIEs funcionam produzindo sujeitos que agem, pelo menos no exame imediato de suas consciências, de 'livre e espontânea vontade'. Esses aparelhos são chamados 'ideológicos', de um lado, porque se asseguram de cumprir o papel, discutido acima, de reproduzir e produzir hábitos, costumes, gestos e ritmos próprios e produtivos para a estrutura em questão (que é sempre uma estrutura determinada por uma ideologia da classe dominante), e, de outro, são denominados 'de Estado' por estarem conectados ao controle que a classe dominante faz dos aparelhos estatais como expressão de seu poder de classe.

Aqui fica claro que Althusser desce a um degrau abaixo da abstração de seu objeto teórico (ou da ordem simbólica do Capital enquanto estrutura) para tratar mais precisamente da realização dessa estrutura na vida cotidiana. Nesse momento, não faltam palavras para descrever o aspecto 'concreto' dos AIEs: i) "qualquer um pode observar, *empiricamente*, que existem 'instituições' e 'organizações', como são chamadas, correspondendo a cada AIE"[77]; ii) "[...] embora definidos como *ideológicos*, não são redutíveis à existência 'de ideias' sem um *suporte concreto, material*"[78]; iii) "[...] essas práticas materiais estão '*ancoradas*' em *realidades não-ideológicas*"[79]; iv) "a ideologia não existe no 'mundo das ideias' concebido como um 'mundo espiritual'. *A ideologia existe nas instituições e nas práticas específicas* a elas"[80]; v) A ideologia existe "[...] precisamente *na prática desses indivíduos*" – "seu comportamento *concreto*"[81]; entre tantas outras passagens que indicam o status concreto, empírico, real, cotidiano e material das práticas ideológicas.

Embora a contribuição de Althusser aqui seja valiosa, e, poderíamos dizer, não muito distante daquilo que Lefebvre buscou avançar em seu projeto da Crítica da Vida Cotidiana[82], todo o problema do qual viemos tratando até então, o da falta de mediação entre o espaço (mental) da estrutura e o espaço social, ressurge quando Althusser busca avançar para além do que ele mesmo chama de uma teoria *descritiva* da ideologia em direção a uma teoria *geral*

---

77 Althusser, 2014, p. 76, grifo nosso.
78 Althusser, 2014, p. 76, grifo nosso.
79 Ibid, grifo nosso.
80 Ibidem, p. 156, grifo nosso.
81 Ibidem, p. 156, grifo nosso.
82 Lefebvre, 2014.

da ideologia – "[...] um aspecto peculiar da ideologia é que ela é dotada de uma estrutura e de um funcionamento que a tornam uma realidade não-histórica – isto é, oni-histórica –, no sentido de que essa estrutura e esse funcionamento são, *em uma e da mesma forma, imutáveis*, presentes ao longo daquilo que chamamos de *história* [...]"[83]. Isso significa que, para além da realidade concreta das ideologias (imaginário) e de suas instituições (espaço), haveria uma estrutura de invariância que governa a variabilidade histórica dessas ideologias e instituições, de sujeitos e suas práticas, *fora da história* – ou, com Foucault e Deleuze, como um diagrama abaixo da história.

A problemática do sujeito (ou da produção de subjetividades) também reaparece aqui sob a forma da invariância, mesmo depois de Althusser alcançar o nível mais rico das práticas espaciais e suas interrelações com as práticas que criam subjetividades,

> Nós devemos, então, dizer, considerando um único sujeito (esse e aquele indivíduo), que a existência das ideias que ele acredita é material, no sentido que suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, regulados por rituais materiais, que são, eles mesmos, definidos pelos aparelhos ideológicos materiais dos quais (dificilmente por coincidência!) suas ideias derivam. [...] a materialidade de uma caminhada à missa na igreja, de ajoelhar-se, de fazer o símbolo da cruz ou de bater no próprio peito, de uma sentença, de uma oração, de um ato de contrição, um ato de penitência, de um olhar, um aperto de mão, um discurso verbal exterior ou um discurso verbal 'interior' (consciência) [...].

Dessa precisa elaboração, Althusser recua ao nível do espaço mental para explicar a Subjetividade (com S maiúsculo) a partir de uma estrutura invariante, isto é, desse espaço topológico que organiza sujeitos e suas práticas concretas como meros suportes de práticas mais abstratas:

> Reconhecer que nós somos sujeitos, entretanto, e que funcionamos dentro de rituais práticos mais elementares da vida cotidiana (apertos de mão, o fato de te chamar pelo seu nome, o fato de saber que você 'tem' um nome próprio graças ao qual você é reconhecido como um sujeito único, mesmo que eu não saiba qual é seu nome) – esse reconhecimento nos dá apenas a 'consciência' de nossa incessante (eterna) prática de reconhecimento ideológico: sua consciência, isto é, *seu reconhecimento*. De modo algum isso nos dá o *conhecimento* (científico) do mecanismo de reconhecimento, ou o reconhecimento do reconhecimento. Ainda assim, é esse conhecimento que precisamos obter se quisermos, enquanto falamos na ideologia e a partir da ideologia, delimitar um discurso que busca quebrar com a ideologia, e que arrisca inaugurar um discurso científico (um discurso sem sujeito) sobre a ideologia[84].

A ideologia, enquanto objeto teórico, é um discurso sem sujeitos, longe dos rituais práticas mais elementares da vida cotidiana. Um objeto científico da ordem do simbólico, que não se

---

[83] Althusser, 2014, p. 175, grifos do autor.
[84] Althusser, 2014, p. 190.

confunde com os aspectos concretos, empíricos, materiais, etc., que pertencem a uma teoria meramente descritiva da ideologia e de seu funcionamento.

Essa forma de postular o problema da ideologia dá origem a uma série de paradoxos que Althusser busca resolver a partir da operação de *interpelação*. Para Althusser, "*toda ideologia convoca ou interpela indivíduos concretos como sujeitos concretos*, através do funcionamento da categoria de sujeito"[85]. Isso implica dizer que é a ideologia mesma que "'transforma' indivíduos em sujeitos", que "'recruta' sujeitos entre indivíduos"[86]. Mas isso significaria que existe algo prévio, aqui distinguido como indivíduos concretos, a que a ideologia se endereça. Althusser rapidamente se desfaz dessa possibilidade ao assumir que "*indivíduos são já e sempre sujeitos*"[87]. Para explicar essa posição sempre já determinada dos sujeitos, Althusser usa como recurso uma metáfora espacial:

> Antes de nascer, assim, a criança é já e sempre um sujeito, marcado [*assigne*] como sujeito na e pela configuração ideológica familiar na qual ele é 'aguardado' uma vez que fora concebido ('deliberadamente' ou 'por acidente'). Não há necessidade de acrescentar que esta configuração ideológica familiar é, na sua singularidade, terrivelmente estruturada, e que é nesta estrutura implacável, mais ou menos "patológica" (se é que se pode atribuir algum significado a essa palavra) que o anterior sujeito-a tornar-se deve 'encontrar' 'seu' *lugar*, 'tornar-se' o sujeito sexual (menino ou menina) que já é de antemão.

O sujeito deve encontrar o seu *lugar* – e mesmo que essa metáfora aqui não seja estendida ou analisada em profundidade, poderíamos afirmar sem sombra de dúvidas que esse lugar que o sujeito vem a ocupar, não é um lugar físico, material, concreto, etc., mas um lugar na topologia estrutural organizada no aparelho ideológico expressado pela família enquanto instituição. O caráter do sujeito e do espaço na tradição estruturalista althusseriana permanece atado a descrição de um sujeito que se limita a ser o suporte ou a utilizar a máscara do capital[88] e de um espaço que não é, se não, o espaço designado pela estrutura – por isso mesmo o recurso incessante a metáforas espaciais, fazendo jus à crítica de Henri Lefebvre à falta de uma mediação concreta e material entre o espaço da estrutura e o espaço social e da vida cotidiana.

---

[85] Ibid, grifos do autor.
[86] Ibidem.
[87] Ibidem, p. 192, grifos do autor.
[88] Sobre isso ver o capítulo 3 da parte 3 de *Ler O Capital*, escrito por Étienne Balibar (1970, p. 252), onde argumenta que, para Marx e o objeto de O Capital, "não estamos lidando com homens concretos", "o homem não aparece na teoria exceto na forma de suportes para as conexões implicadas pela estrutura, e a forma de sua individualidade com efeito determinado da estrutura". Balibar vai além ao dizer que é por confundir *indivíduos concretos* com os elementos da estrutura que toda a problemática ideológica das *mediações* surge (ver ibid., p. 253).

Essa forma de interpretação de elementos históricos e contigentes, ou da repartição, como o primeiro deles mesmo chama, entre o transcendental e o empírico, reaparece ainda em Deleuze e Guattari. Ainda sobre o tema da família, os dois filósofos assumem posições similares ao tratamento dado a noção de espaço e sujeito por Foucault e Althusser. Na seção intitulada *Édipo, finalmente*, do capítulo 3 do livro *O Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari se propõem a pensar o problema da reprodução dentro do capitalismo e sua ligação com a estrutura edipiana da psicanálise (o triângulo, proposto por Freud, pai-mãe-filho). Enquanto na máquina territorial e na máquina despótica a reprodução social, econômica e biológica humana nunca podem ser apreendidas de maneira separada, no modo de produção capitalista a reprodução econômica se torna dominante e determinante dos outros momentos da produção (essa capacidade de determinação ecoa os problemas da reprodução das relações sociais de produção que viemos tratando até então)[89]. Se nas duas primeiras formas de *socius* as formas de reprodução se constituem e dão a forma uma às outras de maneira co-constituída (as relações de parentesco, por exemplo, dando a forma de realização da divisão social do trabalho e da reprodução biológica), no capitalismo a forma econômica da reprodução fagocita tanto a reprodução biológica quanto a reprodução social que agora passam a expressar seus imperativos. Como nos dizem Deleuze e Guattari:

> O capital é que tomou para si as relações de aliança e de filiação. Segue-se uma privatização da família, com o que ela para de dar sua forma social à reprodução econômica: ela é como desinvestida, posta fora de campo; para falar como Aristóteles, ela não é senão a forma da matéria ou do material humano que se encontra subordinada à forma social autônoma da reprodução econômica, e que vem a ocupar o *lugar* que esta lhe consigna[90].

A forma social autônoma de que nos falam é o capitalismo mesmo em sua capacidade, como argumentamos ao início do capítulo, de internalizar e assim tornar automática a reprodução das relações sociais de produção. Para os dois filósofos, o Capital realiza isso através de um duplo processo de *desterritorialização* (das alianças, das filiações, no nosso exemplo anterior, das relações de parentesco) e *recodificação* (reinscrição dessas relações de parentesco *como* expressões das relações econômicas do Capital). Esse movimento é a condição para que a família ocupe um *lugar* específico dentro da reprodução das relações capitalistas, na medida em que é sobre a família mesma que o campo social *aplica* suas funções. Disso resulta que as posições particulares que cada um vem a ocupar como sujeito

---

[89] Sobre a diferenciação entre máquina territorial e máquina despótica ver as seções III.2 (A máquina territorial primitiva) e III.6 (A máquina despótica bárbara) em Deleuze e Guattari, 2020a.
[90] Deleuze e Guattari, 2020a, p. 349, grifo nosso.

dentro da família (as posições edipianas, por exemplo, pai, mãe e filho) se tornem meros *suportes*, por assim dizer, de relações sociais capitalistas em sua aterrisagem no campo familiar:

> No lugar da família, estas pessoas privadas são formalmente determinadas como pai, mãe, filho. [Mas] as pessoas privadas são uma ilusão, imagens de imagens ou derivadas de derivadas. [...] assim, pai, mãe e filho devêm simulacros das imagens do capital ("Senhor Capital, Senhora Terra" e seu filho, o Trabalhador...) de modo que estas imagens já não são reconhecidas no desejo, determinado a investir apenas seu simulacro. As determinações familiares devêm aplicações da axiomática social. A família devém o subconjunto ao qual se aplica o conjunto do campo social. Como *cada um* tem um pai e uma mãe a título privado, é um subconjunto distributivo que simula para cada um o conjunto coletivo das pessoas sociais, que fecha o domínio e emaranha suas imagens.

Conjunto, subconjunto, aplicação, domínio, axiomática – fica claro que a família aqui possui, para os dois, uma relação que é fundamentalmente matemática com o Capital, i.e., a família é apenas um subconjunto que expressa isomorficamente, embora não necessariamente de maneira homogênea, o conjunto mais amplo do Capital no qual se encontra inserida. Novamente, estamos falando de uma relação proposta e postulada em um espaço mental, um espaço da topologia matemática do Capital, mas que a todo tempo realiza saltos na direção da realidade material e cotidiana – a realidade familiar, a realidade de um filho em relação aos seus pais, etc. O problema se agrava ainda justamente pelo sentido dado por Deleuze em seu texto de 1967 à questão da ordem simbólica e à noção de subjetividade mesma. Os indivíduos que ocupam no interior da família os lugares isomorficamente modelados pela estrutura do Capital possuem *menos* realidade do que as pessoas sociais que cada um destes expressam – ou ainda, o indivíduo é sempre de segunda ordem no que diz respeito as relações simbólicas do Capital que dão sua forma primeira:

> As pessoas individuais são, primeiramente, pessoas sociais, isto é, funções derivadas de quantidades abstratas; elas próprias devêm concretas ao serem postas em relação a essas quantidades, na axiomática dessas quantidades, em sua conjunção. São exatamente configurações ou imagens produzidas pelos ponto-signos, pelos cortes-fluxos, pelas puras "figuras" do capitalismo: o capitalista como capital *personificado*, isto é, como função derivada do fluxo do capital, o trabalhador como força de trabalho *personificada*, função derivada do fluxo de trabalho. O capitalismo, assim, preenche seu campo de imanência com imagens [...][91].

Novamente aparece, aqui, a noção marxiana de personificação. As pessoas individuais, os pais, mães e filhos de carne e osso que povoam as famílias realmente existentes, funcionam sempre como suporte das pessoas sociais, isto é, dos lugares-subjetividades que são articulados no nível da estrutura do Capital. Édipo, nesse sentido, não é nada além do nome

[91] Deleuze e Guattari, 2020a, p. 350, grifo nosso.

do processo de aterrisagem ou de personificação das "imagens sociais de primeira ordem às imagens familiares privadas de segunda ordem"[92]. A pergunta de Lefebvre novamente ressoa aqui: como essa transição entre a topologia matemática, entre esse espaço mental do Capital, e o espaço social, material e da vida cotidiana é realizada? O que media esse processo de aterrisagem? Se essa passagem é isomórfica, porém não homogênea, o que explica a variação que se observa nas famílias mesmo diante de uma suposta estrutura de invariância que estaria operando acima – ou por dentro, como provavelmente diriam Deleuze e Guattari – das famílias? Deixemos essa pergunta em aberto por enquanto.

Por fim, gostaria de retornar ao mesmo tipo de paradoxo que abordamos ao início sobre a relação entre necessidade e contingência e a contaminação cruzada entre lógica e história. Ainda no início do capítulo 3 de *O Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari avançam uma definição do capitalismo como "única máquina social que se construiu como tal sobre fluxos descodificados, substituindo os códigos intrínsecos por uma axiomática das quantidades abstratas em forma de moeda"[93]. Isso significa, como vimos no caso do parentesco, que códigos sociais que tinham outra função e outra determinação em diferentes máquinas sociais são reinterpretados do ponto de vista do Capital. Isto é, ainda que as relações de parentesco desempenhem funções muito diferentes em populações primitivas[94], o capitalismo é capaz de re-inscrever e re-codificar práticas de parentesco dentro de sua axiomática, de modo que essas mesmas relações se tornam suportes de relações, agora, propriamente capitalistas. Nesse sentido, para os dois, a partir dessa capacidade de reinserção de práticas passadas sob o comando do socius capitalista seria

> [...] procedente compreender retrospectivamente toda a história à luz do capitalismo, mas sob a condição de se seguir exatamente as regras formuladas por Marx: primeiramente, a história universal é a das contingências, e não a da necessidade; é a dos cortes e dos limites, e não a da continuidade. Porque foram indispensáveis acasos – espantosos encontros que poderiam ter-se produzido em outro lugar, num tempo anterior, ou nem sequer terem ocorrido – para que fluxos escapassem à codificação e, em escapando, não deixassem de constituir uma nova máquina determinável como *socius* capitalista [...][95].

---

92 Ibid, p. 351.
93 Deleuze e Guattari, 2020a, p. 185.
94 Ver, como exemplo disso, o interessante estudo de Peter Gow (1997) sobre os Piro da Amazônia peruana e a relação entre parentesco e subjetividade.
95 Deleuze e Guattari, 2020a, p. 186.

Em outras palavras, ainda que o Capital e uma sociedade de mercado sejam, como Polanyi[96] mesmo nos diz, uma etapa muito recente e limitada dentro da história dos modos de intercâmbio, para Deleuze e Guattari, toda a história humana pode ser relida como uma história do devir capitalista, uma vez que este último surge e reescreve sua própria história – novamente, os encontros contigentes que formam o Capital assumem a forma de uma determinação retrospectivamente necessária.

Esse mesmo movimento aparece no capítulo "7000 a.C. – aparelho de captura" em sua proposição XI "O que vem primeiro?". Neste capítulo, Deleuze e Guattari avançam um conceito de aparato de captura muito próximo à definição foucaultiana de saber/poder. Um aparato de captura é precisamente, assim como o saber/poder, uma operação que busca produzir/criar, ao mesmo tempo em que domina aquilo que produz/cria. A partir desse ponto, revisitam duas hipóteses importantes nos campos da história do urbanismo e da antropologia como exemplos dessa relação co-constitutiva: i) a hipótese de Jane Jacobs conhecida como "cidades primeiro"; e a ii) a hipótese de Pierre Clastres sobre as sociedades contra o Estado. Na leitura do primeiro exemplo, Deleuze e Guattari estão interessados em mostrar a descontinuidade que marca a relação cidade e campo, ao invés da continuidade de desenvolvimento que supostamente marca o surgimento do campo em direção a formação da cidade. O caso emblemático de *Çatal-Huyuk* mostraria que é a diversidade de relações e de trabalhos organizados pela cidade que cria uma demanda do campo e opera, por assim dizer, a criação do campo como objeto de sua dominação. As cidades, assim, não só viriam primeiro que o campo, como também criariam o campo a partir do qual se alimentam.

No caso da reinterpretação que fazem de Pierre Clastres, o Estado não é apenas uma instituição que surge a partir de um conjunto de condições históricas específicas a uma determinada localidade, mas uma espécie de virtualidade que marca o terreno social de maneira mais ampla. O não surgimento do Estado em sociedades primitivas, nesse sentido, não se dá pelo fato de não existirem nestas as mesmas condições históricas, empíricas e contingentes que existiram em sociedades onde o Estado foi capaz de surgir, mas ao contrário, por um processo de refreamento ativo dos agenciamentos sociais que produzem o Estado enquanto entidade empírica. Paradoxalmente, nesse sentido, o Estado sempre esteve presente enquanto virtualidade, e a partir de sua emergência torna-se impossível dizer com clareza se seu surgimento concreto se dá pela concatenação de elementos contigentes

[96] Sobre isso, ver *A Subsistência do Homem e ensaios correlatos*, em particular o texto "a falácia economicista" (Polanyi, 2012).

ou se é, ele mesmo, a causa de seu surgimento – o que Deleuze e Guattari vão chamar de a ultrapassagem de um *limiar* que transforma intensidades rizomáticas em estruturas arborescentes:

> *Tudo não é Estado, justamente porque houve Estado sempre e por toda a parte*. Não é somente a escrita que supõe o Estado, é a palavra, a língua e a linguagem. A autossuficiência, a autarquia, a independência, a preexistência das comunas primitivas é um sonho de etnólogo: não que essas comunas dependam necessariamente de Estados, mas coexistem com eles numa rede complexa. [...] há nas sociedades primitivas tanto tendências que "buscam" o Estado, tanto vetores que trabalham na direção do Estado, como movimentos no Estado ou fora dele que tendem a afastar-se dele, precaver-se dele, ou bem fazê-lo evoluir, ou já aboli-lo: tudo coexiste, em perpétua interação[97].

Mas o modo de existência desse Estado não é, como já deve ter ficado claro até aqui, o modo de existência empírico, observável, concreto, etc. O Estado existe como virtualidade, como diagrama, como lugar dentro de uma topologia que distribui intensidades e organiza limites e limiares propriamente matemáticos.

Ainda no mesmo capítulo, na proposição XII (*Captura*), Deleuze e Guattari se apropriam do insight marginalista para inscrever as noções de limite e limiar como marcos que determinam a topologia do socius[98]. A utilidade é aqui concebida como o elemento que permite um grupo (aqui tomado de forma abstrata) *avaliar* seus próprios agenciamentos (sua organização interna) em função da incorporação potencial de mais uma unidade de um determinado elemento. O limite é precisamente o ponto onde a utilidade marginal dessa incorporação é zero, significando o momento limítrofe onde a incorporação deve parar se se quer manter a organização interna atualmente existente no grupo. O limiar, por outro lado, é o ponto a partir do qual essa incorporação forçaria a uma reorganização dos agenciamentos que mudaria as conexões estabelecidas internamente entre os elementos e, portanto, o grupo mesmo. A despeito da utilidade marginal na teoria de Jevons ser fruto da avaliação subjetiva de um sujeito supostamente racional, Deleuze e Guattari transformam os conceitos de limite e limiar em determinações virtuais (diagramas, estruturas, o transcendental) que atuam impondo limites e limiares de maneira objetiva (embora abstrata) à organização concreta dos elementos de um grupo[99].

---

[97] Deleuze e Guattari, 2020b, p. 128, grifos dos autores.
[98] Os autores chegam a elogiar "a potência lógica" supostamente presente no trabalho do economista William Stanley Jevons sobre a utilidade marginal.
[99] Para uma discussão mais aprofundada sobre os conceitos de limite e limiar e seu aspecto virtual, ver Deleuze e Guattari, 2020b, p. 139-155.

Voltando ao exemplo do Estado, seu modo de existência é precisamente o de um limiar virtual que as sociedades primitivas buscam por mecanismos de controle combater – por isso são sociedades *contra* o Estado, contra a virtualidade do Estado que ameaça corromper os agenciamentos atualmente existentes. O limiar, nesse sentido, demarca o ponto não de um desenvolvimento contínuo de um elemento a outro, das sociedades nómades ou tribais às sociedades despóticas, por exemplo, mas um ponto de ruptura onde um tipo de agenciamento dá lugar a outro agenciamento de outra natureza, embora em função de uma determinação que é sempre externa porque abstrata e necessária em relação à organização mais ou menos concreta destes agenciamentos contigentes. Para Deleuze e Guattari, o Estado sempre existe e sempre existiu, mas num *puro spatium* que organiza e distribui limites e limiares para as práticas concretas que atualizam sua existência de forma concreta no espaço social.

A título de conclusão da presente seção, gostaria de elaborar alguns dos paradoxos sintetizados ao longo dos últimos parágrafos, paradoxos que decorrem justamente de um tratamento do espaço, das subjetividades e de suas interrelações como abstratas. Em primeiro lugar, vimos nos três autores (Foucault, Althusser e Deleuze) o pensamento operar ora em uma instância simbólica, desconectada da empiria, do espaço concreto e dos sujeitos que povoam a vida cotidiana, ora descendo ao nível do concreto seja por via de uma determinação unilateral (personalização, suporte), seja através de aparatos, instituições, i.e., de uma materialidade, que também reflete de maneira imediada a topologia da estrutura. Em segundo lugar, o espaço da topologia funciona como um diagrama que conecta abstratamente materialidades concretas com enunciados discursivos. Não fica claro, mais uma vez, como um espaço fundamentalmente imaterial *determina* (em alguns casos, 'em última instância') o espaço social material e as subjetividades ativadas pelo seu uso – a escolha de substantivos e adjetivos que remetem ao espaço permanecem, assim, no nível da metáfora e da metonímia. Por fim, e talvez esse seja o ponto central, embora essa tradição tenha evidenciado o papel fundamental da *produção de diferenças* – ponto que irei tratar nas seções seguintes – como exercício do poder, a insistência em uma des-historicização da história, que decorre justamente de assumir o ponto de vista lógico do Capital e dos demais poderes como ponto de vista determinante, implica em um processo que acaba por suturar a subjetividade ao espaço topológico do Capital, correndo o risco de colapsar o aspecto diferencial (e diferenciante) da vida no espaço social concreto.

Como buscarei argumentar nas próximas seções, é possível reafirmar o aspecto criativo da vida, sem novamente recair na dicotomia entre racionalismo e vitalismo. É preciso levar a sério a capacidade do espaço lógico do Capital de produzir diferenças inscritas na materialidade do corpo e do espaço, diferenças que serão indispensáveis para a reprodução da própria estrutura. Por outro lado, devemos insistir, se se trata de transformar o presente estado de coisas, no aspecto radicalmente irredutível, residual e não-totalizante da vida em sua luta contra a determinação abstrata do Capital.

1.2. Da acumulação à acumulação primitiva continuada: territórios e vida cotidiana

> Nós devemos pensar a necessidade como o devir-necessário do encontro de contingências
>
> (Althusser, *Philosophy of the Encounter*, 2006, 193-194, tradução nossa).

Como vimos até aqui, a forma como esses três grandes expoentes do estruturalismo francês trataram da relação entre espaço e subjetividade deu origem a problemas e antinomias quase incontornáveis entre agência e estrutura, ou entre contingência e necessidade. O sujeito e o espaço aparecem já e sempre determinados por um diagrama que os escapa, por uma força que não pode nem ser afirmada como alienante ou alienada, uma vez que é ela mesma que os constitui, em primeiro lugar, como sujeitos e espaços concretos. Não há nada que pré-existe ou subsiste à desterritorialização absoluta do Capital e a reinscrição simbólica no socius capitalista que retroativamente engole a história como uma Ouroboros. O Capital, uma vez que surge em meio ao acaso das contingências, torna-se o próprio terreno abstrato que determina a história e o espaço mundiais como a história e o espaço universais do capitalismo.

A insistência nesse aspecto pervasivo do Capital, embora seja capaz de chamar atenção pelo seu pessimismo expresso, deve ceder lugar justamente ao "problema da reprodução" com o qual começamos o presente capítulo. Ao invés de partimos do mundo internalizado e constituído para e pelo Capital, devemos primeiramente nos perguntar *como a contingência devém cotidianamente necessidade*, ou como nos diz Althusser na epígrafe dessa seção, como ocorre o devir-necessário das contingências? Para arriscar uma resposta à essa pergunta, muito provavelmente por um ângulo diferente ao adotado por Althusser,

voltaremos ao problema da assim chamada acumulação primitiva, dessa vez nos atentando não ao ponto de vista do Capital, mas ao ponto de vista do corpo vivo.

Como argumenta Gavin Walker, o problema das pressuposições "tem origem no fato de que a análise da auto-expansão do Capital requer uma série infinitamente regressiva de pressuposições"[100]. Para sair desse círculo vicioso, onde o Capital, de seu ponto de vista, parece ser a causa de seu próprio desenvolvimento, é preciso justamente retornar ao momento em que a força de trabalho, como tal, é *produzida*. Se levarmos a sério a proposta estruturalista a respeito do poder e dos aparatos de captura, isto é, de que o poder sempre produz aquilo que procura dominar, o que precisamos explicar é justamente como o processo de acumulação primitiva cria a força de trabalho, mas, mais que isso, como de dentro do processo de acumulação (uma vez que o Capital esteja posto em movimento) essa produção se converte em reprodução. Para isso, tomo emprestado aqui o conceito desenvolvido por Walker da acumulação primitiva como "processo de *formação* e *captura da diferença*"[101].

Com Uno Kozo, vimos que a produção da força de trabalho é a impossibilidade que marca o capitalismo enquanto totalidade. É impossível para o Capital produzir diretamente trabalhadores, uma vez que esse processo de produção se confunde com a própria (re)produção da vida. O processo de produção da força de trabalho, assim, só pode ser um processo geohistoricamente contingente que inscreve nos corpos vivos uma série de diferenças que os tornam, a partir daí, corpos dispostos a trabalhar e organizáveis dentro de uma divisão do trabalho – aqui ressoa a forma como Foucault pensa a produção de "corpos dóceis", isto é, corpos que obedecem aos mandos impessoais de um determinado poder. Para Walker,

> [...] o movimento de acumulação pressupõe a existência do mais-valor, o mais-valor pressupõe que a produção capitalista já esteja estabelecida, a existência da produção capitalista pressupõe a existência da força de trabalho que pode ser commodificada, e a existência desta coisa mais fundamental ao capitalismo pressupõe a sua *criação*[102].

Isto é, o circuito das pressuposições, ou a entrada da contingência em um devir-necessário, é inaugurado justamente pela criação da força de trabalho, processo este sempre contigente, atravessado por violências múltiplas e com uma imensa variabilidade de lugar para lugar[103].

---

[100] Walker, 2016, p. 78, tradução nossa.
[101] Ibid, p. 79.
[102] Walker, 2016, p. 78, tradução nossa.
[103] Os capítulos 2 e 3 da presente tese buscam recontar esse processo de formação da força de trabalho e suas implicações para a política contemporânea.

Embora não seja o caso aqui de entrar nas determinações mais concretas desse processo produtivo – o que evidentemente requereria quase que uma outra tese para cada processo histórico concreto – o que queremos argumentar é justamente como esse processo se ampara e se inscreve primeiramente nos corpos daquele ou daquela que virá a tornar-se trabalhador/a.

Vamos ter a oportunidade no capítulo 4 da presente tese de retomar alguns dos elementos que discutiremos aqui, mas seria conceitualmente incompleto e politicamente redutor falar da formação da força de trabalho pelo processo de acumulação primitiva sem mencionar talvez os dois maiores marcadores de diferença que são produzidos como dispositivos de dominação no processo de colonização e expansão do capitalismo: a raça e o gênero. Não é atoa que Silvia Federici chama o processo de acumulação de trabalho de "construção de diferenças" e "degradação da mulher"[104], uma vez que os dois momentos se encontram intimamente conectados, ou ainda, quando Frantz Fanon nos diz que "o mundo colonial é um mundo compartimentado"[105], marcado pelo signo da fronteira. Ora, é justamente a partir de uma diferença que é inscrita no corpo – em primeiro lugar, uma diferença que separa o corpo de sua capacidade de trabalhar, como se fossem coisas absolutamente distintas, e, depois, em uma cadeia onde se acoplam novas diferenças *ad hoc*, uma infinidade de outras diferenças que permitem distribuir esse sujeito disposto a trabalhar em linhas de exploração, compartimentos, que segmentam e estruturam o mercado de trabalho. Essas diferenças reagem de volta sobre o corpo produzindo justamente um corpo para o trabalho, ou o corpo como *suporte* concreto e material da categoria abstrata força de trabalho.

Nos parece útil retornar aqui à forma como Rosa Luxemburgo relê a questão da acumulação primitiva em seu livro *A Acumulação do Capital* (2003 [1913]). Em particular, chama atenção o cuidado da autora de separar de sua análise do que esta observa na "vida real" aquilo que, nos três tomos d'O Capital, Marx toma como pressuposto. Ora, nos esquemas gerais de reprodução do Capital, Marx assume deliberadamente "a dominação universal e exclusiva do modo de produção capitalista como premissa teórica"[106]. Essa escolha, longe de ser fruto de um reducionismo ingênuo, opera no nível que Uno Kozo chamou de "mundo dos princípios"[107] – o modo como o Capital funcionaria caso sua

[104] Ver Federici, 2004, p. 61.
[105] Ver Fanon, 1961, p. 32.
[106] Luxemburgo, 2003, p. 328, tradução nossa.
[107] Ibid.

reprodução automática (a unificação entre os atos de pressuposição e produção) fosse de fato consolidada:

> [...] numa sociedade que produz através de métodos capitalistas, isto é, numa sociedade que cria mais-valia, toda esta última é considerada consumida pelos capitalistas que dela se apropriam. O objetivo é apresentar as formas de produção e reprodução social sob estas condições dadas. Aqui, a própria formulação do problema implica que a produção não conhece outros consumidores além dos capitalistas e dos trabalhadores e, portanto, está estritamente em conformidade com a premissa de Marx: a dominação universal e exclusiva do modo de produção capitalista[108].

Isso implicaria dizer que o movimento dos capitais individuais são sempre unificados no movimento da estrutura Capitalista e que as condições para a continuidade da produção e extração da mais-valia fossem não apenas renovadas, mas entrassem em um movimento crescente, o que depende tanto do aumento da massa de mais-valia a ser reinvestida quanto da oferta de mais mão-de-obra a ser empregada, de onde novas rodadas de produção possam ser organizadas. O que fecha o ciclo reprodutivo do Capital é, portanto, uma dinâmica de consumo entre setores ou *departamentos* (que aparece principalmente no Capital livro II) e uma dinâmica "demográfica", resolvida por Marx a partir da noção de "exército industrial de reserva", onde o Capital "gera", por um processo de expulsão dos setores onde se desenvolvem as forças produtivas, mais trabalhadores para si mesmo.

Para Rosa Luxemburgo, embora esse pressuposto da universalidade exclusiva do Capital jogue luz sobre sua dinâmica interna e sobre seus princípios de funcionamento (seu nível lógico), a atualização dos esquemas de reprodução na realidade (no nível topo-lógico, como chamamos anteriormente) difere pelo fato de que o Capital não recobre plenamente a superfície do globo terrestre. Há uma dinâmica fundamentalmente colonial e imperialista no modo de funcionamento do capitalismo onde a produção de novos mercados de consumo e de novos bolsões de mão-de-obra está atrelada à conquista, dominação e subjugação de novos territórios. Esse aspecto espacial da dinâmica do Capital ocorre, portanto, não em um espaço mental, onde sujeitos são sempre já submetidos ao Capital, ou onde operaria uma coerção muda que os compele a vender sua força de trabalho, mas no espaço social mesmo, extinguindo concretamente possibilidades de formas de reprodução social fora da esfera do Capital.

---

[108] Luxemburgo, 2003, p. 329.

Dado que a produção capitalista deve ser crescente, para que a massa de mais-valia realizada seja igualmente crescente, o processo produtivo acaba por produzir mais bens de consumo do que trabalhadores capazes de consumi-lo. Além disso, o movimento de expulsão de trabalhadores do processo imediatamente produtivo, e sua integração no exército industrial de reserva, não aponta para uma dinâmica onde a mão-de-obra excedente é reabsorvida no processo produtivo futuro – essa massa flutuante apenas força os salários para baixo e funciona como uma mola amortecedora/propulsora em momentos de crise/crescimento do Capital. O caráter estrutural desse excedente de mão-de-obra revela duplamente a incapacidade do Capital de gerar empregos assalariados suficientes para toda a população em idade economicamente ativa (ponto que iremos tratar nos capítulos seguintes) e de gerar novos consumidores que realizem a mais-valia contida nas mercadorias produzidas.

> Entre a produção de mais-valor, então, e o subsequente período de acumulação, duas transações separadas tomam lugar – a da realização do mais-valor, i.e. sua conversão em valor puro, e a da transformação do valor puro em capital produtivo. Ambas são relações entre a produção capitalista e o mundo não-capitalista circundante. Do ponto de vista tanto da realização da mais-valia como da aquisição dos elementos materiais do capital constante, o comércio internacional é uma necessidade primordial para a existência histórica do capitalismo[109].

Desses dois impasses, Rosa Luxemburgo extrai a necessidade do Capital de constantemente criar novos mercados consumidores e novos bolsões de mão-de-obra para a continuidade de seu desenvolvimento em escala global. A autora chama de "estrato não-capitalista" os territórios onde o modo de produção capitalista e sua lógica de (re)produção não operam de maneira dominante, mas que servem como base para a expansão do próprio Capital na medida em que as relações sociais que os estruturam dão lugar, em um processo violento, as relações sociais capitalistas de produção. Em outras palavras, "o capitalismo aparece e se desenvolve historicamente em meio a uma sociedade não capitalista"[110] da qual se alimenta.

No caso do trabalho, Rosa Luxemburgo chama atenção para como a simples "propagação natural", isto é, a reprodução biológica da classe trabalhadora nos países centrais, é incapaz de suprir o processo capitalista que desconhece limites naturais ao seu desenvolvimento: "só a existência de grupos e países não-capitalistas podem garantir a oferta de força de trabalho adicional para a produção capitalista". Isto é, a produção de mais força

---

[109] Luxemburgo, 2003, p. 339-340.
[110] Luxemburgo, 2003, p. 348.

de trabalho, problema que viemos tratando até aqui, não pode ser, então, fruto de um processo meramente pressuposto ou produzido internamente pela totalidade do Capital (nem socialmente, nem biologicamente) mas o resultado de um movimento onde a totalidade do Capital encontra a totalidade da vida (ou dos estratos não-capitalistas) de onde cria novos trabalhadores por um processo de desposessão dos meios de (re)produção e criação de linhas de exploração baseadas em diferenças, dentre as quais as de raça e gênero ganham proeminência:

> Dado que a produção capitalista só pode se desenvolver plenamente com acesso completo a todos os territórios e climas, ela não pode mais ser confinada aos recursos naturais e as forças produtivas da zona temperada ou lidar meramente com o trabalho branco. O Capital precisa de outras raças para explorar territórios onde o homem branco não pode trabalhar. Ela deve ser capaz de mobilizar o mundo sem restrição para utilizar todas as forças produtivas do globo – até os limites impostos por um sistema de produção de mais-valor. Essa força de trabalho, no entanto, é na maioria dos casos rigidamente atada à organização pré-capitalista da produção. Devendo ser 'liberada' para que seja inscrita no exército ativo do capital[111].

Para Luxemburgo, assim, embora Marx tenha tratado do processo de "apropriação dos meios de produção não-capitalistas e a transformação dos camponeses em proletariado capitalista" em seu capítulo sobre a acumulação primitiva, esse processo não é simplesmente primitivo, originário, incidental, mas, ao contrário, contínuo – "[...] como vimos, o capitalismo em sua plena maturidade também depende em todos os aspectos da existência lado-a-lado de organizações sociais e estratos não-capitalistas"[112].

Segundo De Angelis, embora a noção de acumulação primitiva em Marx (tratado aqui particularmente sob o prisma da formação da força de trabalho) procura "indicar o processo histórico que deu à luz às *pré-condições* do modo de produção capitalista"[113], seria necessário compreender como no mundo contemporâneo esta "assume um caráter "contínuo""[114]. Para De Angelis, como argumentamos anteriormente, o processo de acumulação primitiva é um processo de separação dos produtores dos meios de produção, de modo que não apenas os próprios meios de produção são apropriados privadamente pelos novos capitalistas, como o resultado do trabalho dos produtores, que agora operam em meios alheios, são alienados pelos capitalistas. A reprodução dos produtores, que antes se dava por meio da apropriação do produto de seu próprio trabalho, passa agora a ser realizada em função da subordinação de seu trabalho ao Capital.

---

111 Luxemburgo, 2003, p. 343.
112 Luxemburgo, 2003, p. 345.
113 De Angelis, 2001, p. 01, tradução e grifo nosso
114 De Angelis, 2001, p. 02.

No entanto, seria errôneo acreditar que o processo de separação ocorre apenas durante a rodada "originária" ou "primitiva" de acumulação. A reprodução das relações sociais de produção capitalista depende, como vimos anteriormente, da reprodução dessa separação mesma. Em primeiro lugar, é preciso não apenas que o Capital encontre trabalhadores "livres" dos meios de realização de sua reprodução, mas que essa "liberdade" seja reproduzida cotidianamente – em outras palavras, é preciso que diariamente o trabalhador não encontre outra alternativa que não vender sua força de trabalho. Mas, mais que isso, é preciso, como argumenta Rosa Luxemburgo, que novas rodadas de separação criem novos trabalhadores livres em outros territórios para além da Europa e do berço histórico do capitalismo para a continuidade do processo de acumulação de capital em escala global.

A diferença entre acumulação primitiva e acumulação (contemporânea, por assim dizer) é uma diferença de mecanismo, apenas, como nos diz Marx no livro 3 do Capital:

> esse divórcio entre as condições de trabalho, de um lado, e os produtores, de outro, é o que forma o conceito de capital; um divórcio que *tem início com a acumulação primitiva* (Livro I, capítulo 24) aparece em seguida como *processo constante* na acumulação e na concentração do capital e, por fim, se expressa aqui na centralização de capitais já existentes em poucas mãos e na descapitalização de muitos (fenômeno no qual se converte agora a expropriação)[115].

Se no primeiro momento o Capital encontra a formação desse processo de separação como resultado de elementos externos (Estado, burguesia, esfera jurídica, etc.), no momento em que impera o processo de acumulação plenamente desenvolvido, no capitalismo maduro, nas palavras de Rosa Luxemburgo, esse divórcio se torna um processo constantemente produzido pelo próprio Capital. Nesse sentido, a expansão do Capital não se realiza sem a expansão do processo de separação (tanto intensivamente, no movimento observado internamente ao Capital de formação do exército industrial de reserva, quanto extensivamente, no sentido da extensão territorial do Capital ao espaço como um todo), mas agora dirigido pelo próprio funcionamento do capitalismo. Assim, embora do ponto de vista do Capital este pareça apenas reproduzir, por um processo que substituiu a violência direta pela coerção muda, a produção de força de trabalho, "do ponto de vista das sociedades primitivas envolvidas, esta é uma questão de vida ou morte"[116].

---

[115] Marx, 2017, p. 245.
[116] Luxemburgo, 2003, p. 351.

Outro ponto que gostaríamos de salientar na análise de Rosa Luxemburgo é sua ênfase no caráter propriamente colonial do capitalismo. Para a autora, no movimento de transformação e submissão dos setores não-capitalistas ao Capital, três processos devem ser levados a cabo: i) o Capital deve ser capaz de romper as barreiras que são colocadas pela economia natural, sejam barreiras de natureza ecológica, sejam barreiras do tipo de relação social estabelecida dentro de um povo e entre um povo e seu meio; ii) nesse mesmo movimento, o Capital deve ser capaz de estabelecer a predominância de uma economia mercantil, isto é, baseada na forma mercadoria, tanto dos bens e produtos quanto da força de trabalho; e iii) deve ser capaz de arrasar a economia camponesa, em particular pela superação das atividades artesanais e das práticas de autoprodução que garantem um determinado nível de reprodução social destes grupos. Assim,

> O capitalismo deve, portanto, sempre e em todo o lado, travar uma batalha de aniquilação contra todas as formas históricas de economia natural que encontra, quer se trate da economia escravista, do feudalismo, do comunismo primitivo ou da economia camponesa patriarcal. Os principais métodos nesta luta são a força política (revolução, guerra), a tributação opressiva do Estado e os produtos baratos; eles são parcialmente aplicados simultaneamente e, em parte, sucedem-se e complementam-se. Na Europa, a força assumiu formas revolucionárias na luta contra o feudalismo (esta é a explicação última das revoluções burguesas nos séculos XVII, XVIII e XIX); nos países não europeus, onde combate organizações sociais mais primitivas, assume as formas da *política colonial*. Estes métodos, juntamente com os sistemas de tributação aplicados em tais casos, e também as relações comerciais, particularmente com as comunidades primitivas, formam uma aliança na qual *o poder político e os fatores econômicos andam de mãos dadas*[117].

Dois elementos chamam atenção nessa longa citação. Em primeiro lugar, o contraste que Luxemburgo faz entre a forma de atuação do Capital em território Europeu e nos demais territórios alvos de sua dominação. Embora a revolução burguesa apareça no primeiro caso como signo da liberação de regimes antigos baseados em formas pessoalizadas de poder, no segundo caso, a política colonial se torna o modus operandi do Capital em seu combate às organizações sociais primitivas. Em segundo lugar, embora a acumulação seja frequentemente referida como processo que supera a acumulação primitiva justamente pela predominância dos fatores econômicos, no caso da política comercial, as relações econômicas são consistentemente atreladas ao que a autora chama de "poder político", que, nesse caso, se refere justamente à política colonial que é operada pelo Capital nos territórios não-capitalistas, mas que se perpetuou nos processos imperialistas do século XX[118].

---

[117] Luxemburgo, 2003, p. 349, grifo nosso.

[118] "Na época da acumulação primitiva, ou seja, no final da Idade Média, quando começou a história do capitalismo na Europa, e mesmo no século XIX, a desapropriação dos camponeses na Inglaterra

A formação da força de trabalho, portanto, não pode ser desvinculada de um processo duplo que envolve tanto o avanço do Capital sobre o espaço social para além da Europa na forma da colonização quanto a criação de categorias e linhas de exploração que operam sobre os corpos no processo de transformação e separação da sua capacidade de trabalho como mercadoria. Esse duplo aspecto, espacial e corporal, é o que nos interessa aprofundar nas próximas seções. Em particular, queremos argumentar que esses dois movimentos não podem ser apreendidos como caminhos diferentes que o processo de expansão do capitalismo em escala global toma. Ao contrário, tanto a extensão sobre o espaço quanto a extensão sobre o corpo são faces da mesma moeda e, portanto, do mesmo processo, que requerem uma concepção mais ampla do processo de colonização capaz de abarcar os dois processos – com Lefebvre, veremos que findada a colonização no sentido usual do termo, uma nova rodada de colonização se estende agora para a vida cotidiana mesma. A metrópole ou a cidade se converte, assim, em um vetor da colonização da vida pelo Capital.

1.2.1. Da colonização do espaço à colonização da vida cotidiana: Estado, Capital e Neocolonialismo

> Não há mais colônias no sentido antigo da palavra, mas já existe uma semi-colonização metropolitana que sujeita as populações rurais, um grande número de trabalhadores migrantes e também de trabalhadores e intelectuais franceses a uma exploração concentrada através de métodos e mantendo os elementos de um estado de segregação espacial.
>
> (Lefebvre, *Reflections on the Politics of Space*, 2009, 181, tradução nossa).

Questões relacionadas à colonização começam a aparecer na obra de Henri Lefebvre durante o período de movimentações que culminaram em maio de 1968. A participação da periferia parisiense, em particular dos subúrbios e favelas de Nanterre, composta majoritariamente por migrantes argelinos e de origem árabe, não apenas deu força ao movimento que começa como uma revolta estudantil, mas revela o que, para Lefebvre, era a disputa central do movimento naquele momento: a revolta era contra um modo de produção do espaço parisiense que segmentava a cidade entre um centro que concentrava riqueza e

---

e no continente era a arma mais contundente da transformação em larga-escala dos meios de produção e da força de trabalho em capital. No entanto, o capital no poder desempenha a mesma tarefa ainda hoje, e numa escala ainda mais importante – através da política colonial moderna" (Luxemburgo, 2003, p. 350).

poder de decisão e uma periferia subordinada e que supria as necessidades do primeiro. O direito à cidade, termo popularmente conhecido e cunhado por Henri Lefebvre, é rapidamente transformado em palavra de ordem em 1968, significando exatamente o direito à reconquista do centro, da participação na vida da cidade e na produção do espaço urbano.

Embora ainda em uma semelhança que seria inicialmente tratada de maneira meramente metafórica, Lefebvre, Guy Debord e outros Situacionistas não demorariam a perceber os aspectos coloniais que predominavam na relação entre o centro parisiense e sua periferia. Essa relação mobilizava recursos, força de trabalho e matéria prima das periferias ao centro, em um movimento que emulava a lógica extrativista própria dos empreendimentos coloniais franceses nos territórios ocupados pelo poder colonial. A colonização, no entanto, no sentido histórico usual do termo, como nos diz Lefebvre, estava acabando, mas o modo colonial de atuação do Estado e do Capital com relação à ocupação e produção do espaço havia se perpetuado. Estaríamos assistindo à uma recolonização interna na medida em que os movimentos anticoloniais lograram algum êxito nos processos de descolonização? Essa parecia ser a suspeita que rondava esse círculo de pensadores:

> Henri Lefebvre estendeu a ideia de desenvolvimento desigual para caracterizar a vida cotidiana como um setor atrasado, fora de eixo com a história, mas não completamente desconectada dela. Penso que poderíamos chegar até mesmo ao ponto de designar esse nível da vida cotidiana de *setor colonizado*. Sabemos que o subdesenvolvimento e a colonização estão interligados no nível da economia global. Tudo sugere que a mesma coisa se aplica ao nível da estrutura socioeconômica, ao nível da práxis[119].

Para Stefan Kipfer e Kanishka Goonewardena, o pensamento de Henri Lefebvre a respeito da colonização pode ser dividido em três fases. Na primeira fase, durante essa primeira associação com os Situacionistas, a colonização aparece como uma metáfora informada mais pelo espírito do tempo – as movimentações da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN) e outros processos de descolonização mundo afora – do que como um conceito com um conteúdo bem definido. É na escrita dos primeiros tomos da Crítica da Vida Cotidiana que Lefebvre irá reconhecer a colonização da vida como "uma 'nova' forma de alienação"[120]. Colonização aqui tem um duplo sentido metafórico: i) é utilizada para "capturar a dominação da vida cotidiana pelo capital e pelo estado na metrópole imperial", i.e., o modo como esses dois poderes operam dentro dos territórios nacionais de

[119] Debord, 2024 [1961], s.p.
[120] Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 87, tradução nossa.

maneira similar à operada nas colônias; e ii) como "uma forma particular ligada ao estado [*state-bound*] de organizar relações territoriais hierárquicas"[121].

Havia um movimento no interior do pensamento lefebvreano que buscava capturar a colonização mais como forma que se impõe e que articula determinados arranjos territoriais e espaciais do que como conteúdo propriamente histórico. Como argumentam Kipfer e Goonewardena, embora esse movimento arrisque um certo reducionismo ou achatamento da experiência histórica concreta das colonizações, por meio de uma analogia que pode acabar desqualificando as especificidades de cada processo espacial, o insight é relevante justamente porque expande a problemática do desenvolvimento desigual para os níveis inferiores da totalidade social. Como nos diz Debord na citação acima, se o Capital articula o subdesenvolvimento e a colonização no nível das relações internacionais (relações que interessavam principalmente à formulação de Rosa Luxemburgo), seria razoável pressupor que essa relação também deveria estar articulada e expressa nos demais níveis da totalidade capitalista. Para Lefebvre, então, "a crítica da vida cotidiana generaliza a experiência das nações 'atrasadas' e 'subdesenvolvidas' e a estende para a vida cotidiana nos países de alto desenvolvimento industrial"[122].

A colonização se torna, assim, o elemento que permite fazer convergir a experiência de subdesenvolvimento no Sul Global com a experiência igualmente tornada subdesenvolvida da vida cotidiana nos países centrais. Nesse sentido, não seria o cotidiano nas ex-colônias que estaria se aproximando do cotidiano dos países desenvolvidos, mas, ao contrário, seriam esses últimos que passariam a emular a vida cotidiana e sua forma de dominação que imperou no período colonial[123]. A partir do termo colonização, "Lefebvre começa a nomear os processos através dos quais a vida popular – rotinas cotidianas, símbolos e imaginação – é (incompletamente) dominada pelo estado, capital e conhecimento tecnocrático"[124]. Mas, mais que isso, essa hipótese procura argumentar que "a vida cotidiana substitui as colônias": quando "incapazes de manter o antigo imperialismo, [...] líderes capitalistas tratam a vida cotidiana do mesmo modo como trataram os territórios colonizados"[125].

---

121 Ibid.
122 Lefebvre, 2002b, p. 316, tradução nossa.
123 É interessante notar a semelhança dessa formulação com as ideias de devir-negro do mundo, devir-periferia e periferização (sobre isso, ver Mbembe, 2018; Canettieri, 2019; Paraná e Tupinambá, 2020).
124 Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 88.
125 Lefebvre, 2002, p. 26, tradução nossa.

Entre a publicação do segundo tomo de seu Crítica da Vida Cotidiana, em 1961, e o terceiro tomo, que apareceria apenas em 1981, Lefebvre publica um pequeno livro para dar conta das rápidas transformações que marcaram a década de 60 na França. Neste livro, *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno* (de 1968), Lefebvre cunha o conceito de "Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido" para dar conta justamente dessa ingerência do Estado na organização da vida cotidiana por meio da ideologia do consumo. Para Lefebvre,

> Essa é uma sociedade com objetivos e pretensões racionais, com princípios de finalidade como sua maior preocupação, com uma escala-total, organização integral [*full-time*], estruturada, planejada e programada; [...] é como se o povo não tivesse nada em suas vidas cotidianas que os dê sentido, direção, a parte da publicidade [...]. Talvez sua esperança seja nesta forma indireta *adaptar* seus desejos, descobri-los e orientá-los.

Uma adaptação (ou modulação) do desejo – este parece ser o desejo colonialista do Estado com relação a vida cotidiana. Por isso Lefebvre nos diz que mais do que a integração pelo consumo, o que o Estado e o Capital aspiram é a integração na ideologia do consumo. Como argumentam Kipfer e Goonewardena, Lefebvre nos mostra "como a vida cotidiana na 'sociedade burocrática do consumo dirigido' é mediada pela organização espacial ('aprisionamento', 'cercamento') e formas urbanas (o bangalô, novas cidades, o carro)"[126].

Em outras palavras, trata-se da criação de formas de organização do espaço social e produção do espaço urbano que reverberam e refletem de maneira comensurável uma estratégia de dominação da classe hegemônica, em um sentido propriamente gramsciano do termo – no caso particular dos carros, exemplo que iremos retomar mais à frente, esses objetos de consumo viraram vetores de colonização do espaço social francês, seja do ponto de vista do espaço concebido (a ideologia do consumo que associava velocidade e liberdade), do ponto de vista do espaço percebido (a produção de uma infraestrutura urbana e industrial compatível com a produção e circulação automobilística) ou do ponto de vista do espaço vivido (a partir da modulação dos desejos da classe trabalhadora em torno da posse deste objeto)[127].

---

[126] Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 90.

[127] Concebido, percebido e vivido são três níveis da determinação do espaço social que Lefebvre discute amplamente em sua obra seminal A Produção do Espaço (1991). Iremos retomar e discutir em profundidade cada um desses níveis na seção 1.3 do presente capítulo. Por enquanto, é importante reter apenas a associação de cada um desses níveis a algumas práticas que os determinam – o concebido com o conhecimento, o saber e a ideologia; o percebido com o espaço urbano, com o ambiente construído e a produção do espaço; e o vivido como o nível mais imediato da vida cotidiana, dos desejos e necessidades dos sujeitos.

O desenvolvimento de estratégias de "colonização interna" está diretamente associado, como argumentam Kipfer e Goonewardena, ao fim das colonizações históricas e concretas de territórios não-europeus:

> O resumo retrospectivo de Lefebvre da década de 1980 indica como, na sua própria análise do capitalismo do pós-guerra, as formas especificamente coloniais de dominação e exploração rapidamente ficaram em segundo plano. Na verdade, Lefebvre sugere que a problemática "colonial" do cotidiano na metrópole começa precisamente no ponto da descolonização geopolítica[128].

É essa conexão entre descolonização e colonização interna que aponta para a segunda fase do pensamento lefebvreano sobre a colonização, onde o termo deixa de se referir apenas a uma semelhança de natureza metafórica e passa a designar o modo preciso como o Estado determina hierarquias territoriais entre centro e periferia que incidem sobre os mais variados níveis da vida social, atravessando desde os níveis mais gerais até o nível mais particular da vida cotidiana.

Na segunda fase, que Kifper e Goonewardena localizam a partir da produção dos quatro tomos da obra lefebvreana dedicada à problemática do Estado, *De L'État* (1976), Lefebvre retoma a tradição marxista das teorias do estado e do imperialismo nos volumes 2 e 3, que culminam em um capítulo inteiro dedicado à problemática da colonização no volume 4 da mesma obra[129]. O Estado, nesta leitura, seria responsável por tornar geral, por um processo de deslocalização, a colonização, a partir da produção de espaços neocoloniais que organizam centros e periferias em linhas de exploração e dependência similares as que operavam durante os empreendimentos coloniais[130]. Para Lefebvre, assim, o pensamento de Rosa Luxemburgo é "o principal 'ponto nodal' conceitual do Marxismo do século vinte"[131], na medida em que revela o impulso colonialista presente no Capital e na sua relação com as demais formações socioeconômicas. Assim como Rosa Luxemburgo, Lefebvre compreendia que

> [o] imperialismo se desenvolve junto do capitalismo e, nisso, aperfeiçoa os métodos de pilhagem já desenvolvidos nos impérios coloniais. Contíguo à formação do capitalismo, o imperialismo, então, forma uma parte integral da acumulação original e aponta para um papel mais permanente para a violência política sistêmica no processo econômico que Marx e Engels reconheceram[132].

---

128 Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 90.
129 Sobre isso, ver Kipfer e Goonewardena, 2013.
130 Lefebvre, 1976a, p. 85 *apud* Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 92-93.
131 Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 94.
132 Ibid.

O que está em jogo nessa formulação é precisamente o que viemos tratando ao longo desse capítulo a respeito da dicotomia entre processos extra-capitalistas ou extraeconômicos e a coerção muda das relações econômicas. Para Luxemburgo, mas também para Lefebvre, o processo de expansão do capitalismo transforma em contínuo a violência originária que constitui e inaugura, primeiramente, suas pré-condições. A impossibilidade de criar nova força de trabalho por um processo puramente interno demanda, como sua contraparte, a perpetuação de um modo violento de mediação entre trabalho morto e trabalho vivo que tem como base e modelo elementos que marcaram a acumulação primitiva do capital, como é o caso do colonialismo mesmo.

Henri Lefebvre avança para além de Marx e Luxemburgo, no entanto, por reconhecer que esse processo violento não é reservado ao encontro entre o Capital e formações não-capitalistas, mas é reproduzido no seio da modernidade capitalista, na medida em que recria internamente as mesmas relações que, anteriormente, projetava externamente. Como argumenta Lefebvre,

> A tese de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação só pode ser confirmada se for modificada, levando em conta o espaço e sua conquista pelo capitalismo: agricultura, cidades históricas, indústria do lazer (que ocupa espaços estéreis: praias, litorais, montanhas, etc.). O capitalismo toma conta do *espaço como um todo*. Sem se apropriar do seu uso, domina o espaço e o modifica para troca; produz o seu próprio espaço de dominação, na forma de centros de decisão, riqueza, conhecimento e informação[133].

Em outras palavras, o capitalismo não se restringe à dominação e expansão, em um sentido colonial, aos espaços não-europeus ou aos mercados externos, mas, ao contrário, toma o espaço como um todo como meio de realização de seu projeto de colonizacão. Para Lefebvre, além da dominação das cidades coloniais, a "fragmentação e a transformação das cidades pré-industriais [europeias] facilitam a realização da mais-valia. A oposição entre centro e periferia, portanto, pode ser encontra não apenas em países anteriormente colonizados, mas se 'estende para o coração das metrópoles". Seria preciso atualizar o diagnóstico de Rosa Luxemburgo, compreendendo que a produção de um espaço social marcado pelo desenvolvimento desigual também acontece por um processo de "colonização interna"[134].

---

[133] Lefebvre, 1976c, p. 120 apud Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 94-95.
[134] Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 95.

A reprodução das relações sociais de produção, nesse sentido, na medida em que são o pressuposto da perpetuação expansiva do Capital, não se restringe a operação num espaço liso, homogêneo, como do ponto de vista lógico parecia ser o caso. Do nível lógico ao nível topo-lógico, isto é, do espaço abstrato do Capital ao espaço concreto da vida há toda uma sorte de mediações que atualizam e fazem com que a aterrisagem das formas sociais do Capital sejam sempre mais ou menos, mas nunca iguais, às pressupostas e produzidas pelo Capital enquanto estrutura. Assim, se a reprodução das relações de produção permitem a perpetuação, ou a eternidade, como nos disse Étienne Balibar, do modo de produção capitalista, elas não o fazem sem com isso perpetuar também *relações de dominação* dirigidas pelo Estado que excedem, portanto, processos puramente econômicos:

> Isso [a participação do Estado na organização hierárquica e colonial de territórios], Lefebvre argumenta, é vital não apenas para o propósito de reproduzir as relações de produção. No coração da 'colonização' está também a reprodução de *relações de dominação* com todos os aspectos humilhantes e degradantes que por vezes escapam às análises econômicas do imperialismo.
>
> [...] Uma análise da 'colonização' inclui, mas nos leva abaixo dos 'fatos econômicos' (como as exportações de capital, em Lênin; ou a expansão do mercado externo, em Luxemburgo). Mediado pela urbanização, o conceito de Lefebvre de 'colonização' nos permite conectar a macropolítica econômica do imperialismo não apenas às relações entre Estados-nação, mas também às experiências da vida quotidiana[135].

Ora, vemos aqui como o espaço social ou o urbano em Lefebvre pode aparecer como elemento que media o espaço lógico do Capital com o espaço topo-lógico da vida cotidiana. A urbanização aparece como mediação, nesse sentido, porque permite, no processo de organização concreta e material do espaço, a aterrisagem das formas de exploração e dominação capitalista – sendo a organização entre centros e periferias o modo mais elementar de dominação e organização hierárquica do espaço que predomina e se expande ao mundo como um todo[136]. A colonização do espaço, dessa forma, acontece sem que formas atávicas de dominação social desapareçam. Pressupor assim que a dominação capitalista hoje ocorre exclusivamente por meio da imposição ideológica é perder de vista não apenas a permanência, mas a multiplicação dos processos violentos que estão na base da criação de novos bolsões de força de trabalho e de outras linhas de exploração que cada vez menos

---

[135] Ibid, p. 95-96.

[136] As teses da urbanização extensiva (Monte-Mór, 2006) e da urbanização planetária apontam justamente para a forma como o capital urbano é capaz de operacionalizar paisagens cada vez mais distantes, subordinando mesmo àquelas morfologias que parecem presas a um passado rural ou não-capitalistas aos mandos e necessidades reprodutivas do grande capital internacional. Sobre isso, ver a brilhante tese de Rodrigo Castriota (2021) que mostra como o desenvolvimento da mina S11D da Vale em Canaã dos Carajás, Pará, está intimamente associada ao grande ciclo das commodities.

passam pela mediação do trabalho assalariado. Essas problemáticas serão tratadas ao longo dos capítulos 2 e 3 desta tese quando apresentarmos a aproximação dos problemas do mundo do trabalho entre Norte e Sul Global.

Gostaria de retomar agora essa ideia de uma colonização interna como contraparte do processo de descolonização histórica que apresentamos anteriormente. Para Lefebvre, como vimos, o conceito de colonização "demonstra como o estado alcança muito além do seu núcleo condensado e fortificado institucionalmente em direção às margens da vida cotidiana"[137]. Em particular, interessa compreender, de maneira análoga à forma como Rosa Luxemburgo leu o processo de acumulação como processo de formação da força de trabalho, como os processos de colonização interna que utilizam o espaço como meio se convertem em novas rodadas de acumulação primitiva continuada e produzem, tanto subjetivamente como materialmente, força de trabalho para os centros urbanos que concentram as funções de comando:

> Paradoxalmente, sob o neocapitalismo, a exploração assumiu a forma de colonização interna. As pessoas estão atentando para esses desenvolvimentos. O capitalismo organizado tem agora as suas colónias nas metrópoles e utiliza o modo de controle colonial quando aposta no mercado interno. A dupla exploração do produtor (como tal e como consumidor) transfere a experiência colonial para os povos anteriormente colonizadores. Estas repercussões globais para a nação assumem formas variadas. As populações metropolitanas são reagrupadas em guetos (os subúrbios, os estrangeiros, as fábricas, os estudantes) e as novas cidades têm certas características que nos lembram as cidades coloniais[138].

Talvez o estudo mais revelador, e orientado pelo insight lefebvreano que tratamos até então, sobre o movimento de colonização interna francesa e sua relação com o processo de urbanização e produção do espaço da metrópole, seja o livro de Kristin Ross, *Fast Cars, Clean Bodies: Decolonization and the reordering of French culture* (1995). A autora busca mostrar como o processo de modernização francesa, em particular nos anos 50 e 60, refletiram de maneira orquestrada e organizada pelo Estado um "desejo por um novo modo de vida depois da guerra"[139]. Esse desejo fora organizado em particular pela proposta do fordismo (que discutiremos em profundidade no capítulo 2 da presente tese) como modo de articular o ciclo da produção e consumo de duas comodities em especial: "a *habitação padronizada* que é local privilegiado do consumo individual; e o *automóvel* como meio de transporte compatível

---

137 Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 96
138 Lefebvre, 1968, p. 103 *apud* Kipfer e Goonewardena, 2013, p. 99.
139 Ross, 1995, p. 04, tradução nossa.

com a separação entre casa e local de trabalho"[140]. O planejamento da cidade passa então a refletir uma preocupação que não se limita mais ao lugar do trabalho ou à fábrica propriamente dita, mas que se estende, cada vez mais, para os lugares que suportam a presença do trabalhador nos lugares produtivos. O lar, primeiramente, como lugar da reprodução da força de trabalho e o carro como modo privilegiado de circulação dessa mercadoria especial capaz de criar valor.

No que diz respeito ao lar, as mudanças que marcaram a França no período foram tão intensas que a presença de objetos tecnológicos e gadgets voltados para melhorar a experiência do lar causaram um fascínio enorme entre teóricos, intelectuais e filósofos franceses do período. Não é atoa que o próprio Lefebvre (Crítica da Vida Cotidiana), mas também Jean Baudrillard (O sistema de objetos), Roland Barthes (Mitologias), Guy Debord e os Situacionistas e outros estarão cada vez mais interessados na vida cotidiana e sua colonização por objetos cada vez mais estranhos – objetos que parecem trazer junto à sua materialidade uma forma de comando. Como argumenta Kristin Ross,

> No espaço de apenas dez anos uma mulher rural (francesa) poderá viver a aquisição de eletricidade, água corrente, um fogão, um refrigerador, uma máquina de lavar roupa, uma sensação de espaço interior distinto do espaço exterior, um carro, uma televisão e as várias libertações e opressões associadas a cada um destes[141].

A presença nova desses objetos na vida cotidiana parecia sinalizar a produção de um "espaço onde os objetos tendem a ditar às pessoas seus gestos e movimentos, gestos que ainda não haviam se consolidado em nenhum grau de familiaridade mecânica"[142]. Para uma mulher rural, assim, a presença desses objetos embora apontem para a liberação de determinadas formas de atividade e de prática cotidianas, muitas vezes precárias, não necessariamente significou a libertação plena, mas, ao contrário, em alguns casos, a simples substituição por outras formas de colonização do corpo em função da produtividade, do consumo e da reprodução social agora requeridas pelo modo de regulação fordista.

É nesse sentido que, para Kristin Ross, narrar a história da modernização (ou Americanização) da França e a história da descolonização como processos separados acaba por escamotear o modo como esses dois movimentos possuem uma "relação intrincada",

---

[140] Aglietta, 1976, p. 159 *apud* Ross, 1995, p. 04-05.
[141] Ross, 1995, p. 05.
[142] Ibid.

uma vez que a conclusão histórica do último significou um retorno da forma colonial ao primeiro processo:

> Pensar as duas narrativas em conjunto significa levar a sério o slogan popularizado por Lefebvre e pelos Situacionistas no início dos anos 1960: "a colonização da vida cotidiana". No caso de França, por outras palavras, significa considerar as várias formas como a prática do colonialismo sobreviveu à sua história. Com o declínio do seu império, a França recorreu a uma forma de colonialismo interior; técnicas administrativas racionais desenvolvidas nas colônias foram trazidas para casa e postas em uso lado a lado com novas inovações tecnológicas, como a publicidade, no reordenamento da sociedade metropolitana, a sociedade doméstica, a "vida cotidiana" de seus cidadãos[143].

A extensão do conceito de colonização à vida cotidiana no interior da própria França aponta justamente para o modo como o desenvolvimento desigual pode atingir escalas variadas no processo capitalista como um todo. Em particular, Kristin Ross salienta três esferas onde o processo de colonização fora sentido de maneira mais imediata: i) as relações inter-regionais na França, dentre as quais as relações de Paris com a região de La Defense seja uma das mais clássicas; ii) as relações entre o espaço produtivo do Capital e o espaço doméstico da reprodução e as práticas de consumo, subordinadas ao primeiro; e iii) a mudança do próprio ambiente construído da cidade para atender as demandas dessa articulação entre produção e consumo – é nesse processo que Lefebvre vê até mesmo os espaços de lazer (de não-trabalho, por assim dizer) serem subordinados à uma lógica da acumulação, na medida em que desempenham cada vez mais um papel fundamental na reprodução (reposição) da classe trabalhadora[144].

No que diz respeito ao automóvel, a segunda commoditie identificada por Michel Aglietta como suporte do fordismo, Kristin Ross irá argumentar ser este o suporte de toda modernização capitalista francesa ao longo do século XX. Embora seja relativamente fácil ignorar o efeito da transformação causada pela introdução da cultura e ideologia em torno da posse do carro (em particular do carro popular), facilidade que deve em grande parte a introdução plena desse bem na vida cotidiana francesa, basta pensar o modo com o fordismo (mas também o pós-fordismo) ou o taylorismo são nomes sociológicos que derivam dos processos produtivos de automóveis, e que determinam mais do que apenas a esfera produtiva. Seja pelo lado do processo produtivo, com as linhas de montagem, a divisão rigorosa do trabalho ou da expansão dos processos de gestão, seja pela incorporação dos

---

143 Ross, 1995, p. 07.
144 Ver Ross, 1995, p. 08.

sindicatos e dos repasses salarias dentro da política keynesiana[145], ou pela incorporação e o planejamento do consumo e, portanto, da esfera reprodutiva do lar, a produção de carros parecia amarrar uma nova totalidade do modo de produção capitalista que encabeçaria o processo de modernização industrial[146]. O carro era o que conectava o espaço privado do lar à esfera pública do Estado e à esfera produtiva do Capital – e mais, o carro era o que permitia, em primeiro lugar, simultaneamente a manutenção da separação entre essas duas esferas e a reconexão desses fluxos no espaço social da cidade e do urbano[147].

Ideologicamente e subjetivamente falando, o carro acabou por produzir um tipo de homem (mas também um tipo de mulher, e toda divisão sexual das esferas produtivas e reprodutivas) adequado ao desenvolvimento e a modernização do capital na França. De um lado, tornava-se cada vez mais necessário a produção de um homem disponível (*l'homme disponible*) ao trabalho – disponibilidade que englobava desde hábitos de consumo saudáveis e adequados ao consumo de bens duráveis, até mesmo a disponibilidade para estar em qualquer lugar sempre que necessário:

> Durante as décadas de 1950 e 1960, na França, a mobilidade foi o imperativo categórico da ordem econômica, a marca de uma ruptura com o passado; cada indivíduo deve ser livre para ser deslocado e deslocável em função das exigências da ordem econômica. O carro realizou (e continua realizando) a atividade mais enraizada nas ideologias do livre mercado: o deslocamento. Tornou-se um elemento chave na criação da nova e complexa imagem do "l'homme disponible" (Homem Disponível), relativamente indiferente às distâncias para onde será enviado[148].

De outro, a produção de uma cidade e um espaço urbano adequados à circulação deste novo homem e que permitisse a rápida conexão entre os lugares da produção, os lugares do lazer e os lugares do consumo. Para Kristin Ross, esta

> foi uma revolução que permeou todos os aspectos da vida cotidiana: o automóvel, nesta época, tornou-se imediatamente o centro de uma nova cotidianidade "sublime", uma nova subjetividade (cuja circunferência, ao contrário da subjetividade doméstica, está em lugar nenhum e em toda parte), e de uma nova concepção de nação. E foi uma revolução que viu o desmantelamento de todos os

---

145 No capítulo 2 desta tese, retomamos a discussão realizada por Antônio Negri a respeito do caráter estruturalmente funcional do Keynesianismo em sua integração da classe trabalhadora na dinâmica de repasse salarial da produtividade geral. Como veremos, esse movimento é uma resposta direta a ameaça crescente de uma revolução que ocupou o horizonte da classe trabalhadora depois de 1917.

146 Ver Ross, 1995, p. 19.

147 "Pois o carro não está apenas implicado num certo tipo de mobilização do capital, é também um agente ativo, embora parcial, na *reprodução* dessa estrutura e, portanto, no seu enraizamento [na vida cotidiana]" (Ross, 1995, p. 19, grifo da autora).

148 Ross, 1995, p. 22.

> arranjos espaciais anteriores, o fim virtual da cidade histórica e uma reestruturação física e social que correspondeu às transformações de cem anos antes[149].

Ora, vemos aqui como a modernização capitalista não se faz deixando o corpo e o espaço intactos. Ao contrário, o corpo se torna o centro mesmo da produção de uma nova subjetividade que modula os desejos, os afetos e as disposições individuais em torno de uma cultura de massa que atende e é correspondente a uma produção em massa. O espaço se converte, nesse mesmo movimento, em um espaço da circulação de mercadorias e do próprio trabalhador como mercadoria última. O aprisionamento da mulher no lar é um outro aspecto do mesmo processo de colonização que redireciona e reflete os esforços de garantia da reprodução social para dentro do lar e para os corpos feminilizados. Como nos diz Maria Mies, em seu clássico *Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial* (1994), diante dos processos de descolonização, restou aos Estados dos países centrais garantir que o homem branco "também tivesse sua 'colônia', a família e a dona-de-casa domesticada", "esse era o signo que, por fim, o proletário sem propriedade havia se elevado ao status 'civilizado' de um cidadão, que ele havia se tornado um membro integral da 'cultura-nação'[150]. O fordismo produz, portanto, uma intricada geografia material onde setores, níveis e espaços aparecem fragmentados, separados, embora no quadro de referência geral das sociedades sejam pressupostos e produzidos como conectados – desde as relações internacionais até o nível das relações cotidianas.

A mulher, no entanto, não serviu apenas de esteio para um processo de reprodução da classe trabalhadora, mas tornou-se igualmente alvo da ideologia do consumo que povoou a esfera doméstica de aparelhos tecnológicos que buscavam criar novos desejos, novas necessidades, compatíveis com a produção do período. Como argumenta Maria Mies,

> a dona-de-casificação da mulher, no entanto, não teve apenas o objetivo de garantir que houvesse trabalhadores e soldados suficientes para o capital e o Estado. A criação do trabalho doméstico e da dona de casa como agente de consumo tornou-se uma estratégia muito importante no final do século XIX e início do século XX. Nessa altura, não só o lar tinha sido descoberto como um mercado importante para toda uma gama de novos aparelhos e artigos, como também a gestão científica da casa tinha se tornado uma nova ideologia para uma maior domesticação das mulheres. A dona de casa não só foi chamada a reduzir os custos da força de

---

149 Ibid, p. 22-23.

150 No capítulo 4, retomaremos o caráter colonial desse processo de colonização dos corpos feminilizados no centro do capitalismo global. Por ora, cabe lembrar a relação estabelecida por Maria Mies (1994) entre descolonização e dona-de-casificação [*housewifization*] no caso da Alemanha, que reflete o processo simultâneo descrito aqui por Kristin Ross de descolonização e colonização interna francesa.

> trabalho, como também foi mobilizada para utilizar as suas energias para criar novas necessidades[151].

Esse também é o ponto levantado por Kristin Ross ao mostrar que paralelo a criação do homem como "aquele que trabalha" e que, portanto, *deve* ser motorizado" estava a criação de uma mulher, dona de casa e esposa, preocupada com a limpeza da casa e do corpo e que *deveria*, portanto, ter "refrigeradores, máquinas de lavar, máquinas de moer café", entre outros[152].

'*Fast cars, clean bodies*' se refere, portanto, ao modo como o processo de modernização francesa endereçou a diferentes corpos e espaços lógicas de dominação e exploração que produziram comensurabilidades entre objetos de consumo, subjetividades e espaços sociais determinados pelo modo de produção capitalista em sua fase fordista. Isso significa que, ao contrário do que pensavam os estruturalistas, embora haja uma invariância no modo como a estrutura opera, permitindo comparar situações e geo-histórias radicalmente diferentes em termos dos seus desenvolvimentos, a articulação material concreta de subjetividades e espaços se dá de maneira contigente, situada, e perpetua relações de dominação e violência que se multiplicam, ao invés de desaparecer[153]. A descolonização, assim, significou uma recolonização interna, e o processo de modernização serviu como vetor de novas violências, novos alvos e novas subjetividades constituídas como sua contraparte.

Por fim, antes de passar às considerações de Lefebvre a respeito da relação entre corpo e política na Era Urbana, gostaria de salientar a forma como o fordismo também significou um tipo particular de organização espacial na leitura de Kristin Ross. Para a autora, o fordismo foi responsável por "um desmantelamento implacável de arranjos espaciais anteriores, particularmente em Paris, onde a cidade passou por demolições e renovações equivalentes em escala às que Haussman supervisionou cem anos antes"[154]. Em alguns casos, a autora mostra até mesmo a ocorrência da transferência de funcionários [*personnel*] do

---

151 Mies, 1994, p. 106, tradução nossa.
152 Ross, 1995, p. 24-26.
153 Nesse interim, seria interessante comparar a trajetória dos países centrais com relação ao automóvel e a predominância, que se amplia em tempos de crise mais recentemente, do uso das motos como meio de transporte e de trabalho, simultaneamente, entre sujeitos periféricos no Brasil. Sobre isso, Ludmila Abílio (2017) aponta caminhos interessantes quando pensa, por exemplo, o conceito de "subsunção real da viração", i.e., o modo como o capital consegue mobilizar para processos de extração de valor estilos de vida, dinâmicas familiares e pessoais, necessidades reprodutivas, etc., de sujeitos que estão sempre "se virando".
154 Ross, 1995, p. 06.

governo que trabalharam nos empreendimentos coloniais franceses na África para dentro de cargos responsáveis pelos arranjos urbanos em Paris:

> Paul Delouvrier[155], prefeito do Sena e Haussman de sua época, continuou a linha de pensamento dominante no planejamento parisiense desde Haussman, segundo a qual as necessidades de circulação nas ruas têm precedência sobre todas as outras considerações urbanas: "Se Paris", escreveu ele, "quer abraçar o seu século, já é tempo de os urbanistas abraçarem o automóvel". Delouvrier encontrou um grande entusiasta das suas ideias em Georges Pompidou, que afirmou: "Paris deve adaptar-se ao automóvel. Devemos renunciar a uma estética ultrapassada"[156].

Um dos principais exemplos dessa adaptação do espaço urbano às demandas da indústria fordista está na construção do *Boulevard Périphérique*, rodovia que circunda Paris, que tem início em 1958 e é concluída em 1973, já no governo de Georges Pompidou. A rodovia que é recorde de circulação de carros por dia em toda a Europa, construída majoritariamente para garantir e induzir a predominância do modal rodoviário, consiste hoje, tanto no imaginário quanto na vida cotidiana parisiense, em um dos principais marcadores sociais e materiais da diferença entre o centro e a periferia, ou entre o centro parisiense e os *banlieus* (subúrbios parisienses), estes últimos predominantemente ocupados por imigrantes.

Nesse sentido, embora a colonização externa tenha historicamente chegado ao fim, Paris foi capaz de projetar internamente, inclusive no ambiente construído da cidade, uma separação entre o trabalhador integrado (a classe média produzida como objeto do projeto fordista) e o trabalhador ex-colonizado e migrante de onde novas rodadas de extração de mais-valia poderiam ser originadas. Para Kristin Ross, o *Périphérique*

> substituiu as antigas *fortificações* [as paredes do *Enceinte de Thiers*] por uma espécie de muro permeável ao tráfego que, para os parisienses que habitavam e trabalhavam no encantado "círculo interno", fazia os banlieues parecerem um magma informe, um deserto de 10 milhões de habitantes e construções cinzentas e indiferenciadas, um purgatório circular com o paraíso parisiense ao meio. Da perspectiva interior (e do movimento para dentro, dentro do hexágono francês com o fim do império, dentro dos novos interiores domésticos confortáveis, das cozinhas eléctricas, das casas de banho modernas, dentro de uma nova visão da conjugalidade e de uma ideologia de felicidade baseada no casal, dentro das cercas metálicas dos automóveis), os subúrbios eram aquele terreno vago "lá fora": uma decoração em perpétua recomposição, um espaço provisório [...][157].

---

[155] Paul Delouvrier foi uma figura importante durante o período da Guerra de Independência da Argélia, tendo sido indicado por Charles De Gaulle como chefe executivo da Argélia entre 1958 e 1960. Anos mais tarde, em 1985, Paul Delouvrier receberia o Prêmio Erasmus pela sua atuação nas construções das Villes Nouvelles no Île-de-France, projeto fortemente criticado por Henri Lefebvre no seu clássico O Direito à Cidade (2011).

[156] Ibid, p. 53.

[157] Ross, 1995, p. 54.

Na seção seguinte, buscamos mostrar justamente como o modo de relação do Capital e o do Estado com relação aos espaços e corpos apontam para a possibilidade de uma política transformadora a partir da produção de subjetividades e de espaços que contestem a lógica homogeneizante e discriminatória da lei do valor. Contra a produção de diferenças subscritas aos mandos do capital, a produção de diferenças radicais deve estar na base de um projeto político que rearticula corpo e espaço como lugares de contestação do Capital.

1.3. Corpo-políticas: produção do espaço e produção de subjetividades

> […] no momento em que o corpo é visto como uma totalidade prático-sensível, um descentramento e um rescentramento do conhecimento acontece.
>
> (Lefebvre, *The Production of Space*, 1991, 62, tradução nossa).

O estudo de Kristin Ross revela uma conexão fundamental entre a produção do espaço e a produção de subjetividades no processo de reprodução da totalidade capitalista. Contrastando à forma tratada pelos demais expoentes do estruturalismo, o espaço não aparece aqui mais de maneira metafórica e identificada com o espaço mental ou topológico (no sentido matemático) da estrutura. O espaço é tomado no sentido material mesmo do termo, embora a materialidade não deva ser confundida aqui apenas com o ambiente construído mais imediato ou com a presença de objetos no espaço. O espaço abarca, como veremos a frente ser o caso a partir da noção lefebvreana de *espaço social*, não apenas a materialidade em um sentido mais estrito do termo, mas toda sorte de concepções, ideologias, representações e práticas sociais que fazem uso e que são influenciadas pela forma como ocupam e produzem espaço. O corpo aqui, e as subjetividades projetadas sobre eles, deixam de ser meras personificações de relações abstratas, passando a ser materialmente mediados pelas contradições que se expressam no próprio espaço. Assim, não apenas o Capital produz subjetividades e corpos que são suportes e reproduzem as relações sociais de produção capitalista, como cria, no mesmo processo, subjetividades antagônicas, na medida em que diferentes usos do espaço se chocam contra o uso estratégico que as forças hegemônicas da classe dominante propõem para esse mesmo espaço.

Pensando ainda o exemplo do caso francês, a cientista política Theresa Enright mostra como os levantes populares nos *banlieus* franceses, em novembro de 2005, tiveram

relação tanto com a configuração do espaço urbano parisiense quanto com as subjetividades que as contradições desse espaço produziram no seu bojo. A produção dos banlieus, como vimos, é parte de um longo processo de produção de uma periferia, no sentido espacial do termo, e a produção de um sujeito periférico – o par, banlieus e banlieusards. As revoltas associadas à periferia parisiense, no entanto, não se limitam aos episódios de 2005, mas se estendem por toda história recente da república francesa, podendo maio de 1968 também ser lido como parte desse mesmo arco de retomada da centralidade parisiense pela periferia espacialmente excluída. Para Enright, as revoltas de 2005 expressam uma "ligação indireta entre o planejamento urbano [de Paris] e a resistência"[158] – em outras palavras, entre uma forma de conceber estrategicamente a produção do espaço e de subjetividades compatíveis com o plano urbano de uma cidade moderna e subjetividades que se revoltam diante das contradições expressas na experiência cotidiana dessas populações nesse mesmo espaço.

Para a autora, há toda uma tradição da filosofia política que falha em conceber "como tipos particulares de construção de cidades estão relacionadas a tipos particulares de política radical"[159]. O que restou do veio estruturalista entre filósofos contemporâneos, como Badiou e Zizek, foi traduzido em um tratamento "alegórico" desses levantes populares, "enquanto suas empirias situacionais são des-enfatizadas"[160]. Embora eu discorde da crítica feita por Enright a esses dois filósofos em particular[161], a autora acerta, a meu ver, quando identifica uma forma de dicotomia que parece informar as leituras acerca dos fenômenos políticos urbanos. De um lado, leituras sociológicas parecem reduzir a universalidade das demandas expressas em levantes populares locais ao enquadrar o surgimento das revoltas em determinantes cada vez mais localizados no nível imediato da política local. De outro, a busca por uma transição imediata entre o local e o global, ou entre uma política do lugar e uma política da totalidade, acaba muitas vezes minando o potencial revolucionário desses movimentos que aparecem, na maioria das narrativas, reduzidos à atuação na esfera local. Nas duas formas de ler os levantes populares urbanos, a vida cotidiana aparece reduzida à

158 Enright, 2016, p. 01, tradução nossa.
159 Ibid.
160 Ibidem, p. 02.
161 Minha discordância está na insistência de que um tratamento fidedigno aos levantes populares necessariamente só viria de uma leitura empiricista ou situacional desses processos políticos. A meu ver, a resposta está mais na forma como as situações são lidas em interface às considerações mais gerais e ao quadro de referência da totalidade capitalista, tendo o espaço e a situação como mediações desses processos, do que em um retorno a uma descrição empírica da política.

escala diminuta, seja pela sua determinação fundamentalmente local, seja pela sua incapacidade de interagir com e endereçar questões globais.

O caso parisiense, no entanto, e poderíamos dizer o mesmo para outros movimentos onde o interesse do planejamento urbano se choca com outras propostas de uso do espaço, mostra como desigualdades e contradições sociais assumem aspectos materiais e cotidianos que são expressos em relações sociais. Mas, mais que isso, que a reprodução das relações sociais de produção, e da totalidade capitalista, depende da reprodução dessas contradições espaciais, na medida em que a realização do espaço lógico da estrutura está conectada a produção do espaço social propriamente dito. Em outras palavras, embora do nível lógico, o Capital pareça ser irredutível aos aspectos contigentes das situações tomadas como locais ou empíricas, é justamente a expressão local dessas contradições que revela a dependência da totalidade capitalista da produção do espaço para atender as determinações da própria estrutura. É por isso que, em última instância, Lefebvre pode pressupor que as relações de desenvolvimento desigual que marcam o nível mais geral dos capitais internacionais também pode e deve ser observado em níveis e instâncias inferiores, como as do espaço urbano e da vida cotidiana – há vetores do local ao global e do global ao local que são mutualmente constituídos na perpetuação e reprodução da totalidade capitalista.

A política, nesse sentido, também não deveria ser limitada ao nível global. A busca por uma organização que prontamente dê conta de endereçar questões à totalidade do sistema é a busca por uma forma de organização abstrata, que, mesmo que na melhor das hipóteses tenha algum sucesso em interagir com o nível global, ainda estaria desconectada de problemas materiais concretos e perderia, dessa forma, sua própria de razão de ser. O que o caso dos banlieus franceses demonstram, portanto, é como na busca pela superação de contradições muito locais, específicas e contigentes, há a formação de uma subjetividade política que contesta não apenas um tipo local de exclusão e contradição espacial, mas que "demanda equalidade universal" no movimento mesmo de sua demanda por uma equalidade no território[162]. Nas palavras de Enright, "os levantes são situados em um espaço realmente existente e em dinâmicas de poder enraizadas no e articuladas através do território"[163].

---

[162] Ver Enright, 2016, p. 02.
[163] Ibid, p.05.

Alberto Toscano, filósofo político italiano, também vê a necessidade de pensar um conceito de "topologia política"[164] que reconecte "as formas subjetivas de ação política e as configurações mutáveis do espaço"[165]. As formas de organização política e as subjetividades políticas radicais organizadas por estas devem ser vistas como parte de um antagonismo material que se origina no, mas que também produz espaço. Assim, embora as contradições entre Capital e trabalho sejam determinadas pelo nível mais geral das relações sociais de produção capitalista, a reprodução dessa contradição e, portanto, a reprodução de cada um dos termos dessa relação não pode acontecer sem com isso produzir espaços que refletem e mediam materialmente a aterrisagem dessas relações no terreno da vida cotidiana. O que resta compreender é precisamente como essa mediação acontece e qual papel desempenhado pelo corpo nos processos de ancoragem ou de personificação do Capital. Seriam os espaços e as subjetividades sempre já determinados pelo Capital ou haveria algo radicalmente excedente de onde novas totalidades poderiam ser pensadas? Em último lugar, *qual a relação entre a produção do espaço e a produção de subjetividades políticas radicais*? Para dar conta do lugar do corpo e do espaço no interior da totalidade capitalista, vale a pena retomar a discussão lefebvreana sobre os níveis e dimensões do fenômeno urbano.

Lefebvre, em especial nas suas obras sobre a problemática espacial, estava preocupado exatamente com o modo como o fenômeno urbano, em um sentido sincrônico, opera em diferentes níveis, ou dimensões: "um nível *global*, que assinalaremos como G; um nível *misto*, que indicaremos por M; e um nível *privado* (P), o do habitar"[166]. O nível Global é o nível onde a lógica do sistema ou da totalidade se expressa de forma mais abstrata – nas palavras de Lefebvre, é onde "se exerce o poder, o Estado, como vontade e representação", dos "mercados de capitais" e da "política do espaço"[167]. Enquanto vontade, o Estado expressa justamente o poder e o uso estratégico do espaço como forma de realização desse poder – Lefebvre, nesse sentido, segue a tradição marxista-leninista e gramsciana de pensar o Estado como um aparelho de classe, que expressa interesses de classe, e que opera para a manutenção de sua hegemonia. Enquanto representação, o Estado, justamente em seu movimento de perpetuação, precisa conceber um espaço adequado para o exercício de seu

---

[164] O conceito de topologia política é muito importante para essa tese, em particular para as discussões dos capítulos 2 e 3. No capítulo 2, trataremos de forma mais aprofundada esse conceito, buscando evidenciar, a partir das teorias operaistas e autonomistas italianas, o modo como as mudanças no espaço lógico do Capital se traduzem em mudanças nas formas de organização política.
[165] Toscano, 2004, p. 198.
[166] Lefebvre, 2002, p. 77, grifo do autor.
[167] Ibid, p. 78.

poder – o espaço dos planos urbanos, dos mapas, as estatísticas e outras formas que convertem e reduzem o espaço da vida ao espaço dos registros burocráticos, das normas e leis de comando. Esse duplo aspecto – vontade e representação – evidencia como esse nível está ligado à lógica do Capital e do Estado, "*lógicas*, das quais pode se dizer, com algumas reservas, que são "lógicas de classe", pois em geral consistem numa estratégia levada às últimas consequências"[168]. Há uma conexão entre o nível G e uma "sócio-lógica" ou "ideo-lógica" abstrata do espaço, mas que não opera sem tocar o espaço[169].

Como argumenta Lefebvre, muitos acabam por esquecer que um dos aspectos dominantes do capitalismo é precisamente "sua *hegemonia* de uma classe". O conceito de hegemonia aparece em Gramsci como forma de dar contornos a ideia marxiana de uma ditadura do proletariado. Mais do que a repressão direta ou a coação física, a hegemonia da classe trabalhadora deveria exceder o uso do aparelho do Estado e alcançar as esferas da cultura e do conhecimento, isto é, da totalidade da vida humana mesmo. Lefebvre realoca o conceito de hegemonia gramsciano para pensar o modo como a classe capitalista também exerce sua hegemonia nos mesmos termos, mas expandindo-o aqui para uma concepção mais ampla de hegemonia que envolve também o uso do espaço[170]:

> É possível pensar que o exercício da hegemonia poderia deixar o espaço intocado? Poderia o espaço ser nada mais que um lócus passivo de relações sociais, o meio em que estas ganham corpo, ou o agregado de procedimento empregados em sua remoção? A resposta deve ser não. [...] Irei demonstrar o papel ativo – operacional e instrumental – do espaço, como conhecimento e ação, no modo de produção existente. Devo mostrar como o espaço serve, e como a hegemonia faz uso deste, em seu estabelecimento, com base em uma lógica subjacente e com ajuda de um conhecimento e expertise técnica de um 'sistema'[171].

Dessa forma, é impossível pensar o exercício da hegemonia sem pensar o uso, a ocupação e a produção do espaço pela lógica das classes hegemônicas. No exemplo anterior do processo de modernização francesa, vimos como um imperativo de circulação que é condizente com a estratégia de uma classe dominante (o capital automobilístico industrial francês) altera e determinada toda a paisagem e a experiência da vida cotidiana parisiense, não sem contradições. Nesse sentido, embora o nível geral seja o nível mais abstrato do fenômeno urbano, "ele não deixa de reagir mais e melhor no prático-sensível e no imediato"[172].

---

168 Lefebvre, 2002, p. 78, grifo do autor.
169 Ibidem.
170 Ver Lefebvre, 1991, p. 10.
171 Ibid, p. 11.
172 Lefebvre, 2002, p. 78.

O nível M, ou mediador, como irei me referir a ele daqui em diante, é o nível do espaço como momento intermediário entre o nível global, abstrato, e o nível privado, ou da vida cotidiana. Lefebvre diz ser "o nível especificamente urbano", "o nível da "cidade"" ou do conjunto [*ensemble*] urbano[173]. Para compreendermos o que significa dizer que o urbano media as relações entre o global e o privado, Lefebvre sugere o seguinte exercício de pensamento:

> Suponhamos que o pensamento opera destacando (retirando), do plano de uma cidade (muito grande para que essa *abstração* tenha um sentido), de um lado o que depende do nível global, do Estado e da sociedade, a saber, os edifícios, tais como ministérios, prédios públicos, catedrais e, de outro lado, o que depende do nível P, os imóveis privados. Restará, no plano, um domínio edificado e outro não edificado [...]. Retirou-se, em pensamento, destacando-se do global, o que depende diretamente das instituições e instâncias superiores. O que persiste sob o olhar da reflexão conserva uma forma relacionada com o sítio (o meio imediato) e com a situação (o meio distante, condições globais). Esse conjunto especificamente urbano apresenta a unidade característica do "real" social: formas-funções-estruturas[174].

Curiosamente, o exercício proposto para clarificar o conceito de mediação, o torna mais confuso. Na medida em que retiramos do urbano aquilo que corresponde as "instâncias superiores" e o nível privado, o que resta é uma *forma* que se relaciona tanto com a ordem próxima quanto com a ordem distante, para ficar com outros termos de Lefebvre. Isso ocorre porque, embora o conceito de mediação possa ser pensado como apresentação ou introdução (mediar a relação de uma pessoa com outra é apresentar ou introduzir um ao outro, por exemplo), no caso das mediações materiais ou do espaço enquanto instância que media justamente pelo seu aspecto material, é a materialidade mesmo que apresenta ou introduz o nível G no nível P – aquilo que até então viemos chamando de aterrisagem. É na passagem do abstrato geral à mediação concreta do espaço urbano que o capital aterriza, ao mesmo tempo em que se transforma e se adequa as especificidades do sítio e da situação, nos territórios e na vida cotidiana.

Por fim, Lefebvre define o nível P como o nível privado, o do nível da contradição contemporânea entre o habitar, enquanto função integral da espécie humana em sua relação com o espaço, e o habitat, função derivada da estrutura capitalista e que fecha o circuito da sociedade burocrática do consumo dirigido. Para o filósofo, é comum, embora equivocado, pensar que o nível P significa necessariamente nível pequeno, "microssocial" ou "molecular". Sua escala no nível do território e da vida cotidiana, não necessariamente diz respeito a sua

---

173 Sobre isso, ver Lefebvre, 2002, p. 78-79.
174 Ibid, p. 79-80.

importância sociológica ou seu lugar no quadro mais geral da totalidade capitalista. Como vimos no caso francês, é exatamente o nível P que deve ser organizado se o ciclo produção-reprodução-consumo deve ser fechado, como era a proposta do fordismo – uma organização que tem, ela mesma, seus níveis: das relações familiares, locais, de vizinhança até mesmo a intrusão do Estado por meio de figuras imediatamente materiais como a polícia e a violência de Estado.

A contradição entre habitar e habitat revela, assim, o modo como essa mediação do espaço se dá de maneira a colonizar os modos de viver no nível mais imediato da vida cotidiana. Como mostra Lefebvre, "o habitat" (enquanto uma função que determina uma certa forma de organização do espaço em quadras, condomínios, uma forma de verticalização, o enquadramento da vida em cubículos, a separação da casa e do lugar de trabalho e o carro como pressuposto para o funcionamento dessa separação) "foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o "vivido" a encerrar-se em caixas, gaiolas ou "máquinas de habitar""[175]. A lógica do habitat, nesse sentido, deriva da lógica ou da estratégia da classe hegemônica, uma lógica que endereça ao espaço uma forma de organização específica, uma função particular e uma estrutura correspondente – forma-função-estrutura.

Estruturalmente, é o espaço da mercadoria, da forma valor, onde as qualidades e as heterogeneidades precisam ser reduzidas às quantidades e a homogeneidade. Tudo deve ser comparável e intercambiável, desde o espaço até o tempo. Daí a fragmentação do espaço, seu parcelamento e a atribuição de valor a essas parcelas pelos diferenciais de renda da terra. Formalmente, as cidades passam a reproduzir espacialmente um tipo de divisão do trabalho que se espera dentro da indústria. A nova classe de colarinhos brancos, na França, possui um lugar, uma forma de habitar, radicalmente diferente das formas *informes* (as favelas, as periferias, os banlieus) que o chão-de-fábrica ou ainda os desempregados, em número cada vez mais crescente, habitam. Funcionalmente, a morfologia e a forma desse espaço atendem a interesses próprios da indústria e do capital, seja na forma imediata do provimento de mão-obra barata, de uso não-pago do trabalho doméstico, seja na criação de novas rodadas de espoliação e acumulação primitiva e endividamento popular, o Capital propõe uma função para as frações desse tecido social fragmentado unificado a posteriori pela totalidade abstrata

[175] Lefebvre, 2002, p. 81.

do Capital. É esse "mundo invertido", do "predomínio do global, do lógico e do estratégico [...] que é preciso reinverter"[176].

Dizer que há o predomínio de uma lógica ou de uma estratégia da totalidade endereçada ao espaço não é o mesmo que dizer que, para ficar com o caso althusseriano, o econômico determina em última instância os demais aspectos da vida social, ou mesmo separar o nível G como estrutura e os níveis M e P como infraestruturas. O que Lefebvre mostra é que mesmo que possamos dizer que "os "objetos" constituem um sistema", o carro na modernização francesa, por exemplo, e que "cada objeto comunica a cada ação seu sistema de significações", as rodovias, a ideologia do consumo, as interações entre o sistema industrial automobilístico e o sistema urbano parisiense, etc., não significa que "esses sistemas têm o caráter pleno e acabado indicado pela tese de uma lógica do espaço" – "em toda parte, existem falhas, vazios lacunas. E conflitos, inclusive os existentes entre as lógicas e as estratégias"[177]. É justamente pelo caráter concreto e material que essas lógicas precisam assumir para tornar-se cotidianas, para gerir a reprodução das relações sociais de produção, que as torna suscetíveis à incompletude – é da tentativa da repetição homogênea que a diferença heterogênea surge:

> As lógicas sociais situam-se em diferentes níveis, entre elas persistem ou se aprofundam fissuras. Pelas fissuras passa o desejo. Sem o que, a "matéria humana", informe, logo seria sujeitada a uma forma absoluta, garantida e controlada pelo Estado solidamente apoiado na massa dos "sujeitos" e dos "objetos". Sem o que, a cotidianidade uniformizar-se-ia inapelavelmente. Até a subversão tornar-se-ia impensável[178].

Se é possível pensar (e sonhar) com a transformação das condições atuais da vida cotidiana, é porque o espaço da subversão já se encontra nascendo por entre as fissuras da totalidade capitalista.

Dessa análise dos níveis, Henri Lefebvre deriva três proposições cruciais para entender a relação entre a reprodução da totalidade capitalista e a reprodução, ou a produção, de uma nova totalidade da vida cotidiana. Em primeiro lugar, Lefebvre argumenta que a projeção das relações sociais nos territórios, lugares e na vida cotidiana, devem ser lidas pelo "ângulo" das "abstrações concretas". Isso significa que, embora no nível G essas lógicas sempre apareçam determinadas de maneira abstrata, são suas traduções em práticas sociais

---

176 Lefebvre, 2002, p. 82.
177 Ibid, p. 85.
178 Ibidem, p. 86.

que as tornam concretas – elas devém concretas pelo seu próprio ato. Em segundo lugar, "o fenômeno e o espaço urbano não são apenas *projeções das relações sociais*, mas *lugar e terreno onde as estratégias se confrontam*". Ou seja, ao aterrizarem nos territórios e na vida cotidiana essas abstrações tornadas concretas por meio de práticas sociais e materiais encontram outras práticas, com outras lógicas e outros usos possíveis do espaço que as confrontam direta ou indiretamente. O espaço urbano, assim, nunca é determinado em última instância pela abstração, sendo, ao contrário, construído precisamente no encontro agonístico entre as diferentes lógicas. Por fim, embora o urbanismo e o planejamento urbano tenham consagrado a ideia de uma "prática urbana" a serviço dos interesses do Estado e do Capital, para Lefebvre "há uma prática urbana que não se reduz nem às ideologias e instituições globais, concernentes ao espaço e sua organização, nem às atividades particulares denominadas "urbanísticas""[179]. Esse urbanismo, como veremos ao fim deste capítulo, é pensado a partir da ideia de autogestão como modo de produção autônoma do espaço.

Essas disputas em torno do espaço urbano mostram como o nível mediador é, na verdade, um "terreno de defesa e de ataque, de luta" política. A política é travada justamente no embate entre um "projeto global" que quer submeter "as particularidades dos sítios e situações [...] às exigências gerais" e formas de vida que baseiam sua reprodução exatamente na diversidade e heterogeneidade qualitativa que é constitutiva da própria vida urbana[180] – aquilo que Edward Soja chamou de *sinequismos*[181]. Por isso no início deste capítulo chamamos a disputa pelo uso do espaço de *guerra reprodutiva*, uma vez que os diferentes pontos de vista, do capital e da vida, propõem leituras radicalmente diferentes no que diz respeito a diferença constitutiva do espaço. Do ponto de vista dos corpos, multiplicar as diferenças, multiplicar os aspectos qualitativos e renovar as experiências da vida urbana é condição para a manutenção de uma riqueza própria do valor de uso. Do ponto de vista do capital, ao contrário, "é inadmissível que "mananciais de mão-de-obra" permaneçam inexplorados por estarem arraigados ao solo, imobilizados sob camadas de historicidade, sob o pretexto de seu enraizamento [...]"[182]. Na próxima subseção, veremos como um modo de produção pautado

---

179 Lefebvre, 2002, p. 86.
180 Ibid, p. 91.
181 Para Edward Soja (2000, p. 12, tradução nossa), o termo indica as "interdependências econômicas e ecológicas e as sinergias criativas – bem como as ocasionalmente destrutivas – que surgem do agrupamento intencional e a coabitação coletiva de pessoas no espaço, em um 'habitat' domesticado".
182 Lefebvre, 2002, p. 91.

no valor produz um espaço (desde suas práticas até suas representações) compatíveis com suas próprias exigências homogeneizantes.

1.3.1. Produção do espaço, produção do corpo: a política na Era Urbana

Como vimos até aqui, "toda sociedade – e, portanto, todo modo de produção [...] – produz espaço, seu próprio espaço"[183]. Entretanto, o espaço não deve ser pensado como simples materialidade ou como palco das relações sociais. O conceito lefebvreano de *espaço social* busca capturar o modo como o espaço é composto por diferentes determinantes que implicam diferentes modos de concepção, percepção e vivência – para cada um desses termos Lefebvre irá mobilizar, respectivamente, os conceitos de (i) representação do espaço, (ii) prática espacial e (iii) espaços de representação[184].

Todo espaço é percebido a partir de um ponto de vista ou de uma concepção. Embora à primeira vista poderíamos supor que as concepções são sempre particulares ou subjetivas, cada sociedade possui um modo de organizar seus pensamentos e sua ideologia sobre o espaço – ou que tipo de espaço conta como espaço. O espaço geométrico, euclidiano, parece ter uma espécie de inscrição na formação mental dos sujeitos, na medida em que este passa a ser organizado pelas forças do Estado e do Capital em torno de determinações propriamente geométricas. Glebas, lotes, quarteirões, zoneamentos, mapeamento, planos urbanos, entre outras formas de segmentação do espaço, refletem um tipo de concepção do que é o espaço que deriva desse formante geométrico, dominando nossas representações do espaço. Essa concepção nunca é puramente individual e subjetiva justamente porque a forma de conceber o espaço está "conectada às relações de produção e à 'ordem' que essas relações impõe, e, portanto, ao conhecimento, aos signos, aos códigos e as relações 'frontais'"[185]. Nesse sentido, as concepções predominantes a respeito do espaço sempre refletem as estratégias e os interesses da classe hegemônica e dominante.

Todo espaço é igualmente produto de uma prática espacial, isto é, o modo como determinadas concepções do espaço são realizadas materialmente e inscritas na materialidade do espaço. Ainda pensando o Estado e o Capital, suas representações do espaço são traduzidas em diversas práticas espaciais, como é o caso da construção do ambiente construído a partir de determinados planejamentos e mapeamentos. A construção do

183 Lefebvre, 1991, p. 31.
184 Ver Ibid, p. 33.
185 Ibidem, p. 38.

Boulevard Périphérique, exemplo que vimos anteriormente, é parte da aterrisagem dessa representação abstrata do espaço urbano parisiense que se atualiza na materialidade das autopistas e das rodovias que criam uma determinada percepção do espaço. O nível da prática espacial também é o nível da produção e reprodução da totalidade social, na medida em que é justamente as *competências* e as *performances* de cada sujeito agindo nesse espaço que garante a "continuidade e algum grau de coerência" da estrutura[186].

Por fim todo espaço é vivido e possui uma experiência que tem relação com os níveis superiores, mas que não se reduz há nenhum dos dois. O espaço possui simbolismos, rituais, rotinas, ciclos e outras formas de repetição que são governadas por timos qualitativos – a noite e o dia, as estações, as festividades que marcam os calendários, entre outros. A vida, nesse sentido, embora determinada pela forma valor e pelos constrangimentos e compulsões que essa postula como sua parte necessária, sempre permanece irredutível, ou melhor, sempre produz resíduos não-totalizáveis que ameaçam a reprodução infinita da totalidade.

Para Lefebvre, os três níveis do fenômeno urbano (G, M, P) e os três determinantes das relações entre modo de produção e produção do espaço (concebido, percebido e vivido; ou representações do espaço, prática espacial e espaços de representação) possuem relação com três momentos do *corpo* (ou da produção do corpo) no espaço urbano. Do ponto de vista da prática espacial e da percepção, o corpo é o próprio pressuposto de qualquer prática social: "o uso das mãos, dos membros e dos órgãos sensoriais, dos gestos do trabalho e mesmo os das atividades não relacionadas ao trabalho"[187] – trata-se da produção do espaço pelo corpo, do espaço como extensão (ou secreção) das energias acumuladas no corpo.

Sobre as representações do espaço e suas formas de concepção, poderíamos dizer que elas também concebem e representam um determinado tipo de corpo que é derivado do conhecimento científico, da ideologia e das demais formas de representação que atravessam o corpo e o espaço – daí a recorrente conexão que se faz entre o empreendimento cartesiano e a separação entre o humano e a natureza e os tipos de práticas que essa representação engendra.

Por fim, o corpo, enquanto diretamente vivido ou como espaço de onde novas representações podem emergir, revela tanto seu caráter alienado quanto seu potencial

---

186 Ver Lefebvre, 1991, p. 38.
187 Ibid, p. 40.

disruptivo. São precisamente os gestos, os movimentos e a produção do espaço pela atividade corporal que o Capital e o Estado precisam controlar, mas é também por meio dessas práticas, não sem contradições, que novos espaços de vida podem ser produzidos contra os espaços governados pela lógica do Capital[188]. Essas relações entre espaço e corpo podem ser pressupostas não pela proposição de uma metafísica unitária ou por uma ontologia plana do espaço, mas pelo fato de que

> antes de *produzir* efeitos no mundo material (ferramentas e objetos), antes de *produzir a si mesmo* extraindo nutrientes desse mundo, e antes de *reproduzir a si mesmo* pela geração de outros corpos, cada corpo vivo *é* espaço e *possui* seu espaço: ele produz a si mesmo no espaço e também produz esse espaço[189].

É por isso que, se há teoria política em Henri Lefebvre, está deve estar conectada tanto ao corpo como o espaço. A reapropriação do espaço – o direito à cidade, a centralidade ou mesmo a noção de revolução urbana – não se sustenta sem uma reapropriação do corpo que é sua contraparte. Reapropriar o espaço é produzir novas representações do espaço e do corpo, dos territórios e da vida cotidiana, propor novas práticas, novas materialidades e novas infraestruturas, e, em última instância, construir uma nova estratégia e uma nova lógica que coloque a reprodução acima da produção, ou o valor de uso acima do valor de troca, como diria Lefebvre. Deste modo, "a passagem de um modo de produção a outro" não pode ser realizada sem "a produção de um novo espaço"[190] e de um novo corpo: "a luta entre o corpo e o não corpo, entre os signos do corpo e os signos do não-corpo – que é "de fato uma *luta de classes*"[191].

Não devemos trivializar a forma como Henri Lefebvre enxerga nessa luta pela reapropriação do corpo e do espaço um componente da própria luta de classes. Até pouco antes de 1974, ano de publicação de seu livro *A Produção do Espaço*, e mesmo de maio de 68, a política era praticada majoritariamente em torno dos loci de produção. As fábricas, a indústria, os sindicatos e as organizações trabalhistas eram os meios privilegiados de se fazer política até antes da crise de 1970 e a entrada no regime pós-fordista ou no período da acumulação flexível. A reinvindicação de que o corpo e o espaço (como um todo) são lugares da política aponta para a forma como Henri Lefebvre leu, *avant la lettre*, o desenvolvimento

---

188 Ver Lefebvre, 1991, p. 40.
189 Ibid, p. 170, grifo do autor.
190 Ibidem, p. 46.
191 Ibidem, p. 354, grifo nosso.

do capitalismo e sua expansão para além dos muros da fábrica[192]. A noção de sociedade burocrática do consumo dirigido, por exemplo, mostra como a organização da reprodução e da vida cotidiana, bem como a intervenção direta nos espaços mais imediatos da vida social material, se tornariam condição *sine qua non* da expansão do Capitalismo em escala global. A política, assim, também se estende na Era Urbana, deixando de estar associada apenas às questões produtivas e envolvendo cada vez mais as questões da reprodução.

Nomeio essa passagem da produção à reprodução de *corpo-políticas da produção do espaço*, fazendo referência tanto a forma como Henri Lefebvre captura a importância do espaço nesse movimento de expansão da política quanto ao modo como Maria Mies concebe o corpo como lugar da política. Para Mies, pensando em particular o caso dos corpos femininos, os movimentos feministas lograram demonstrar que a esfera 'privada', doméstica, frequentemente tratada como uma "área livre da política", é na verdade o centro da política anticapitalista, na medida em que desafia a própria separação burguesa entre o público e o privado, entre produção e reprodução. A luta em torno do aborto, dos direitos reprodutivos, da valorização do trabalho doméstico e de cuidado, pelo sufrágio universal, dentre tantas outras, mostram que "o pessoal [o privado] é político" no sentido pleno do termo:

> A violência e a coerção pareciam ser os principais mecanismos pelos quais a relação de poder desigual na área das corpo políticas era mantido. As mulheres descobriram mais e mais que seus próprios corpos haviam sido alienados delas e tornados objetos para outros, haviam se tornado 'território ocupado'[193].

Há novamente aqui uma conexão entre espaço e corpo, entre território e corpo, que aponta para a relação entre colonização do espaço e colonização da vida. Os corpos se convertem em 'territórios ocupados' na medida em que suas "capacidades generativas", ou reprodutivas, precisam ser governadas pelo sistema patriarcal capitalista[194].

Segundo Mies, a descoberta do aspecto político do corpo, ou das corpo políticas, deu origem "a um novo conceito de política" que "critica radicalmente o conceito de política da democracia parlamentar"[195]. Se o pessoal e o próprio corpo é político, seria preciso superar as formas de política baseada na representação ou na delegação – era preciso praticar uma

---

192 No capítulo 2, trataremos de maneira mais aprofundada sobre essa extensão do Capital e consequentemente da política ao espaço como um todo. Há, como iremos argumentar, uma mudança na *topologia política* que produz um novo modo de fazer política e novos modos de organização política pela multiplicação dos lugares e sítios de conflito e antagonismo entre Capital e trabalho.
193 Mies, 1994, p. 25, tradução nossa.
194 Ibid.
195 Ibidem, p. 28.

"política em primeira pessoa"[196]. É nesse contexto que as discussões em torno da ideia de *autonomia*, e a entrada do lar, do bairro e da política local na esfera da luta de classes, atravessa o quadro político europeu, seja nos casos da França, da Itália ou da Alemanha, de onde escreve Mies. Esse modo de fazer política, descoberto exatamente no momento em que o movimento feminista publiciza o terreno oculto da reprodução como terreno da política, acaba por influenciar outros movimentos sociais, estendendo princípios gestados nos movimentos feministas para outros movimentos autonomistas, dentre os quais o caso dos autonomistas italianos (derivados dos operaistas) chama atenção[197] – "o funcionamento não-hierárquico, não-burocrático, a descentralização e a ênfase em iniciativas populares [*grass-roots initiatives*]"[198].

Nesse mesmo movimento, há uma transformação do sujeito revolucionário ou do tipo de subjetividade que conta como revolucionária, na medida em que os feminismos do Norte e do Sul Global reivindicam que o lugar das mulheres no sistema patriarcal capitalista não é um lugar de mera opressão, o que reduziria sua esfera de atuação apenas como antipatriarcal, mas não necessariamente anticapitalista. Ao contrário, como argumenta Dalla Costa e Selma James, a separação entre opressão e exploração, mapeada sobre a distinção entre não-assalariados/não-produtivos e assalariados/produtivos, é produto do próprio modo de produção capitalista e não deve ser importado para as práticas políticas de movimentos radicais:

> Nós estamos lidando com a revolta daqueles que foram excluídos, que foram separados pelo sistema de produção [...].
>
> Mulheres e crianças foram excluídos. A revolta das primeiras contra a exploração através da exclusão é um índice da revolta do outro.
>
> Na medida em que o capital recrutou o homem e o transformou em trabalhador assalariado, criou-se uma fratura entre ele e todos os outros proletários sem salário que, não participando diretamente na produção social, foram presumidos como incapazes de serem os sujeitos da revolta social[199].

A luta contra o Capital, do ponto de vista inaugurado e encabeçado pelas feministas, não apenas reabilita o corpo como arena de disputa da política, mas mostra como a exclusão,

---

196 Mies, 1994, p. 28.
197 No capítulo 2 e 4 discutimos as contribuições dos autonomistas italianos e da participação das feministas e teóricas da reprodução social na concepção de uma nova política pensada a partir do corpo e do território.
198 Mies, 1994, p. 30.
199 Dalla Costa e James, 1972, p. 10, tradução nossa.

espacial e política, também é uma face dos processos de exploração, abrindo espaço para que novos sujeitos e novas subjetividades políticas reivindiquem seu caráter revolucionário frente a totalidade do Capital. Na Era Urbana, como dirá Lefebvre, é preciso uma política capaz de reapropriar simultaneamente o corpo e o espaço[200] – a revolta será feminista, cotidiana e territorial, ou nada será.

1.4. Considerações parciais

> Para mudar a vida, entretanto, devemos primeiro mudar o espaço.
>
> (Lefebvre, *The Production of Space*, 1991, 190, tradução nossa).

> O corpo serve ao mesmo tempo como ponto de partida e destino.
>
> (Lefebvre, *The Production of Space*, 1991, 194, tradução nossa).

Ao longo deste capítulo, buscamos mostrar como espaço e corpo estão intimamente conectados no processo de expansão da totalidade capitalista e devem ser pensados, portanto, como parte fundamental de qualquer política radical de transformação. Em um primeiro momento, revisitamos a tradição estruturalista para mostrar como um tratamento abstrato das questões espaciais e subjetivas acaba por criar problemas quase intransponíveis no que diz respeito a relação entre a estrutura ou a totalidade do capital e o nível mais imediato dos territórios e da vida cotidiana. Com a obra de Kristin Ross, vimos que é o espaço e sua produção que mediam e funcionam como meio de aterrisagem das estruturas do Capital no processo de colonização da vida cotidiana. Nesse movimento, não apenas o espaço urbano passa a refletir as contradições mais gerais observadas no nível da estrutura (como as relações centro e periferia e o desenvolvimento desigual), como as próprias subjetividades que emergem no conflito entre usos possíveis para esse espaço aparecem determinadas, ainda que incompletamente, pelas exigências do Capital. A produção de uma subjetividade totalmente subsumida ao Capital é um erro que decorre da fetichização e reificação tanto do espaço quanto da subjetividade mesma pela ideia de um espaço mental superior à sua ocupação material.

---

[200] Ver Lefebvre, 1991, p. 166-167.

No capítulo 4 de seu livro *Elementos de Ritmanálise*, Lefebvre utiliza o termo *adestramento* para se referir ao modo como Estado e Capital dominam o corpo e o vivido. Toda sociedade é dependente de "uma organização geral do tempo" que dita as repetições, os ciclos, as paradas e os reinícios de tempos que vão desde o nível biológico até o nível social. Todo corpo, assim, enquanto elemento de uma sociedade, é submetido a um adestramento que regula "até a respiração, os deslocamentos, o sexo"[201], etc. No limite, o que é produzido aqui é o próprio corpo como valor de uso para o Capital:

> Ao longo de seu *adestramento*, os animais *trabalham*. É claro que eles não produzem um objeto, [...]. Sob a direção imperiosa do adestrador ou do treinador, eles produzem seu corpo, que entra em uma prática social, isto é, humana. Os corpos dos animais *adestrados* têm um valor de uso. Seu corpo se modifica. Como nos humanos, quando os cheiros dão lugar ao visual. O adestramento implementa um automatismo das repetições[202].

Mas essas repetições, "não são jamais *exatamente* e absolutamente as mesmas, *idênticas*". A repetição nos humanos, argumenta Lefebvre, dá lugar ao aprendizado, à educação, de onde sempre há uma centelha de liberdade, "um pequeno lugar"[203] – afinal, "o corpo tende a se comportar como um *campo diferencial*"[204]. Contra a homogeneidade da repetição idêntica, Lefebvre aposta, como nos diz Claire Revol[205], em uma *pedagogia do corpo*.

Essa pedagogia do corpo implica, como veremos ao final desta tese, um processo de *autogestão* que retome as condições de produção do espaço e da produção de subjetividades, subtraindo esses processos da esfera do capitalismo por meio de uma autonomia reprodutiva. Esse movimento, que pode ser descrito como "o movimento entre o espaço da produção e o espaço da reprodução"[206], deve ser traduzido na ação local "diretamente ligada ao território em questão".

---

201 Lefebvre, 2021, p. 98.
202 Ibid, p. 100
203 Ibidem.
204 Lefebvre, 1991, p. 384.
205 Ver Revol, 2021, p. 39. Ver também o modo como Lefebvre (1991, p. 384) vê tomar forma nos espaços de lazer, ainda que funcionais ao capital, uma "pedagogia do espaço e do tempo".
206 Lefebvre, 1991, p. 354.

Capítulo 2

Problemas de topologia política:
espaço e política na Era Urbana

> [...] é imperativo começar a formular uma verdadeira topologia política, que una as formas subjetivas de ação política e as transformações na configuração do espaço.
>
> (Alberto Toscano, *Factory, territory, metropolis, Empire*, 2010, p. 198, tradução nossa).

O convite feito por Alberto Toscano, de formular "uma verdadeira topologia política", serve como uma boa síntese para o que pretendemos desenvolver no presente capítulo sob o título de 'problemas de topologia política'. Com essa noção, queremos argumentar que as transformações impostas pela recomposição do capital e pelo avanço da urbanização planetária ao longo dos séculos XX e XXI, em particular durante a transição entre o fordismo e o pós-fordismo, sinalizam uma alteração profunda na relação entre *espaço* e *política* que pretendemos explorar a seguir.

Por muito tempo, seguindo uma tradição Marxista-Leninista, a fábrica fora situada como local privilegiado de disputa política e de enfrentamento das relações capitalistas de produção. O fordismo representa um primeiro movimento de transformação dessa relação, na medida em que há a intensificação e extensão do controle, sob a forma do planejamento, para fora das fábricas em resposta à crise da década de 1930 e ao acirramento da luta de classes em escala global após a Revolução de Outubro de 1917. Nesse momento, embora o trabalho propriamente produtivo ainda permaneça restrito à esfera fabril/industrial, o capitalismo avança na organização dos demais setores da vida cotidiana, compreendendo a necessidade de organizar e garantir aquilo que Keynes e seus seguidores chamavam de 'demanda efetiva'. Assim, a fábrica mantinha a primazia do ponto de vista da organização política, principalmente em torno da figura dos sindicatos e outras formas de união trabalhista, mas a vida cotidiana passava lentamente a fazer parte do domínio de uma 'sociedade burocrática do consumo dirigido'[207].

[207] Ver Lefebvre, 1971.

A crise da década de 1970 e, mais uma vez, o acirramento da luta de classes forçam o capital a mais uma rodada de recomposição que culmina no que ficou amplamente conhecido no debate acadêmico por *pós-fordismo* ou *acumulação flexível*. Dentre as características geralmente destacadas, como a flexibilização, a precarização dos postos de trabalho formal e a consolidação de uma massa de 'trabalhadores sem salário', o que nos importa aqui, em particular, é a transformação radical dessa antiga *topologia política* que enxergava na fábrica o ponto nevrálgico do sistema capitalista e, portanto, um lócus privilegiado de intervenção e ação política revolucionária.

A expansão da urbanização em escala planetária[208] e a consequente expansão das relações sociais de produção capitalista por todo o espaço, não sem contradições, também nos convida a repensar a relação entre espaço e política no mundo contemporâneo. Como fica claro à medida em que somos recobertos pela virtualidade da Era Urbana, o sentido clássico da urbanização induzida pela industrialização e as questões que esta coloca – em geral, a problemática da *produção* – é substituída pelo sentido do *urbano* enquanto momento onde a reprodução em sentido amplo (da vida, social e das relações sociais de produção) passa ao primeiro plano.

Algumas das perguntas propostas por Alberto Toscano no texto que dá a epígrafe que abre este capítulo serão de extrema valia para pensarmos as transformações na relação espaço e política:

i. "[....] *como a localização da ação política*, os tipos de lugares em que está ancorada ou as dimensões que esta atravessa, *afeta suas reivindicações e suas consequências*?";
ii. "[...] *como o antagonismo político em torno dos loci de produção e acumulação dão origem*, nos processos de conflito, negociação e compromisso, *a diferentes configurações espaciais?*";
iii. "[...] *quais*, [...], *são os "lugares da política", e em que sentido eles se sobrepõem aos lugares da economia*, os locais de exploração e acumulação capitalistas ou os de "ajuste" espaço-temporais [*spatial fix*] [...]"?[209].

Em outras palavras, se a recomposição do capital implicou na dissolução da fábrica como lócus privilegiado de exploração e acumulação e a extensão das relações sociais de produção capitalistas para todo o espaço, quais são os novos espaços da política no mundo

[208] Sobre isso, ver Lefebvre, 1991; Schmid e Brenner, 2012; Monte-mór, 2006.
[209] Toscano, 2010, 198-199, tradução nossa.

contemporâneo? E se, como argumentam Negt e Kluge[210], a política é a capacidade de dar uma resposta comensurável a um determinado problema, qual seria a nova resposta, ou se preferirmos, a nova forma de organização política que daria conta do impasse contemporâneo, quando os sindicatos e outras formas tradicionais de organização parecem perder sua comensurabilidade com os problemas atuais do mundo do trabalho?

Neste capítulo não pretendemos responder a todas essas questões, mas apontar caminhos para compreender de que forma as transformações na composição do capitalismo e o processo de urbanização planetária afetam a relação entre espaço e política. Na primeira parte, retomamos a filosofia política de Lênin e seu pensamento em torno do problema da organização, evidenciando a íntima conexão entre espaço e política presente em seus escritos. A partir daí, discutimos a transição para o fordismo e o pós-fordismo e as transformações que esse movimento impõe sobre a luta de classes e as formas de organização política ao longo dos séculos XX e XXI. Na última parte, exploramos as contribuições de Antônio Negri e de Henri Lefebvre acerca da nova expressão contemporânea da luta de classes a partir das figuras da *revolução urbana* (Lefebvre) e da *multidão* (Negri).

2.1. Lênin e a questão da organização política

> Em sua luta pelo poder, o proletariado não tem nenhuma outra arma senão a organização.
>
> (Vladmir Illich Lênin, *One Step Forward*, 1965, p. 415, tradução nossa).

Questões relacionadas à organização política revolucionária acompanharam Marx e o Marxismo desde o início. Pelo menos desde a publicação da *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx já enxergava no proletariado a promessa de uma transformação total da sociedade. O proletariado, sugiro, deve ser entendido menos como um sujeito ou uma subjetividade prontamente constituída, mas, antes, como uma espécie de *lugar* estruturalmente antagônico à constituição do sistema capitalista – algo que Lefebvre, mais tarde, chamaria de *resíduo* – que pode vir a ser ocupado por uma miríade de expressões concretas do mundo do trabalho. Digo isso porque o sentido pretendido por Marx ao

[210] Ver Negt e Kluge, 1999.

empregar o termo passa pela retomada do sentido jurídico romano: o proletariado é aquele numa "condição sem-propriedade" e que, por isso, sua única posse é sua prole[211]. Numa sociedade que se ampara sobre o direito de liberdade, entendido primeiramente como direito à propriedade, o proletariado é precisamente a negação dessa sociedade e, portanto, "a única classe que poderia apresentar sua própria luta particular como a encarnação de um interesse geral e universal"[212].

Ao longo de sua trajetória intelectual e política, Marx viu como ocupando esse lugar estrutural do proletariado uma série de movimentos de trabalhadores organizados: a Liga Comunista (1847-1852), a 'Primeira Internacional' (1864-1872) e a Comuna de Paris (1871)[213]. A publicação do Manifesto Comunista em 1848, escrito como programa político da Liga Comunista, reflete esse momento de identificação dos operários e artesãos franceses com a figura revolucionária do proletariado. Já nesse momento a questão da "forma organizacional" será central para as discussões levadas a cabo. Para Marx e Engels, os sindicatos [*trade unions*] formados no período eram "a forma mais imediata da luta de classes", embora inicialmente suas ações estivessem reservadas a defesa dos interesses trabalhistas dos ataques da burguesia enquanto classe emergente[214]. Embora de atuação limitada, o poder desses sindicatos não deveria ser buscado em seus "resultados imediatos", mas na sua capacidade de articular e produzir uma união subjetiva e revolucionária da classe trabalhadora[215]. As lutas em torno da redução da jornada de trabalho e do aumento dos salários, embora inscritas dentro da dinâmica de produção capitalista, apontam para as primeiras formas onde a união dos trabalhadores pode influenciar e alterar o funcionamento do sistema:

> Embora a divisão do trabalho funcionasse de várias maneiras para dividir a classe trabalhadora – tanto nacional como internacionalmente – era a comunhão do salário em si mesmo que poderia servir de base para unificá-la. Assim, a luta sindical proporcionou um grau distinto de universalidade à luta aparentemente particularista pela manutenção dos salários. Ao buscar superar as divisões na classe trabalhadora, os sindicatos tornariam assim mais eficaz a luta contra os patrões[216].

Os sindicatos ocupam um lugar muito particular, portanto, na formação de uma certa consciência de classe entre os trabalhadores. A luta coletiva em torno dos salários e da

---

211 Harrison, 2014, p. 24, tradução nossa.
212 Marx, 1975 *apud* Harrison, 2014, p. 08.
213 Harisson, 2014, p. 08.
214 Harrison, 2014, p. 27, tradução nossa.
215 Ibid.
216 Ibidem, p. 28.

jornada de trabalho funciona quase como que um elemento pedagógico que prepara "os trabalhadores para sua auto-organização"[217].

Marx e Engels argumentavam, no entanto, que a formação dos sindicatos funcionaria como uma etapa na direção da formação de uma frente de luta maior e menos particular. O aprendizado proporcionado pelas lutas sindicais deveria ser acompanhado pela formação de uma organização internacional capaz de articular as diferentes lutas trabalhistas ao redor do globo em torno da produção de uma subjetividade proletária revolucionária. Já no Manifesto Comunista começam a aparecer as primeiras definições de uma organização política desse tipo: "os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento". Marx e Engels mencionam e apoiam, por exemplo, os movimentos dos cartistas na Inglaterra, da reforma agrária na América do Norte, o partido social-democrata na França, os comunistas da Polônia, entre outros. Há uma tentativa, portanto, de articular "os partidos operários já constituídos" em um "movimento revolucionário contra a ordem social e política existente"[218].

Ao longo desses e outros escritos do período, fica claro que a organização política desempenha um papel fundamental na *produção subjetiva* da classe trabalhadora. O comunismo se ampara nas lutas e nas demandas trabalhistas de cada localidade, mas as transcende e as organiza em uma escala internacional. Há um movimento importante de *transecalaridade das lutas*, na medida em que a luta em um país reflete e acompanha um movimento global de transformação. A demanda por uma transformação total da ordem social e política vigentes é *traduzida* na forma de organização política assumida pela classe trabalhadora.

Em seu livro *Factory of Strategy*, Antonio Negri propõe retomar as lições de Lênin sobre esse mesmo problema da organização política. Lênin, enquanto herdeiro direto do programa revolucionário marxista, também contribuiu profundamente para refletir sobre a forma da organização revolucionária, suas estratégias e modos de composição. Esse retorno à tradição Marxista-Leninista, como proposto por Negri, não se faz apenas em nome de uma reavaliação das teses de Marx e Lênin como constructos prontamente aplicáveis para a fase atual do capitalismo. Ao contrário, Negri busca interrogar como a *forma de pensar* o problema da organização deveria ser alterada diante de uma classe trabalhadora que "mudou

---

[217] Ibidem, p. 29.
[218] Marx e Engels, 2016, p. 68-69.

radicalmente". Se o marxismo forma parte de uma escolha estratégica e política diante de um determinado conjunto de relações sociais, espaciais e históricas específicas, como a transformação nas relações entre espaço e política alteram o modo de organização revolucionária?

Para Marx e Engels, como vimos, o momento histórico e a situação da luta política em escala mundial colocava o sindicato como elemento fundamental para a construção de uma subjetividade revolucionária internacional. No caso de Lenin, a criação do partido Bolchevique, sua forma de encaminhar as decisões políticas que desembocaram na Revolução de Outubro e seus desenvolvimentos posteriores fazem parte, segundo Negri, de uma "escolha de uma relação de poder específica entre a classe trabalhadora e o capital em um ponto particular da história", de uma "escolha da organização", ou de um tipo particular de organização, o *partido*, como elemento que expressa "uma consciência *dessa* relação e da série de nexos e articulações que começam dessa e apontam para essa relação" específica. Quer dizer, a escolha da *forma de organização* política passa, necessariamente, pela construção de um ponto de vista específico dos antagonismos historicamente e geograficamente situados entre a classe trabalhadora e o capital, com o objetivo de "virar de cabeça para baixo a relação em que esta se fundamenta", identificando, em cada momento, "a chance de colocar o adversário [o Capital] em crise"[219].

No entanto, já de início, Negri nota uma distância fundamental entre o sujeito político da estratégia leninista e o sujeito político da fase atual do capitalismo. Em Lênin, a organização política do partido quer expressar como sujeito justamente a vanguarda dos trabalhadores industriais na Rússia do início do século XX, apostando em um fortalecimento das condições materiais da cooperação que são postas pela produção industrial. No mundo contemporâneo, *a composição política da classe trabalhadora*[220] aponta para outra direção: a decomposição da relação salarial-industrial específica do período anterior e a entrada em um outro regime de acumulação.

---

[219] Negri, 2014, p. 08, tradução nossa.

[220] Por composição política da classe trabalhadora, Negri e a tradição do Operaísmo italiano querem designar a forma assumida pela classe trabalhadora diante das reestruturações técnicas e produtivas do capital. Nesse sentido, embora o sujeito político, a classe trabalhadora, seja perene ao longo da história da luta de classes, suas condições de luta política se alteram e correspondem ao estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas do capital, o que significa que cada época deve desenvolver estratégias políticas historicamente específicas.

2.1.1. Sociologia Marxista e organização política

Vladimir Ilyich Ulianov, Lênin, (1870-1924) foi um importante revolucionário comunista, escritor e teórico do marxismo, líder dos bolcheviques e um dos grandes nomes por trás da Revolução de Outubro. Sua obra, ainda de extrema relevância para temas caros ao mundo contemporâneo (como o imperialismo, o desenvolvimento econômico, a teoria política da organização, etc.), teve uma importante influência sobre a concepção das estratégias políticas radicais e as formas de organização política anticapitalista. Uma de suas teses centrais, e que será importante para enquadrarmos o que estamos chamando de 'problemas de topologia política', é a de que a fábrica (indústria) tem papel importante na forma de organização das lutas políticas contra o capitalismo, não apenas porque figura como lócus central da produção e da acumulação capitalistas, como também porque fornece um tipo de lógica de cooperação e desenvolvimento das forças produtivas que deveria ser reapropriado pela classe trabalhadora sob a forma organizacional do *partido*. Nesse sentido, como veremos, há uma espécie de homologia entre o espaço de acumulação de capital e a forma política assumida pelas organizações revolucionárias – i.e., se o Capital se assenta primordialmente sobre a fábrica para realizar seu expediente de acumulação, a classe trabalhadora deveria ser capaz de se organizar *como fábrica* para dar uma resposta comensurável ao sistema.

Em seu famoso livro "Que fazer?", de 1902, Lênin formula uma teoria da subjetividade revolucionária e da organização política em oposição as tendências reformistas que marcavam o movimento social-democrata europeu. Em particular, Lênin atacava duas posições predominantes nos círculos progressistas da época, o economismo e o espontaneísmo. O primeiro consistia numa posição que restringia a política aos problemas da produção. A segunda posição defendia que, justamente pelo lugar central ocupado pelo trabalhador na produção, os trabalhadores poderiam espontaneamente "transcender a ideologia burguesa" e realizar a revolução[221]. Ao contrário, Lênin argumenta, seguindo as pistas deixadas por Marx e Engels, que se deixarmos a organização política dos trabalhadores correr de forma espontânea, o desenvolvimento máximo da luta seria limitado a formação dos sindicatos. Os sindicatos, mesmo que, como vimos, formassem um primeiro passo na constituição de uma subjetividade revolucionária, acabam ocupando uma posição reformista

[221] Harrison, 2014, p. 32, tradução nossa.

dentro da luta de classes, na medida em que aposta na resolução dos problemas emergentes do antagonismo capital-trabalho ainda dentro "do quadro da sociedade capitalista"[222]:

> A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista[223], quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc[224].

Ao contrário, Lênin queria fundar uma teoria revolucionária capaz de guiar o movimento dos trabalhadores em sua luta política, realizando e sintetizando as conquistas obtidas por meio da luta espontânea dos trabalhadores. Para ele, "sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário"[225], i.e., a teoria e a prática revolucionárias devem andar de forma conjunta, de modo que a espontaneidade das práticas de subversão encontre respaldo em uma teoria política e sejam refletidas por esta teoria. Sua tese central em termos de uma teoria da organização política concerne, portanto, à forma como essa teoria incide sobre a prática dos trabalhadores. Segundo Lênin, a "consciência revolucionária" deveria ser formada *fora* "do domínio imediato da luta estritamente econômica"[226]. Como argumenta Harisson, a decisão por essa organização externa ao movimento imediato das lutas não é justificada por uma simples demanda por centralização, mas o resultado da forma como "a especificidade da sociedade Russa forçou ele [Lênin] a repensar a relação entre o proletariado e a *forma organizacional*". Em outras palavras, para Lênin, a forma organizacional deve "sempre se adequar a um tempo, contexto e composição específicos da classe trabalhadora"[227]. Esse ponto será desenvolvido com maior profundidade na seção seguinte, mas, por ora, cabe a nós reconstruir o modo como Lênin desemboca na formulação dessa *necessidade*.

Para Negri, a fonte dessa concepção leninista de política se articula a forma como Lênin pensa a relação entre uma teoria do capital e uma teoria da organização. O conceito fundamental que articula esses dois momentos pode ser encontrado na concepção de "formação social determinada". Esse que, para Negri, é a base de uma possível Sociologia Marxista, inaugura um modo de investigação capaz de observar as especificidades das relações "estabelecidas entre as forças sociais de produção de uma determinada formação

---

222 Harrison, 2014, p. 32, tradução nossa.
223 Termo utilizado na própria tradução em português que deve ser entendido como uma "consciência sindical" ou "sindicalista".
224 Lênin, 1977, p. 20.
225 Lênin, 1972, p. 343 *apud* Negri, 2014, p. 21.
226 Harrison, 2014, p. 32.
227 Ibid, p. 33-34.

social"[228], que forma a base de construção do ponto de vista antagônico do proletariado, e comparar o desenvolvimento do capitalismo em escala global, i.e., "aquilo que há em comum" entre as diferentes formações sociais[229].

A formação social determinada se refere a uma configuração específica da relação entre as forças sociais de produção em um determinado país e em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Para Negri, este conceito de Lênin articula duas posições importantes para a construção de uma perspectiva materialista histórico-dialética: i) que todas as relações sociais devem "ser referendadas na luta e no conflito das forças produtivas nas relações sociais de produção" – em outras palavras, que as relações sociais no capitalismo só ganham significância quando associadas ao próprio desenvolvimento conflituoso da relação capital/trabalho; e ii) que "todas as chances de desenvolvimento são, para o capitalismo, um registro de uma solução, ainda que determinada, de uma relação de poder *na luta de classes*", i.e. que o desenvolvimento do capital se dá *em resposta* ao movimento antagônico posto *pela luta de classes*[230]. O conceito de formação social determinada, portanto, longe de funcionar como uma 'fotografia' ou uma 'captura estática' de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, apresenta o próprio desenvolvimento dialético do conflito entre a classe trabalhadora e o capital.

Um outro elemento importante dessa concepção se encontra no conceito leninista de "abstração determinada". A ideia de abstração aqui quer expressar justamente um modo de relação com o real que não se limita à leitura daquilo que aparenta determinar as relações sociais na superfície. Na Rússia de Lênin, por exemplo, o trabalhador industrial ainda representava uma pequena fração da classe trabalhadora, limitada à pequenas porções do território russo, ainda predominantemente agrário. A abstração determinada, no entanto, procede a partir de uma concepção de *tendência* que identifica um desenvolvimento *virtual* das relações sociais de produção. Esse procedimento permitiu a Lênin observar que, embora submersa em relações de produção predominantemente agrárias, o *estágio mais alto de desenvolvimento* da formação social russa se encontrava na classe trabalhadora industrial emergente. Como nota Negri, esse conceito opera uma subversão nas conotações usuais atribuídas as noções de 'abstrato' e 'concreto': "aquilo que aparece como mais abstrato (o

---

228 Negri, 2014, p. 16-17, tradução nossa.
229 Ver Lênin, 1894, p. 140 *apud* Negri, 2014, p. 16, tradução nossa.
230 Negri, 2014, p. 17, tradução nossa.

desenvolvimento capitalista em uma sociedade subdesenvolvida) se torna o elemento mais concreto em sua *tendência*, e aquilo que é mais concreto e imediato é eliminado da visão"[231].

O mesmo procedimento pode ser visto operando n'O Capital de Marx. Ao observar a formação da classe trabalhadora e a luta de classes do período inicial do capitalismo inglês, Marx assume como tendência desse processo sua generalização para todas as formações sociais capitalistas. De maneira similar, portanto, embora a indústria ainda estivesse em seu nascedouro, o método da abstração determinada permitiu a Marx antever como tendência a generalização das relações sociais de produção prefiguradas no setor mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas do capital na Inglaterra.

Os conceitos de formação social e de abstração determinada trazem consigo uma importante concepção da luta de classes e da organização política. Como vemos em seu livro "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", de 1898, Lênin mobiliza a ideia de abstração determinada para argumentar que a luta de classes deve ser focalizada justamente no setor que representa *o mais alto estágio de desenvolvimento do capitalismo* numa determinada formação social. O método de tendência busca, assim, traçar a trajetória virtual do desenvolvimento das forças produtivas que se apresenta para além das "determinações imediatas". O concreto nesse caso, como nos diz Negri, "deriva da natureza dialética do processo investigado", isto é, seu "limite tendencial"[232].

Na mudança de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, momento em que o capitalismo engendra "um salto qualitativo" nas forças produtivas, "a classe trabalhadora [industrial] é, de um lado, apresentada como um momento inevitável", i.e., "como sujeito fundamental da exploração [capitalista], e da reprodução geral do sistema"[233]. De outro lado, a classe trabalhadora também é precisamente o sujeito revolucionário desse sistema, "daí a necessidade do capital de avançar incansavelmente, porque a exploração só pode ser consolidada e reproduzida por meio de uma pressão constante sobre esse poder da classe trabalhadora". Esse papel dual e central da classe trabalhadora, de um lado, de garantir a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas e do processo de valorização do valor e, de outro, de ser justamente a força que subverte e reorienta a continuidade desse desenvolvimento é fundamental para compreender a posição leninista.

---

231 Ibid, p. 18.
232 Negri, 2014, p. 18, tradução nossa.
233 Ibid, p. 19.

Para Lênin, a "organização [política] é o reflexo de uma relação social determinada porque essa última é atravessada pela luta de classes"[234]. Isto é, justamente pelo fato de que a classe trabalhadora "é animada por uma vontade de subverter todas as relações de poder"[235], o capitalismo precisa se reorganizar, intensificando as formas de dominação e recrudescendo o processo violento de extração de mais-valor. Nesse sentido, não apenas o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas aparece como resultante do processo de organização da classe trabalhadora, como a própria forma de organização política assumida por esta última deve ser capaz de fazer frente e, portanto, de responder a uma determina composição do capital. Assim, quando Lênin nos diz que "não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária", ele também está dizendo: 'não há teoria revolucionária sem movimento revolucionário'[236]. Se a estratégia política da classe trabalhadora força uma recomposição das forças produtivas do capital, a classe trabalhadora também precisa ser capaz de passar por um processo de recomposição diante da intensificação do processo de exploração capitalista.

A perspectiva política de Lênin articula três elementos importantes para compreender a centralidade da *forma de organização política* da classe trabalhadora no capitalismo. De sua Sociologia Marxista, se desprende que a formação social de cada país corresponde a um estágio específico de desenvolvimento das forças produtivas, permitindo ao mesmo tempo a apreensão da especificidade da luta de classes em cada país e dos elementos comuns do desenvolvimento do capitalismo em escala global. Seu método de abstração determinada traça uma tendência imanente no seio das forças produtivas que aponta o ponto nevrálgico ou a alavanca que desestabiliza o sistema, antecipando os desenvolvimentos ulteriores do capitalismo. Por fim, a organização política deve assumir uma *forma* comensurável a esse estágio tendencial de desenvolvimento das forças produtivas, se se almeja fazer frente a dinâmica do capital e a dialética que fundamenta a luta de classes. A organização política reflete e assume, portanto, a forma da luta de classes em uma determinada formação social: "através da teoria da organização política de Lenin, somos lembrados de que a forma organizacional deve sempre estar intimamente ligada aos aspectos práticos tanto do desenvolvimento desigual do capitalismo quanto da composição da classe trabalhadora"[237].

---

234 Ibidem, p. 26.
235 Negri, 2014, p. 26, tradução nossa.
236 Ibid, p. 21.
237 Harrison, 2014, p. 39, tradução nossa.

2.1.2. A fábrica e o partido

Um ponto que exemplifica o tipo de relação entra forma da organização e desenvolvimento das forças produtivas que apresentamos na seção anterior pode ser encontrado na polêmica de Lenin com seus adversários políticos no que diz respeito a necessidade de uma organização política externa a própria classe trabalhadora: o partido. Contra sua teoria da organização política, Lenin enfrentava três posições que tinham ampla circulação política à época. Em primeiro lugar, uma teoria da "organização como processo", i.e., da organização como *resultado* do processo das lutas políticas espontâneas da classe trabalhadora, e não como forma política imposta externamente às lutas. Em segundo, uma teoria da "luta como processo" que enxergava a luta como meio de conquista política sem necessidade de um momento de unificação ou de reunificação. Em terceiro, uma teoria da "liderança como processo", insistindo na impossibilidade de se estabelecer uma classe política estável separada da classe trabalhadora, na medida em que essa falharia em acompanhar os desenvolvimentos dos desejos e das necessidades dos trabalhadores[238]. Ao contrário, Lênin apostava numa "organização de revolucionários" capazes de "dar à luta política energia, firmeza e continuidade"[239]. O ponto que nos interessa nessa polêmica é menos avaliar as diferentes posições nesse debate e mais compreender qual a justificativa do ponto de vista de sua teoria da organização que Lênin dá para sua posição.

Ao contrário do que pensava seus adversários, o estabelecimento de uma organização política à parte da classe trabalhadora não se dava, para Lênin, a expensas da espontaneidade das lutas políticas. Como argumenta Negri, "a regra da mudança para a organização é a de que quanto mais as lutas espontâneas e econômicas se desenvolvem, mais a necessidade de uma mudança para o nível da organização aumenta". Em outras palavras, há um processo dialético entre espontaneidade e organização, onde o desenvolvimento quantitativo das lutas espontâneas alcança uma mudança qualitativa em termos de organização: a "espontaneidade é a base dialética da mudança para a organização"; a "organização é a espontaneidade refletindo sobre si mesma"[240].

Para acompanhar esse argumento, devemos retomar o que desenvolvemos na seção anterior sobre formação social, abstração determinada e organização política. Retomemos o contexto de escrita dos textos de Lênin na virada para o século XX na Rússia. O capitalismo,

---

238 Negri, 2014, p. 31-32, tradução nossa.
239 Lênin, 1977, p. 60.
240 Negri, 2014, p. 32, tradução nossa.

naquele momento, invadia a Rússia e realizava uma grande pressão sobre a estrutura agrária anterior. A entrada e multiplicação de novas relações sociais de produção mudavam a tendência observada do ponto de vista da classe trabalhadora e, portanto, da luta de classes.

> Adotando uma visão marxista, Lenin segue as duas faces do desenvolvimento capitalista: de um lado, o sorriso a sangue frio diante do formidável poder do capital como força produtiva, por sua autêntica revolução das condições sociais, através do crescimento das forças produtivas; por outro lado, um ódio implacável à exploração e subjugação salarial do trabalho. Na Rússia, o drama do desenvolvimento é maior quando a primeira fase da industrialização é primitiva e extensa. A formação do partido socialdemocrata russo ocorre dentro do processo descrito por Lenin em O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, publicado em 1898[241].

Nesse contexto, a fábrica aparece como elemento fundamental para se pensar a organização política do partido – como nos diz Negri, "o modelo de organização *é* a fábrica no sentido pleno do termo". Isso porque a fábrica é "o lugar de formação da classe operária", isto é, onde além do processo produtivo e de exploração de trabalho, um sentido de organização da produção é apreendido, o que Negri chama de um "elevado grau de racionalidade e sofisticação da produção através do trabalho cooperado"[242]. É justamente dessa racionalidade e sofisticação que derivam da *organização* do trabalho cooperado que o partido precisa se apropriar.

> O partido também deve ser capaz de organizar e formar o caráter multiplicador do trabalho revolucionário, exaltando e subvertendo contra o capital aquilo mesmo que ele determina como crescimento da força produtiva do trabalho socializado. *O partido é uma fábrica*; é um empreendimento de subversão, uma capacidade de impor um multiplicador de racionalidade produtiva à vontade revolucionária dos militantes e à espontaneidade das massas. O partido transforma essa questão primordial, que é a insubordinação operária, em *acumulação de revolução*, em poder genérico de ataque ao adversário[243].

A ideia de um partido enquanto fábrica só pode ser entendida em face do que discutimos até então ao longo destas duas primeiras seções. Diante do desenvolvimento das forças produtivas do capital – da extensão das relações de produção capitalista, da centralidade da fábrica como meio de realização e acumulação de mais-valia, da extração do potencial de cooperação que se engendra pelo trabalho socializado na fábrica, etc. –, em outras palavras, de uma *recomposição do capital*, a classe trabalhadora precisa responder à altura propondo também uma recomposição de classe que dê conta das transformações do capital. A proposta de Lênin, assim, deixa de simplesmente figurar como uma demanda por

---

241 Negri, 2014, p. 36.
242 Negri, 2014, p. 36, tradução nossa.
243 Ibid, p. 36, grifo nosso.

centralização em sentido puro, como mero capricho ou desejo por liderança política, e passa a figurar como resposta a um estágio específico de desenvolvimento das forças produtivas do capital na Rússia.

Embora o trabalho industrial fosse, como vimos, uma pequena fração do trabalho em geral, havia uma tendência em curso que anunciava a consolidação da relação salarial/industrial e que demandava uma recomposição na estratégia política da classe trabalhadora. Essa estratégia passa, necessariamente, pela reapropriação desse excedente de cooperação produzido na fábrica enquanto local privilegiado da produção capitalista. Como nos diz Negri, "esse conceito do partido e da organização *como fábrica* é adequado para o estágio atual sob o qual o projeto leninista de organização se desenvolve"[244]. Nas palavras de Lênin:

> Pois a fábrica, que para alguns parece apenas um fantasma, representa *a forma mais elevada de cooperação capitalista que uniu e disciplinou o proletariado*, ensinou-o a organizar e colocou-o à frente de todas as outras seções da classe trabalhadora explorada. E o marxismo, a ideologia do proletariado formado pelo capitalismo, tem ensinado e está ensinando intelectuais instáveis a distinguir entre a fábrica como meio de exploração (disciplina baseada no medo da fome) e a fábrica como meio de organização (disciplina baseada no trabalho coletivizado pelas condições de uma forma de produção tecnicamente altamente desenvolvida). A disciplina e a organização que são tão difíceis para o intelectual burguês são muito facilmente adquiridas pelo proletariado apenas por causa dessa "escolarização" fabril. O medo mortal dessa escola e a total falta de compreensão de sua importância como fator organizador são características dos modos de pensar que refletem o modo de vida pequeno-burguês [...][245].

Nesse sentido, é apropriado dizer que Lênin identifica na fábrica aquilo que ficou conhecido na terminologia política leninista como uma *alavanca* que irá destruir o sistema. Como vimos, essa ideia de que a fábrica é um ponto nevrálgico do sistema capitalista se ampara numa leitura que identificava a exploração fabril como tendência que iria se generalizar diante do desenvolvimento das forças produtivas, sendo simultaneamente um elemento específico da trajetória da formação social russa e parte de uma dinâmica global do capital em diferentes países. Esse movimento em direção ao trabalho assalariado industrial ao mesmo tempo em que intensifica o processo de exploração da classe trabalhadora, abre espaço para pensar novas estratégias políticas que buscam se apropriar do desenvolvimento das forças produtivas *contra* o capital. A recomposição do capitalismo deu à classe trabalhadora a condição de uma nova forma de organização técnica e socializada do trabalho

---

[244] Ibidem, p. 38, grifo nosso.
[245] Lênin, 1964, p. 391-392 *apud* Negri, 2014, p. 37, tradução nossa.

que, embora seja parte do motor do próprio desenvolvimento do capital, pode ser utilizada para trazer o sistema abaixo a partir da organização do partido como fábrica.

2.2. Dissolução e espraiamento

A estratégia leninista que se consolida com a Revolução de Outubro de 1917 poderia servir para olhares desatentos como uma espécie de modelo para toda forma de luta operária até os dias atuais. Mas, como chama atenção Lefebvre, uma metodologia dos modelos corre o risco de "eliminar não só a crítica radical, mas também as contradições (a dialética) do vivido"[246]. Com Lênin aprendemos que o que importa é menos a escolha de uma forma organizacional metahistórica, o partido ou o sindicato, e mais a nossa capacidade de desvelar, a partir da abstração determinada, i.e., das tendências que se anunciam nas contradições concretas entre trabalho e capital, uma forma organizacional capaz de fazer frente a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. O pensamento de Lênin, visto por esse ângulo, se torna de extrema valia para pensar a relação entre espaço e política no mundo contemporâneo.

Como veremos nessa seção, algumas transformações importantes no mundo do trabalho sinalizam novas tendências em termos de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, de formas organizacionais. As palavras *dissolução* e *espraiamento* que dão o título desta seção remetem as transformações na recomposição do capital que decorrem direta ou indiretamente do novo grau de organização e de autonomia da classe trabalhadora pós-1917. Como argumenta Negri, as transformações ocorridas no nível do Estado e da economia, em um primeiro momento, o Estado de Bem-estar e a economia keynesiana e, em um segundo, a crise desse Estado e de sua capacidade de planejamento, só podem ser entendidas como resultando diretamente das lutas dos trabalhadores de 1848-1871 (as insurreições de 48 na França e a Comuna de Paris) e da própria Revolução de Outubro de 1917. Nessa seção, seguiremos duas interpretações para desvelar o conteúdo reativo[247] do fordismo e do pós-fordismo: i) a leitura de Antônio Negri sobre o Estado Planejador e sua crise; e ii) a interpretação de David Harvey em termos de uma transição entre regimes de acumulação e modos de regulamentação.

---

[246] Lefebvre, 1976a, p. 62.

[247] A ideia de reatividade, aqui, remete a interpretação Operaísta de que o capital se reestrutura e altera sua composição sempre *em resposta* a uma recomposição da classe trabalhadora. Como ficará claro mais à frente, as transformações nos regimes de acumulação podem ser mapeadas diretamente em transformações em termos de organização da luta trabalhista ao longo do século XX. Essa tese se encontra melhor desenvolvida na obra célebre de Mario Tronti, *Operai e Capitale* de 1966.

Para Negri, qualquer tentativa de descrever as transformações ocorridas no Estado e no Capital ao longo do século XX que não levem em conta essa dimensão reorganizativa da classe trabalhadora corre o risco de se manter presa a uma 'teoria burguesa', onde a esfera "política" permanece separada do capital e da dinâmica da luta de classes. As transformações no regime de acumulação, ao contrário, devem ser entendidas como respostas diretas ao movimento dos trabalhadores e de seu ganho de consciência política frente ao processo de acumulação (a luta por salários, por benefícios e uma maior participação nos processos decisórios a partir da consolidação da figura dos sindicatos)[248].

Harvey, por outro lado, emprega a linguagem da escola da regulação para argumentar que todo regime de acumulação deve ser capaz de articular e estabilizar a relação entre produção e consumo. Essa necessidade implica que os sistemas de regulação não se restringem à simples prescrição de novas formas de organização da produção, mas devem investir justamente em novos formatos de reprodução das relações de classe e de disciplinamento da força de trabalho. O controle e a produção de novos hábitos de consumo, por exemplo, ou ainda, a introdução de uma nova ética e estética do trabalho, fazem parte do conjunto de transformações que devem ser garantidas para que um novo regime se mantenha estável. Assim, um regime de acumulação e seu modo de regulamentação correspondente devem envolver "alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo"[249]. É justamente a identificação de uma nova fase do capitalismo onde "a dialética da exploração" fora "socializada", i.e., estendida "sobre todo o tecido das relações políticas e institucionais do Estado moderno" que nos interessa aqui[250]. Como veremos, essa relação de *dissolução* da fábrica como lócus privilegiado da exploração concomitante ao *espraiamento* dessas relações por todo o tecido socioespacial[251] será o cerne da transformação da relação entre espaço e política no fordismo.

2.2.1. Fordismo: trabalho e política na produção em massa

A crise de 1929 é geralmente descrita como uma crise de superprodução. Ainda dominada por uma ideologia do *laissez-faire*, a economia, enquanto campo supostamente autônomo da prática social, apostava na auto-regulação do mercado, herança dos escritos de

248 Ver Negri, 1988.
249 Harvey, 2008, p. 119.
250 Negri, 1988, p. 05, tradução nossa.
251 Ver Lefebvre, 1991.

Jean Baptiste Say e Adam Smith. As respostas dadas à crise, em particular quando observadas pela ótica da aplicação das ideias de Jean Maynard Keynes, revelam que a superprodução decorre justamente do fato de que o ajuste da demanda efetiva deixou de ser garantido pelas condições internas de reprodução do sistema. Segundo Negri, é a própria crise que revela os aspectos dinâmicos dos elementos mobilizados pela teoria econômica de maneira estática – a produção de um "excesso de oferta" tem efeitos diretos sobre o "investimento líquido, diminuindo-o, e, portanto, também leva a valores mais baixos no cronograma de eficiência marginal do capital". Em outros termos, a "ampliação da base de oferta", decorrente do esforço de guerra, da inovação tecnológica e da crescente produtividade do trabalho, não havia sido acompanhada de uma ampliação na base de demanda: "uma massificação da oferta deve[ria] ser acompanhada por uma equivalente massificação da demanda"[252].

Dois pontos chamam atenção nessa formulação keynesiana do problema em relação ao contexto sociopolítico da época. Em primeiro lugar, como argumenta Negri, a massificação da oferta é resultado direto do impacto da classe trabalhadora sobre o sistema capitalista industrial a partir de 1917. A formação de sindicatos e de partidos que, como vimos na primeira seção, buscavam organizar o excedente de cooperação produzido pelo desenvolvimento das forças produtivas permitidas pela fábrica deveria ser refreada pela desarticulação dessa capacidade de cooperação mesma. A transformação da produção em produção em massa é uma resposta eficaz, em um primeiro momento, porque mina "*a base material*" dessa forma organizacional:

> Nomeadamente, uma composição de classe que continha um setor relativamente "profissionalizado" (típico da engenharia) com a ideologia da autogestão que era seu corolário. Em outras palavras, o objetivo principal era destruir a base da aliança entre as vanguardas operárias e as massas proletárias, a aliança na qual a organização Bolchevique se baseava. Cortar a vanguarda da fábrica, e a fábrica da classe – erradicar esse partido de dentro da classe: esse era o objetivo da reorganização capitalista, a forma específica de contra-ataque contra 1917 no ocidente[253].

O fordismo teve como um dos seus resultados principais a desestabilização das relações políticas no interior da fábrica através da "massificação do processo produtivo" e da "desqualificação [*deskilling*] da força de trabalho"[254]. Frente ao avanço da capacidade organizativa da classe trabalhadora demonstrado pela Revolução de Outubro, que serviria como um novo horizonte de expectativas para a classe trabalhadora de maneira mais geral, há uma recomposição forçada do capital através de "um salto na composição orgânica de

[252] Negri, 1988, p. 12.
[253] Negri, 1988, p. 06, tradução nossa.
[254] Ibid.

novos setores; [das] linhas de montagem; [dos] fluxos de produção; [da] organização científica do trabalho; [e da] subdivisão/fragmentação dos trabalhos"[255]. Como argumenta Negri, a reorganização racional do trabalho, o aumento da repressão e uma maior alienação nas relações de produção permitiram que o movimento sindicalista revolucionário, que ganhava fôlego no Norte Global no início dos anos 1920, fosse derrotado[256]. De qualquer forma, como nota Harvey, havia ainda uma certa resistência por parte dos trabalhadores em aceitar

> [...] um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouca das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo. Ford usara quase exclusivamente mão de obra imigrante no seu sistema de produção, [...]. A rotatividade da força de trabalho de Ford mostrou-se impressionantemente alta. O taylorismo também enfrentou fortes resistências nos anos 20, e alguns comentadores, [...], insistem que a oposição dos trabalhadores infligiu uma grande derrota à implantação dessas técnicas na maioria das indústrias[257].

É a partir dessa necessidade de 'adestrar'[258] o 'novo trabalhador' que um segundo ponto importante da teoria keynesiana é revelado: a maneira como esta informa um novo modo de subsunção da política à economia.

A identificação de um problema de superprodução ou de uma demanda efetiva que não acompanha a capacidade produtiva também poderia ser lida, segundo Negri, como a incapacidade das teorias econômicas de até então de compreender o novo papel desempenhado pela "emergência política da classe trabalhadora"[259]. Após 1917, uma nova subjetividade proletária surge em escala global e ameaça o sistema de formas variadas. A ideologia keynesiana consiste em, justamente, compreender e (re)internalizar o papel revolucionário do trabalhador a fim de "controlar politicamente essa nova classe dentro do funcionamento do sistema"[260]. Em outras palavras, era preciso reconhecer a classe trabalhadora como uma nova força autônoma que atua de maneira contra-sistêmica para que essa mesma força fosse subsumida, ora do ponto de vista do consumo, ora do ponto de vista da barganha por salários.

---

255 Ibidem.
256 Ver Negri, 1988.
257 Harvey, 2008, p. 123.
258 Lefebvre define o adestramento como um modo de imposição de ritmos dominantes, como os do Capital e do Estado, sobre os ritmos da vida e dos corpos. Sobre isso ver o capítulo 4 em Lefebvre, 2021.
259 Negri, 1988, p. 06, tradução nossa.
260 Ibid, p. 07.

> A grande crise pós-1929 foi o momento da verdade, uma recuperação sobre a estrutura do capital do ataque tecnológico anterior sobre a classe trabalhadora, e a prova de suas limitações: a lição de 1917 agora se impõe através dessa "reação atrasada" no sistema como um todo. A iniciativa política da classe trabalhadora de 1917 com toda sua feroz e precisa destrutividade, controlável apenas no curto prazo, agora se manifesta como uma crise do sistema como um tudo, mostrando que esta não pode ser ignorada ou evitada[261].

É nesse sentido que Keynes, ao mesmo tempo em que oferece uma crítica ao *laissez-faire*, predominante até o período anterior, contribui para a manutenção e recomposição do sistema capitalista e sua relação com o Estado e a classe trabalhadora. Diante da rápida transformação na dinâmica da luta de classes, seria necessária uma "interiorização do elemento político dentro da economia"[262]. Como argumenta Negri, esse momento marca o fim histórico do "Estado de Direito", enquanto um aparato de proteção aos direitos individuais, e da ideologia clássica do liberalismo que entendida Estado e Mercado como instâncias separadas, e, simultaneamente, o início do "Estado Planejador", ou "do estado *como plano*"[263].

A dissolução dessa separação entre Estado e Economia, como o próprio Keynes sugere, não é resultado de uma preferência ideológica pelo intervencionismo. Em seu texto, *Am I a Liberal?*, de 1925, Keynes parece concordar que a subsunção do político no econômico decorre do fato de que "os sindicatos são fortes o suficiente para interferir no livre jogo de forças da oferta e demanda"[264]. Em outras palavras, seria preciso criticar os limites da Lei de Say, onde oferta e demanda tendem naturalmente ao equilíbrio, porque o peso das próprias variáveis em jogo foi alterado.

> A Lei de Say não era mais válida porque não reconhecia que a manutenção do sistema capitalista poderia ser um problema. Postulava o sistema como inteiramente autorregulado e espontâneo: em outras palavras, negava a existência da classe trabalhadora como um potencial negação do sistema. Ora, é verdade que, à medida que o problema da classe trabalhadora gradualmente assumiu uma formulação científica nos escritos de Keynes, ele tendia a ser definido de acordo com a mistificada tradição profissional da ciência econômica: como um problema de emprego na tradição objetivista grosseira da ciência econômica clássica. Mas, durante esta fase inicial de sua abordagem política do problema, é a luta de classes que ganha vantagem e é chamada a historicizar as categorias da ciência econômica[265].

Uma revolução total do sistema a partir da luta de classes só poderia ser efetivamente evitada se se reconhecesse o papel da classe trabalhadora na "nova relação de forças", ao mesmo

---

261 Ibidem.
262 Ibidem, p. 09.
263 Ibidem, p. 07.
264 Keynes, 1925 [1971], p. 305 *apud* Negri, 1988, p. 10, tradução nossa.
265 Negri, 1988, p. 10, tradução nossa.

tempo em que fosse possível "sublimar" sua contínua luta por poder em um elemento dinâmico interior ao sistema"[266]. Daí a afirmação de Negri de que a nova forma do Estado que emerge após 1929 tem como característica específica um novo "tipo de dinâmica de classe" que é internalizada no "quadro do intervencionismo estatal". A ideia de planejamento que se segue a partir desse momento, em particular fortalecida pelo início dos discursos desenvolvimentistas no pós-Segunda Guerra, reforçam a ideia de que "o estado deve estender sua intervenção" para toda a sociedade, assumindo seu "papel de planejador", e que "o econômico deve assim se tornar incorporado ao jurídico"[267].

A necessidade de planejar e garantir a demanda no novo modelo econômico de Keynes aspira eliminar qualquer possibilidade de que haja "renda não-consumida, não-investida"[268]. Para isso, não apenas a dinâmica produtiva da fábrica deveria ser controlada pelos planos produzidos pelo Estado, mas a própria sociedade deveria ser coordenada como parte e extensão da fábrica – "aqui a crítica ao *laissez-faire* é levada ao limite: a sociedade ela mesma é lançada no molde da fábrica"[269]. Esse movimento dá origem a duas formas de controle a partir de uma relação renovada entre a classe burocrática e a classe burguesa: de um lado, uma forma específica de controle sobre as "estruturas do capitalismo", a organização da produção e da circulação de mercadorias, e, de outro, uma forma igualmente específica de controle "dos movimentos das classes" trabalhadoras, através da organização da reprodução das relações sociais de produção e do consumo[270].

O que há de especial em Ford e no legado do fordismo estava na sua percepção de que "produção de massa significava consumo de massa", e, portanto, seria necessário um esforço no sentido de criar "um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem"[271], como já afirmava Gramsci, capaz de aspirar uma (re)integração por meio do consumo. Como argumenta Harvey, pensando na criação da jornada típica de trabalho do fordismo,

> O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também *dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem* os produtos produzidos em massa [...]. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores "privilegiados" (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o "novo homem" da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de

266 Ibid, p. 07.
267 Ibidem, p. 13.
268 Ibidem, p. 14.
269 Ibidem, p. 14-15
270 Ibidem, p. 16.
271 Harvey, 2008, p. 121.

> consumo prudente (isto é, não alcoólico) e "racional" para corresponder às necessidades e expectativas da corporação[272].

Embora essas incursões nos lares não tenham se tornado uma prática permanente, a existência desse momento em que o lar se torna alvo do planejamento organizacional da fábrica é de extrema importância para compreendermos onde o capitalismo visualizava uma possível resolução para o problema do ganho de autonomia da classe trabalhadora.

Esse momento, que, seguindo a formulação de Henri Lefebvre, sinaliza a emergência de uma "sociedade burocrática de consumo dirigido" opera uma torsão na relação entre capital e classe trabalhadora. Para Lefebvre, há uma tendência em curso no capitalismo de integrar a classe trabalhadora de maneira tática e estratégica, ora através de uma "organização repressiva da vida cotidiana", ora "por uma persuasiva ideologia do consumo" que prometia a satisfação desse 'novo homem' do fordismo[273]. Essa integração, no entanto, como bem atenta o filósofo, se deu à custa da não integração de todos os outros grupos da sociedade: "adolescentes, comunidades, mulheres, intelectuais"[274], mas também a população racializada e migrante. É nesse cenário pós-Primeira Guerra que o papel potencialmente revolucionário visto por Marx, Engels e, posteriormente, Lênin nos sindicatos [*trade-unions*] e no partido tende a ser diluído:

> Nos Estados Unidos, por exemplo, os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa [...], preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiriram e mantiveram esses direitos em troca da adoção de uma *atitude cooperativa* no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade[275].

Em outras palavras, a extensão do planejamento e da intervenção estatal para toda sociedade, em particular, buscando controlar as modalidades de reprodução e consumo, fez com que o movimento trabalhista progressivamente aceitasse "trocar ganhos reais de salário pela cooperação na disciplinação dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção"[276]. Os gastos em Bem-Estar também devem ser vistos sob essa ótica, na medida em que a garantia de uma certa satisfação coletiva representou, por um determinado período, a garantia da cooperação da classe trabalhadora com o sistema. A interiorização da dinâmica

---

272 Harvey, 2008, p. 122.
273 Lefebvre, 1971, p. 78, tradução nossa.
274 Ibid.
275 Harvey, 2008, p. 128.
276 Ibid, p. 129.

de classes no modelo econômico keynesiano, através da figura da demanda efetiva, associada ao nascimento de uma forma-estado que se estendia para o tecido social como um todo, revela que "o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos com um mero sistema de produção em massa do que como um *modo de vida total*"[277].

Retomando agora algumas das perguntas de Alberto Toscano que abrem este capítulo, qual seria então, no contexto do fordismo, a relação entre espaço e política quando a abrangência da esfera de influência da fábrica invade a sociedade como um todo e mesmo as esfera da vida cotidiana? Ainda seria possível, como Lênin na virada do século, pensar nas fábricas como o lugar privilegiado da política? Seriam ainda os sindicatos um elemento importante na politização da classe trabalhadora ou teria sua integração na órbita do planejamento da demanda e da negociação de salários obliterado sua capacidade revolucionária? Para tentar responder algumas dessas perguntas nos permitiremos fazer um pequeno desvio através da história da política revolucionária italiana ao longo do século XX.

Pelo menos desde a crise de 1929, Gramsci já havia compreendido que o fordismo se ancorava em uma dimensão mais ampla do que a mera organização racional da produção. Em sua interpretação desse novo regime de acumulação, o autor identifica um aspecto "sócio-higiênico" fundamental nas empreitadas de Henry Ford. Para além do controle dos tipos saudáveis de consumo, havia uma noção puritana de "Restauração sexual" que mirava a própria dinâmica reprodutiva do lar enquanto extensão do trabalho fabril:

> Em sua análise, Gramsci estabelece uma conexão entre essas iniciativas e a política da Lei Seca. Esperava-se que o "novo operário" reservasse suas energias físicas e psicológicas para o trabalho fabril, portanto, esperava-se que ele tivesse hábitos sexuais estáveis, regulados no seio da família nuclear, e que também se abstivesse do álcool. Desta forma, ele poderia manter suas energias psicofísicas intactas e evitar gastar seu salário em bares e bordéis. Embora essa Restauração sexual tenha afetado tanto as mulheres quanto os homens, e provavelmente mais ainda, Gramsci enfatizou a progressiva "masculinização" da força de trabalho na fábrica fordista. A Restauração Sexual e a Proibição, segundo Gramsci, complementam a regulação dos comportamentos da classe trabalhadora nas fábricas iniciadas pelo taylorismo. A intenção de Taylor era conservar e racionalizar as energias psicofísicas dos trabalhadores dentro da fábrica. Ford – que via o trabalhador não apenas como produtor de bens, mas também como consumidor do salário – procurou conservar as energias psicofísicas dos trabalhadores também fora da fábrica[278].

Nesse sentido, para além de uma maior racionalização do trabalho no interior da fábrica através da linha de montagem e a desqualificação dos trabalhadores, o que mais tarde ficaria

---

[277] Harvey, 2008, p. 131.
[278] Bologna, 2011, [1987], p. 02, tradução nossa.

conhecido entre os Operaístas como "o caminho tecnológico para a repressão"[279], havia uma tendência, já anunciada, de subsunção da sociedade pela fábrica na forma do planejamento.

Seguindo as pistas deixadas por Gramsci, alguns historiadores e sociólogos italianos, como Sergio Bologna e Mario Tronti, iriam identificar, cerca de 30 anos mais tarde, já na década de 1960, a consolidação desse novo tipo de operário na figura do "trabalhador de massa" [*mass worker*][280]. Essa nova categoria, derivada das metodologias de tendência que apresentamos anteriormente, buscava captar a emergência e consolidação desse "novo homem" do fordismo, resultado do processo de desqualificação, que colocava em xeque o trabalhador qualificado predominante no período anterior. A substituição de trabalhadores deu origem a um processo de "homogeneização" da força de trabalho. Ao longo da década de 1960 na Itália, grande parte das médias e grandes indústrias selecionavam "homens jovens adultos", operando uma nova divisão do trabalho por "idade e gênero", que supostamente seria "mais adequada para o rigor da produção em massa". Como consequência, "os outros componentes do mercado de trabalho" foram empurrados para a formação de um "exército industrial de reserva"[281]. Nesse contexto, "as demandas do trabalhador em massa divergiam significativamente dos interesses seccionais do "movimento trabalhista oficial", com um foco maior em estratégias clássicas e, em alguns casos, inovadoras de mobilização dentro das fábricas, como as *wildcat strikes*, um tipo de greve curta e ao mesmo tempo maciça que ocorria entre as plantas de produção, além de formas de sabotagem e demonstração interna às fábricas[282]. O objetivo, em geral, era a superação "da divisão especializada do trabalho no interior das fábricas", "a abolição da diferença de salários", e a rejeição "das classificações hierárquicas de trabalho" e dos "bônus vinculados à produtividade"[283]. Como argumentava uma das organizações mais proeminentes do período, a *Potere Operaio*,

> Hoje, o terreno político em que se mede a relação de força entre trabalhadores e capitalistas é o da fábrica, e a relação salário-produtividade é a chave de todo o funcionamento da sociedade capitalista. O que ontem era econômico, hoje é o único terreno político real; o que ontem era político, hoje se tornou aparência...[284]

No entanto, apesar dos ganhos salariais com as demonstrações fabris no período, as transformações impostas pelo fordismo e pelo planejamento já sinalizavam o esgotamento de uma política centrada na fábrica e no trabalho assalariado. Como vimos, ao longo do

---

279 Ver Wright, 2002, p. 78.
280 Ver Bologna, 2011, [1987].
281 Wright, 2002, p. 109.
282 Negri, 2005 *apud* Gray, 2022, p. 804, tradução nossa.
283 Gray, 2022, p. 804-805, tradução nossa.
284 Potere Operaio, 1968, p. 04 *apud* Wright, 2002, p. 111, tradução nossa.

século XX, as lutas sindicais e trabalhistas tendiam à integração na própria dinâmica de acumulação do sistema capitalista, como parte fundamental do cálculo econômico. Os ganhos, traduzidos principalmente em termos salariais, paravam "aquém do confronto final" e fez com que a luta dos trabalhadores assalariados permanecesse "isolada nas fábricas", ao mesmo tempo em que seus ganhos eram diluídos pela inflação e pelos processos de demissão[285].

Essas transformações na relação entre espaço e política fizeram com que o grupo Potere Operaio retomasse as categorias da teoria política de Lênin a fim de compreender qual deveria ser a nova composição da classe trabalhadora frente a recomposição do capital no fordismo. Para Steve Wright, o grupo começava a compreender que

> [...] as lutas econômicas, [...], eram defensivas, vinculadas ao esforço da força de trabalho para melhorar sua situação dentro do capital, enquanto as lutas políticas eram aquelas que atacavam as relações de produção. Nas condições de crise prevalecentes, a fábrica tornou-se um terreno hostil para os trabalhadores, não podendo haver continuidade direta entre os dois níveis [o econômico e o político]. Somente com a intervenção consciente de um partido constituído "externamente, mas não estranhamente" à classe, esse salto qualitativo pode ser efetuado[286].

A dificuldade se encontrava no fato de que o trabalho assalariado na indústria fordista havia se transformado em um modo de integração do trabalho ao capital que era reservado a uma minoria da classe trabalhadora. Já nas décadas de 1960 e 1970, ficava claro para as organizações trabalhistas que, junto ao processo de proletarização ocasionado pela desqualificação e pela produção em massa, havia, em curso, um outro processo de 'des-empregação' que atingia uma parcela maior da força de trabalho. Nesse contexto, segundo a Potere Operaio, um dos maiores riscos para a organização política dos trabalhadores seria a aposta numa recomposição de classe "fabrista" [*factoryist*], i.e., que se concentrasse nas demandas e nas lutas apenas dos trabalhadores dentro da fábrica.

Como argumenta Neil Gray, apesar da utilidade estratégica da categoria "trabalhador em massa" para o período do fordismo, lentamente o conceito se revelou demasiadamente estreito, uma vez que focava unicamente "no local de trabalho de homens assalariados" e deixava de lado o trabalho não-pago da reprodução social, desenvolvido principalmente pelas mulheres, e a luta dos migrantes do Sul da Itália que já consolidava uma problemática no período[287]. Inicialmente os migrantes eram vistos como competidores diretos da força de

---

285 Wright, 2002, p. 137, tradução nossa.
286 Ibid.
287 Gray, 2022, p. 805, tradução nossa.

trabalho do Norte e eram mal vistos pelos movimentos de trabalhadores. Já no início da década de 1970, o conceito de "trabalhador de massa" era "quase outra maneira de dizer" trabalho migrante no léxico do operaísmo[288]. Além disso, a luta das mulheres em torno da reprodução social revelava para o movimento trabalhista a centralidade da esfera reprodutiva na luta contra o capitalismo:

> Todo lugar de luta fora do lar, justamente porque toda esfera de organização capitalista pressupõe o lar, oferece uma chance de ataque por parte das mulheres; reuniões de fábrica, reuniões de bairro, assembleias estudantis, cada um deles são lugares legítimos para a luta das mulheres[289].

Assim, é possível argumentar que no fordismo há uma transformação importante na relação entre espaço e política, na medida em que a organização e o planejamento da força de trabalho deixam de se restringir à fábrica e atingem a esfera da vida cotidiana, englobando tanto o trabalhador típico da indústria quanto outros grupos desempregados ou que desempenham trabalhos invisibilizados. Como argumentam Dalla Costa e James na citação anterior, na medida em que todos os lugares fora do lar passam a depender e a pressupor a estabilidade e a reprodução das relações internas ao lar, todo o espaço torna-se potencialmente político. Na próxima seção, veremos como no pós-fordismo essas transformações que, no fim dos anos 1960, se apresentavam como tendência irão se consolidar e compor uma nova dinâmica do capital e um novo estágio das forças produtivas.

2.2.2. Pós-fordismo e acumulação flexível: multiplicação do trabalho, multiplicação da política

> Uma vez que passamos a ver a comunidade como um centro produtivo e, portanto, um centro de subversão, toda a perspectiva da luta generalizada e da organização revolucionária é reaberta.
>
> (Dalla Costa e James, *The Power of Women and the Subversion of Community*, 1972, p. 17)

A nova composição da classe trabalhadora que começa a tomar forma a partir da década de 1970 na Itália, mas também no restante do mundo, começa a dar sinais de que o antigo regime de acumulação e seu respectivo modo de regulação estavam em vias de decomposição. A luta dos trabalhadores fabris havia ganhado um escopo maior, abarcando também demandas dos desempregados e outros tipos de trabalhos incluidos de maneira

---

[288] Ibid.
[289] Costa e James, 1972, p. 38 *apud* Gray, 2022, p. 814, tradução nossa.

negativa na esfera da circulação do capital, como o trabalho migrante e o trabalho reprodutivo. Nesse contexto, os sindicatos e os orgãos de classe perdem força em termos de representação desse novo tipo de trabalhor, o que ameaça colocar em xeque um dos principais mecanismos de integração e cooptação do trabalhador no cálculo econômico do capitalismo planejado.

Para Ricardo Antunes, a crise tinha que ver com uma série de fatores que já se expressavam ao longo do século XX, mas que ganham maior fôlego e aspecto determinante no final da década de 1960 e 1970: i) uma forte queda na "taxa de lucro", em particular ocasionada pelo aumento do custo da mão de obra, fruto das negociações sindicais, e da intensificação da "luta social" já na década de 60; ii) uma exaustão do modelo fordista pela redução da capacidade de consumo, em parte resultado da inflação e do surgimento do fenômeno do "desemprego estrutural"; iii) uma hipertrofia do setor financeiro concomitante a uma maior dependência deste para a realização dos lucros, o que força parte do capital a deixar o circuito diretamente produtivo; iv) a concentração de capital em monopólios e oligopólios, sinalizando a perda da capacidade de planejamento por parte do Estado e um ganho de 'autonomia' das firmas e conglomerados capitalistas; v) a crise do Estado de bem-estar, em grande medida decorrente da crise fiscal do capitalismo de estado; e vi) um "rápido aumento em privatizações" e a generalização de uma tendência à "desregulação e a flexibilização do processo produtivo"[290]. Nessa seção, exploramos como essas transformações evidenciam a "incontrolabilidade da ordem socio-metabólica do captial" e o "desmantelamento do setor produtivo do Estado" e como esses dois fenômenos se associam à uma nova tendência predominante pós-1970 de "destruição e/ou precarização da força de trabalho humana", em particular através do desemprego estrutural, da multiplicação de postos de trabalho formal de baixa qualidade e o ressurgimento de formas de trabalho autônomas, informais e precarizadas[291].

Essas transformações sinalizam uma mudança daquilo que Negri denominou de "Estado-planejador" para uma outra formação identificada a partir de dois termos, o "Estado-de-crise" [*crisis-state*] e o "Estado-firma" [*enterprise-state*][292]. Com o primeiro termo, Negri buscava argumentar que a incapacidade de organização da luta trabalhista e de planejar a sociedade como um todo dá origem a um Estado com sinal invertido, onde o planejamento

[290] Antunes, 2013, p. 15-16, tradução nossa.
[291] Antunes, 2013, p. 17, tradução nossa.
[292] Negri, 1988, p. 70, tradução nossa.

deixa de ser o mote de seu funcionamento, abrindo caminho para a extensão de mecanismos de privatização e desregulação operados e dirigidos pelo Capital. O segundo termo complementa o primeiro, na medida em que evidencia a lógica que passa a organizar o funcionamento do Estado, orientado agora pela disputa pelos capitais e uma maior priorização da "oferta sobre a demanda", que se traduz em sua subordinação "à lógica da empresa multinacional de larga escala"[293].

A crise que se anuncia a partir desse momento, e que tentaremos discutir com maior profundidade ao longo do final deste capítulo, traz a problemática da reprodução, tanto das relações sociais de produção como da própria vida, para o centro das preocupações políticas das lutas trabalhistas. O desmantelamento do Estado de Bem-estar Social atrelado a crescente inflação e desemprego estruturais revelam que a "crise é *simultaneamente* uma crise de produção e de reprodução das relações de trabalho assalariado como um todo"[294]. As lutas antes restritas à fábrica serão agora estentidas por todo tecido social, o que Negri e a tradição pós-Operaísta irão denominar como a "fábrica social"[295]. Nesse contexto, onde a política explode os muros das fábricas e atinge todo o espaço, as formas de organização política da classe trabalhadora precisariam assumir outra conformação. Se os sindicatos perdiam força, tanto pela mudança no regime de acumulação quanto pela sua incapacidade de representação de uma classe de trabalhadores sem-trabalho e sem-salário[296], quais seriam as novas formas de organização possíveis para fazer frente ao novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas? Em outras palavras, qual a relação entre os novos espaços de acumulação e a política revolucionária?

Para Antunes, o "compromisso Fordista", que consistia numa "forma de sociabilidade" que prometia ganhos sociais e de bem-estar para os trabalhadores assalariados do Norte Global, havia "gradualmente subordinado [...] os sindicatos e os partidos políticos"[297]. Nesse processo, embora a classe trabalhadora tenha conseguido abocanhar alguns ganhos, de modo geral, essa "integração" do trabalho era realizada por meio de uma subsunção gradual do movimento trabalhista em uma "estrutura de comando mediadora" da luta de classes[298]. A desqualificiação e a massificação da classe trabalhadora também

---

293 Ibid, p. 46.
294 Ibidem, p. 89.
295 Ver Steve Wright, 2002.
296 Ver Denning, 2010.
297 Antunes, 2013, p. 24, tradução nossa.
298 Bihr, 1991, p. 50 *apud* Antunes, 2013, p. 24-25, tradução nossa.

contribuiu para a desarticulação da relação entre vanguardas políticas e o chão de fábrica que amparava o modo de fazer política predominante durante a virada e início do século XX.

No entanto, o que o capital não esperava era que a *massificação* dos trabalhadores, traduzida em sua perda de identidade cultural e trabalhista, significaria, ao mesmo tempo, a *massificação* da luta de classes, na medida em que a luta passava a englobar outros setores inicialmente negligenciados porque fora da esfera direta da produção. Como argumenta Antunes, embora o trabalhador em massa representasse "a base social para a extensão do anterior compromisso social-democrática, ela ou ele foram também os principais agentes de ruptura e confronto, dos quais os movimentos de controle social da produção no final da década de 1960 foram uma forte expressão"[299]. Em outras palavras, a própria tendência atomizadora e homogeneizante do capital durante a fase fordista deu condições para que se criasse, ao mesmo temo, "um processo de personalização" traduzido em um desejo por "autonomia"[300]. A exaustão desse regime de acumulação, embora em grande parte associado ao solapamento das condições de acumulação diante da inflação e da crise fiscal do Estado, também tem suas bases na "intesificação da luta de classes" durante as décadas de 1960 e 1970[301].

A crise do petróleo de 1973 serviu para jogar uma pá de cal sobre o compromisso fordista predominante até então. Para Harvey, a crise acabou por retirar "o mundo capitalista do sufocante torpor da "estagflação" e o forçou a implementar diversas políticas repressivas e regressivas de "reestruturação econômica e de reajustamento social e político"[302]. A acumulação flexível ou o pós-fordismo caracteriza esse novo período onde o capitalismo precisa confrontar de maneira mais direta a "rigidez do fordismo" por meio da "flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo"[303]. Esse processo de flexibilização sinaliza simultaneamente uma maior flexibilidade e mobilidade da força de trabalho, diante das pressões cada vez maiores do grande capital, e o enfraquecimento da classe trabalhadora, dado o retrocesso do poder sindical. Nesse cenário, uma série de formas de trabalho precarizados, seja pela ausência de vínculo formal direto com o empregador, que anteriormente resguardava o trabalhador em termos de direitos trabalhistas, seja pela ausência de garantias e de estabilidade, irão emergir

---

299 Antunes, 2013, p. 26.
300 Bihr, 1991, p. 63 *apud* Antunes, 2013, p. 27, tradução nossa.
301 Antunes, 2013, p. 28.
302 Harvey, 2008, p. 140.
303 Harvey, 2008, p. 140.

e se consolidar: o trabalho em meio período, o trabalho informal, o trabalho terceirizado, entre outros.

Como aponta Harvey, outro elemento importante durante essa reestruturação produtiva se concentra na subcontratação como meio importante de terceirização dos custos de manutenção da força de trabalho e que serve como impulso "para a formação de pequenos negócios" e "sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista"[304]. Embora essas formas heterogêneas de unidades produtivas jamais tenham deixado de existir no capitalismo, em particular no Sul Global, a grande mudança agora é que estas tornam-se partes fundamentais para o funcionamento do capitalismo, "e não [mais] apêndices do sistema produtivo"[305]:

> O rápido crescimento de economias "negras", "informais" ou "subterrâneas" também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar *uma crescente convergência entre sistemas de trabalho* "terceiro-mundistas" e capitalistas avançados. Contudo, a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas mais antigas ([...]) representam coisas bem diferentes em diferentes lugares. Às vezes, indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas ([...]), enquanto em outros casos existem apenas grupos imigrantes tentando entrar num sistema capitalista, formas organizadas de sonegação de impostos ou o atrativo de altos lucros no comércio ilegal em sua base. Em todos esses casos, o efeito é *uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego*[306].

Se no período anterior a forma de organização da classe trabalhadora dependia fundamentalmente "do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis", a transformação e a multiplicação de novas formas de trabalho sinaliza a entrada da política em um "terreno muito mais confuso"[307]. Para Harvey, "a luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo"[308]. Embora não concorde com a hipótese de que o retorno e o ressurgimento de formas de produção anacrônicas em relação ao capital signifiquem necessariamente o aumento da exploração e da alienação, a assertiva de Harvey revela um movimento fundamental no mundo contemporâneo. Quando o lugar onde o trabalho produtivo acontece sofre uma alteração significativa, os modos de organização política também devem ser transformados. A multiplicação de novas subjetividades proletárias significa, em última instância, que a forma tradicional de

---

304 Ibidem.
305 Ibidem.
306 Harvey, 2008, p. 145.
307 Ibid.
308 Ibidem, p. 146.

organização política, através de partidos e sindicatos que miram no trabalho fabril e assalariado, se torna incapaz de esgotar representativamente o proletário enquanto elemento mais amplo do que a classe trabalhadora.

A entrada em um regime de acumulação flexível significou, em alguma medida, que "sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço"[309]. E mais, que essa coexistência dá origem a transformações significativas na nossa compreensão do que consiste a classe trabalhadora no mundo contemporâneo. Para Ricardo Antunes, é necessário, hoje, compreender a classe trabalhadora "de modo ampliado", em sua "(nova) morfologia", sua composição "mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo"[310]. Essas transformações recoloca o problema da política em um outro terreno. Seria ainda a classe trabalhadora assalariada e sua organização no interior das fábricas o ponto nevrálgico a partir do qual o sistema capitalista poderia vir à baixo, ou teria a situação se alterado a tal ponto que essa 'alavanca' haveria se relocalizado ou mesmo se difundido em diferentes configurações socioespaciais e trabalhistas?

> Nos embates mundiais, hoje desencadeados pelos trabalhadores e/ou desempregados, que o mundo tem presenciado, de modo cotidiano, [...], é possível detectar maior potencialidade e mesmo centralidade nos estrados mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles que vivenciam uma situação mais "estável" e que têm, consequentemente, maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, nas ações sociais dos nossos dias, o polo mais fértil e rebelde encontrasse prioritariamente naqueles segmentos sociais mais subproletarizados?[311]

Negri parte de um diagnóstico similar, na medida em que localiza na transição do Estado-Planejador para o Estado-de-Crise uma transformação que sinaliza o fim "de qualquer relação orgânica possível entre a classe trabalhadora e o estado", como a predominante durante o compromisso fordista[312]. A transformação da paisagem proletária decorrente, em particular, da intensificação das lutas e das crises econômica ao longo dos anos 1960 e 1970, minou qualquer capacidade de planejamento e de "reestabelecimento da hegemonia sobre as relações de classe"[313]. Diante desse cenário, o Estado deixa de ser o ponto de onde partem formas conciliatórias de política econômica e trabalhista e assume, cada vez mais, uma forma de poder "baseado no comando através da gestão, manipulação e

---

309 Harvey, 2008, p. 175.
310 Antunes, 2005, p. 52
311 Antunes, 2005, p. 54.
312 Negri, 1988, p. 60, tradução nossa.
313 Ibid, p. 61.

extorsão [*blackmail*] da política de crise". "O espaço para a barganha", aberto anteriormente pelo compromisso fordista e pelos mecanismos de planejamento herdados do modelo keynesiano, "é estreitado"[314]. Qualquer tentativa de resolver o conflito entre trabalho e capital, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, de forma "positiva ou "resolutiva" fora "decisivamente quebrada"[315].

Nessa nova composição do capital e na forma-estado correspondente a esse período, Negri enxerga algumas transformações fundamentais em termos da relação antagonística entre Capital e classe trabalhadora:

1. Uma "transição do "Estado de bem-estar" [*welfare state*] para o "Estado de guerra [*warfare state*]";
2. O uso, a partir de agora, "negativo" da política macroeconômica keynesiana, "como meio de reativar um uso "positivo" do mercado", em particular no uso de políticas econômicas de austeridade em períodos de crise;
3. Uma profunda reestruturação dos "interstícios da economia", sinalizando o fim de qualquer homogeneidade na "composição social de classe, especialmente em áreas críticas que conectam a produção com a reprodução";
4. O ressurgimento de uma "nova Direita" que almeja "recompor a fragmentação da classe trabalhadora em termos de novos valores institucionais e estatais"[316].

Essas transformações sinalizam, como pretendemos explorar na seção seguinte, uma reorientação do Capital em direção à problemática da reprodução, tanto das relações sociais de produção quanto da reprodução da própria vida individual e coletiva. A incapacidade de controlar por vias mais conciliatórias o conflito de classe dá origem a uma organização da forma-estado que intensifica e reorienta o alvo de tecnologias militares e de controle para a classe trabalhadora. Mais recentemente esse movimento de intensificação da coerção pode ser visto em casos como os das plataformas de aplicativos de transporte e circulação de mercadorias, seja na extensão da jornada de trabalho através de bonificações e formas de 'score' do trabalhador atomizado, seja na repressão direta da organização dos trabalhadores precarizados, como tem ocorrido em empresas como Amazon e Starbucks, por exemplo[317]. O fato é que, diante da desarticulação dos mecanismos de controle sobre o trabalho

---

314 Ibidem, p. 89.
315 Ibidem.
316 Todas as transformações listadas se encontram em Negri, 1988, p. 91, tradução nossa.
317 Ver matéria publicada pelo The Intercept em 04 de abril de 2022: < https://theintercept.com/2022/04/04/amazon-union-living-wage-restrooms-chat-app/>.

predominantes no período anterior, o controle sobre a reprodução das relações sociais de produção deve assumir cada vez mais uma forma violenta e imediada (sem mediação) que atinge agora não apenas o trabalhador assalariado, mas também outras formas de trabalho sem-salário e mesmo os desempregados. Para Negri, a extensão dessas formas de coerção para todo o espectro da classe trabalhadora significa também a extensão da "contradição/antagonismo contra a acumulação capitalista da área da fábrica para toda a sociedade", desestabilizando "todo o circuito da produção à reprodução"[318].

Na próxima seção que encerra o presente capítulo, buscamos explorar como essas transformações afetam a relação entre espaço e política no mundo contemporâneo. Se a fábrica deixa de ser o local privilegiado de reprodução das relações sociais de produção capitalistas, quais novas forma de organização política tem de ser privilegiadas se se quer fazer frente ao recrudescimento das formas de controle do Capital e do Estado-de-crise? Assim, exploraremos duas formulações importantes para dar conta dessas mutações: i) o argumento de Henri Lefebvre de que o urbano e a reprodução das relações sociais de produção encontram-se, hoje, intimamente conectados e, em última medida, são a condição de sobrevivência de um capitalismo 'ferido de morte'; e ii) o argumento de António Negri no que diz respeito à multiplicação dos loci de luta política nas figuras da Metrópole e da Multidão.

2.3. O lugar da política no mundo contemporâneo *ou* a problemática da reprodução

> Novos regimes de produção, novas formas de trabalho assalariado e não assalariado, novas lutas: uma nova composição de classe. Como sempre, mudanças na composição da classe trabalhadora exigem um debate sobre o significado da política revolucionária – do que, nessas diferentes circunstâncias, realmente significa abolir a relação do capital e seu estado.
>
> (Steve Wright, *Confronting the crisis of 'fordism'*, 2005)

Até o momento buscamos delinear a posição leninista em termos de organização e estratégia política que via na fábrica a expressão de um estágio superior do desenvolvimento das forças produtivas que o partido, enquanto forma de organização política, deveria espelhar. Essa concepção de política, podemos argumentar, influenciou grande parte dos programas partidários progressistas e/ou de esquerda ao redor do mundo, se amparando na figura dos sindicatos e das lutas dos trabalhadores industriais. A figura de um partido centralizado formado por revolucionários capazes de garantir a continuidade da luta parece

[318] Negri, 1988, p. 92.

não ter desaparecido completamente até os dias de hoje, embora as aspirações revolucionárias, em alguns casos, passaram para o segundo plano, diante da constante pressão pela necessidade de coalisão política. Em todo caso, não se trata aqui de avaliar o desenvolvimento e o sucesso dessa forma de organização política, mas de interrogar o estatuto e o papel da fábrica na política contemporânea. Poderia hoje a fábrica, como fora na época de Lênin, figurar como uma alavanca ou como um ponto nevrálgico que derrubaria o sistema? O partido formado por trabalhadores industriais e centrado em torno da luta destes ainda corresponde ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo?

A seguir, ao explorar os desenvolvimentos de Henri Lefebvre em torno da noção de *revolução urbana*, queremos argumentar que a extensão dos loci de luta para além dos muros da fábrica e a reorientação da problemática da produção para a reprodução implica uma reconfiguração nas formas de organização política e, mesmo, nos lugares da política no mundo contemporâneo. Com Lefebvre, argumento que a revolução urbana é a forma mesma da luta política na Era Urbana, uma vez que traz ao centro da luta pela transformação total uma série de subjetividades proletárias que excedem significativamente a luta da classe trabalhadora assalariada. A revolução urbana, como pretendo evidenciar, é a expressão de uma série de contradições que se multiplicam e se coadunam no espaço à medida em que o planejamento e sua crise afetam diretamente a vida cotidiana e a reprodução das relações sociais de produção. Nesse cenário, toda luta que se associa direta ou indiretamente com a problemática urbana torna-se política, uma vez que toca no elemento central para a reprodução do capitalismo no mundo contemporâneo, a saber, a produção do espaço. A disputa em torno da apropriação e reorientação dos espaços politiza, simultaneamente, o próprio espaço e os grupos que disputam sua ocupação, de modo que as lutas por autonomia relacionadas aos territórios e lugares comuns ganham proeminência em relação à fábrica enquanto lugar próprio da política.

Com Negri, vemos com as transformações do processo produtivo na fase do pós-fordismo e a consequente subsunção da própria reprodução social ao capitalismo sinaliza, ao mesmo tempo, a mudança para um paradigma *biopolítico* da produção e o surgimento de uma nova classe ampliada de trabalhadores, a *multidão*. A multidão é o nome dado a essa nova composição de classe que engloba, agora, não apenas os trabalhadores assalariados, formais e fabris, mas toda a sorte de despossuídos, sem-renda e sem-salário. Ao estender sua esfera de influência para fora da fábrica, o capitalismo encontrará resistências também em outras

esferas para além da produtiva. Assim, mostramos como a problemática da reprodução ganha centralidade no momento atual, em particular nas dinâmicas de expropriação dos comuns que marca o neoliberalismo.

2.3.1. A Sobrevivência do Capitalismo: o urbano e a reprodução das relações sociais de produção

> Como o capitalismo, que parecia mortalmente ferido, conseguiu sobreviver?
>
> (Henri Lefebvre, *The Survival of Capitalism*, 1976a, p. 48, tradução nossa).

Henri Lefebvre (1901-1991) foi um filósofo, sociólogo e intelectual francês que produziu uma imensa obra abordando temas de natureza diversa. Do seu contato com o Marxismo, já a partir da década de 1930, inaugura-se uma profícua trajetória intelectual voltada para o estudo das contradições concretas da sociedade capitalista em sua expressão cotidiana. Esse projeto, que, de certa maneira, entrecorta os escritos do filósofo ao longo de sua vida, se associa a outros problemas que emergem da conjuntura política e social francesa ao longo do tempo. Lefebvre publicou uma série de monografias temáticas sobre alguns filósofos, estudos sobre sociologia rural, problemas relacionados à estética, à lógica e ao marxismo, discussões a respeito do modo de produção estatal, a produção do espaço e a crítica da vida cotidiana. Seu resgate e sucesso recentes, no entanto, estão em grande parte associados ao que ficou conhecido no campo das humanidades como 'virada espacial', movimento onde o espaço deixou de ser considerado apenas suporte ou palco para os processos sociais, e passa a ser investigado em seu caráter ativo, isto é, como agente produtor de relações sociais.

A necessidade de se (re)considerar esse caráter ativo do espaço, isto é, a centralidade assumida pela problemática urbana e da produção do espaço, como argumenta Lefebvre, tem uma profunda relação com as transformações do próprio regime de acumulação capitalista ao longo do tempo. Na época de Marx, por exemplo, a produção da categoria 'trabalho socialmente necessário', ou mesmo a distinção entre 'trabalho concreto' e 'trabalho abstrato', se dá em um contexto em que a emergência do trabalho industrial fornece a contrapartida do conceito: "*a representação quantitativa do trabalho, sua medição pelo tempo de trabalho*"[319]. Para Lefebvre, o conceito de trabalho, como empregado em Marx, nasce, e só

[319] Lefebvre, 1983, p. 33, tradução nossa.

poderia nascer, em relação a um determinado contexto histórico e a um estágio de desenvolvimento das forças produtivas onde o trabalho passa a ser quantificado, medido e, portanto, equiparável. A produção do espaço, enquanto conceito que capta um processo e um movimento histórico, também teria que ver, nesse sentido, com uma radical transformação nas forças produtivas e nas relações sociais de produção, onde o espaço passa ao centro das atenções das classes burguesa e burocrática dominantes e do Capital enquanto sujeito abstrato[320].

O momento que marca a emergência dessa atenção com relação ao espaço e sua produção é localizado, por Lefebvre, na Bauhaus. Para o filósofo,

> [...] a Bauhaus fez mais do que localizar o espaço em seu contexto real ou fornecer uma nova perspectiva sobre ele: ela desenvolveu um novo conceito, um conceito global, de espaço. Nessa época, por volta de 1920, logo após a Primeira Guerra Mundial, foi descoberta uma ligação [*link*] nos países avançados (França, Alemanha, Rússia, Estados Unidos), uma ligação que já havia sido tratada no plano prático, mas que ainda não havia sido racionalmente articulada: entre industrialização e urbanização, entre os locais de trabalho e os locais de moradia. Assim que essa ligação foi incorporada ao pensamento teórico, logo se transformou em um projeto, até mesmo em um programa[321].

Como argumenta Stanek, esse 'conceito global de espaço', mencionado por Lefebvre, diz respeito a forma como os arquitetos da Bauhaus elaboraram, pela primeira vez com clareza, a profunda interconexão "entre os locais trabalho, habitação e consumo". Para ele, se Adam Smith foi responsável por demonstrar que o trabalho desenvolvido por diferentes tipos de trabalhadores eram todos parte e expressão do "trabalho em geral", a Bauhaus teria sido responsável por evidenciar que "diferentes lugares são inter-relacionados e, portanto, parte de um [mesmo] espaço"[322]. O que pretendo argumentar, nessa seção, é que essa interconexão dos espaços após a Primeira Guerra Mundial se dá, como discutido nas seções anteriores, sobre *o molde da fábrica*. Os espaços de moradia, de lazer e consumo são interconectados justamente por uma prática de planejamento da demanda que estende a esfera de influência do planejamento e da racionalidade econômica interna à fábrica para o espaço e para a vida cotidiana como um todo – o que Lefebvre irá denominar como: a *sociedade burocrática de consumo dirigido*[323]. É nesse sentido, também, que devemos entender a afirmação de Henri

---

320 Para Lukas Stanek (2008, p. 63, tradução nossa), o desenvolvimento do conceito de produção do espaço estaria associado aos estudos empíricos de Henri Lefebvre sobre a "urbanização nos trente glorieuses, suas críticas ao urbanismo funcionalista do pós-guerra e a revisão da arquitetura Modernista na França nos fins dos anos 1960 e início dos anos 1970".
321 Lefebvre, 1991, p. 124, tradução nossa.
322 Stanek, 2008, p. 68.
323 Ver capítulo 2 em Lefebvre, 1971.

Lefebvre de que a urbanização é um processo induzido pela industrialização, na medida em que a necessidade de assegurar e planejar a continuidade da 'demanda efetiva' que sustentaria uma massificação da produção enseja um processo de planejamento das cidades fortemente ancorado na problemática da produção industrial[324].

Lukas Stanek argumenta, por exemplo, como o trabalho do arquiteto Ludwig Hilberseimer buscava fazer com que a estrutura do lar refletisse de maneira orgânica a estrutura da cidade e vice-versa – "o espaço de uma casa em particular deveria se tornar o design determinante para toda a cidade, enquanto o plano da cidade deveria influenciar o espaço da casa"[325]. O mesmo tipo de relação reaparece em um filme escrito por Pierre Chenal em parceria com Le Corbusier, *Architecture d'aujourd'hui* (1930), onde sugerem que deveria haver uma conexão orgânica entre a casa, o bairro e o plano da cidade. Para Stanek, essas produções revelam que, assim como a industrialização deu aos economistas e ao campo da economia política as condições necessárias para a elaboração do conceito de trabalho abstrato, a nova descoberta da Bauhaus, a saber, a conexão necessária entre produção e reprodução, deu aos arquitetos e planejadores uma concepção e uma representação do espaço enquanto abstrato[326]. Essa descoberta é muito bem sintetizada por um arquiteto conhecido e contemporâneo de Henri Lefebvre, Manfredo Tafuri, em seu livro *Toward a Critique of Architectural Ideology* (1969), ao dizer que "uma vez que a verdadeira unidade do ciclo produtivo fora identificada na cidade, a única tarefa que o arquiteto pode ter é a de *organizar* esse ciclo"[327]. Como conclui Stanek, essa suposta capacidade "revolucionária" dos arquitetos e artistas da Bauhaus seria de extrema importância para o sistema econômico capitalista e o sistema político do estado – "essa nova unidade do espaço estava, de fato, acompanhando e facilitando a unidade dos processos de produção, distribuição e consumo"[328].

O que quero chamar atenção ao retomar, aqui, a discussão proposta por Lukas Stanek pode ser sumarizado em três pontos: i) que a leitura proposta por Henri Lefebvre revela que a emergência e a consolidação de uma certa racionalização da produção do espaço está diretamente relacionada a uma transformação no regime de acumulação do capital, que, acompanhando o proposto ao longo deste capítulo, sugiro ser a passagem, após a crise de 1930, para o regime fordista; ii) que a unidade entre produção, distribuição e consumo

---

324 Ver Lefebvre, 2003.
325 Stanek, 2008, p. 68, tradução nossa.
326 Ibid, p. 69.
327 Tafuri, 1998 *apud* Stanek, 2008, p. 69-70.
328 Stanek, 2008, p. 70.

buscada pelos arquitetos e artistas da Bauhaus na cidade ou, se preferirmos, no urbano, pode ser lida como uma resposta à necessidade de planejamento e organização da demanda efetiva que reconecta dialeticamente produção e reprodução; e iii) que a reorientação da preocupação dos planejadores do espaço da fábrica para o espaço do lar, do urbano e, consequentemente, da vida cotidiana aponta para uma transformação da forma de organização política que seria comensurável com a nova composição do capital. Em outras palavras, se a nova composição do capital aparece sob a forma de uma subsunção da sociedade e do espaço em um planejamento que aspira o total (i.e., uma relação orgânica entre as partes e o todo), há uma transformação nas subjetividades políticas que são ativadas por esse movimento. Não seria mais a fábrica o espaço privilegiado para se pensar a organização política, mas, como veremos, a própria vida cotidiana e a disputa pela apropriação do espaço urbano é que seriam colocadas no cerne da política contemporânea.

A cidade funciona, desde o princípio, reunindo dois tipos de produção: de um lado, a cidade se apresenta como produtora de *obras*, ou, se quisermos manter o jargão marxista, de valores de uso, na medida em que se consolida como um espaço de reunião de pessoas, materiais, instrumentos, conhecimentos, etc.; de outro, a cidade também assume um papel cada vez mais importante na produção de *mercadorias*, i.e., valores de troca. Como nota Lefebvre, "desde a Idade Média, no interior das cidades, [há] uma divisão técnica do trabalho que fazia da grande cidade uma espécie de *empresa* ou *oficina gigante*"[329]. A cidade, nesse sentido, enquanto unidade espacial capaz de realizar e garantir as condições de produção "preexiste à industrialização"[330]. Embora banal, como argumenta o próprio Lefebvre, essa afirmação é relevante para compreender como a relação com a indústria transforma as cidades. Por outro lado, a cidade também deve ser vista como um espaço privilegiado de reprodução social, aqui entendida não apenas como a reprodução de um conjunto de relações sociais que estruturam a sociedade, mas também como parte importante da reprodução da própria vida coletiva.

Há um excedente de cooperação que toma forma nas cidades e que se traduz na garantia de infraestruturas e relações econômicas essenciais para a reprodução coletiva, seja pela dinâmica de autoconstrução, seja nos diferentes modos de integração econômica[331] (como a reciprocidade, a domesticidade e a redistribuição) que estruturam e garantem a continuidade da vida social. Esse movimento, de concentração de "criação, potência técnica,

---

329 Lefebvre, 2011, p. 53.
330 Lefebvre, 2002, p. 11.
331 Ver Polanyi, 2012.

mobilização social e poder (político), construção e mobilização do espaço físico", mas também de uma vida social ativa e coletivizada é o que Harley Silva chamou de um "adensamento da experiência"[332].

Inicialmente, as indústrias tendem a nascer e a se concentrar fora das cidades. De modo geral, buscavam-se instalar perto de fontes de energia e de matéria prima, de rios e estradas para escoação da produção e de bolsões de mão de obra, em particular aqueles fornecidos pela dissolução das relações de trabalho no campo. As cidades, nesse momento, já funcionavam como centros que acumulam condições gerais de produção variadas "mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados (bancos), residências dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra". Isto é, "tal como a fábrica, [a cidade] permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço"[333]. Com o tempo, a indústria tende a se aproximar e a invadir as cidades, buscando se apropriar desse excedente de cooperação e adensamento de experiências, consequentemente acelerando um processo de acumulação de capital já presente nestas. Eventualmente, a relação se inverte, e não é mais a indústria que se apropria das forças produtivas que se encontram na cidade, mas ela mesma que se torna a indutora de processos de aglomeração pela criação de centros urbanos voltados para atender os imperativos da indústria desde o princípio.

Nesse momento, é preciso perceber como a problemática passa gradualmente da produção para a reprodução – ou aquilo que Lefebvre nomeia de uma *revolução urbana*, i.e., o momento em que "as questões relacionadas ao crescimento e a industrialização" vão dando lugar à uma "problemática urbana" propriamente dita[334]. A replicação da cidade enquanto *forma* para todo o espaço, embora induzida pelo processo de industrialização, implica necessariamente a extensão das condições de reprodução social. A cidade, enquanto esse espaço privilegiado da experiência coletiva e da cooperação, fornece a base material para a continuidade do próprio processo de expansão industrial. Esse *duplo processo*, como nomeia Lefebvre, de "industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social", revela que a industrialização "não produz apenas empresas (operários e chefes de empresa), mas sim *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos", isto é, a indústria *produz espaço*[335].

---

[332] Silva, 2017, p. 113.
[333] Lefebvre, 2011, p. 15.
[334] Lefebvre, 2003, p. 05, tradução nossa.
[335] Lefebvre, 2011, p. 16.

Ao invadir as cidades históricas, a industrialização provoca um processo igualmente duplo de implosão-explosão. De um lado, a cidade é implodida, adensando e concentrando ainda mais "pessoas, atividades objetos, instrumentos, meios e pensamentos", isto é, ampliando suas bases materiais de reprodução social[336]. De outro, sua explosão aponta para uma fratura de seu tecido social, através da produção de periferias e subúrbios subordinados à nova centralidade e da extensão de um tecido urbano que "carrega consigo as condições de produção antes restritas às cidades"[337]. A urbanização induzida pela industrialização carrega como marca de nascença uma contradição fundamental entre produção e reprodução, uma vez que a produção depende da multiplicação e expansão das condições de reprodução social encontradas primeiramente nas cidades historicamente constituídas, mas que, a medida em que a indústria se apropria destas condições, cria uma expressão socioespacial fraturada do tecido urbano onde a reprodução aparece, desde o início, subordinada a racionalidade econômica. Para Lefebvre, o fato essencial é que a localização precisa da reprodução das relações sociais de produção é a "cidade (histórica) pré-capitalista, fragmentada, mas inserida em um espaço urbano mais amplo"[338].

É nesse sentido que podemos entender a afirmação de Henri Lefebvre sobre a Bauhaus de que os artistas e arquitetos provenientes dali haviam apenas articulado racionalmente algo que já se esboçava na prática social – a saber, a interconexão entre produção e reprodução anunciada pela urbanização induzida pela industrialização. Se até aquele momento essa conexão era o resultado de um certo movimento e desenvolvimento histórico das forças produtivas e do avanço da indústria sobre a cidade, a partir de 1930, essa conexão, entre reprodução e produção, como vimos, passa ao primeiro plano, diante da necessidade de organização dos processos de produção, distribuição e consumo. Essa articulação precária torna-se precisamente o elemento central no planejamento e no emprego de estratégias de dominação sobre o espaço e sobre a classe trabalhadora. A problemática da reprodução retorna como centralidade, ainda que, como lembra Negri, subsumida nos moldes da fábrica.

Nesse momento, como argumenta Lefebvre, adentramos na 'fase crítica'[339] ou, se preferirmos, no momento em que o urbano se anuncia como virtualidade e horizonte da

---

336 Lefebvre, 2003, p. 14.
337 Monte-mór, 2006, p. 14.
338 Lefebvre, 1976a, p. 66, tradução nossa.
339 Ver Lefebvre, 2003.

prática social. Uma das maneiras de se compreender a *revolução urbana* em Lefebvre, sugiro, se encontra justamente nesse momento onde a 'ênfase muda':

> Não é mais essencial descrever processos parciais como a reprodução biológica (a procriação de crianças, problemas populacionais), a produção material (cálculos e correlações quantitativas, as técnicas e organização do trabalho), ou o consumo e suas várias modalidades (necessidades, objetos, "discursos" e "signos", e várias outras manipulações. O essencial é analisar minunciosamente as relações de produção[340].

Embora a cidade permaneça concentrando e sobrepondo as duas funções, reprodução e produção, nessa passagem para a urbanização induzida pelo processo de industrialização, não se pode mais apreender o fenômeno urbano através de elementos e processos parciais da vida social. Como atenta Lefebvre, a reprodução biológica, a produção material e o consumo passam a ser articulados a uma problemática mais geral, a saber, a da reprodução das relações sociais de produção.

O conceito de 'relações de produção' é retirado por Henri Lefebvre do Capítulo IV (inédito) d'O Capital, e diz respeito a um tipo específico de relação constitutiva da sociedade capitalista que precisa ser reproduzida e que se ampara na tríade *terra-trabalho-capital*. É interessante notar que Lefebvre, no início de seu livro *La Survie du Capitalisme*, onde anuncia a problemática da 'reprodução das relações sociais de produção', nos diz que o termo já aparecia antes em suas obras, embora a partir de outras formulações: "a vida cotidiana, "o urbano", "o repetitivo" e o "diferencial", "estratégias", "espaço" e "a produção do espaço"[341]. Isso nos leva a crer que, embora o conceito tenha sido formulado com precisão pelo filósofo apenas neste livro de 1976, todos seus escritos apontam para uma tentativa de mapear e tatear esse terreno novo inaugurado pelas transformações na política do espaço após a Primeira Guerra Mundial.

O motivo pelo qual o problema da reprodução demora a aparecer, para Lefebvre, diz respeito a uma série de fatores históricos que, embora já anunciados após 1930, só tomam forma e se revelam em seu conteúdo social a partir de maio de 1968. Para Lefebvre, foram necessárias "não menos que *três* reconstruções das relações sociais capitalistas" e o advento da Segunda Guerra Mundial para que a reprodução das relações sociais de produção se

---

340 Lefebvre, 1976a, p. 08, tradução nossa.
341 Ibid, p. 07.

tornasse um "objeto" de reflexão, de consciência crítica"[342]. Essa formulação nos coloca na esteira da transição do Fordismo para o Pós-Fordismo ou a Acumulação Flexível.

Após 1930, o planejamento da produção industrial (sua subsunção nos marcos do Estado Keynesiano) e a racionalização da conexão entre os diferentes espaços (produção, distribuição e consumo) tornaram a *fábrica* "a localização social da reprodução das relações de reprodução". Como vimos, isso implica pensar na fábrica também como lugar privilegiado, isto é, como "centro prático", que organiza ao redor de si as "relações entre a vida cotidiana, o trabalho, e o lazer". Nesse momento, argumenta Lefebvre, "a racionalidade econômica tende a estender a divisão técnica do trabalho dentro das fábricas (i.e., o tipo de racionalidade interna a fábrica) para toda a sociedade"[343].

As formulações críticas desse período, no entanto, na visão de Lefebvre, falharam em perceber que, embora a produção estivesse, de fato, localizada no interior das fábricas, a continuidade do processo de acumulação dependia cada vez mais da reprodução de um conjunto de relações exteriores à fábrica. Um exemplo mencionado pelo filósofo é o da 'sociologia do trabalho' que, embora fornecesse um estudo rico e detalhado das relações internas à fábrica, deixava de lado uma pergunta mais relevante: "como as relações capitalistas de produção são perpetuadas dentro da fábrica?"[344]. Para Lefebvre, se havia uma continuidade e uma reposição cíclica da sociabilidade e da racionalidade predominantes no interior das fábricas, essa reposição não poderia acontecer apenas *dentro* da fábrica:

> Poderiam as relações de exploração e dominação, de autoridade e poder (relações entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que as leva adiante), serem perpetuadas *apenas* dentro do local de trabalho e das unidades de produção? E se esse for o caso, então onde, como e porque essa reprodução é levada a cabo, dado que esta não coincide com a produção em si, e nem mesmo com a reprodução dos meios de produção materiais e humanos?[345]

Paradoxalmente, dirá Lefebvre, a descoberta da problemática da reprodução das relações de produção parece ter sido mais avançada pela crítica pedagógica do que pela sociologia do trabalho. Isso porque ao interrogar a dinâmica de opressão e passividade predominante no ambiente escolar e perceber o lugar estruturalmente ocupado pela escola na divisão técnica e social do trabalho, os teóricos da crítica pedagógica lograram demonstrar que o "significado dessa "estrutura" vai para além de uma mera opressão local", i.e., que o *espaço pedagógico* "não

[342] Lefebvre, 1976a, p. 50, tradução nossa.
[343] Ibid, p. 98.
[344] Ibidem, p. 51.
[345] Ibidem.

apenas re-entra a *divisão social do trabalho* como efeito ou produto desta", mas é ele mesmo "uma parte integral desta" e se encontra entre suas "causas e razões, suas funções e estruturas"[346].

Dessa forma, o ponto que interessa Lefebvre, aqui, não é tanto a determinação de um "lugar" privilegiado para a reprodução das relações sociais de produção, mas justamente argumentar que diferentes locais aparecem como subprodutos, efeitos e ao mesmo tempo como causa e razão da articulação de uma lógica global que opera o sistema. O "exército, o judiciário, a polícia, o sistema fiscal", mas também a fábrica ou a escola, tem uma exterioridade "apenas aparente"[347]. Não há uma autonomia desses espaços em termos de uma determinação das relações que operam ali, uma vez que já se encontram conectados numa dinâmica global de reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Embora apareçam, para o sujeito da vida cotidiana, como instituições com códigos e funções distintas, produzindo experiências e vivências diversas, esses espaços já se encontram conectados no nível global. Mas, poderíamos perguntar, "onde esse global é situado?" e "como poderíamos compreender as relações e articulações exatas entre as partes e o todo?"[348] – entre a escola e o exército, entre a polícia e a política, por exemplo. Aqui, é interessante retomar a formulação de Henri Lefebvre sobre o fenômeno urbano e sua proposta de análise a partir de níveis e dimensões.

Para Lefebvre, a sociedade urbana que se anuncia poderia ser analisada sincronicamente levando em conta três níveis distintos: o global (G), o médio/mediador (M) e o privado (P). No nível G, se encontram o Estado e o Capital, com suas estratégias, lógicas e modulações de poderes que são projetadas sobre o ambiente construído e sobre o tecido urbano ("construções, monumentos, projetos urbanos de larga escala, novas cidades")[349]. O urbano é entendido aqui como parte do nível M e é para onde apontam os vetores que se projetam do nível G. Lefebvre propõe um exercício de pensamento para se aproximar de uma definição do urbano nesse esquema de níveis: se fosse possível, ainda que de maneira imaginária, retirar do "mapa da cidade" tudo que seja parte e projeção de um conjunto de entidades abstratas, como o Estado, o Capital ou a Sociedade, por exemplo, o que resta no mapa?

---

346 Lefebvre, 1976a, p. 52, tradução nossa.
347 Ibid, p. 56.
348 Ibidem.
349 Lefebvre, 2003, p. 79.

> Permanecerão no mapa um domínio construído e um não construído: ruas, praças, avenidas, edifícios públicos como câmaras municipais, igrejas paroquiais, escolas, etc. Depois de retirar quaisquer elementos globais, removemos intelectualmente tudo o que está diretamente associado a instituições e entidades de um nível superior. O que resta diante de nós assume *uma forma que mantém alguma relação com o sítio* (o entorno imediato) *e a situação* (o entorno distante, as condições globais)[350].

Resta esse "conjunto urbano" [*urban ensemble*], ou o que Lefebvre denomina como o "real" da unidade da prática social[351]. O urbano entendido como um conjunto de formas, funções e estruturas que operacionalizam de forma concreta as projeções do nível G, mas que mantem relação com o entorno imediato, com a vida cotidiana.

Há ainda o nível P, que Lefebvre denomina o nível do *habitar*, composto por: "grandes prédios de apartamentos, casas particulares grandes e pequenas, acampamentos, favelas", entre outros. Nesse nível, Lefebvre chama atenção para uma contradição que emerge principalmente a partir da commodificação da habitação e a transformação de uma "poética do habitar" em uma versão esvaziada e abstrata de "habitat"[352]. Se em um primeiro momento o corpo, a casa e a vizinhança aparecem como esferas que possuem uma certa autonomia em relação a racionalidade de mercado, a partir da década de 1930, como vimos, torna-se cada vez mais necessário planejar, dominar e organizar a esfera privada, do lar e do lazer. Nesse momento, a vida cotidiana torna-se o elemento crucial para a continuidade e a manutenção das relações sociais de produção capitalistas. É no nível P que as projeções globais, o Estado e o Capital, em particular, precisam mirar para que o Global possa ser reproduzido como tal. É nesse sentido que a escola, como mencionado anteriormente, mas também a casa, o bairro, enfim, toda uma série de lugares que compõem a esfera mais imediata do vivido tornam-se momentos importantes na reprodução do sistema e precisam ser coordenados e direcionados para sua permanência – como dirá Lefebvre, "o cotidiano, e não o econômico em geral, é o nível sob o qual o neo-capitalismo conseguiu se estabelecer"[353].

De outro lado, é também no nível P que se localiza um potencial de transformação radical das relações sociais, através de um processo de desalienação e reapropriação que vise nos espaços da reprodução suas estratégias de resistência. A vida cotidiana ocupa um lugar fundamental no pensamento lefebvreano, uma vez que a crítica de seu caráter alienado e controlado no capitalismo aponta diretamente para a necessidade de uma subversão e

---

350 Lefebvre, 2003, p. 80, tradução nossa.
351 Ibid.
352 Ibidem, p. 81.
353 Lefebvre, 1976a, p. 51, tradução nossa.

reapropriação do urbano. Nesse sentido, se há uma projeção dominante do nível G, do Capital e do Estado, para o nível P, o da vida cotidiana, que é mediada pelo urbano (M), poderíamos pensar que a *política revolucionária* em Henri Lefebvre passa por um imperativo de repensar estratégias e contra-projeções do nível P para o nível G que também sejam mediadas pelo urbano (M). Em outras palavras, quais estratégias se apropriam do urbano e nos dão base para pensar em *outras relações sociais de produção* para além daquelas que garantem a continuidade do capitalismo?

Desse breve excurso sobre a análise de níveis e dimensões propostas por Henri Lefebvre, podemos formular com maior clareza "a localização precisa da reprodução das relações" sociais de produção. Quando o Capital precisa, "para manter a si mesmo durante e após seus períodos críticos", organizar a vida cotidiana (o lar, o lazer, o consumo e a distribuição), "a reprodução das relações sociais de produção não pode [mais] ser localizada [apenas] na fábrica, no ponto do trabalho e das relações de trabalho"[354], mas deve, cada vez mais, assumir o "espaço urbano" ou, se preferirmos, "o espaço como um todo" como seu lócus privilegiado[355]. Nesse sentido, a urbanização, entendida aqui como a extensão de um tecido urbano-industrial em escala planetária, assume, potencialmente, um caráter emancipatório. A urbanização – e talvez essa seja a tese lefebvreana fundamental, captada pela interpretação precisa de Roberto Monte-Mór[356] – é simultaneamente a extensão das condições gerais de produção, mas também a extensão da própria política, ou dos lugares da política, em escala planetária. Como argumenta Henri Lefebvre, "se o espaço como um todo se tornou o lugar onde a reprodução das relações de produção é localizada, ele também se tornou o terreno para um vasto confronto que cria seu centro ora aqui, ora ali, e que, portanto, não pode ser nem localizado, nem difuso"[357]. O poder e, portanto, a política "está em todo lugar"[358].

Essa ubiquidade da política, em Lefebvre, no entanto, não deriva apenas do fato de que a produção ou os lugares da economia tenham excedido os muros das fábricas. Nesse sentido, a tese lefebvreana dá um passo além das interpretações usuais sobre a acumulação flexível e/ou o pós-fordismo. Não é a mudança nas relações, nas estruturas e no mercado de

---

354 Lefebvre, 1976a, p. 81, tradução nossa.
355 Ibid, p. 83.
356 Para Roberto (2006, p. 14), a urbanização extensiva não leva apenas as condições gerais de produção, mas também os "germes da *pólis*, da *civitas*, da práxis política urbana" Nesse sentido, a extensão do tecido urbano também pode ser lida como a própria extensão da política ou dos lugares da política.
357 Lefebvre, 1976a, p. 85.
358 Ibid, p. 86.

trabalho que implicam numa extensão da política, mas, ao contrário, é a extensão de uma racionalidade econômica baseada na dominação do espaço e do tempo que ganha refinamento dentro dos terrenos da produção que revela negativamente a centralidade do corpo e da vida cotidiana. Para Lefebvre, esses dois elementos se encontram "no coração mesmo do espaço e do discurso do Poder"[359]. Em sua obra *Elementos de Ritmanálise*, Lefebvre chama atenção para como as práticas de adestramento e de treinamento, seja no âmbito da cultura militar, seja no âmbito das relações de trabalho, *produzem um corpo* que entra na prática social. Um corpo modificado e que tem um valor de uso atribuído no interior da divisão social do trabalho. Por outro lado, e talvez essa seja a especificidade no capitalismo, a extensão da lógica interna às fábricas, de uma racionalidade da produção, implica a expansão de uma relação abstrata com o corpo, i.e., do corpo como valor de troca, como trabalho, e, portanto, passível de ser organizado, controlado e vendido[360].

Para Lefebvre, a vida cotidiana e o corpo, embora os elementos mais vulneráveis dentro desse sistema de dominação, são exatamente o "terreno de defesa e ataque"[361]. Se buscávamos, até então, uma 'alavanca' capaz de trazer o sistema abaixo, para Lefebvre essa alavanca estaria localizada nesses dois elementos. Suas vulnerabilidades derivam justamente do fato de que ambos são alvos do controle exercido pelas estruturas sociais, econômicas e políticas – "a vida cotidiana é o próprio solo de onde as grandes arquiteturas da política e da sociedade emergem"[362]. Ainda em seu livro *Elementos de Ritmanálise*, Lefebvre mostra como a dominação e a hegemonia de uma classe social depende fundamentalmente de sua capacidade de imprimir "um ritmo a uma época"[363], isto é, de dominar a organização do tempo da vida cotidiana e dos corpos, seus gestos e movimentos. Isso significa, que as grandes arquiteturas do poder se instauram, primeiramente, numa dominação dos ritmos corporais, biológicos e da reprodução, de onde lançam as bases para a reestruturação e reposição do sistema em escala global.

O capitalismo, para Lefebvre, "se constrói e se edifica sobre o desprezo da vida e do seu fundamento: o corpo, o tempo de viver"[364]. Nesse sentido, o corpo aparece como esse elemento privado de sua potencialidade, dominado e reprimido no interior de um sistema que depende do controle e da subsunção da reprodução (tempo da vida) pela produção

[359] Ibidem, p. 98.
[360] Ver Lefebvre, 2021.
[361] Lefebvre, 1974, p. 89.
[362] Ibid.
[363] Lefebvre, 2021, p. 67.
[364] Lefebvre, 2021, p. 114.

(tempo morto). Respondendo à pergunta que deixamos em aberto anteriormente, o global se situa nessa capacidade de reposição, de uma retomada cíclica de suas condições iniciais, que dependem "de uma organização geral do tempo"[365] e do espaço[366]. Por outro lado, é também da resistência a abstração e a redução do corpo ao trabalho, da vida cotidiana à cotidianeidade, que se anunciam possíveis momentos de insurreição e revolução.

Aqui, gostaria de fazer menção a ótima interpretação de Stefan Kipfer, em uma fala apresentada recentemente[367], do urbano em Henri Lefebvre como essa "abertura ao projeto de "mudar a vida". O urbano aparece na obra deste filósofo como uma *forma* que se replica e se estende sobre o globo induzida, como vimos, pelo processo de industrialização. Esse processo carrega consigo uma contradição, na medida em que a expansão do crescimento industrial, da produção e da esfera de influência da racionalidade econômica também implica na extensão da política, isto é, dos lugares da política para além da fábrica. O urbano, nesse sentido, pode ser entendido como um *momento* em que ocorre uma profunda "convergência das lutas" e da "atividade política" em torno da problemática da reprodução[368]. Seja nas lutas contra o avanço da mineração, nas lutas dos entregadores de aplicativo, nas lutas dos indígenas contra o garimpo ilegal, nas lutas das mulheres pelo reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado, nas lutas do movimento negro contra as expressões cotidianas do racismo, entre tantas outras, o elemento que se deixa sobressair é uma disputa contra o controle do espaço, do tempo e dos corpos em direção a autonomia. Nesse sentido, as lutas políticas contemporâneas convergem no que diz respeito ao enfrentamento de um certo tipo de dominação que encontra suas bases no controle dos territórios e dos corpos.

Voltando aos termos que utilizamos no início deste capítulo, é possível argumentar que, para Lefebvre, há uma recomposição técnica do capital que se anuncia a partir de 1930 e que se consolida a partir de 1969 que aponta para a extensão dos mecanismos de controle da reprodução social (da vida e das relações sociais de produção) para fora da fábrica. Esses mecanismos assumem formas variadas, desde o emprego de técnicas militares de controle até formas mais subjetivas de dominação, mas que se encontram todas elas lastreadas no controle do espaço, do tempo e dos corpos. A necessidade de articular trabalho, consumo e

---

365 Lefebvre, 2021, p. 99.
366 Ver Lefebvre, 1991.
367 Ver Bola na Sexta - Stefan Kipfer | Traduzir Henri Lefebvre: marxismo urbano e tradições anti-coloniais, 2022. In: https://www.youtube.com/watch?v=B7u7POk92Ak&t=3921s&ab_channel=PPGH-USP. Acesso em: 11/01/2023.
368 Ibid.

distribuição dá origem a um modo de dominação que aspira o controle total sobre a vida cotidiana e o tempo de viver. Por outro lado, essa extensão ativa um processo de articulação política que não se centra mais na fábrica ou apenas nas questões meramente produtivas. Há, portanto, um imperativo de autonomia que entrecorta as diferentes lutas, expresso em um desejo de retomar a gestão coletiva do espaço da vida.

Para Lefebvre, a classe trabalhadora no sentido convencional, do homem assalariado do período do fordismo, perde força na conjuntura política atual. Não há nada de intrinsecamente revolucionário nessa ou em qualquer outra classe. O aspecto revolucionário, como nos diz Lefebvre, deriva não de um sujeito histórico perene, mas de uma relação de negatividade estabelecida entre determinados atores sociais e o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Essa negatividade se expressa em uma "capacidade positiva de construir uma totalidade social totalmente nova"[369]. No momento atual, ainda parece predominar, em particular em certos círculos da política, aquilo que Lefebvre denomina de uma *ideologia obreirista*, que reduz a capacidade revolucionária à atuação dos trabalhadores industriais e fabris, aos sindicatos e aos partidos da causa operária tradicional. Essa ideologia é incapaz de perceber, no entanto, que

> As relações sociais não são produzidas e reproduzidas apenas no local social onde a classe trabalhadora age, pensa e se localiza, i.e., na empresa. Elas são reproduzidas no mercado em seu sentido mais amplo – na vida cotidiana, na família, na cidade. Elas também são reproduzidas onde a mais-valia global da sociedade é realizada, distribuída e consumida, no funcionamento global da sociedade – na arte, cultura, ciência e muitos outros lugares (incluindo o exército)[370].

Nesse sentido, se levarmos à sério a definição marxista do proletariado como uma "ausência de vínculos jurídicos práticos com os meios de produção"[371], é possível perceber um amplo processo de *proletariarização* do mundo que afeta grupos heterogêneos e distintos: "as classes médias, os trabalhadores de colarinho branco, camponeses sem terra que (na América Latina, por exemplo) não são integrados à produção, e as *periferias urbanas em geral*"[372].

Para Lefebvre, a política, diante da urbanização extensiva e planetária, se expande, assim como a definição da classe trabalhadora deve se expandir e, em certo sentido, se aproximar da definição marxista inicial.

---

[369] Lefebvre, 1976a, p. 93, tradução nossa.
[370] Ibid, p. 96.
[371] Ibidem, p. 97.
[372] Ibidem.

> Essa vasta proletarização do mundo contrasta com o bloco da classe trabalhadora, que se mantém sólido. Inclui jovens e intelectuais cuja aprendizagem não consegue os vincular aos meios de produção; inclui trabalhadores negros e imigrantes. É um processo enorme, correspondendo com a maior precisão à noção marxista inicial de uma classe separada dos meios de produção, carregada de negatividade e capaz, sob certas condições, de lutar até a morte para mudar tudo[373].

Em suma, reúne todos aqueles que, arrasados pela forma do valor, tenham suas condições de reprodução afetadas e desestruturadas. Paradoxalmente, ou não, quando o trabalho enquanto mediação da vida social parece se esfacelar é que a política tende a se tornar uma forma ubíqua de existência social dos despossuídos.

2.3.2. Império, Multidão, Metrópole: o não-lugar ou a ubiquidade da política?

> A metrópole é para a multidão o que a fábrica foi para a classe trabalhadora industrial
>
> (Michael Hardt e Antonio Negri, *Commonwealth*, 2009, p. 250, tradução minha).

Ao longo deste capítulo, apresentamos parte da filosofia política de Lênin do ponto de vista construído por Antonio Negri e a tradição Operaísta italiana. Nessa última seção, adotamos a divisão proposta por Sandro Mezzadra de entender os escritos de Negri que se iniciam com a publicação de *Império*, em parceria com o crítico literário e filósofo político Michael Hardt, nos anos 2000, como parte de uma tradição *Pós-Operaísta*. Para Mezzadra, "a chave para esta nova temporada tem sido conceitos como "general intellect" (intelecto geral de massa), "trabalho imaterial", "capitalismo cognitivo", "autonomia da migração" e "multidão"[374]. O objetivo desta seção é, portanto, abordar essa transformação no pensamento político de Negri, compreendendo como a adoção de novos conceitos para explicar a fase contemporânea do capitalismo aponta para uma transformação na composição política de classe e na composição técnica do capital após a entrada na fase pós-fordista. Embora não concorde com a denominação de um capitalismo cognitivo, em particular por entender que essa é uma forma que se expressa e se restringe em grande medida ao mundo do trabalho do Norte Global, a compreensão de uma passagem do trabalho material ao trabalho imaterial, ou se preferirmos, ao trabalho em que seu produto são as próprias relações humanas, isto é, a *reprodução social*, nos ajuda a compreender uma mudança

[373] Ibidem, grifo nosso.
[374] Mezzadra, 2014, p. 85.

fundamental no paradigma da produção. Além disso, o foco dado por Hardt e Negri à extensão da esfera de influência do controle para além da fábrica nos ajuda a compreender a extensão da própria racionalidade capitalista para todo o espaço social, como sugeriu Lefebvre, e, portanto, a extensão da política mesma por todo o espaço. A ideia de multidão, nesse sentido, é, como veremos a seguir, a expressão da multiplicação dos lugares da política no mundo contemporâneo.

A obra que inaugura essa mudança de paradigma no pensamento negriano, *Império*, tem como argumento central a ideia de que estaríamos assistindo ao nascedouro de "uma nova forma de supremacia"[375]. Essa nova forma estaria ligada ao "declínio da soberania dos Estados-nação" e a emergência de "uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única"[376]: organismos multilaterais, bancos e instituições financeiras, empresas e companhias globais, entre outros. Essa nova ordem global "postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço" e "suspende a história"[377], na medida em que a lógica que anima a soberania do Império visa não apenas a administração de determinados territórios e populações, "mas também cria o próprio mundo que ele habita"[378]. O Império é resultado de um duplo processo – i) da expansão do capitalismo para além das fronteiras nacionais e ii) da desarticulação da soberania dos Estados-nação frente a essa expansão do Capital em nível global. Dessa forma, como ressaltam Hardt e Negri, o Império não deve ser entendido a partir de uma analogia com o Imperialismo, isto é, não se trata da concentração e exercício do poder nas mãos de um Estado-nação particular, como os Estados Unidos, China ou outras potências europeias. Na verdade, o Império "não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas"[379].

Império é o nome dado ao momento em que há uma profunda *descentralização* e *desterritorialização* do poder em escala planetária[380]. Esse processo está conectado diretamente a transformação no regime de acumulação do capital e a passagem do fordismo ao pós-fordismo. A flexibilização das cadeias produtivas, o advento da produção *just-in-time*, que reduziu ou, em alguns casos, dispensou a necessidade de estoques, a terceirização e a mudança de plantas produtivas do Norte para o Sul Global são elementos que contribuíram para tensionar a soberania dos Estados nacionais em favor da intensificação dos fluxos e da

375 Hardt e Negri, 2001, p. 11.
376 Ibid, p. 12.
377 Hardt e Negri, 2001, p. 14.
378 Ibid, p. 15.
379 Ibidem.
380 Ibidem, p. 12.

mobilidade do capital. De maneira similar, a migração, marca fundamental do mundo contemporâneo, seja ela motivada pela busca por empregos especializados ou não, pela esperança de melhoria nas condições de vida ou qualquer outro motivo, desafia o marco regulatório da cidadania e das fronteiras que predominavam no período anterior. Se em Lefebvre a explosão da racionalidade econômica capitalista para fora da fábrica e a urbanização induzida pela industrialização nos leva, como vimos, a chamada Era Urbana, em Negri, a dissolução da fábrica como lugar privilegiado da acumulação dá origem a um processo de descentralização e desterritorialização da produção que reconfigura a própria face da soberania – o Império.

Há, no entanto, um paradoxo que se apresenta frente a essa mudança de soberania. Embora fosse de se esperar que, com a perda da capacidade do Estado de controlar suas fronteiras e seus limites, o mundo se tornasse mais livre – a promessa da globalização –, mais recentemente assistimos, ao contrário, a uma intensificação do poder e a multiplicação dos mecanismos de controle. Como argumentam Hardt e Negri, a passagem da soberania moderna à nova soberania do Império pode ser mapeada ponto a ponto sobre a passagem, identificada por Deleuze e Guattari, inspirados em Foucault, de uma *sociedade disciplinar* para uma *sociedade de controle*. A sociedade disciplinar é aquela onde "o comando social é construído mediante uma rede difusa de *dispositivos* ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas"[381]. Estamos falando, aqui, das instituições tradicionais da sociedade civil: "a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante"[382]. O "poder disciplinar" funciona a partir da "estruturação de parâmetro e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados"[383] a partir desses lugares, ou, se preferirmos, *dispositivos*, com limites bem definidos no espaço social. Cada instituição, nesse sentido, opera um tipo de produção subjetiva particular no interior de cada um desses espaços. Uma disciplina, propriamente dita, que busca produzir diferentes sujeitos/subjetividades compatíveis com cada dispositivo: o estudante, o trabalhador industrial, o enfermo, etc.

Entretanto, os dispositivos disciplinares foram incapazes de definir completamente o "ritmo das práticas produtivas e da socialização produtiva"[384]. Havia sempre, para ficarmos com o termo lefebvreano, um *resíduo* não subsumido ao processo disciplinar. Fora das

381 Hardt e Negri, 2001, p. 42.
382 Ibid.
383 Ibidem.
384 Ibidem, p. 43.

fábricas, das escolas e de outras instituições, o trabalhador, o estudante e outras subjetividades recortadas pelos próprios dispositivos encontram outras lógicas, dissolviam a capacidade disciplinar do poder em outros aspectos da vida social. O Capital, como vimos com Lefebvre, precisaria cada vez mais ser capaz de controlar a própria vida cotidiana para garantir sua capacidade de sobrevivência. Como argumentam Hardt e Negri, "à medida em que as paredes dessas instituições [a fábrica, a escola, o hospital, etc.] desmoronam, a lógica de subjetivação que operava anteriormente dentro de seus espaços limitados agora se espalha, generalizada em todo campo social"[385]. Nesse momento,

> a transição para a sociedade de controle envolve uma produção de subjetividade que não está fixada em identidade, mas é híbrida e modulada. À medida que as paredes que definiam e isolavam os efeitos das instituições modernas progressivamente caem, as subjetividades tendem a ser produzidas simultaneamente por números instituições em diferentes cominações e doses. Certamente na sociedade disciplinar cada indivíduo tinha várias identidades, mas até certo ponto as diferentes identidades eram definidas por diferentes lugares e diferentes épocas da vida: pai ou mãe em casa, operário na fábrica, estudante na escola, detendo na prisão, e paciente mental no asilo. Na sociedade de controle, são justamente esses lugares, esses discretos sítios de aplicabilidade, que tendem a perder sua definição e suas delimitações. Uma subjetividade híbrida produzida na sociedade de controle pode não portar a identidade de um detento, de um detento, de um paciente mental, ou de um operário de fábrica, mas ainda assim pode ser constituída simultaneamente por sua lógica. É operário fora da fábrica, estudante fora da escola, detendo fora da prisão, insano fora do asilo – tudo ao mesmo tempo[386].

Embora seja evidente que essa transformação possua implicações profundas sobre a forma e o exercício do poder, o que nos interessa ressaltar, aqui, é o modo como a sobreposição de lógicas de controle nos corpos e nas consciências dos sujeitos significa uma transformação no próprio tipo de produção almejada e operada pelo capitalismo. A sociedade de controle é a expressão desse momento em que, diante da necessidade de atingir o cerne da produção subjetiva, a vida cotidiana mesma, o Capital descobre "a produtividade da reprodução social"[387]. Em outras palavras, para ficarmos com um dos exemplos mencionados acima, se é possível operar a mesma lógica de controle antes restrita à fábrica *fora* dela, é possível argumentar que a extração de valor por parte do Capital também se estende para além das relações de trabalho formal e assalariado.

Para Hardt e Negri, "o papel central previamente ocupado pela força de trabalho de operários de fábrica na produção de mais-valia está sendo hoje preenchido, cada vez mais,

---

385 Ibidem, p. 351.
386 Hardt e Negri, 2001, p. 353.
387 Ibidem, p. 47.

por força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa"[388]. Essa mudança pode ser mapeada na transformação do regime fordista e a passagem para o pós-fordismo. Como argumentam os autores, o fordismo mantinha uma relação "calada" entre a produção e o consumo. A produção massificada de mercadorias, como vimos, tinha como pressuposto uma massificação da demanda. Esse "circuito de *feedback*"[389] era garantido pela expansão dos salários e de alguns ganhos em termos de bem-estar social que garantiam a continuidade tanto da produção quanto do consumo. A incapacidade de manter esse circuito de maneira lucrativa, diante da desarticulação política dos sindicatos, a crise de divisas estatais e a expansão de um "exército industrial de reserva" que pressionava de fora a estabilidade do sistema, colocou em xeque a capacidade de coordenação 'automática' do ciclo fordista. Hardt e Negri mostram como a rigidez dos canais e estruturas de planejamento, bem como das "tecnologias e dos procedimentos de produção em massa"[390], predominantes no período anterior, impediam uma coordenação dinâmica do sistema e forçaram o Capital a assumir cada vez mais a comunicação entre produção e consumo, entre oferta e demanda, como elemento central do planejamento.

No pós-fordismo, "o planejamento de produção se comunica com os mercados constante e imediatamente"[391]. A coordenação da produção, agora, é ancorada na comunicação de uma demanda exata. Nesse sentido, as empresas e conglomerados produtivos passam, cada vez mais, a incorporar processos de comunicação no interior de suas estruturas organizacionais. É o caso, por exemplo, da multiplicação de departamentos de marketing, de ouvidoria e atendimento ao consumidor e outras formas de escuta da demanda que ganham centralidade no momento atual. Além disso, há, no pós-fordismo, uma tendência, já captada por diversas estatísticas internacionais de trabalho, de 'terceirização' ou 'servicilização', i.e., de multiplicação de atividades que não se baseiam, necessariamente, na produção de um bem material final. Outra transformação importante, fora da indústria, diz respeito a multiplicação de trabalhos afetivos que dependem "do contato e interação" com outros humanos[392], como no caso dos serviços de saúde, da cultura e da indústria do entretenimento, dos trabalhos de cuidado e serviços pessoais, entre outros. Em todos esses casos, o que se compra não é exatamente um "produto", mas um tipo de relação social propriamente dita. Feministas da vertente da reprodução social vêm argumentando, pelo

388 Ibidem, p. 48.
389 Ibidem, p. 311.
390 Ibidem.
391 Hardt e Negri, 2001, p. 353.
392 Ibid, p. 313.

menos desde a década de 1970, que esse trabalho, bem como o próprio trabalho doméstico desempenhado majoritariamente por corpos feminizados, é um pressuposto fundamental para a continuidade da produção, uma vez que garantem a própria reprodução da mão de obra *fora* das fábricas através de um trabalho não-pago[393].

É exatamente esse o elemento central que irá acompanhar essa e as obras posteriores de Hardt e Negri. Diante da dissolução da centralidade da fábrica e das funções produtivas tradicionais do fordismo, ganha "prioridade [um]a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial"[394] – aquilo que os autores chamam de "trabalho imaterial". Isto é, a medida em que a produção deixa de ser o mote da extração de valor, ganha proeminência um tipo de trabalho que produz bens imateriais – serviços, produtos culturais, conhecimentos, afetos e linguagens. Para os autores, há uma transição, na passagem do fordismo ao pós-fordismo, em direção a uma "economia informacional" e "afetiva" que envolve desde a expansão e a centralidade da capacidade comunicativa via internet, tomada como pressuposto de coordenação da produção, até a dependência do capitalismo do desenvolvimento da ciência, dos saberes e dos afetos coletivos para a continuidade do processo de extração de valor[395]. Hardt e Negri dão o nome de "produção biopolítica" a esse momento em que o capitalismo busca extrair valor da "produção da própria vida social"[396].

Biopoder é um termo empregado por Foucault para definir uma mudança nos aparatos do poder em direção a gestão da população – isto é, um controle direto sobre os corpos e a vida dos sujeitos. Hardt e Negri, no entanto, adotam uma distinção, não empregada explicitamente por Foucault, entre biopoder e biopolítica. Para os autores, o conceito de biopoder seria a capacidade de determinadas instituições sociais ou *dispositivos* de coordenar e controlar as "capacidades reprodutivas" da população, definindo, portanto, um poder *sobre* a vida[397]. A biopolítica, ao contrário, seria o "poder *da* vida", o elemento que permite que essa massa de corpos e de consciências seja capaz de, pela resistência ao biopoder, definir uma "produção de subjetividade alternativa"[398]. A noção de *produção biopolítica*, nesse sentido, deve ser interpretada sobre essa face dual e antagônica entre o poder da vida e o poder sobre a vida. O Capital, em sua fase pós-fordista, precisa, cada vez mais, ser capaz de exercer seu poder e extrair valor da própria vida social, da reprodução, mas, ao

393 Ver Federici, 2019; Bhattacharya, 2017.
394 Hardt e Negri, 2001, p. 13.
395 Hardt e Negri, 2001, p. 310.
396 Ibid, p. 13.
397 Hardt e Negri, 2009, p. 57, tradução nossa.
398 Ibid.

contrário do que se passava no momento anterior, onde a produção e a cooperação eram *impostas* pelo Capital à massa de trabalhadores, como no período industrial, na fase atual, a cooperação e a produção da vida são *imanentes* ao corpo social, i.e., um poder da própria vida.

Na fase da produção biopolítica, portanto, o Capital se vê diante de uma situação *sui generis*. O pressuposto da continuidade de sua reprodução enquanto sistema que aspira o total é a extração de um valor produzido por um corpo social que ele é incapaz de coordenar *diretamente* ou *transcendentalmente*. Na fábrica, a cooperação do trabalho surgia como resultado da capacidade do Capital de mobilizar, através do salário, uma mão-de-obra individualizada e atomizada em um processo produtivo que conectava os diferentes fragmentos dessa força de trabalho no espaço da fábrica. A linha de montagem, por exemplo, consistia em uma forma organizacional onde o capitalismo conseguia extrair um "excedente de cooperação" do encadeamento produtivo de gestos e movimentos isolados. No momento atual, onde a reprodução social ganha centralidade em relação à produção, o Capital se depara com uma cooperação imanente, própria da produção da vida social. A linguagem, a ciência e os afetos, para ficar com alguns dos exemplos utilizados por Hardt e Negri, são elementos que fazem parte e são produzidos *na vida cotidiana*, isto é, em todo o espaço social. Há uma mudança, portanto, na configuração espacial da relação entre capital e proletariado:

> No mundo contemporâneo, essa configuração espacial mudou. De um lado, as relações de exploração capitalista estão se ampliando em toda parte, não limitadas à fábrica, mas tendendo a ocupar todo o terreno social. De outro, as relações sociais cobrem completamente as relações de produção, tornando impossível qualquer externalidade entre a produção social e a produção econômica. A dialética entre as forças produtivas e o sistema de dominação já não tem *um lugar determinado*[399].

Esse movimento, a partir do qual o Capital precisa se defrontar com a própria atividade da vida social, dá origem ao que Hardt e Negri chamaram de uma "proletarização progressiva do ambiente"[400]. Isto é, se não existe mais um lugar localizável para a produção, ou ainda, se o processo de produção capitalista se aproxima cada vez mais da própria produção social (reprodução), aquilo que entendemos como 'trabalhador' também deve ser alterado. Não se trata mais, portanto, apenas do trabalhador industrial, assalariado e formal, sujeito político central na luta revolucionária do início da industrialização e do fordismo. Assim como percebeu Lefebvre, a classe trabalhadora tende a se aproximar do conceito marxiano de proletário: englobando desde aqueles setores mais precarizados da força de trabalho até mesmo uma massa de despossuídos, sem-renda e sem-salário. Não obstante, o

[399] Hardt e Negri, 2001, p. 229, grifo dos autores.
[400] Ibid, p. 246.

Capital parece depender cada vez menos da mediação do salário e do trabalho formal para cumprir seu expediente de extração do valor, sendo capaz, agora, de mobilizar esse próprio excedente de trabalhadores de maneira produtiva:

> [...] é um erro pensar, hoje, os pobres ou o Sul Global como um exército industrial de reserva. Primeiro, não há um "exército industrial", no sentido de que os trabalhadores industriais não formam mais uma unidade coerente e compacta, mas funcionam, antes, como uma forma de trabalho entre tantas outras nas redes definidas pelo paradigma imaterial. [...] Segundo, não há "reserva", no sentido de que nenhuma força de trabalho está fora dos processos de produção social. Os pobres, os desempregados e os subempregados em nossas sociedades são, de fato, ativos na produção social, mesmo quando estes não possuem um posicionamento salarial. [...] à medida em que a produção social é crescentemente definida por trabalhos imateriais, como a cooperação ou a construção de relações sócias e redes de comunicação, a atividade de toda sociedade, incluindo as dos pobres, se torna cada vez mais diretamente produtiva[401].

Hardt e Negri dão o nome de *multidão* a essa nova composição de classe que se apresenta no pós-fordismo. Embora o conceito passe por diversas rodadas de revisão e assuma lentamente, obra após obra, um caráter quase metahistórico[402], é seguro dizer que o conceito de multidão é um *conceito de classe*, assim como a noção de classe operária buscava designar um tipo de trabalhador durante o período fordista e industrial. Ao contrário desta última, no entanto, que definia um tipo de *identidade* para o proletariado, o conceito de multidão, aqui, é mobilizado justamente para dar conta dessa "multiplicidade irredutível" do proletariado no mundo contemporâneo[403]. Como argumenta Tonucci, inspirado em Hardt e Negri, o conceito de multidão, apesar de um conceito de classe, não se refere apenas a uma determinação econômica, uma vez que inclui "não apenas o "velho" proletariado fabril, mas todos os expropriados e explorados: a nova classe trabalhadora precarizada, os homossexuais, mulheres, índios e camponeses, enfim, todos os *pobres* do mundo"[404].

O conceito de multidão também diz respeito a um projeto político de autogoverno e de superação do capitalismo. Nesse sentido, a multidão, enquanto uma multiplicidade irredutível a qualquer identidade, desafia o Império enquanto tendência homogeneizadora do tecido social, inclusive postulando uma outra forma de soberania desde baixo. Hardt e Negri falam de um "Devir-Príncipe" da multidão para designar o processo pelo qual essa

---

401 Hardt e Negri, 2004, p. 131, tradução nossa. Sobre isso, ver o trabalho recente da socióloga Verónica Gago (2022) e Gago e Cavallero (2022) sobre a financeirização e a extração de valor via endividamento na Economia Popular. Essa dinâmica será retomada no capítulo 4 quando apresentarmos as novas operações do capital.
402 Ver a crítica feita por Enright, 2016.
403 Hardt e Negri, 2004, p. 103, tradução nossa.
404 Tonucci, 2017, p. 74.

nova classe aprenderia "a arte do auto-governo" e inventaria novas "formas de organização social democrática"[405]. Esse projeto está ancorado primordialmente naquilo que os autores chamam de "comum", que funcionaria como uma espécie de dupla oposição tanto a soberania do Estado (público) quanto a do Capital (privado). O comum designa, aqui, toda a "riqueza material do mundo – o ar, a água, os frutos do solo, e toda a riqueza natural", bem como "os resultados da produção social que são necessários para a interação social, como os conhecimentos, linguagens, códigos, informação, afetos, e assim por diante"[406]. Em suma, tudo aquilo que é produzido nas redes de cooperação social que são o tecido mesmo da produção da vida coletiva.

A dinâmica do Capital, nesse sentido, reaparece aqui no sentido clássico apresentado por Marx no capítulo sobre a *acumulação primitiva*. O termo, no entanto, não deve ser entendido, como alertam Hardt e Negri, como parte de um progresso linear, onde a acumulação primitiva seria uma fase anterior a formação e desenvolvimento do Capital enquanto momento final. A acumulação primitiva é, antes, um processo, "um constante movimento" que "reaparece e coexiste com a produção capitalista"[407]. A expropriação dos comuns que esteve na base e na origem do capitalismo industrial inglês seria, portanto, um movimento que se atualiza no tempo, em particular no neoliberalismo, com sua tendência a favorecer um processo de "acumulação via expropriação do comum"[408]. O que muda, no entanto, é que, se no primeiro momento, identificado por Marx, o Capital se restringiu a usurpar as terras comunais como meio de produzir uma massa de trabalhadores sem acesso aos meios de produção, hoje, o Capital parece subsumir o próprio terreno da vida, o *bios*, sob a esfera produtiva. Nesse sentido, se encontram em risco hoje, não apenas a terra e as riquezas naturais, mas os próprios elementos que tornam a vida social possível: a linguagem, os afetos e o conhecimento.

Essa multiplicação de pontos de embate com o Capital sinaliza uma importante transformação na relação entre espaço e política que nos interessa ressaltar. Como argumentam Hardt e Negri, "a hegemonia do trabalho imaterial tende a transformar a organização da produção das relações lineares da linha de montagem para as inumeráveis e indeterminadas relações de redes distribuídas"[409]. Ao contrário do proletariado fabril, a

---

405 Hardt e Negri, 2009, p. viii, tradução nossa.
406 Ibid.
407 Ibidem.
408 Hardt e Negri, 2009, p. 138, tradução nossa.
409 Hardt e Negri, 2004, p. 113, tradução nossa.

multidão produz em uma cooperação estendida, em uma rede ampliada, sendo a internet, hoje, um bom exemplo do tipo de organização que assume essa cooperação. Essa transformação, segundo os autores, "define uma nova topologia do trabalho e também caracteriza as novas práticas e estruturas de exploração"[410]. Nesse sentido, se o Capital quer fazer frente à essa forma organizacional do trabalho em redes, ele precisa, nas palavras de Henri Lefebvre, "se defender em um *front* muito mais amplo"[411]. Para Negri e a tradição Operaísta, como vimos, o desenvolvimento das forças produtivas do Capital e sua recomposição técnica é sempre um movimento reativo em relação a recomposição política da classe trabalhadora. Nesse sentido, se o trabalho se aproxima de uma instância imaterial e se organiza em forma de redes, o Capital também deve ser capaz de assumir uma forma organizacional descentralizada e estendida para os processos de extração de valor[412]. É nesse sentido que Hardt e Negri nos falam que, "no novo terreno do Império a exploração e a dominação nem sempre podem ser definidas em lugares específicos", uma vez que "o exercício da dominação" assume, cada vez mais, a forma de uma rede de comunicação[413].

Por outro lado, se a política, seguindo Negt e Kluge, diz respeito a nossa capacidade de dar uma resposta comensurável a um determinado problema, é a própria organização política que também deve assumir um caráter não localizável ou, se preferirmos, ubíquo. Assim, para Hardt e Negri, "se já não existe um lugar que pode ser reconhecido como fora", i.e., se todos os lugares são potencialmente lugares de expropriação do comum, diante da confluência entre produção capitalista e produção da vida (reprodução), então "precisamos ser contra em toda parte"[414]. Esse é um aspecto importante da teoria política de Hardt e Negri: uma espécie de ubiquidade da política que se instaura após a expansão do poder disciplinar, antes restrito e localizado em determinados sítios de exploração, por todo o espaço social. Nesse sentido, se, como vimos, a biopolítica é uma forma de poder da vida que resiste à dominação e ao controle do biopoder e que, nesse processo, produz subjetividades alternativas, a *multidão*, a resistência à expropriação dos comuns poderia ser entendida como sendo, hoje, o ponto nevrálgico ou a alavanca, no sentido leninista, que poderia trazer o sistema abaixo.

---

410 Ibid.
411 Lefebvre, 2016, p. 47.
412 O exemplo mais claro disso parece estar no modo como as plataformas digitas de aplicativos atuam na interface entre centralização/descentralização de diversos tipos de trabalhadores, conferindo um certo tipo de "autogestionamento subordinado" do trabalho (Ver, por exemplo, Abílio, 2019).
413 Hardt e Negri, 2001, p. 231.
414 Hardt e Negri, 2001, p. 231.

Antes de finalizarmos a presente seção, cabe ressaltar dois aspectos importantes do pensamento de Hardt e Negri que os colocam em um diálogo direto com a obra de Henri Lefebvre. Em primeiro lugar, assim como Lefebvre localiza a reapropriação do corpo como parte inegociável de qualquer agenda revolucionária, a insistência de Hardt e Negri na biopolítica também nos convoca a pensar o papel dos corpos no capitalismo contemporâneo. Para os autores, há uma "fenomenologia dos corpos em Foucault que encontra seu ponto mais alto em sua análise da biopolítica"[415]. Essa fenomenologia propõe, em primeiro lugar, que os corpos formam parte do próprio "tecido biopolítico" que constitui a vida e o ser[416]. Em segundo, que os corpos não são realidades acabadas, mas, antes, são formados por um processo de resistência as diferentes investidas da disciplina e do controle – "eles precisam resistir para existir"[417]. Por fim, esse processo de resistência é entendido, em Foucault, como o próprio processo de constituição e produção de subjetividade. Nesse movimento, os corpos formam um "complexo dinâmico com a resistência de outros corpos", rompendo com o caráter individualizado e atomizado do corpo no capitalismo. Nesse sentido, Hardt e Negri entendem o corpo como uma dimensão subjetiva formada nos processos de luta e de resistência e que sempre estão em uma relação combinada com um agenciamento coletivo mais amplo. Essa capacidade de compor com outros corpos em resistência é o que permite vislumbrar não apenas a "subversão das formas de poder existentes", mas a própria "constituição de instituições alternativas de liberação"[418]. Hardt e Negri mostram como Marx já pensava uma transformação revolucionária na capacidade produtiva dos corpos fora do capitalismo. Para Marx, segundo os autores, "a produtividade dos corpos que trabalham é estreitada e finalmente eclipsada quando os corpos se tornam meramente produtores de valor para o capital". Seria necessário, ao contrário, "restaurar a produtividade completa dos corpos em todos os domínios da vida" contra toda "medida ou poder transcendental"[419].

Outro ponto importante diz respeito ao modo como Negri irá identificar a metrópole como o *lugar* propriamente dito da exploração e expropriação do comum e, portanto, de formação subjetiva da multidão. Inspirado pelo trabalho do arquiteto Rem Koolhaas, Negri pensa a metrópole como "mundo comum", isto é, como resultado de um excesso de cooperação que se dá não através da "vontade geral", mas de uma "aleatoriedade comum"[420].

---

415 Hardt e Negri, 2009, p. 31, tradução nossa
416 Ibid.
417 Ibidem.
418 Ibidem.
419 Hardt e Negri, 2009, p. 38, tradução nossa.
420 Negri, 2010, p. 202.

A metrópole, apesar de atravessada por diferentes planos e estratégias de uso do espaço por parte do Estado e do Capital, sempre resiste as tentativas de homogeneização. Há uma complexidade e uma sobreposição de diferentes substratos vitais (formas, estilos de vida, contra-projetos, entre outros) que desafiam sua unificação por uma lógica ou medida transcendental. Não obstante, há uma lógica alternativa que anima essa multiplicidade e complexidade que, para Hardt e Negri é a lógica do *encontro*. A metrópole, seus fluxos, seus movimentos e sua paisagem, são formados pelo encontro de diferentes corpos, humanos, não-humanos e mais-que-humanos, no espaço. Nesse sentido, a produção do espaço metropolitano é a produção de um comum, i.e., algo que excede o controle privado do Capital e a disciplina pública do Estado[421].

Na epígrafe que abre essa seção, vimos que, para Hardt e Negri, "a metrópole é para a multidão o que a fábrica foi para a classe trabalhadora industrial"[422]. Essa frase poderia ser interpretada a partir de, pelo menos, três prismas. Em primeiro lugar, a metrópole, assim como a fábrica, atua através de um multiplicador de cooperação que emerge da sobreposição de diferentes sujeitos, maquinários e outras materialidades em determinado espaço. Há na metrópole, tal qual na fábrica, um excedente de cooperação que surge do trabalho socializado. Em segundo lugar, a metrópole também é um produto comum desse trabalho cooperativo, mas que aparece alienado no marco do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, o controle da metrópole aparece hoje em par de igualdade com o que anteriormente se pensava como o 'controle dos meios de produção'. No entanto, agora, a metrópole é o meio e o produto do processo, além de ser o próprio terreno que possibilita a reprodução da vida coletiva. Por fim, para que a metrópole seja, de fato, para a multidão o que a fábrica significa para o proletariado fabril seria necessário, segundo Hard e Negri, que nos aproximássemos do conceito Grego de *polis*: "o lugar onde o encontro entre singularidades é organizado politicamente"[423].

O problema da *forma de organização política* reaparece, para Negri, com relação ao espaço da metrópole. Ao longo do capítulo, vimos como, na perspectiva do autor, há uma certa homologia entre os espaços da acumulação e os espaços da política – que propusemos chamar de topologia política. Essa ideia, quando projetada retrospectivamente, nos permite entender porque Lênin dizia que o partido devia se organizar *como fábrica*. Há uma

---

421 Ver Hardt e Negri, 2009.
422 Ibid, p. 250.
423 Hardt e Negri, 2009, p. 254, tradução nossa.

necessidade, na leitura que Negri e a tradição Operaísta faz da teoria organizacional leninista, de que a forma da organização política deve refletir e se apropriar do mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas. Ao longo da primeira seção, vimos como essa relação entre a fábrica e o partido, ou entre a fábrica e o sindicato, começa a ser abalada no fordismo e posteriormente na passagem para o pós-fordismo. O Capital passa por uma recomposição técnica e flexibiliza o processo produtivo, envolvendo um número maior e mais diversificado de espaços em sua esfera de influência. A produção passa, lentamente, a se tornar deslocalizada, ou, se preferirmos, ubíqua, em particular na fase identificada por Hardt e Negri em que a própria reprodução da vida torna-se o substrato da extração de valor pelo Capital e, portanto, ela mesma produtiva. A insistência de Negri no caráter potencialmente revolucionário da metrópole deve ser lida, portanto, como uma tentativa de identificar o *lugar* de onde uma nova homologia entre espaço e política pode ser pensada. Para Negri,

> [...] quando o sistema fabril colapsa, quando a produção se torna social, reticulada e cognitiva, quando a vida mesma é posta a produzir, nesse momento, o espaço da metrópole é atravessado por todas as contradições que a produção de capital determina, encoraja e mistifica. O que se aplicava antes na fábrica se aplica agora à metrópole. A metrópole se tornou um enorme caldeirão de atividades e exploração: é com base em uma atividade *comensurável* com essa escala (e com as infinitas virtualidades que contém) que o proletariado multitudinário se move na metrópole[424].

A ideia de comensurabilidade, aqui, é importante. Se a multidão almeja fazer frente ao capital, é preciso identificar o lugar privilegiado, o ponto nevrálgico, do sistema na fase atual. "A cidade, a metrópole", irá argumentar Negri, "se tornou uma fábrica"[425]. Não resta outra alternativa para a multidão do que *tornar-se metrópole*: "se a metrópole é contra a multidão, a multidão tem uma tendência irresistível de conquistar a metrópole – a multidão *como metrópole*"[426].

2.4. Considerações Parciais

Ao longo desse capítulo buscamos abordar o que chamamos de "problemas de topologia política". Com esse termo, queríamos designar simultaneamente: i) a necessidade de pensar a relação entre espaço e político, ou melhor, entre espaço e formas de organização política; e ii) o imperativo de reavaliar a antiga topologia política herdada do período

[424] Hardt, 2018, p. 20, tradução nossa.
[425] Ibid, p. 62.
[426] Ibidem, p. 63

industrial e fordista que restringia, em sua versão extrema, a organização política em torno dos trabalhadores assalariados e formais. Com relação ao primeiro ponto, fomos capazes de mostrar que, a partir de Lênin e da interpretação Operaísta de seu pensamento política, é possível conceber uma espécie de homologia entre os espaços de exploração e acumulação do Capital e as formas de organização política que são comensuráveis com a totalidade das relações sociais. Mostramos também que a partir do período fordista essa homologia começa a ser abalada, seja pela necessidade do capital de incluir a esfera reprodutiva do lar sob a órbita da fábrica, seja pela necessidade de se organizar diretamente consumo, lazer e distribuição, como vimos ao analisar os arquitetos e artistas da Bauhaus. Em todo caso, é possível argumentar que no período entre guerras, no Norte Global, se anunciava uma transformação fundamental na relação entre espaço e política que apontava seus vetores para a vida cotidiana, para o espaço social como um tudo e para o corpo.

Sobre o segundo ponto, é justamente pelo fato desses novos vetores de dominação apontarem para um conjunto notadamente diferente de atividades para além da esfera produtiva, o que quero chamar de reprodução em sentido ampliado (da vida, social e das relações sociais de produção) que não se pode mais falar em uma subjetividade revolucionária necessariamente fabril. Tanto Lefebvre quando Hardt e Negri enxergam nas transformações ocorridas após os anos 1970, a com a passagem para o pós-fordismo, um progressivo processo de proletariarização estendida. Diante de uma classe de trabalhadores formalmente incluída nos mecanismos de regulação do Capital e do Estado, toda uma massa de trabalhadores sem-salário, sem-renda e despossuídos se encontram sem representação política direta, seja na forma dos sindicatos, seja na forma dos partidos políticos. Na Itália, esse movimento desemboca numa crescente mobilização do que se chamou, na tradição Operaísta, de trabalhadores sociais, i.e., trabalhadores que compunham o tecido necessário para a reprodução do capital, mesmo que aparentemente fora da esfera produtiva. Na França, maio de 1968 talvez seja o momento emblemático onde uma multiplicidade de subjetividades explodem e transformam o cenário político do país. O que os dois casos anunciam é uma transformação no tipo de sujeito político que carrega, agora, a possibilidade de uma transformação radical do capitalismo. Esse sujeito político, no entanto, deixa de ser uma figura uma e homogênea, como o antigo trabalhador industrial, e passa a abarcar uma multidão de sujeitos e de lutas heterogêneas.

O presente capítulo foi uma tentativa de dar conta desse movimento no Norte Global e oferecer uma interpretação socioespacial dessas transformações. Nesse sentido, há que se

dar atenção especial ao fato de que, novamente, tanto Lefebvre quanto Hardt e Negri anunciam essas transformações em termos de uma nova *composição espacial* – para Lefebvre, o urbano, a revolução urbana e a produção do espaço; para Hardt e Negri, o Império, a Multidão e a metrópole. Diante da dissolução da fábrica como espaço privilegiado da acumulação e a extensão do controle e da racionalidade capitalista por todo o espaço, a política adquire um caráter potencialmente ubíquo e, ao mesmo tempo, espacializado. Determinadas lutas e processos de resistência respondem as especificidades das demandas e das dinâmicas conflitivas em torno dos diferentes usos e apropriação do espaço. A *revolução urbana* nos parece, seguindo a interpretação lefebvreana de Stefan Kipfer, ser a forma da política na Era Urbana. E a *Metrópole* a forma de organização que deve ser assumida pela própria multidão se se quer fazer frente ao capitalismo contemporâneo.

Por fim, é preciso lembrar que o movimento que conecta o fordismo ao pós-fordismo e que anuncia o início de um capitalismo centrado na exploração da reprodução diz respeito, aqui, a uma especificidade do Norte Global. Seguindo a crítica de Theresa Erin Enright ao conceito de multidão, "sem um engajamento com as dinâmicas particulares do espaço"[427] qualquer teoria que busque encapsular em um conceito global as lutas anticapitalistas corre o risco de recair sobre aquilo que Alberto Toscano denomina "um *déficit de práxis*"[428]. É preciso, ao contrário, investigar como "os antagonismos múltiplos e globais da multidão [são] localizados em corpos particulares?", ou ainda, "como um evento revolucionário *se dá no espaço* [*take place*]?"[429]. Nesse sentido, o próximo capítulo procura lidar com esse problema, evidenciando as especificidades desse movimento de transformação da relação entre espaço e política no Sul Global, em particular para o caso brasileiro. Como veremos, se no Norte Global a exploração da reprodução é uma face oculta do capitalismo que se revela apenas após a passagem para o pós-fordismo, no Sul Global ela é a própria condição de possibilidade da acumulação.

---

427 Enright, 2011, p. 137, tradução nossa.
428 Ver Toscano, 2004.
429 Enright, 2011, p. 137.

Capítulo 3

Não há política/já não existe ágora: espaço e política na neblina

> Não há mais política: há tecnicidades e dispositivos [...] que se impõem com a lei da necessidade.
>
> (Chico de Oliveira, *O Estado e a Exceção Ou o Estado de Exceção?*, 2003, p. 13).

> Já não existe ágora, comunidade geral; ... nem nenhum lugar onde o debate sobre as verdades que concernem àqueles que lá estão possa se liberar de modo durável [...]
>
> (Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*, 1997, p. 181)

No último capítulo, nos encarregamos de argumentar que há uma espécie de homologia entre espaço e política, ou entre os espaços da acumulação e as formas de organização política, que pode ser pensada a partir da teoria organizacional de inspiração marxista-leninista e autonomista. Como vimos, no Norte Global, essa homologia passa por uma transformação radical após 1970, apresentando sinais de que os espaços de acumulação perdem seu terreno privilegiado em relação aos espaços da reprodução social, que assumem uma certa centralidade na redefinição das contradições sociais a partir da luta urbana. Embora seja evidente que o capitalismo sempre se estabeleça e dependa, em maior ou menor grau, de um trabalho reprodutivo, na maioria das vezes, não pago, esse arco que conecta as transformações ocorridas no capital entre 1930 e 1970 revelam que a reprodução deixa de ser um mero subcomponente do sistema, tornando-se a própria condição de possibilidade para sua sobrevivência[430].

No Sul Global, esse movimento também pode ser observado, embora sua expressão histórica seja muito anterior àquela que se manifesta no Norte Global. No Brasil, por exemplo, já na década de 1970, uma vasta literatura de inspiração marxista busca compreender e responder aos novos problemas políticos e sociais que emergem da intensa

[430] Ver Lefebvre, 1976a.

migração rural-urbano impulsionada pela Revolução Burguesa de 1930. Essa "revolução", no entanto, mesmo que inicialmente desencadeada por um processo de industrialização concentrada e de proletarização induzida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com Getúlio Vargas, não significou, como no Norte Global, uma integração em massa da classe trabalhadora em uma dinâmica fordista virtuosa. Ao contrário, o caráter seletivo e excludente deste processo, que se mistura em grande medida aos problemas herdados daquilo que ficou conhecido, com Caio Prado Jr. e a geração da década de 1930, como "o específico nacional", i.e., o escravismo[431], dá origem a um processo que combina a expropriação da força de trabalho com sua espoliação e dilapidação no novo espaço urbano. Lúcio Kowarick, um importante sociólogo urbano brasileiro, argumenta que a formação de um "vasto exército de reserva, longe de ser uma "massa marginal", se constituiu "numa das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio, entre os quais o Brasil é um caso exemplar"[432]. Isso significa que, na periferia do sistema, o capitalismo parece ter sido capaz de desenvolver uma forma de sincronização de elementos aparentemente anacrônicos (escravidão e industrialização) que funcionam como motor da acumulação de capital, abrindo a possibilidade de uma acumulação sem plena integração no mundo do trabalho, ou, se quisermos manter a fórmula anunciada pelos teóricos da década de 1970 no Brasil, de *crescimento e pobreza*.

Os efeitos desse movimento de expropriação e dilapidação do trabalho rapidamente assumem contornos espaciais nas principais cidades do país. A impossibilidade de integrar esse vasto contingente populacional na dinâmica formal da economia implicou que uma parte importante da sobrevivência desses sujeitos dependesse da replicação de formas de reprodução social de base precária que criam espaços igualmente precários na cidade: a autoconstrução da moradia, a produção para o autoconsumo, a ajuda mútua, os mutirões e outras estratégias de sobrevivência próprias das classes populares. Mas, como demonstrará Chico de Oliveira, essas formas aparentemente arcaicas e fora da esfera de valorização do valor casam-se perfeitamente com as dinâmicas de acumulação, na medida em que assumem de maneira privada uma parte do componente salarial destinado à reprodução social, o que força os salários sempre para baixo. A possibilidade de uma maior exploração do trabalho e, nesse sentido, da própria acumulação de capital na periferia parece, portanto, desde o início, menos ligada aos usuais espaços da acumulação capitalista (a fábrica, a indústria, etc.) e mais aos espaços da reprodução social que emergem da improvisação da vida na cidade. Se

---

431 Ver Oliveira, 2001.
432 Kowarick, 1979, p. 58.

mantivermos o pressuposto, assumido até aqui, de que há uma homologia entre os espaços de acumulação e as formas de organização política, o que ocorre com a política no Brasil quando, desde seu nascedouro, a acumulação parece estar intimamente conectada a reprodução de formas supostamente arcaicas de reprodução social e não com as infraestruturas e os espaços da modernização capitalista?

Como nota Cibele Rizek, as cidades brasileiras, durante o processo de industrialização e de migração em massa, "se transformavam, a olhos vistos, no avesso das possibilidades e dos marcos civilizatórios"[433]. Por um lado, essa distopia urbana significou, em particular durante a ditadura e sua fase de recrudescimento, uma "anulação da política pela constituição de um consenso silencioso"[434], que se forjava por meio da repressão as organizações políticas, aos sindicatos e a qualquer tipo de organização da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, a impossibilidade de se estender os direitos do trabalho e o próprio trabalho assalariado a toda população significou, também, a impossibilidade da política nos marcos marxistas de cunho mais ortodoxo. O surgimento de uma vasta diversidade de trabalhos informais, ilegais, sem-forma e autônomos – aquilo que Chico de Oliveira se refere como a "neblina" do mundo do trabalho[435] – impedia a formação direta e imediata de uma "classe social" propriamente dita, capaz de articular suas experiências de expropriação em torno de uma proposição política duradoura e estável. Para Cibele Rizek, "a questão que hoje se coloca é da possibilidade/impossibilidade de sujeitos políticos", i.e., a possibilidade que uma determinada experiência de classe na cidade ganhe "corpo e sentido"[436].

A persistência e o acirramento das desigualdades sociais dão vasão a uma explosão da violência que se torna a marca central de um cotidiano dilapidado pela expropriação e pela espoliação dos sujeitos periféricos. Essa violência é ela mesma a expressão da "dissolução da política, do conflito e de sua experiência no solo e no reconhecimento coletivo dos sujeitos políticos"[437]. A partir daí, segue a afirmação de Chico de Oliveira de que "não há mais política", mas, sim, "tecnicidades e dispositivos" que funcionam justamente como oposição da política e perpetuam o controle sobre as populações periféricas em um capitalismo dependente da espoliação da reprodução social como condição de sua própria reprodução. Por outro lado, o permanente descaso e desprezo do Estado em relação a esses sujeitos

[433] Rizek, 2019, p. 236.
[434] Ibid, p. 237.
[435] Ver Oliveira, 2002.
[436] Rizek, 2019, p. 237.
[437] Ibid, p. 239.

periféricos faz com que sua legitimidade seja gradualmente minada e, no limite, faz com que a própria política *mude de lugar*: "[...] enraizando-se nos cotidianos, nos pontos de ônibus, nos salões paroquiais, nas reuniões de mulheres, pelos territórios populares das metrópoles brasileiras"[438]. Essa nova ubiquidade da política ganha corpo a partir das associações de bairro e de suas relações com as lutas nas fábricas, bem como a partir dos movimentos sociais urbanos que ganham corpo e fôlego no período de redemocratização. Essa mudança no lugar da política será discutida mais à frente neste capítulo.

Resta comentar a segunda epígrafe deste capítulo, uma citação de Guy Debord em seu *A Sociedade do Espetáculo*. A afirmação "não existe mais ágora", que ressoa de forma particularmente interessante quando traduzida para o português, na medida em que nos convida a pensar a inexistência do próprio "agora", busca delimitar o declínio e o fim da esfera pública, ou, se preferirmos, da política. Como bem nota Rita Velloso ao analisar o trecho, a expropriação da comunicação operada pela sociedade burocrática de consumo dirigido ou pela sociedade do espetáculo implica numa permanente "ausência de réplica e diálogo [que] se atrela à destruição dos espaços de encontro"[439]. Se pensarmos o caso brasileiro, a completa impossibilidade de incidência de uma política de baixo para cima capaz de afetar significativamente o funcionamento do Estado brasileiro é parte e complemento de uma dinâmica urbana apoiada pelo Estado que distribui os benefícios e as vantagens locacionais sempre a favor do Capital. A cidade que inicialmente na Grécia antiga era o espaço mesmo da política (a *pólis*) se converte, por excelência, no lugar da exceção[440] e no avesso da política: "lugar da dissolução, da destituição do mundo público"[441].

Os movimentos sociais urbanos, no entanto, e a multiplicações de novas formas de organização política desde baixo, organizadas, em particular, em torno dos problemas da reprodução social na era urbana, sinalizam um novo lugar da política no mundo contemporâneo. Como observa Rita Velloso,

> A questão da *reprodução social* viria explicar a questão da produção de individualidades, na qual os trabalhadores deixam de ser vistos exclusivamente a partir do trabalho, naqueles aspectos primordiais de sua função para o capital e para as forças produtivas, mas passam a ser considerados em *seus agenciamentos, enquanto sujeitos de práticas*. Se olhadas pelo prisma da questão de classe em sua intersecção com a questão territorial, práticas de classe não determinam necessariamente a forma de

438 Rizek, 2010, p. 22-23.
439 Velloso, 2022, p. 419.
440 Oliveira, 2003b, p. 12.
441 Rizek, 2019, p. 236.

> ação coletiva a partir de respostas populares, mas sim respostas a situações que são sobretudo cotidianas e silenciosas [...][442].

Em outras palavras, a reprodução social se torna um elemento capaz de aglutinar uma nova consciência de classe e novas expressões da política em um momento onde uma "*nova morfologia espacial*" se anuncia, bem como uma nova morfologia do trabalho, um *precariado*. Isso implica dizer, como argumentarmos ao fim do capítulo, que a política adquire uma dimensão corpórea[443], uma vez que os problemas relacionados a reprodução da classe trabalhadora na cidade, isto é, a reprodução de suas condições de vida na cidade do Capital, dependem de um novo tipo de articulação que mire no espaço urbano como lugar da política. Para Rita Velloso, apesar da negatividade da política, há sim uma ágora, que, no nosso tempo, é a "luta urbana" vista "a partir da posição dos subalternos"[444].

O presente capítulo pretende, portanto, pensar a luta urbana como a expressão mesma da política no Sul Global, ou o urbano como o espaço da política na condição periférica[445]. Na primeira seção, revisitamos a história da colonização e do escravismo brasileiro até a revolução burguesa de 1930, buscando evidenciar a tentativa e o fracasso da constituição de uma sociedade do trabalho no Brasil e seus efeitos sobre o terreno e as formas de organização política. Na segunda seção, retomamos os argumentos construídos pela Sociologia Urbana Brasileira a partir da década de 1970, em particular por Lúcio Kowarick e Chico de Oliveira, para pensar a imbricação entre capitalismo e urbanização periférica, o caráter urbano das lutas sociais e a emergência política de um novo sujeito revolucionário. Por fim, discutimos o caráter enigmático e nebuloso do mundo do trabalho no Brasil e as transformações na topologia política que ampara a perspectiva revolucionária nesse cenário.

Nesse sentido, os capítulos 2 e 3 se conectam, na medida em que nos dão bases para pensar como, tanto no Norte quanto no Sul Global, há i) uma mudança fundamental no sujeito político, ou no agente histórico da transformação, que está diretamente relacionada à urbanização; e ii) como nos dois casos, embora com sinais trocados, a urbanização aparecerá, cada vez mais, como um problema de reprodução social. No Norte, como vimos, há inicialmente uma necessidade de programar e dirigir o consumo, a distribuição e a reprodução da classe trabalhadora, por meio de uma política que integrou os trabalhadores assalariados à esfera do Estado via partidos e sindicatos e da implementação daquilo que se

---

[442] Velloso, 2022, p. 429
[443] Ibid, p. 429.
[444] Velloso, 2022, p. 439.
[445] Ver Canettieri, 2019.

chamou de "salários indiretos" sobre a perspectiva do bem-estar. O esgotamento desse modelo, na passagem do fordismo ao pós-fordismo, aproxima o Norte de uma trajetória que já se apresentava no Sul Global como dominante: uma profunda crise da reprodução social que tem como causa e consequência um processo de urbanização e industrialização caóticos. Por outro lado, é exatamente no meio desse caos que um novo sujeito político pode nascer, excedendo uma política organizacional mais restrita aos espaços da acumulação direta.

3.1. Construção e incompletude da Sociedade do Trabalho no Brasil

O título que abre essa seção é uma reescrita do título do célebre livro de Adalberto Cardoso, *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. A introdução da ideia de incompletude, aqui, diz respeito a forma como uma sociabilidade baseada no trabalho nunca se efetiva plenamente no Brasil. Para Cardoso, enquanto no Norte, a partir da década de 1930, "o capitalismo legitimou-se [...] por sua capacidade redistributiva, mediada pelo Estado de Bem-Estar", e pela "redução da desigualdade *de oportunidades*, por meio da ampliação do acesso à educação, à saúde, à moradia e, principalmente, pela redução persistente da pobreza", no Sul e, em particular, no Brasil, no mesmo período, "essa redistribuição jamais se universalizou"[446]. É verdade, no entanto, que esses direitos no Norte foram, antes de tudo, conquistados pelo movimento dos trabalhadores e suas formas políticas organizativas, seja através dos sindicatos e sua relação com o Estado planejador, seja pela força política de partidos localizados no espectro mais à esquerda. De todo modo, resta compreender por que, no Brasil, i) o capitalismo conseguiu dispensar a universalização dos direitos como critério de sua legitimidade; e ii) porque a organização da classe trabalhadora teve efeitos distintos daqueles observados no Norte.

Cardoso argumenta que a incompletude desse projeto de acumulação e redistribuição pode ser explicado a partir de uma combinação de elementos que marcaram o país na virada para o século XX, dentre os quais nos interessam aqui:

a. "O padrão [desigual] de incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista no final do século XIX e início do XX, que deixou heranças profundas na sociabilidade capitalista posterior";
b. "A persistente violência estatal contra o trabalho organizado, muito superior à ameaça que este eventualmente representou ao longo da história";

[446] Cardoso, 2019, p. 14-15.

c. "A diminuta participação do operariado industrial na estrutura social e a enorme fragmentação das formas de obtenção de meios de vida no mundo urbano, fora do mundo do trabalho formal";
d. "[...] o padrão [segregacionista] de incorporação dos trabalhadores [rurais] no mercado de trabalho urbano a partir da década de 1940 [...]"[447].

Essa dificuldade persistente e permanente de incorporação do trabalho recém liberto nos processos de modernização e industrialização capitalistas, bem como nas formas de organização política própria de uma cidadania urbano-industrial é que levam Cardoso a pensar numa sociedade do trabalho e não numa sociedade salarial, uma vez que "no Brasil o assalariamento protegido pelo Estado jamais se generalizou"[448]. Nas subseções que se seguem, revisitamos esses quatro elementos, tentando reconstruir um quadro de referência para compreender a incompletude da sociedade do trabalho no Brasil e seus efeitos sobre a organização política da classe trabalhadora.

3.1.1. O específico nacional e as antinomias da civilização moderna: inclusão e segregação

> [...] enquanto no centro o capitalismo está liquidando o trabalho servil, sua forma colonial assenta-se sobre o trabalho escravo.
>
> (Chico de Oliveira, *Pensar com radicalidade e com especificidade*, 2001, p. 01).

Em artigo intitulado "Pensar com radicalidade e com especificidade", Chico de Oliveira argumenta que a geração de 1930, composta, em particular, por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, se propuseram a pensar o Brasil a partir de sua especificidade: a escravidão[449]. A especificidade, nesse caso, não diz respeito a uma suposta exclusividade da escravidão no Brasil, mas antes à forma como a escravidão se junta e impulsiona de maneira funcional e ajustada a sociabilidade capitalista que se formaria entre nós. Como sugere Cardoso,

> [...] a escravidão deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores, operando como uma espécie de lastro do qual as gerações sucessivas tiveram grande dificuldade de se livrar. Em torno dela construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia

447 Ibid, p. 15.
448 Cardoso, 2019, p. 15.
449 Ver Oliveira, 2001.

> social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades. Esse conjunto multidimensional de heranças conformou a sociabilidade capitalista entre nós, ou o ambiente sociológico que acolheu o trabalho livre no final do século XIX e início do XX, oferecendo-lhe parâmetro mais gerais de reprodução [...][450].

O ponto que nos interessa, aqui, é compreender, portanto, de que modo a escravidão influenciou a formação da sociabilidade capitalista e como se forma essa "ética do trabalho degenerado" que perdura na contemporaneidade, e que permitiu "a construção do Estado no Brasil como Estado antissocial"[451].

Cardoso retoma como ponto de partida a transição para o trabalho livre nas diversas províncias brasileiras. Embora São Paulo tenha encontrado como resposta para o problema da mão de obra a imigração, em outros lugares, como observa o autor, a transição ocorrera de maneiras diversas. Em muitas províncias, como é o caso de Pernambuco, o campesinato já ingressava numa dinâmica de expropriação violenta que desembocaria na liberação de mão de obra, com "a grande maioria do trabalho rural" já sendo realizado por "homens livres, expropriados de suas pequenas propriedades a partir de fins do século XVIII"[452]. Em outras províncias, no entanto, "o trabalho escravo conviveu [...] com diferentes regimes não escravistas de trabalho"[453], evidenciando uma miríade de regimes de escravidão e uma transição para o trabalho livre gradual e violenta. "Tomando-se o Brasil como um todo", dirá Cardoso, "a transição para o trabalho livre não foi coextensiva com a construção de um *mercado de força de trabalho tipicamente capitalista, ou assalariado*"[454].

Em grande parte, essa dificuldade de incorporar a mão de obra livre no setor dinâmico e assalariado da economia, representado naquele momento pelas lavouras de café de São Paulo, está associada a dois elementos: i) de um lado, e a opção da Elite Paulista pela imigração reforça esse ponto, havia uma dúvida quanto à capacidade de se expropriar o "elemento nacional"[455], i.e., persistia uma resistência, por parte desta elite, em incorporar a mão de obra recém liberta, que "combinava preconceito racial e desprezo pelo trabalhador livre nacional, visto como preguiçoso, não confiável e privado de mentalidade moderna"[456]; ii) por outro lado, a recusa pela adesão salarial também era comum entre os trabalhadores

---

450 Cardoso, 2019, p. 37.
451 Ibid, p. 38.
452 Cardoso, 2019, p. 41.
453 Ibid, p. 42
454 Ibidem, p. 42, grifo do autor.
455 Ver Ibidem, p. 44.
456 Ibidem, p. 44.

libertos, uma vez que, como mostra Costa[457], para "homens que plantavam o suficiente para sobreviver", se submeter aos "parcos salários, ao penoso trabalho exigido nas fazendas" era "equiparar-se à condição de escravos". Em ambos os casos, o que se consolida com a transição para o trabalho livre não é uma transformação significativa da imagem negativa do trabalho herdada pela escravidão, mas, ao contrário, sua consolidação:

> Ao trabalho árduo associou-se apenas a cor do executante, desprovido de vontade e de alma. Mas como o condenado era "atavicamente propenso ao não trabalho", já que "bárbaro" e de "sangue viciado", só se podia dobrar pela força. Assim, a imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se da sobreposição de diferentes hierarquias sociais: de cor, religiosa, de status social associado à propriedade, de dominação material e simbólica, numa mescla de sentidos que apontavam, todos, para o mesmo conceito: o de degradação do trabalho manual[458].

No entanto, não seria apenas o preconceito responsável pela manutenção da desvalorização do trabalho, em particular, do trabalho livre nacional. Uma parte importante da historiografia do período aponta para a sobreposição entre "o aparato repressivo montado para o financiamento, reprodução, supervisão e repressão ao trabalho escravo" e a consolidação de "um padrão de violência estatal e privada que sobreviveu ao fim da escravidão" e que é herdado pela "relação entre Estado e o "mundo do trabalho"[459]. Como atenta Cardoso, a dificuldade por parte do Estado em consolidar uma força coercitiva de caráter nacional e unificado sobre a grande dispersão territorial das fazendas e engenhos permitiu uma "relativa autonomia" dos agentes econômicos que, no limite, levou a uma "hipertrofia da vida privada"[460]. Isso significa que, embora submetidos ao controle do Estado, os agentes econômicos privados mantinham uma significativa autonomia na determinação de sua relação com os trabalhadores, inclusive no que diz respeito ao uso da força, da violência e da coerção. Essa forma hipertrofiada de liberdade dá origem a uma ideologia liberal que compreende a própria ingerência por parte do Estado nas relações de trabalho como indevida e mesmo indesejada. Dessa forma, a permanência de uma relação negativa com o trabalho está associada mais "a privatização dos mecanismos de controle social" do que apenas a persistência de um certo imaginário escravocrata, tendência que será transportada para o século XX[461].

---

457 Costa, 1999, p. 311 *apud* Cardoso, 2019, p. 44.
458 Cardoso, 2019, p. 47.
459 Cardoso, 2019, p. 47.
460 Ibid.
461 Ibidem.

Outro ponto importante a ser ressaltado diz respeito a forma como essa relação persiste e se consolida mesmo após a transição para o trabalho livre. A escravidão encarregou-se de limitar o horizonte de expectativas da classe trabalhadora de maneira mais ampla, mesmo quando libertos do trabalho escravo. Isso significa que a distinção entre o homem livre e o escravo era, na maioria dos casos, apenas o "fato de não ser propriedade de alguém", enquanto sua condição de reprodução cotidiana, sua "alimentação, vestimenta, moradia, esperança de vida ao nascer, etc." era muito semelhante[462]. O fim da escravidão, nesse sentido, não significou, pelo menos até a intensificação da industrialização no Brasil, uma significativa melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, em parte pela "pobreza generalizada no campo", fruto das relações desiguais de poder entre os trabalhadores e os agentes econômicos dos potentados locais, mas também pela "rígida hierarquia social" que se consolidaria com a entrada dos imigrantes europeus que assumiriam os postos de trabalho privilegiados[463].

A confluência desses elementos (uma transição incompleta para o mercado de trabalho assalariado, a persistência de um preconceito com o homem livre nacional, a consolidação de uma imagem negativa do trabalho, a hipertrofia da vida privada e a persistência de um horizonte de expectativas decrescentes associado ao trabalho) é que sedimentam o caminho para a estruturação do Estado e da sociabilidade capitalistas no Brasil. Como argumenta Cardoso, o Estado capitalista brasileiro, que irá se consolidar a partir da Revolução de 1930, consolida tendências já presentes na ordem escravista dos períodos anteriores: um Estado que é "incapaz de banhar o mundo privado com sua regulação pública" e "de instituir mecanismos de "proteção da sociedade"[464]. Em outras palavras, um Estado que se assenta sobre um "padrão de relacionamento entre as elites agrárias locais e o poder central" que impede a tematização do trabalho como "questão social"[465]. O resultado desse casamento é o surgimento de um *liberalismo unidimensional*, i.e., um liberalismo que valia apenas para a Elite, mas não para a classe trabalhadora: quer dizer, "o Estado não interferiria no modo como deveria gerir seus negócios e, principalmente, sua força de trabalho"[466].

---

462 Ibidem, p. 51.
463 Ibidem.
464 Cardoso, 2019, p. 54.
465 Ibid, p. 55.
466 Ibidem, p. 61.

3. 1. 2. Êxodo rural, imigração e reprodução nos 1900

Na alvorada dos 1900, a situação descrita na seção anterior não apresenta sinais de transformação significativa. Como argumenta Cardoso[467], com a Lei de Terras de 1850, os trabalhadores rurais veem-se limitados em termos de possibilidades de ascensão social e mesmo de sua capacidade de reprodução social. As formas de inserção no mundo agrário se limitavam a subordinação a senhores de terra, e, portanto, aos mesmos potentados locais que privatizaram os mecanismos de controle social, ou, em outros casos, a ocupação da fronteira agrícola que se expandia pelo território brasileiro, mas de maneira igualmente precária. Na economia urbana, os postos de trabalho com melhores oportunidades de inserção e ascensão, como dito anteriormente, permaneciam majoritariamente ocupados por imigrantes europeus e mesmo assim representavam uma pequena parcela do mundo do trabalho.

A falta de alternativas e a baixa inserção dos trabalhadores livres no mercado de trabalho formal, em particular pela desqualificação do trabalho livre nacional, força aos trabalhadores "a construir meios de vida que à elite pareciam vagabundagem, ócio, vício ou crime"[468]. É o caso da autoconstrução da moradia, dos trabalhos informais e mesmo de outras formas de inserção à margem da legalidade. Em todo caso,

> A grande proporção de desocupados e sub-ocupados nas cidades, pressionando e competindo pelo escasso emprego disponível, deu origem a relações de trabalho predatórias, com baixos salários e altas taxas de rotatividade, principalmente entre os brasileiros, lotados, em sua maioria, nas piores ocupações, muitas vezes na fronteira da ilegalidade. Ademais, como convencer os nacionais de que deveriam se submeter, por exemplo, às penas (e às longas jornadas) do trabalho industrial escasso e instável, em troca de paga equivalente ou menor do que a que talvez conseguissem na informalidade ou em atividades ilícitas, numa sociedade que aviltara o trabalho?[469]

Isso significa que mesmo com uma transformação significativa nas relações de trabalho imposta pela transição para o trabalho livre e pelo início da migração para as cidades, a partir de 1880, o trabalho permanece manchado por uma ética degradante que o simboliza, simultaneamente, tanto para a elite quanto para as classes populares, um elemento negativo na sociabilidade brasileira.

No que diz respeito ao campo, Cardoso observa a forma como o coronelismo e as práticas dos potentados locais funcionavam como um "modo de ordenamento da

---

[467] Ibidem, p. 80.
[468] Ibidem.
[469] Cardoso, 2019, p. 80.

reprodução social" dos trabalhadores rurais[470]. E mais, que esse modo de ordenamento não se altera significativamente com a imigração e com o capitalismo industrial. Ao contrário, a ordem senhorial que conjugou "privatismo, personalismo e clientelismo" também afetou aquele grupo de imigrantes que encontrou trabalho no campo[471]. Cabe ressaltar, em particular, que quando falamos de reprodução social, neste caso, estamos falando simultaneamente: i) do uso da força e da violência para a reposição da massa de trabalhadores, que aqui aparece como herança do período anterior; e ii) ao modo como essa mesma violência limita a reprodução dos trabalhadores rurais ao mínimo para a manutenção da vida.

Nas cidades, as condições de reprodução social não eram muito diferentes. Quando se observa os salários recebidos pelos ocupados no mercado formal urbano observa-se que, assim como no campo, os rendimentos do trabalho eram insuficientes para garantir os mínimos vitais. Em 1912, no Rio de Janeiro, por exemplo, "o gasto mensal *apenas com alimentação* por uma família de classe média com 7 membros era de 43 mil réis *por pessoa*, ou o equivalente à metade do salário mensal de um operário não qualificado"[472]. Quanto aos aluguéis, um "aluguel de um cômodo com tamanho variando entre 6 e 9 metros quadrados valia, no mesmo ano, 40 ou 50 mil réis por mês no interior do Brasil", chegando 70 e 100 mil réis em bairros periféricos de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente[473]. Esses dados apontam que não apenas o salário obtido por meio das ocupações formais era insuficiente para a manutenção da vida na cidade, como a própria continuidade dessa vida dependia da conjugação de outras estratégias de reprodução informais e ilegais fora do setor dinâmico da economia urbana. Na seção seguinte discutiremos mais a fundo as implicações desse padrão de reprodução social sobre as classes trabalhadoras, o espaço urbano e a política.

Mesmo assim, a reprodução social por meio de práticas populares e informais também era marcada pelo signo da repressão, do racismo e da violência privada. A criminalização e a repressão das "atividades de lazer nas ruas, botequins ou bairros operários; o pequeno comércio ambulante; os ajuntamentos para discussões políticas ou religiosas; o entrudo, o carnaval e a música popular", entre outros, garantiam um controle sobre o cotidiano das massas e as próprias dinâmicas de reprodução da classe trabalhadora em um espaço urbano marcado pela segregação e pela desigualdade de oportunidades. Essa repressão, fortemente amparada em uma visão negativa sobre o "povo brasileiro" enquanto

---

[470] Ibid, p. 83.
[471] Ibidem, p. 84.
[472] Ibidem, p. 86.
[473] Cardoso, 2019, p. 86.

inimigo interno da elite republicana, tinha, como observa Cardoso, um alvo triplo: "a vadiagem, o crime, e o trabalho organizado (ou em fase de organização)"[474].

A situação, no entanto, se agrava quando se observa que, em cidades como São Paulo, a imigração foi responsável por uma vasta europeização da força de trabalho, o que significa que boa parte dos trabalhadores livres nacionais permanecessem dependentes de estratégias de reprodução para além da regulação do mercado de trabalho formal. Em uma pesquisa conduzida em 33 fábricas têxteis no estado de São Paulo, Andrews observa, por exemplo, que 80% dos trabalhadores ocupados eram nascidos fora do Brasil[475]. E estimativas para o setor da construção civil, realizada em 1913, apontava que cerca de 80% dos trabalhadores ocupados eram italianos. Esses dados tornam-se mais estarrecedores quando se observa que a indústria paulista, que ainda tentava se consolidar, apresentava uma escassez de mão de obra, e que a opção pelo emprego de imigrantes europeus ainda era fruto de uma concepção racista do trabalhador livre brasileiro, criando forçosamente um exército industrial de reserva de base nacional. Para Cardoso (2019, p. 85), "a imigração resultou, *em termos práticos*, *na negação da modernidade em gestação a parte expressiva dos brasileiros*, cujas trajetórias estavam marcadas, de um modo ou de outro, pelo passado escravista"[476].

Essa negação da modernidade também podia ser observada do ponto de vista da política. A possibilidade de manter quase que indefinitivamente o salário abaixo do mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, mesmo em um contexto de expansão da indústria e de escassez de mão de obra, só pode ser explicada, por um lado, pela repressão violenta da organização emergente da classe trabalhadora e, portanto, a qualquer possibilidade de unificação e formação de um sentido político comum para as demandas populares, e, por outro, pelo uso da força de trabalho estrangeira como forma de minar o poder de negociação dos trabalhadores nacionais e forçar os salários para baixo[477].

Cardoso insiste que a repressão a organização trabalhadora, em estado incipiente nas primeiras três décadas do século XX no Brasil, deve ser vista não sobre o prisma de uma repressão à organização, disciplinamento e integração do trabalho, pura e simplesmente, como é o caso daquilo que se observou no Norte Global, mas como parte "da repressão mais geral ao inimigo interno encarnado pelo povo"[478]. Isso significa que a repressão e a ação

---

474 Ibid, p. 92.
475 Ver Andrews, 1988, p. 503-504 *apud* Cardoso, 2019, p. 84.
476 Cardoso, 2019, p. 84, grifo nosso.
477 Ver Cardoso, 2019, p. 87.
478 Ibid, p. 93.

violenta sobre os trabalhadores nacionais apresentavam resquícios de um controle social dos corpos racializados herdados do período colonial, tendo pouco ou nenhum efeito no que diz respeito a imposição "de hábitos de trabalho "modernos", burgueses". Tratava-se, antes de tudo, "de assegurar as distâncias sociais (físicas e estatuarias)" entre a elite republicana e o degenerado povo brasileiro, supostamente atrasado e avesso aos imperativos da modernização capitalista. Em um contexto como esse, a violência aparece como face permanente do cotidiano popular, já que não se trata apenas de um 'fazer trabalhar', mas também de uma tentativa consistente de impedir a reprodução social das classes populares[479].

Nesse sentido, as maiores dificuldades para as primeiras expressões organizativas da classe trabalhadora estavam relacionadas, principalmente, ao problema da representação ou do sentido do trabalho na sociabilidade capitalista brasileira emergente. Como vimos, não apenas o trabalho era marcado e visto, para o trabalhador nacional, como negatividade, i.e., como expressão e continuidade de uma dinâmica violenta herdada dos períodos anteriores, como também era ele mesmo incapaz de fornecer as bases para a reprodução da classe trabalhadora:

> [...] está claro que o ambiente era hostil à constituição, entre os trabalhadores, de interpretações e sentidos comuns sobre sua prática. Isto é, era hostil à construção de identidades coletivas outras que não aquelas trazidas à cena pública pelo passado de cada qual, brasileiro ou estrangeiro. Havia pouco espaço (material, ideológico ou intersubjetivo) para a negociação de novos significados, e menos ainda para sua afirmação pública, [...]. Numa palavra, transformar a "desordem" em *questão social*, digna de atenção por parte do poder público na chave dos direitos[480].

O que sobressai nesse quadro da alvorada dos 1900 é, portanto, uma dificuldade permanente, que será o desafio herdado por Getúlio Vargas, de transformar o trabalho em questão social e, no limite, enquadrá-lo nos marcos regulatório dos direitos sociais.

A política, da forma como viemos tratando até aqui, enquanto um terreno capaz de articular os lugares da acumulação e da expropriação da classe trabalhadora e suas formas de organização, estava atravancada. Não apenas pelo limitado poder de participação política da maior parte dos trabalhadores – "menos de 10% da população ao longo de toda a primeira trintena do Novecentos" participava efetivamente do *demos* oligárquico[481] –, como também pelo caráter privado da política, centrada em relações de poder locais e estaduais e na perpetuação de privilégios familiares e oligárquicos obtidos pela manutenção de laços com o

---

[479] Ibidem.
[480] Cardoso, 2019, p. 95.
[481] Ibid, p. 96.

Estado. Nesse sentido, a ubiquidade da política se revela, aqui, em sua face negativa: "tudo era política, embora num sentido muito restrito"[482]:

> [...] a "política" enquanto o lugar da construção negociada dos fins da ação pública, a rigor, não existia. Ou melhor, ela existia como disputa entre grupos privados (quase sempre familiares) pela instrumentalização dos parcos recursos do Estado (em especial as forças públicas e a Guarda Nacional), usados em seu próprio proveito e benefício contra inimigos também privados em disputa pelos mesmos recursos[483].

3.1.3. O trabalho como utopia – cidadania regulada como reprodução das desigualdades

O período Vargas, iniciado na década de 1930, apresenta uma mudança no discurso e no sentido dado ao trabalho. Por um lado, fica claro que há uma tentativa consistente de enquadrar o trabalho livre nacional nos moldes da indústria nascente, tornando a "inclusão", ou pelo menos uma ideologia inclusiva, uma marca fundamental do processo de modernização produtiva do período. Por outro lado, esse processo esbarrará sempre em limites próprios da sociabilidade capitalista que se forja carregando as marcas do período escravista. Isso significa que, embora o sentido do trabalho, em particular em sua relação com o Estado brasileiro, tenha sido transformado, a inclusão desses trabalhadores à esfera dos direitos sociais aparecerá sempre como limitada. Nesse sentido, embora alterado o estatuto do trabalho, a partir da consolidação de uma "utopia da proteção Estatal representada pela legislação social e trabalhista"[484], sua "expressão institucional" serviria para conformar um "poderoso mecanismo de reprodução das desigualdades entre nós", ao mesmo tempo em que justificaria, paradoxalmente, a persistência dessas desigualdades[485].

Ao mesmo tempo, a utopia varguista de uma sociabilidade baseada no trabalho viria a disputar dentro da classe trabalhadora com outras utopias com potencial transformador mais radical, como é o caso do socialismo e do anarquismo. De modo geral, a abertura de um novo horizonte de expectativas baseado no trabalho assalariado significou um influxo intenso de trabalhadores para as cidades, sem que isso necessariamente se traduzisse na incorporação pela desse exército de reserva nos setores dinâmicos da economia. Para Cardoso, o surgimento na cena política e social brasileira de uma "*expectativa* de proteção social"[486] foi capaz de moldar os próprios modos de subjetivação e organização política da classe trabalhadora em torno de uma disputa por direitos, i.e., o trabalho finalmente se torna

---

[482] Ibidem, p. 98.
[483] Ibidem.
[484] Ibidem, p. 106.
[485] Cardoso, 2019, p.106.
[486] Ibid.

uma questão social, mas apenas quando observado do ponto de vista do Estado e de sua disputa institucional.

Uma série de pesquisas do período buscaram mostrar como essa expectativa de integração foi responsável por forjar um tipo ideal de trabalhador ajustado a indústria, evidenciando um "aspecto civilizatório do direito do trabalho"[487]: um trabalhador "arrimo de família, alfabetizado, higienizado, saudável, senhor de uma profissão e titular de direitos sociais"[488]. Acontece que essa cidadania nunca é plenamente efetivada, em parte porque o processo de inclusão dos trabalhadores aos direitos sociais apresentava um limite burocrático quase intransponível – os candidatos à Carteira de Trabalho, meio principal de obtenção desses direitos, deveriam apresentar históricos, cartas de recomendação, testemunhas, no caso de trabalhadores analfabetos, entre outras coisas que limitava o trabalhador precarizado médio a ascender ao mundo dos direitos. De qualquer forma, Cardoso nos fala de como essa "cidadania regulada" funciona mesmo como um dispositivo de *inclusão diferencial*[489] na nova sociabilidade capitalista moderna.

A cidadania regulada funciona como uma "*promessa* de incorporação social das massas até então desdenhadas pelo processo de construção da nação"[490]. Isso significa que embora a maior parte dos brasileiros na década de 1930 não fosse, de fato, conseguir fazer parte do universo dos direitos, a promessa de inclusão mediava sua relação com o mercado de trabalho industrial emergente. Em primeiro lugar, fica claro que o trabalho se torna um marcador social importante para a definição daquele que conta como um cidadão, na medida em que "os que não têm profissão são *pré-cidadãos*", excluídos dos benefícios imediatos da modernização capitalista, mas interpelados pela possibilidade de inclusão – "cidadãos *em processo de vir a ser*"[491]. Dessa forma, não havia uma "divisão clara entre incluídos e excluídos, mas um *continuum*" que fazia dos parcialmente excluídos parte importante do processo de regulação. É importante notar, no entanto, que as barreiras burocráticas impostas por parte

---

487 Ibidem, p. 111.
488 Ibidem, p. 116.
489 A ideia de inclusão diferencial será explorada mais à frente quando discutirmos o trabalho de Mezzadra e Neilson (2013). Por hora, cabe dizer que esse conceito denota o modo como exclusões parciais de determinados processos regulatórios não necessariamente significam uma exclusão absoluta, mas apontam para possibilidades de inclusão subordinadas e funcionais à acumulação de capital. Isto é, mesmo que formalmente excluído do mundo dos direitos do trabalho, sua existência, ainda que negativa, media as expectativas, os comportamentos e a gestão de um exército industrial de reserva crescente nas cidades brasileiras.
490 Cardoso, 2019, p. 114, grifo do autor.
491 Ibid, p. 115.

do Estado eram vistas menos como uma barreira imposta de cima para baixo e mais como elemento que avaliava o trabalhador em questão como estando à altura ou não dessa "nova cidadania"[492].

A atração de trabalhadores pelo meio urbano também foi um importante fator para consolidação dessa nova perspectiva de cidadania. Como vimos nas seções anteriores, até as primeiras três décadas dos 1900, as cidades e o trabalho industrial eram vistos com maus olhos pelos trabalhadores, que ainda viam nas atividades para uso e consumo próprio uma saída viável para sua reprodução social. Além disso, o trabalho, seja no campo ou na cidade, ainda era carregado por um imaginário de degradação herdado da escravidão. A partir de Vargas, as cidades passam a exercer uma "força gravitacional sobre essa população"[493], porque passaram a "significar o universo onde havia *direitos*, do qual o mundo rural só podia aparecer como 'universo de privação' e reino arbitrário, mundo da sujeição e do cativeiro"[494].

Mas mesmo Vargas sabia que a cidade era "o lugar de "ilusórias facilidades"[495]. Apesar da aceleração do processo de industrialização, o emprego assalariado nunca se universalizou. Como observa Cardoso, a economia urbana brasileira apresentava "altas taxas de rotatividade", em particular para o contingente menos qualificado da mão de obra, que formava a maioria dos trabalhadores que chegavam a cidade[496]. Além disso, havia uma permanente "insegurança sócio-econômica" que marcava a trajetória de vida desse tipo de trabalhador, uma vez que sua "carência de especialização" era responsável por reduzir "seu poder de barganha num mercado de trabalho hiper-saturado"[497]. Do ponto de vista da capacidade reprodução da classe trabalhadora, apesar da CLT prever uma remuneração mínima que fosse condizente com as necessidades do trabalhador e de sua família, o salário era, objetivamente, muito aquém dos mínimos vitais:

> O Decreto Lei 2.162, que definiu o primeiro valor do salário mínimo em maio de 1940 a partir de estudos regionais específicos realizados ao longo de 1938 e 1939, estabeleceu-o em 240 mil réis para o Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro). Esse foi o maior valor arbitrado no país. São Paulo foi contemplado com 220,6 mil réis, enquanto em certas regiões interioranas no Norte e do Nordeste o valor não ultrapassou os 90 mil réis. [...] este último montante equivalia, em 1939, a menos de 70% do gasto mensal com alimentação de um só membro de uma família de classe média no Rio de Janeiro. Isso quer dizer que o salário mínimo de 240 mil réis dava

492 Ibidem, p. 116.
493 Ibidem, p. 118.
494 Garcio e Palmeira, 2001, p. 61 *apud* Cardoso, 2019, p. 118.
495 Cardoso, 2019, p. 118.
496 Ibid, p. 121.
497 Cardoso, 2019, p. 121.

> para alimentar 2,6 membros da mesma família por mês e nada mais. O simples aluguel de uma casa para essa família, por sua vez, requeria 2,6 salários mínimos[498].

Os dados apresentados acima evidenciam que, mesmo no caso daqueles trabalhadores que, considerados afortunados, ascendiam a uma posição de integração no mercado de trabalho, a reprodução social permanecia como um problema não resolvido e parte fundamental do cotidiano precário da classe trabalhadora – Em 1960, por exemplo, "nada menos do que 56% dos trabalhadores urbanos ganhavam *até um* salário mínimo"[499].

O ponto que cabe ressaltar aqui é a forma como esse salário mínimo se torna um "*teto* para grande parte das ocupações assalariadas urbanas, inclusive na indústria", tornando-se referência para a regulação das atividades modernas[500]. Chico de Oliveira, em seu texto *O Estado e o Urbano no Brasil*, observa como o papel do Estado nesse período se limitou, na realidade, a fornecer uma base regulatória para o mercado de trabalho em constituição:

> O que o Estado faz, na verdade, é regular este novo mercado de trabalho, e sem essa regulamentação – que para mim é o aspecto mais crucial das relações entre o Estado e o urbano nessa fase de transição – cada capitalista individualmente iria se encontrar com uma pergunta para a qual não tinha resposta: qual é o preço da força de trabalho que eu vou contratar para empregar nas minhas atividades?[501].

Esse nivelamento "por baixo" implica que boa parte da classe trabalhadora brasileira, mesmo os assalariados, teve que se haver com uma dificuldade permanente de reprodução que esteve na base da constituição da relação entre o Estado e o mundo do trabalho. Dessa forma, não apenas a trajetória brasileira difere daquela observada, ao longo do capítulo 2, dos países europeus, no que diz respeito ao tipo de integração proporcionada pela industrialização, como o próprio problema da reprodução social que apareceria no Norte com maior vigor apenas a partir da crise dos anos 1970, aparece, aqui, desde berço.

Para terminar esta seção, cabe observar os efeitos dessa "cidadania regulada" sobre a política e a organização da classe trabalhadoras no início da sociabilidade capitalista. Anteriormente já mencionamos como essa utopia trabalhista varguista iria disputar espaço com outras utopias radicais no período, impedindo a formação de uma consciência de classe crítica capaz de dar sentido e unificar as demandas da classe trabalhadora de modo geral. Mas, além disso, o estado permanente de uma cidadania em construção, isto é, em processo, transforma a luta trabalhista numa luta por direitos, direitos estes que se encontram

---

498 Ibid, p. 122.
499 Ibidem, 123.
500 Ibidem, 122.
501 Oliveira, 1982, p. 46.

defasados, do ponto de vista jurídico, desde o período escravagista. Por outro lado, essa luta por direitos aparecia sempre de forma individualizada, na medida em que os direitos existiam, mas seu acesso dependia da trajetória e do esforço individual de cada trabalhador em sua jornada de integração na nova cidadania. Nesse sentido, a política aparece limitada a uma "luta por efetividade dos direitos existentes; uma luta por extensão dos direitos a novas categorias profissionais; e uma luta por novos direitos"[502]. No limite, "o horizonte da luta por direitos tornou-se, legitimamente, o horizonte da luta de classes no país"[503].

3.2. Urbanização como espoliação: aspectos espaciais da reprodução social no Brasil

> Numa Metrópole em que a produção de espaço se faz sem a existência de uma Sociedade Civil vigorosa na defesa dos interesses básicos da maioria dos seus habitantes, as transformações urbanas só podem se realizar como um rolo compressor que esmaga todos aqueles que não têm recursos para conquistar os benefícios injetados na cidade.
>
> (Lúcio Kowarick, *A espoliação urbana*, 1979, p. 81-82).

Na seção anterior, vimos como, após o processo de transição para o trabalho livre, o status adquirido pelo trabalho na nova sociabilidade brasileira permanece ambíguo. Por um lado, até os anos 1930, o trabalho permanece associado a uma ética do trabalho degradado, seja do ponto de vista das elites agrárias ou industriais, seja do ponto de vista dos trabalhadores do campo ou da cidade. A persistência de um tratamento indigno, violento e a manutenção no âmbito privado do controle social contribuem para que o trabalho seja visto, no limite, como continuidade da condição de sujeição imposta pela escravidão. Por outro lado, a partir de 1930, com Getúlio Vargas, há um esforço coordenado por parte do Estado de se estabelecer uma cidadania mediada pelo trabalho. Embora esse empreendimento tenha sido bem-sucedido no que diz respeito a constituição de um horizonte de expectativas comum à classe trabalhadora e a consolidação de uma utopia que disputaria o imaginário político com perspectivas mais radicais e transformadoras, como o socialismo e o anarquismo, as desigualdades que persistiam desde os períodos anteriores ainda mantinham

---

[502] Cardoso, 2019, p. 117.
[503] Ibid.

um peso determinante no processo de inclusão dessa massa de trabalhadores nos processos produtivos modernos. Se mantivermos a noção de política que viemos construindo ao longo do capítulo 2, isto é, como a tentativa de, a partir de uma relação de homologia entre os espaços da acumulação e os espaços da política, dar uma resposta comensurável ao estágio de maior desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o Brasil aparece como um caso *sui generis*, uma vez que a maior parte daqueles que compunham o mundo do trabalho não estavam plenamente incluídos – ou, se preferirmos, estavam incluídos de maneira negativa – nesses setores. Isso implica dizer que, se no Norte Global a reprodução aparece tardiamente como problema político, em parte impulsionada pela centralidade da urbanização induzida pela industrialização, nas periferias do capitalismo, a política aparece como possibilidade a partir do campo da reprodução social induzida por uma "urbanização de baixos salários"[504].

Nessa seção, revisitamos os textos de Lúcio Kowarick, um importante sociólogo da urbanização brasileira que ajudou a evidenciar o caráter espoliativo da urbanização na periferia do capitalismo. Urbanização sem industrialização, crescimento e pobreza, modernização e espoliação, são alguns dos pares que irão marcar o funcionamento dessa sociedade capitalista aparentemente cindida entre o moderno e o atrasado. Mas, como veremos, é preciso deixar qualquer perspectiva dualista ao adentrar o terreno nebuloso do mundo do trabalho brasileiro. No mais das vezes, aquilo que aparece como mais anacrônico ao capital pode e irá aparecer como funcional e fundamental para os processos de acumulação. Nesse sentido, o que acontece, do ponto de vista da topologia política, quando a política não se restringe e não aparece imediatamente vinculada aos espaços modernos de acumulação do capital? Seria o caso de pensar, como comumente veio sendo pensado pela tradição, em estágios? Primeiro a industrialização e depois consciência de classe (forjada entre os trabalhadores assalariados industriais)? Ou poderia, como propusemos ao fim do capítulo 2, a própria reprodução servir como esteio para uma nova consciência de classe? De qualquer maneira, resta saber, quais formas organizativas emergem do terreno da reprodução e quais são suas possibilidades de cooperação com as formas mais tradicionais de organização política, como os sindicatos e os partidos?

3.2.1. Crescimento e pobreza: uma lógica na desordem?

Em 1975, um grupo de marxistas brasileiros sediados no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) lançaria o que ficaria conhecido como um dos livros mais

[504] Ver Maricato, 2015.

importantes do início do campo dos Estudos Urbanos no Brasil – São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza. A publicação, que contava com nomes de peso, como Fernando Henrique Cardoso, Lúcio Kowarick, Paul Singer, entre outros, era parte de uma pesquisa encomendada pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Realizada em plena intesificação da repressão ditatorial no Brasil, pouco tempo depois da publicação do Ato Institucional nº 5, em 1968, a pesquisa buscava responder: "haveria uma lógica na desordem estabelecida?", isto é, "existe crescimento econômico que se constrói sobre a dilapidação da vida dos trabalhadores obrigados a horas excessivas de trabalho, para compensar a queda do poder aquisitivo de seus salários"?[505].

Embora encomendada, a pesquisa apresentava continuidade com outras reflexões relacionadas aos problemas que marcaram a América Latina no período. Alguns dos autores que participaram dessa publicação haviam assinado textos na coletânea *Imperialismo e urbanização na América Latina*, de 1973, organizada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells. Apesar das discordâncias quanto ao uso do conceito de polo marginal e de marginalidade[506], que funcionariam como âncoras teóricas importantes para grande parte dos textos da referida publicação, os autores brasileiros pareciam concordar com a interpretação de Castells, apresentada de forma mais acabada em A Questão Urbana, de 1974, de que a cidade deveria ser entendida como um "espaço de consumo coletivo e luta social em torno da reprodução da classe trabalhadora"[507]. O traço fundamental da obra de Lúcio Kowarick, que iremos explorar ao longo desta seção, está justamente em compreender como a *espoliação urbana* se apresenta como "a forma da expansão capitalista" no Brasil[508], i.e., como a permanente produção da inviabilização "das formas de consumo coletivo" e "negação da reprodução da força de trabalho em patamares aceitáveis", que levaria a "sua dilapidação permanente"[509]. As elaborações teóricas do período, portanto, podem ser lidas como parte do esforço de construção de "uma *teoria da urbanização na periferia do capitalismo*", ou seja, de suas especificidades e dinâmicas socioespaciais próprias[510].

No livro de 1975, doravante denominado *Crescimento e Pobreza*, Kowarick e seus colegas estão interessados em explicar como o mesmo processo de urbanização pode produzir "um eleveado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades

---

505 Evaristo, 1976, p. 11.
506 Ver Castells, 1973.
507 Arantes, 2009, p. 103.
508 Ibid.
509 Ibidem, p. 118.
510 Arantes, 2009, p. 103.

de muitos"[511]. Para ficarmos com o pressuposto de Castells mencionado anteriormente, trata-se da distribuição desigual do consumo coletivo de equipamentos e infraestruturas urbanas, cruciais para a reprodução da classe trabalhadora, mas também do incremento no consumo de bens de luxo frente a uma diminuição consistente do salário mínimo real. Assim, mais do que apenas investigar como essas duas faces podem existir lado a lado, como evocada pela icônica foto de Tuca Vieira que contrasta a favela de Paraisópolis e o luxuoso bairro Morumbi, trata-se de mostrar como a urbanização na periferia produz essas realidades dispares a um só golpe – e mais, como as paisagens perifericas são o pressuposto fundamental para a existência dos suntuosos condôminios de luxo.

É interessante notar como essa dinâmica se liga fundamentalment a uma transformação na relação entre o Capital e a reprodução da classe trabalhadora. Até 1930, como bem notam os autores do estudo, as indústrias em São Paulo resolviam o problema da moradia através da construção de vilas operárias em áreas próximas ao local de trabalho. É o caso de alguns bairros de São Paulo, como Brás e Mooca, marcado pelo "apito das fábricas de tecido" que organizavam a vida cotidiana nesses espaços[512]. O ponto central na construção desses bairros era reduzir os custos salariais com moradia e transporte, pela provisão de moradias funcionais, além de permitir uma operacionalização e um controle mais imediatos da mão-de-obra disponível. O rápido influxo migratório para as cidades, discutido na seção anterior, dispensou a necessidade de concentração da mão de obra no entorno da fábrica, bem como dificultou a oferta em larga escala de alojamento para os trabalhadores. Além disso, a presença de um vasto exército industrial de reserva pressionou, pela competição, os salários para baixo, dispensando a necessidade por parte das empresas de assumir o custo pela reprodução. A partir daí, as empresas mudam sua relação com a reprodução dos trabalhadores, transferindo a estes os custos relacionados a sua reposição e ao Estado os custos relacionados a provisão de infraestrutura urbana.

De um lado, os trabalhadores deixados à sua própria sorte passam a se aglomerar nas periferias da cidade, se valendo de estratégias de ocupação do solo muitas vezes vistas como ilegais e precárias. Por outro lado, o papel do Estado como provedor de infraestrutura, em um contexto onde o poder público permanecia atravessado por determinações racistas, classistas e sexistas, bem como munido de uma capacidade autoritária de controle social,

---

511 Camargo *et al*, 1976, p. 17.
512 Ver Blay, 1975 *apud* Camargo *et al*, 1976, p. 25.

tornou a própria provisão de bens públicos parte do ferramental de distribuição desigual de renda. Como notam os autores,

> No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o Poder Público só se muniu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo. As primeiras iniciativas neste sentido ocorreram quando o traçado urbano já está em grande parte constituído. A ação governamental restringiu-se quase sempre a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor[513].

A dificuldade da participação da classe trabalhadora em processos decisórios contribuiu para que a definição do desenho das políticas urbanísticas priorizasse sempre, em primeiro lugar, o capital imobiliário em formação. Em texto presente na coletânea de Castells de 1973, FHC, Cândido Camargo e Lúcio Kowarick já denunciavam a estratégia predominante no modo de ocupação do espaço pelas iniciativas de especulação imobiliária. De modo geral, essa estratégia consistia em sempre forçar o traçado urbano para fora das áreas onde já havia a provisão de serviços públicos, como transporte, saneamento e iluminação. Dessa forma, os capitais privados imobiliários conseguiam extrair da própria dinâmica desigual de distribuição das benesses da urbanização uma renda diferencial do solo quando o Estado, por pressão, coação ou até mesmo cooperação com parte desses mesmos capitais, estendia sua esfera de provisão[514]. Mas, além disso, a lógica de acumulação impulsionada pelo capital-imobiliário construtivo casava-se perfeitamente com a lógica de ocupação do espaço engendrada pelos setores produtivos. É o que se observa, por exemplo, no caso da ocupação imobiliária de eixos ferroviários e rodoviários da capital, a partir dos anos 1930, para o primeiro, e dos anos 1960 em diante para o segundo. A criação de "cidades-dormitório", "verdadeiros acampamentos desprovidos de infra-esrtutrura", ao longo de rodovias de São Bernardo, Diadema, Guarulhos, Osasco, entre outros, respondem ao processo de industrialização acelerada[515].

Cabe notar o aspecto espoliativo desse processo, uma vez que a relegação dos custos da reprodução para o próprio trabalhador implicou numa permanente pressão pela redução do salário mínimo real, mesmo que às custas dos mínimos vitais. Utilizando dados estatatísticos do DIEESE, os autores mostram que "para cobrir os gastos básicos, considerados mínimos, – com nutrição, moradia, transporte, vestuário etc. – o trabalhador

---

513 Camargo *et al*, 1976, p. 26.
514 Ver Cardoso *et al*, 1973.
515 Camargo *et al*, 1976, p. 29.

que recebe salário mínimo deveria atualmente trabalhar 466 horas e 34 minutos mensais, isto é, 15 horas e 55 minutos durante 30 dias por mês"[516]. Isso significa que, mesmo no caso dos trabalhadores assalariados, a construção da moradia, os gastos com transporte, a garantia da alimentação diária, enfim, seus custos reprodutivos, não estavam garantidos pela sua integração no mercado de trabalho.

O que permitia o funcionamento pleno dessa equação perversa é justamente uma "lógica" que pode ser encontrada em meio a aparente desordem da ocupação do espaço urbano de São Paulo: i) o rápido influxo de mão-de-obra para a cidade, impulsionado pelo processo de industrialização vertiginoso que se inicia dos anos 1930 e a co-participação de um Estado conivente com as demandas da elite industrial paulistana permitiu aos capitais o acesso a um amplo exército industrial de reserva que dispensava a garantia da reprodução social da classe trabalhadora e permitiu uma diminuição dos salários repassados; ii) essa classe trabalhadora precisa encontrar meios para garantir sua permanência na cidade, que é realizada através da produção para o autoconsumo e da autoconstrução da moradia – como notam os autores do estudo, "a maior parte das casas próprias de São Paulo foi construída, ao que tudo indica, pelos próprios proprietários, nas horas de folga e nos fins de semana, com a ajuda de parentes e amigos" (p. 37) –, mas é justamente esse processo que permite o contínuo rebaixamento dos salários[517]; iii) a instrumentalização dos processos de provisão de infraestrutura pública por parte do Estado pelo capital imobiliário-construtivo converteu a política urbana em uma ferramenta de valorização e especulação que forçam para cima a renda da terra, contribuindo para a permanente expulsão dos trabalhadores e a para a elaboração de novas periferias; por fim, iv) a presença de um vasto contigente populacional disponível para o trabalho a baixo custo compensava a fadiga extrema imposta ao trabalhador e garantia uma reposição da mão-de-obra *sem necessidade de uma reprodução vital desses mesmos trabalhadores*.

Esse processo circular, descrito anteriormente, se apoia em grande medida na impossibilidade de uma organização política da classe trabalhadora. Como nota Arantes, "o nível de participação em sindicatos é baixo (5% [em média na década de 1970]) em função do quadro institucional mais amplo que restringe a liberdade de organização no espaço de trabalho"[518]. Essa dificuldade de unificar posições políticas *desde baixo* será a marca

---

516 Camargo *et al*, 1976, p. 45.
517 Ver Oliveira, 2003a.
518 Arantes, 2009, p. 117.

fundamental da persistência da lógica descrita anteriormente no quadro da cidade de São Paulo, mas também em outras metrópoles brasileiras. Para os autores de *Crescimento e Pobreza*,

> A lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apóia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operarária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho subnutrida, em jornadas de trabalho prolongadas e em espinhosas condições urbanas de existência, torna-se possível na medida em que a maior parte da mão-de-obra pode ser prontamente substituída[519].

É por isso que em escritos anteriores, Lúcio Kowarick e seus colegas irão enfatizar a necessidade de pensar "a emergência do povo na cena política"[520]. Essa emergência implica pensar justamente a forma como esse conjunto de privações urbanas das condições de reprodução social pode informar uma consciência de classes e uma luta urbana populares – "a cidade volta a ser compreendida como a dimensão possível da própria política, ou seja, como pólis"[521]. Na seção seguinte, exploraremos como a política surge em um contexto de repressão e de dilapidação da reprodução social da classe trabalhadora associada a "reivindicação do ambiente urbano"[522].

3.2.2. Uma sociedade amorfa? – informalidade, formação e política

Como vimos na seção anterior, a partir da década de 1970, frente a ampliação da repressão durante o período ditatorial e a permanente dilapidação das condições de reprodução social da classe trabalhadora, Lúcio Kowarick e outros membros do CEBRAP vão, cada vez mais, se preocupar com a formação de uma consciência de classe a partir da experiência coletiva da piora dos meios de vida urbanos. O impedimento da consolidação de formas de participação política institucionalizadas, como os partidos e os sindicatos, leva aos sociólogos urbanos brasileiros a pensar em outras categorias capazes de informar uma leitura da luta de classes a partir dos conflitos urbanos latino-americanos. Se, como vimos, a participação na vida política institucional era baixa para os trabalhadores paulistas no período, havia um terreno fértil para se pensar novas formas de contestação quando se observa a "multiplicação das organizações populares" e "seu robustecimento, potencializando as malhas da solidariedade orgânica em uma verdadeira rede de organização autônoma da população": relações informais, pessoais, familiares e de amizade "que definem formas de

519 Camargo *et al*, 1976, p. 59.
520 Arantes, 2009, p. 116
521 Ibid, p. 114
522 Ibidem.

solidariedade e ajuda mútua, que podem ser reforçados por organizações de bairro"[523]. Cabia compreender como essa teia de relações fiadas no cotidiano de exploração de uma classe trabalhadora pauperizada poderia informar um horizonte político revolucionário.

O ponto chave para Lúcio Kowarick se encontrava na ideia, herdada do historiador inglês Edward P. Thompson, de *experiência*. Na interpretação de Kowarick, havia uma mediação necessária que impedia uma ligação direta entre a experiência da desigualdade, da pobreza e da pauperização e a formação de uma consciência de classe ou mesmo de uma luta social. Isto é, como o mesmo diz, "entre as condições imperantes e as lutas propriamente ditas há todo um processo de *produção de experiências* que não está, de antemão, tecido na teia das determinações estruturais"[524]. Esse movimento é importante porque permite reinterpretar as chamadas contradições urbanas não como um elemento determinista do conteúdo das lutas sociais, mas "como condições materiais que podem constituir-se em propulsoras de transformações sociais"[525]. Assim, é preciso interrogar quais são as condições de possibilidade para a produção de uma experiência do mundo do trabalho a partir dos anos 1970 e o que se anuncia como possibilidade de transformação social.

As contradições urbanas descritas na seção anterior, em particular as que provém da lógica desordenada que impera sobre as cidades brasileiras e latino-americanas, tendeu ao acirramento da segregação socioeconômica, expressa na produção e elaboração de periferias pela atuação conjunta do Estado e do Capital. Em particular, o Estado, como vimos, torna-se um importante agente produtor de uma distribuição espacial desigual dos bens públicos que atua como propulsor e produtor de rendas diferenciais urbanas em favor de uma pequena parcela da população. O Capital, tanto industrial quanto imobiliário, se serve da produção de desigualdades para a redução dos custos de reprodução social, pela internalização das atividades autoconstrutivas e autoprodutivas por parte da classe trabalhadora, e para o abocanhamento de valorização e especulação imobiliárias realizadas pela provisão de infraestrutura urbana. Mas, como nota Kowarick, embora o trabalho assalariado industrial tenha desempenhado parte importante nesse processo, "continuou a imperar um estreito núcleo de trabalhadores fabris, em contraste com a crescente massa de subproletários e subempregados que, integrada também pelos desempregados, é caracterizada pela instabilidade econômica"[526]. Para todos os efeitos, mesmo aqueles que poderiam ser

[523] Ibidem, p. 117.
[524] Kowarick, 2009, p. 69.
[525] Ibid, p. 57.
[526] Ibidem, p. 59-60.

considerados como integrados ao setor moderno capitalista, permaneciam com rendimentos muito aquém dos mínimos necessários para sua reprodução.

Cabe notar, que ao contrário da interpretação imperante entre outros teóricos da sociologia urbana, como Manuel Castells e Aníbal Quijano, de que essa massa de trabalhadores sem trabalho assalariado constituíam um polo marginal ou um mesmo um inchaço do setor terciário, tanto Lúcio Kowarick quanto outros teóricos brasileiros irão evidenciar o papel fundamental desempenhado por essa 'reserva' de mão-de-obra na operacionalização da acumulação no capitalismo selvagem brasileiro. Como vimos na seção anterior, é justamente a presença desse excedente de trabalhadores responsáveis pela absorção do custo de reprodução e impedidos de formar, institucionalmente, respostas políticas aos problemas enfrentados, que viabiliza a operacionalidade da aparente desordem das cidades brasileiras para a acumulação de capital. Assim, se levarmos a sério a interpretação da teoria organizacional de inspiração leninista-marxista e autonomista, abordada no capítulo 2, de que a política deveria se dar a partir de uma resposta da classe trabalhadora ao setor em que as forças produtivas se encontram mais desenvolvidas, seria preciso repensar o que acontece com as formas de organização política quando é o próprio trabalho *in-formal*, sem forma, que parece servir de esteio para a *formação* de uma política revolucionária. Como argumenta Kowarick,

> De modo oposto a certas intepretações desenvolvidas pela teoria sociológica latino-americana, penso que as conclusões mais corretas são aquelas que analisam o fenômeno da superpopulação relativa – mesmo que ela aparentemente apareça como 'excessiva' quando comparada às sociedades de industrialização precoce – não como uma massa ou polo marginal, destituído de significado para a economia, mas como um elemento de primordial importância para a expansão de um capitalismo de características marcantemente selvagens como o brasileiro, pois permite dilapidar, pela superexploração do trabalho e da espoliação urbana, grande parte da mão de obra à medida em que esta *não tem força política para defender a sua reprodução*. Desta forma, a questão da dilapidação – além de basear-se no abundante reservatório de mão de obra – *é, portanto, eminentemente política* [...][527].

A questão que se anuncia, portanto, é a de como a experiência coletiva de uma massa de trabalhadores sem salário poderia produzir uma forma organizacional comensurável com as contradições urbanas enfrentadas por essa população.

Kowarick passa a explorar o papel desempenhado pelo Estado na 'autonomização do político', i.e., uma forma de mediação entre a experiência e a luta que passa pelo Estado como solução institucional para as contradições cotidianas. Isso ocorre, de um lado, porque

[527] Kowarick, 1982, p. 35, grifos nossos.

mesmo atuando de maneira informada pelos imperativos da acumulação, a reprodução social, ou, se preferirmos, a reposição da classe trabalhadora, também aparece como interesse do Capital, ainda que essa seja dada de forma precária. De outro lado, mesmo em um contexto de repressão da organização institucional, como no caso da ditadura, o Estado precisa adquirir algum grau de legitimidade frente ao povo, que, em um contexto de precariedade na oferta de bens públicos, se traduz na provisão de infraestrutura urbana. Isso explica porque o urbano e suas contradições permanecem, até os dias atuais, presentes nos discursos e nas agendas políticas em todo o espectro político – seja na pressão pela melhoria da mobilidade urbana, algumas vezes traduzidas na desregulação de leis de trânsito, seja na provisão de habitação de interesse social, como visto na reedição do programa Minha Casa, Minha Vida no atual governo Lula. O Estado funciona, portanto, como um agente capaz de amortecer a aglutinação e o acúmulo das lutas por meio da individualização das soluções a grupos socialmente e espacialmente dispersos nas metrópoles brasileiras.

A definição daquilo que conta como *luta urbana*, em Kowarick, é, no entanto, muito estreita. O sociólogo adverte sobre a possibilidade de que uma imprecisão conceitual com relação a este termo poderia levar a crer que indistintamente toda luta é urbana. Para ele, "a luta poderá ser caracterizada como urbana na medida em que, ocorrendo em uma base territorial circunscrita às cidades, coloque em xeque a questão da terra, da habitação ou dos bens de consumo coletivo"[528]. Ao contrário, me parece ser importante ressaltar, a luz das discussões recentes em torno da urbanização extensiva e da urbanização planetária[529], e dos apontamentos feitos a partir de Henri Lefebvre na seção 2.3, que o urbano deve ser entendido precisamente como o momento em que a problemática se desloca da produção para a reprodução, isto é, quando os problemas da reprodução ganham proeminência na definição do conteúdo das lutas e da política. E mais, que esse momento está intimamente conectado a uma transformação na topologia política contemporânea que, com a urbanização, estendeu os lugares da política para além dos muros da fábrica. Parece correto, nessa interpretação, a conclusão de Kowarick de que "[...] qualquer grupo – por exemplo de mulheres que clamam por creches ou de negros que se encontram espacial e socialmente segregados de modo particular – pode estabelecer como pauta de reivindicação um problema urbano"[530]. Não porque essas demandas aparecem circunscritas ao espaço das cidades, mas

[528] Kowarick, 2009, p. 64
[529] Ver Brenner e Schmid, 2014.
[530] Kowarick, 2009, p. 64.

precisamente por serem demandas relacionadas aos problemas em torno da reprodução social associadas a produção capitalista do espaço na fase urbana.

De qualquer maneira, o problema da atuação do Estado nas cidades permanece central para compreender o refreamento da radicalidade e da transformação das lutas urbanas em movimentos sociais. Os movimentos sociais urbanos, que, mais recentemente, perdem o adjetivo urbano justamente pela constatação de que o urbano se estende, hoje, em escala planetária[531], "têm um caráter nitidamente policlassista, reunindo grupos díspares quanto à situação econômica"[532]. Embora essa heterogeneidade de atores sociais aponte para uma possível confluência na luta urbana, frequentemente há um "refluxo dos movimentos para estágios de reivindicação incipientes, a ponto de ser falacioso o termo luta urbana se por isto se entender um processo de organização e mobilização relativamente estável e amplo"[533]. Nesse caso, é justamente a potência que emerge da heterogeneidade de atores e interesses reivindicatórios envolvidos que serve de base para uma resposta individualizada, localizada e diferencial do Estado aos problemas urbanos que refreia a luta diante de uma conquista pontual.

Mas, para Kowarick, mesmo diante dessa dificuldade aparente de *formar* uma organização política estável e ampla a partir do trabalho *sem forma* que abunda nas cidades, diante da atuação ideológica e até mesmo repressiva do Estado, "é preciso reconstruir a multiplicidade de formas organizativas" e "sua luta pela extensão da cidadania, que passa, cada vez mais, também pela questão urbana"[534]. Isto é, se não a resposta fácil para a pergunta leninista "*que fazer?*" diante do terreno nebuloso do mundo do trabalho no urbano brasileiro, fica evidente, cada vez mais, que qualquer possibilidade de política radical e transformadora passa, necessariamente, pela compreensão da relação entre o urbano e a reprodução social. Como observa Kowarick,

> [...] o que se pode observar é que a luta contra extorsão consubstanciada na espoliação urbana está, sob várias intensidades e modalidades, presente nas cidades latino-americanas. De toda forma, as assim chamadas contradições urbanas poderão se constituir na base material a partir da qual se forje um projeto de luta que alimente os movimentos populares. Elas, certamente, constituem alguns dos fios de onde será tecida a malha que dinamiza as transformações política, à medida que as lutas urbanas percam o seu significado reivindicativo específico e se adicionem,

531 Ver Monte-mór, 2006.
532 Kowarick, 2009, p. 65.
533 Kowarick, 2009, p. 65.
534 Ibid, p. 66.

> juntamente com outras reivindicações, a uma dimensão de conflito que coloque a questão da alternativa de poder[535].

É a experiência compartilhada da espoliação urbana que pode fornecer uma nova topologia capaz de informar formas organizativas para além daquelas relacionadas ao trabalho assalariado fabril. Na seção seguinte, exploramos as elaborações de Lúcio Kowarick em torno do conceito, ou, como o mesmo chamaria tempos depois, do instrumento de análise, de espoliação urbana[536].

3.2.3. Espoliação urbana, reprodução social e a forma da política

Em seu livro *A Espoliação Urbana*, de 1979, Lúcio Kowarick apresenta o conceito ao tratar da questão da autoconstrução de moradias em São Paulo. Como atenta o sociólogo, seguindo a elaboração de Marx, o desenvolvimento do capitalismo pressupõe a criação de um trabalhador livre em duplo sentido: de um lado, livre, porque destituído, de terra e meios de produção; de outro, livre, enquanto mercadoria, para vender sua força de trabalho. Ocorre que a marcha do desenvolvimento capitalista, por vezes, pode descer ao nível do concreto de maneira desigual, como é o caso do capitalismo brasileiro. Seria possível, como no caso da autoconstrução das moradias, um cenário em que coexista "de forma articulada empresas com alta densidade de capital constante e unidades cujas modalidades produtivas dificilmente poderiam ser caracterizadas como plenamente capitalistas"[537]. O setor construtivo imobiliário, em particular o da produção de habitação para a classe trabalhadora, ao contrário da indústria que, na década de 70 em São Paulo, apresenta expressiva concentração de capitais, ainda dependia de soluções gestadas pelos próprios trabalhadores, através da autoconstrução e dos mutirões que produziram parte significativa da habitação nas cidades brasileiras.

O que salta aos olhos nesse caso não é necessariamente o suposto anacronismo entre setores com alto desenvolvimento da força produtiva e setores que ainda abrigam formas de produção de períodos históricos anteriores, mas a percepção de que essa coexistência é funcional ao capitalismo que se consolida na América Latina e no Brasil. Do ponto de vista do grande capital imobiliário, a provisão de habitação para os estratos de alta renda, a concentração de terras urbanas e o controle, por meio da política urbana estatal, dos processos de produção e distribuição da renda da terra garantem que o capital, nesse setor

---

[535] Ibidem, p. 67.
[536] Ver Kowarick, 2023.
[537] Kowarick, 1979, p. 55

ainda intensivo em mão de obra, seja realizado. No caso das classes populares, como nota Kowarick, a autoconstrução deve ser entendida como uma "solução de subsistência" que, se por um lado garante "um dos elementos – a moradia – indispensáveis como meio de vida", por outro, se converte precisamente em "uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos"[538]. Essa fórmula, que fica mais evidente na elaboração proposta por Chico de Oliveira, será explorada na próxima seção.

Por hora, cabe salientar a "descoberta" de Lúcio Kowarick, qual seja a de que a existência de um vasto e crescente exército industrial de reserva nas cidades latino-americanas não constitui, como queriam fazer crer outros teóricos do período, uma massa, um setor ou um polo marginal, se não uma "das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio", uma vez que "permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão-de-obra engajada nas engrenagens produtivas"[539]. Em outras palavras, há uma conexão entre um tipo especial de exploração da força de trabalho, a superexploração, e uma forma de extorsão que ocorre no e em função do espaço urbano que se combinam para viabilizar a acumulação capitalista na periferia.

O conceito de superexploração do trabalho ou de superexploração da força de trabalho é um conceito importante na tradição marxista latino-americana difundido pelo cientista social Ruy Mauro Marini. A primeira vez que o conceito aparece em seus escritos é em 1967, no artigo "Subdesenvolvimento e revolução na América Latina"[540], para se referir a forma como as classes dominantes compensavam a "transferência de mais valor que prejudica o capital dos países periféricos em detrimento dos países imperialistas"[541] pela intensificação da exploração do trabalho. Em textos posteriores, como no célebre *Dialética e Dependência*, de 1972, Marini tratará de deixar mais claro que a superexploração do trabalho consiste na "exploração da *força física* do trabalhador que resulta no pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho"[542], de modo que a reprodução e a reposição dessa 'mercadoria', a força de trabalho, fique comprometida. Em outro texto de anos anteriores, Marini irá definir a superexploração como "um caso anômalo de mais-valor absoluto" em que há uma "ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, ou seja,

538 Ibid, p. 57.
539 Ibidem, p. 58.
540 Sobre isso, ver Franklin, 2019.
541 Franklin, 2019, p. 690.
542 Ibid, p. 691, grifo do autor.

entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as necessidades de subsistência efetivamente apresentadas pelo trabalhador"[543]. Para Franklin, em Marini existem três mecanismos que permitiriam criar essa ruptura: i) a "extensão da jornada de trabalho"; ii) a "ampliação da intensidade do trabalho"; e iii) a "redução do consumo dos trabalhadores como consequência da redução do nível dos salários"[544].

Lúcio Kowarick parece encontrar na *espoliação urbana* um mecanismo similar de canalização da mais-valia para a classe dominante, mas dessa vez como parte da própria dinâmica do urbano no Brasil. Como argumenta o autor, "espoliação e exploração caminham juntas"[545], uma vez que os mesmos trabalhadores associados ao trabalho industrial/fabril que emergia na década de 1970 e 80 em São Paulo, e mesmo aqueles desempregados ou desocupados diante desse mesmo processo, eram os que acumulavam péssimas condições de habitação e acesso precário e insuficiente aos serviços públicos urbanos. Para Kowarick, a espoliação urbana pode ser definida como

> [...] o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho[546].

A espoliação urbana funciona como um complemento à superexploração do trabalho, na medida em que pinça os dois momentos que nos interessam aqui, produção e reprodução, local de trabalho e local de moradia, a fábrica e o cotidiano. Nesse sentido, não é exagero argumentar que, enquanto no norte Global, a partir da década de 1930, o Estado de Bem-estar Social constituiu-se numa espécie de controle "positivo" sobre o cotidiano dos trabalhadores – por meio de salários indiretos, imposição de padrões de consumo e de vida, como vimos no capítulo 2 –, no Sul Global esse mesmo controle opera de forma "negativa", tanto pela impossibilidade de que a industrialização se traduzisse em ganhos para uma ampla parcela da população[547] quanto pela falta de atuação ou pela atuação com sinal invertido por parte do Estado brasileiro na oferta de serviços básicos para a reprodução social da classe trabalhadora.

---

[543] Marini, 1977 [1969], p. 115, tradução do autor *apud* Franklin, 2019, p. 691.
[544] Franklin, 2019, p. 691.
[545] Kowarick, 2023, s.p.
[546] Kowarick, 1979, p. 59.
[547] Isso ocorre mesmo em um cenário onde a produtividade é crescente: "é conveniente frisar que o ciclo de expansão recente da economia brasileira processou-se através da acentuada potenciação das forças produtivas traduzidas no aumento da produtividade do trabalho no setor industrial que subiu, entre 1968-1973, 32% ao mesmo tempo que o salário mediano dos trabalhadores urbanos, também em padrões reais, decresceu 15% no período considerado" (Kowarick, 1979, p. 64-66).

É nesse cenário que a lógica da desordem, descrita anteriormente, entra em atuação, e é nesse sentido que Lúcio Kowarick irá dizer que a lógica da desordem "trazia implícito um processo que só se tornou explícito no final dos anos 1970: *a espoliação urbana*"[548]. A dinâmica de expulsão dos trabalhadores do centro, pela atuação de um Estado que garante uma distribuição desigual de serviços públicos urbanos e, consequentemente, de renda da terra, leva à elaboração de novas periferias. Diante de um salário mínimo real que só diminui, mesmo com o aumento de produtividade (o que libera ainda mais mão de obra), o trabalhador se vê obrigado a adotar soluções emergenciais para sua reprodução. No caso do problema da habitação, por exemplo, isso leva a um amplo processo de ocupação irregular do solo na periferia e de autoconstrução das moradias que, se por um lado resolve, no curto prazo, uma demanda por um item fundamental para a reprodução do trabalhador, por outro, cria uma série de outros problemas: aumento dos gastos com transporte, dificuldade de acesso aos bens públicos gratuitos e, como consequência do arrocho salarial, uma redução na qualidade da alimentação acessada. Mas, o mesmo processo que, para o trabalhador, significa uma intensificação de sua exploração e dilapidação, para o Capital se traduz "numa baixa aparente dos custos de reprodução", pela externalização, para o trabalhador, do custo de sua própria reposição, e na diminuição dos "salários reais pagos pelas empresas"[549]. Dessa forma, conclui Kowarick,

> [...] a confecção da casa própria só pode levar à redução de outros itens vitais da cesta de consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que, para muitas famílias, passa a se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência. Assim, a autoconstrução enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de per si já apresenta características marcadamente selvagens[550].

Há um processo que se reforça assim a partir da superexploração do trabalho e da espoliação urbana. Embora, como nota Kowarick, é possível que haja "um aumento salarial enquanto as condições urbanas continuam marcadas pela falta de bens de consumo coletivos", ou, ao inverso, que ocorram "melhorias nos bairros, enquanto nas empresas perdura o mesmo nível de remuneração", de modo geral, a manutenção dos salários abaixo do mínimo necessário para a reprodução leva ao deslocamento e a elaboração de novas periferias que, por sua vez, podem contribuir para uma externalização dos custos de reprodução e, assim, uma nova rodada de queda do salário mínimo: "em síntese, pode-se

---

548 Kowarick, 2023, s.p.
549 Oliveira, 2003a, p. 39.
550 Kowarick, 1979, 61-62

afirmar que a construção da casa própria leva a um endividamento que, face à deterioração salarial imperante, só pode ser coberto através do prolongamento da já extensa jornada de trabalho"[551].

Mesmo que o mecanismo que ajuste esses dois processos se situe em um nível de abstração de difícil verificação empírica, a conexão entre a produção e a reprodução da classe trabalhadora revelada pelo duplo processo superexploração-espoliação leva a crer que o terreno da política não deveria, para o caso brasileiro, estar situado apenas nos lugares da produção ou onde se encontram o estágio de maior desenvolvimento das forças produtivas. Como argumenta Kowarick, esse quadro de *pauperização absoluta* da classe trabalhadora só pode ser mantido e tornado funcional ao processo de valorização do valor na medida em que "o controle e a contenção dos movimentos reivindicativos" torna-se a "condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de benefícios" no Brasil[552].

Não obstante o controle e a repressão, as cidades verão surgir, em particular a partir das lutas pela redemocratização e em torno do processo constituinte de 1988, uma forte atuação de entidades articuladas em torno dos interesses das classes populares. E mesmo que a resposta, no nível mais geral, tenha sido dada pela atuação do chamado Novo Sindicalismo no Brasil, é impossível desconsiderar o papel desempenhado pelas organizações populares, associações de bairro e outros coletivos na reivindicação de direitos e mesmo no apoio, como veremos ao fim deste capítulo, as greves e manifestações que agitaram o período.

Por hora, cabe dizer que os escritos de Lúcio Kowarick jogam luz sobre um ponto importante que viemos desenvolvendo ao longo deste capítulo. Como vimos com Adalberto Cardoso, no Brasil, uma sociabilidade mediada pelo salário permanece sempre como um horizonte incompleto que baliza as expectativas de integração da classe trabalhadora e define a forma da luta política no país como uma disputa por incorporação e efetivação de direitos no âmbito do Estado. Durante o acentuado processo de industrialização que ocorre a partir de meados do século passado, essa promessa de integração permanece sem se efetivar, na medida em que não apenas um vasto contingente populacional permanece desempregado, como mesmo aqueles que se encontram vinculados formalmente ao mundo do trabalho assalariado não encontram base sólida para sua reprodução e nem mesmo um espaço político favorável para a reivindicação de direitos. Nesse cenário onde a acumulação se assenta e

---

551 Kowarick, 2023, s.p.
552 Kowarick, 1979, p. 59-60.

depende da superexploração do trabalho e da espoliação urbana para sua realização, a reprodução social ganha relevo enquanto problema central de uma "urbanização de baixos salários"[553], para ficar com a expressão de Ermínia Maricato.

Assim, enquanto no ciclo fordista do Norte Global, o controle sobre a vida cotidiana objetivava a produção de um "novo homem" alinhado com as expectativas de expansão da produtividade e de um tipo particular de consumo, no Sul, o "novo homem getulista", "arrimo de família, alfabetizado, higienizado, saudável, senhor de uma profissão e titular de direitos sociais"[554], se converte precisamente em seu inverso. O que se efetiva é um controle negativo sobre a vida cotidiana que ameaça a reprodução e a reposição da classe trabalhadora e não efetiva qualquer pacto de integração. Em ambos os casos, o que fica claro é que o capitalismo dependerá, cada vez mais, de um controle sobre a reprodução social para a efetivação da acumulação, ainda que, nos mais das vezes, esse controle apareça com sinais trocados. A política, nesse sentido, ultrapassa os muros das fábricas e irá atingir em cheio um cotidiano marcado pela espoliação enquanto marca fundamental do urbano brasileiro.

3.3. Urbanização, política e o mundo do trabalho na periferia do capitalismo

> Esse conjunto de modificações pede, evidentemente, uma nova abordagem sobre o trabalho e as categorias de trabalhadores que o exercem, ou dos que trabalham, mas não são trabalhadores. Necessariamente, isto terá impacto sobre a classe social e, por consequência, sobre a relação entre classe e socialismo. Ninguém dispõe da resposta, para não prometermos o que não se pode oferecer. Por isso, estamos em meio à neblina e, como nos lembrava Paulinho da Viola, nessas condições, "levemos o barco devagar"...
>
> (Francisco de Oliveira, *Passagem na neblina*, 2002, p. 17).

Uma passagem na neblina, é assim que Chico de Oliveira descreve a possibilidade da constituição de uma nova experiência de classe e de uma nova relação entre o mundo do trabalho e o socialismo no Brasil contemporâneo. A ideia de que estaríamos vivenciando uma neblina diz respeito justamente ao modo como o trabalho progressivamente assumiu um caráter *sem forma*. Se nos primeiros períodos de ouro do fordismo, como vimos, havia uma tendência anunciada para o Norte Global de expansão das relações assalariadas de trabalho, de inclusão do trabalhador na esfera do Estado de Bem-Estar Social e dos direitos

[553] Ver Maricato, 2015.
[554] Cardoso, 2019, p. 116.

e de uma expansão das condições de participação das formas de organização política do trabalho nas relações entre Capital e Estado, agora não apenas o Norte Global assiste ao declínio dessa trajetória, como a própria periferia, diante da aceleração da desigualdade, do autoritarismo e da dilapidação do trabalho, torna-se um espelho no qual os países dito desenvolvidos veem-se refletidos.

As novas tecnologias da informação contribuíram para que as tendências anunciadas pela assim chamada flexibilização do trabalho superassem as expectativas. O trabalho torna-se flexível não apenas no sentido de poder ser realizado sob demanda, mas também na medida em que, diante da dilapidação da capacidade de reprodução dos novos trabalhadores sem-salário, precisa-se, cada vez mais, trabalhar o tempo todo. Estamos falando dos trabalhos parciais, dos trabalhos informais, dos trabalhos por conta própria, mas também da indistinção cada vez mais consolidada entre o espaço público e o espaço privado, entre o espaço do trabalho e o espaço da vida, entre produção e reprodução. São entregadores de aplicativo que são sujeitados a horas e horas costurando o trânsito em velocidade mortal, médicos que assumem jornadas de trabalho extensas em diferentes hospitais, clínicas e postos de saúde, trabalhadores que se dividem entre o emprego formal mau-pago e atividades ilegais.

Como nota Chico de Oliveira, há uma relação reciprocamente fundadora entre classes sociais e socialismo que se apoiou, por muito tempo, numa espécie de demografia política do proletariado industrial[555]. A expansão das relações de trabalho industriais anunciada pelas primeiras ondas de industrialização fez com que "a tendência do operariado de constituir-se em maioria social" orientasse "o trabalho do partido para as tarefas de convertê-lo em maioria política"[556]. Havia uma aposta, portanto, de que a anunciada expansão do assalariamento industrial, i.e., a expansão do contingente que vive e depende do salário adquirido pelo trabalho na indústria, pudesse se converter em combustível para a expansão de uma classe social revolucionária. Essa demografia política apesar de não estar errada, como argumente Oliveira, viria mostrar sinais de enfraquecimento a partir da década de 1970, e, no caso brasileiro, jamais se consolida plenamente. O que fazer então quando a base demográfica da revolução social parece encolher? Se o trabalho se expande e no limite se confunde com a própria vida, mas não condiz com a expansão da relação salarial, onde

555 Oliveira, 2002.
556 Ibid, p. 08.

estaria localizada a política? São essas perguntas que marcam a neblina do mundo do trabalho no mundo contemporâneo.

3.3.1. O Estado e a reprodução das relações sociais de produção

Em seu texto *O estado e o urbano no Brasil*, Chico de Oliveira explora a insuficiência das análises disponíveis à época sobre a relação entre o Estado e o Urbano. Em particular, Chico de Oliveira apresenta três formas através das quais essa relação pode ser explorada: i) do ponto de vista da divisão social do trabalho, englobando até mesmo as relações entre o Estado e a divisão entre a cidade e o campo; ii) do ponto de vista da regulação e reprodução das relações sociais de produção, que é a que nos interessa aqui; e, iii) a que talvez seja a mais convencional, dirá Oliveira, a que aborda essa relação do ponto de vista da atuação do Estado no espaço urbano[557]. Está última, na maioria dos casos, se limita a descrever as formas como o investimento estatal aterrissa no espaço das cidades, ou mesmo a forma como o Estado regula e legisla sobre o uso do solo. Para Oliveira[558], embora seja necessária uma confluência entre essas abordagens para a formação de uma teoria crítica dessa relação no Brasil, falta ainda compreender como esta relação é fundamentada em "pressupostos históricos" que são "derivados exatamente da formação da economia colonial" brasileira[559].

Segundo Oliveira, o modo pelo qual o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho durante o período colonial determinaria muito do que aconteceria anos depois em termos da distribuição espacial do poder – ou do que ele chama de *autarquização das cidades*. Mesmo sendo um país por muito tempo dependente da exportação da produção de base agrícola, será nas cidades litorâneas que se concentrarão "tanto os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto os aparelhos de Estado – do Estado colonial português, em primeiro lugar, e depois do Estado brasileiro"[560]. Será também nessas cidades litorâneas, afastadas dos lugares onde a produção agrícola se dava, que o capital comercial irá se concentrar, o que explicará, segundo Oliveira, o caráter específico com o qual a urbanização se dá no Brasil – i.e., avançando "a passos mais largos" do que a industrialização[561].

---

557 Ver Oliveira, 1982.
558 Oliveira, 1982, p. 37
559 Oliveira, 1982, p. 37.
560 Ibid.
561 Ibidem, p. 38.

A urbanização no Brasil – ou, se preferirmos reservar esse nome apenas ao processo que decorre da industrialização, uma 'certa urbanização' – apresenta elementos completamente distintos quando comparada ao processo que se dá no Norte Global. Oliveira chama atenção, por exemplo, para a forma como a polarização entre a concentração dos aparatos de controle e comercialização nas cidades litorâneas e a dependência de uma agricultura baseada em monocultura, latifúndios e trabalho escravo não permitiu que se desenvolvesse – ao contrário do que se deu na Europa entre a transição da agricultura camponesa para a indústria – redes urbanas ao redor das regiões produtoras. O problema disso é que quando a indústria vem a se instalar no território brasileiro ela não encontra uma divisão e uma especialização do trabalho que seja condizente com as demandas do processo de industrialização. Há uma rede urbana fraturada, nesse sentido, em que o capital comercial se concentra em cidades voltadas para a exportação e para as funções administrativas e um campo em que a divisão do trabalho é incompleta, em grande parte barrada pela escravidão, como vimos com Cardoso[562], e pouco capilarizada em seu entorno. Na Europa, ao contrário,

> [...] se tomarmos outra vez como paradigma apenas referencial a divisão do trabalho entre cidade e campo, como por exemplo no nascimento do capitalismo na Inglaterra e na França, a expansão capitalista via indústria nos países centrais vai repousar inicialmente sobre uma especial combinação da divisão social do trabalho entre campo e cidade. Em outras palavras, enquanto Lacanshire, Manchester, Liverpool ou outras quaisquer das grandes cidades inglesas sedes do processo de industrialização, para tomar um exemplo concreto – o caso da indústria têxtil – acolheram a tecelagem, a fiação, a outra parte do processo industrial da fabricação de tecidos continuou a residir no campo; isto é, o camponês europeu era autárquico noutro sentido, no sentido de que dentro da unidade camponesa existia uma divisão do trabalho que ia desde as tarefas agrícolas até as tarefas de manufatura, ou seja, o camponês europeu era, simultaneamente, um agricultor e um artesão. Com a emergência do capitalismo industrial, *este vai se servir, sob muitos aspectos, dessa base camponesa da industrialização que no caso do Brasil não póde se dar*[563].

Esse padrão de desenvolvimento de redes urbanas – ou de cidades – perduraria entre os diferentes ciclos da economia brasileira que "permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consistia nessa extrema polarização": uma rede urbana dividida entre cidades sedes do capital e aglomerados e regiões produtivas, ambas com baixo potencial de oferecer uma divisão do trabalho condizente com a industrialização.

Por que isso é importante do ponto de vista da relação entre o Estado e Urbano no Brasil? Em primeiro lugar, porque esse caráter polarizado das relações entre cidade e campo no Brasil colônia serviria como base para uma industrialização que precisa forçar um

---

562 Ver Cardoso, 2019.
563 Oliveira, 1982, p. 42, grifos nossos.

processo de urbanização que forneça as bases de uma divisão social do trabalho que não é encontrada previamente. Como nos diz Oliveira, "[...] a indústria no Brasil ou seria urbana, ou teria poucas condições de nascer"[564], i.e., para que ocorresse um processo de industrialização aqui foi preciso criar suas condições de possibilidade, tanto em termos de uma divisão do trabalho quanto em termos da elaboração de um exército industrial de reserva, através de um processo de urbanização que trazia para dentro dos grandes centros urbanos industriais um grande contingente de trabalhadores do campo. É nesse processo que se encontra o "determinante do fato de que a nossa industrialização vai gerar taxas de urbanização muito acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais"[565]. Mas, para Oliveira, ao contrário dos sociólogos da década de 1970 que, como vimos, falam de uma "marginalidade social" ou de um "inchaço urbano", esse "excedente" de mão-de-obra é, ele mesmo, "um componente dos exércitos industriais de reserva", i.e., "a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez, todo esse exército industrial de reserva, vindo dos campos para dentro das cidades"[566]. Isso significa que, longe de ser um excedente não incorporado, marginal, trata-se de um produto próprio do modo como a industrialização se dá no Brasil.

Em segundo lugar, porque diante de uma rede urbana insuficiente para atender as demandas da industrialização, cada empresa precisara arcar com as necessidades básicas de seu processo produtivo. Como nota Oliveira, "a indústria vai conter dentro de si uma divisão social de trabalho muito mais complexa do que aquela que seria determinada pelo exclusivo processo fabril de produção da mercadoria final"[567]. Isto é, uma indústria de tecelagem, para ficar com o exemplo anterior, não poderia organizar e dividir o trabalho internamente apenas do ponto de vista do tecido enquanto produto final, mas precisaria organizar e destinar, também internamente, setores voltados para a produção de bens de capital, reparo e outras formas de serviço relacionados ao processo produtivo como um todo. Isso significa que para que o processo de acumulação engendrado pela industrialização pudesse acontecer, uma grande inversão de capitais seria necessária para a manutenção do processo, bem como taxas de acumulação correspondentes.

O Estado brasileiro então, em particular a partir de 1930, precisa responder a essa ausência de uma base urbana para viabilizar a industrialização. De um lado, isso é feito por

---

564 Ibid.
565 Ibidem.
566 Ibidem.
567 Oliveira, 1982, p. 43.

uma inversão na balança de forças, como vimos na primeira seção desde capítulo, entre as elites agrárias e as novas elites industriais, com o redirecionamento dos excedentes para os grupos localizados nas cidades. De outro, e para Chico de Oliveira esse será o aspecto crucial da relação entre o Estado e o Urbano no Brasil, o Estado aparecerá como agente da "regulamentação das relações entre capital e trabalho"[568]. Esse argumento, dirá ainda Oliveira, poderia ser radicalizado, na medida em que o próprio urbano é quem aparece *como* "essa intervenção do Estado nas relações capital-trabalho, criando, com isso, pela primeira vez, um mercado de trabalho"[569]. O Estado se apresenta, então, como ente institucional que regula e precifica o trabalho, mas o faz sempre em favor do desenvolvimento das novas elites industriais, movimento que se cristaliza e consolida na figura da CLT:

> [...] no momento em que o Estado fixa o preço da força de trabalho, em qualquer latitude, o capitalista individual sabia por quanto contratar a sua força de trabalho, elemento absolutamente indispensável para a constituição do cálculo econômico burguês. [...] e eu diria que a expressão mais significativa dessa relação Estado e urbano no Brasil está agora não na questão da divisão social do trabalho, mas especificamente na questão da constituição das novas relações de produção. [...]. O aspecto essencial dessa relação consiste na forma como o Estado articula esse novo processo de acumulação, que é industrial e, simultaneamente, urbano[570].

O período Vargas, como vimos, se constitui então como esse momento que garante uma certa coerência e compatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e industriais no país e novas relações sociais de produção produzidas forçosamente pela atuação do Estado. De um lado, como dito anteriormente, regulando em favor do Capital o custo da força de trabalho – e, nesse sentido, determinando também as condições de reprodução social da classe trabalhadora –, e, de outro, como vimos na primeira seção, determinando subjetivamente (moralmente, eticamente, mas também em termos de direitos e responsabilidades) o "novo homem" da industrialização. Há aí um misto de um controle sobre a vida cotidiana da classe trabalhadora de maneira mais direta, seja pela constituição de um horizonte de expectativas para a inclusão, seja pelas dinâmicas impostas pelo novo regime de trabalho, tanto quanto sobre sua capacidade de reprodução determinada pelos salários – que, como argumentos com Lúcio Kowarick, caracteriza uma permanente dilapidação e espoliação da classe trabalhadora.

A partir de 1950, um movimento interessante ocorre na industrialização brasileira que conecta as transformações no mundo do trabalho do Norte com as do Sul Global. Se

---

568 Ibid, p. 45.
569 Ibidem.
570 Ibidem, p. 47.

inicialmente a industrialização periférica aparecia sempre barrada pelos organismos internacionais, como é o caso do Fundo Monetário Internacional, a restrição dos movimentos de Capital no cenário pós-Segunda Guerra Mundial – marcado pela polarização entre os blocos capitalistas e socialistas – atrelada ao avanço das lutas trabalhistas diante do novo peso político dos sindicatos e das organizações políticas dos trabalhadores no Estado keynesiano, que encareceu o custo do trabalho no Norte Global, força aos capitais internacionais "um movimento de industrialização no sentido da periferia"[571]. A instalação de novas plantas produtivas de grandes empresas internacionais, coordenadas por um Estado que centraliza e coordena as inversões de capital em setores que a burguesia internacional é incapaz de ocupar, dá origem a uma nova relação importante do ponto de vista da relação entre o Estado e o Urbano no Brasil.

Para Oliveira, essas novas empresas trazem, em si, um novo estilo de organização e divisão social do trabalho que se apoia fortemente no chamado trabalho improdutivo – executivos, administradores, gerentes, coordenadores, etc.[572]. A presença desses novos trabalhadores faz aparecer e se consolidar na economia brasileira as chamadas classes médias, que terão um peso fundamental na redefinição das relações entre o Estado e o Urbano. A nova estrutura de classes que surge a partir daí é marcada por uma divisão fundamentalmente desigual: em sua base, "um enorme exército industrial de reserva", resultante das distorções, apresentadas anteriormente neste capítulo, entre a cidade e o campo, entre a qualificação necessária para os trabalhos industriais e a precária divisão social do trabalho anterior, etc.; acima, "uma fração operária, isto é, do exército em ativa, que é relativamente pequeno" em relação ao mundo do trabalho em geral e da população economicamente ativa; e, acima desta, "uma enorme fração de classe média que transformou, por assim dizer, o padrão de estrutura de classes existentes no Brasil"[573]. Cabe notar que, embora a determinação do 'tamanho' das classes médias dependeria da definição de faixas salariais ou de outros aspectos econômicos das ocupações em questão, o que Oliveira quer ressaltar aqui é justamente a forma como essa nova classe social, justamente pelo seu peso na nova divisão social do trabalho, irá reconfigurar o jogo de interesses no que diz respeito ao uso e a distribuição de bens de consumo coletivo no espaço urbano.

---

571 Oliveira, 1982, p. 48
572 Ibid.
573 Oliveira, 1982, p. 50

No limite, dirá Oliveira, seria possível dizer que o urbano, a partir daí, "são as classes médias", na medida em que "as cidades são por excelência [...] a expressão urbana dessa nova estrutura de classe"[574]. O modo como o Estado atua no espaço urbano reflete, portanto, os interesses da classe média em sua relação com a forma de organização da economia pós-1950. Seja na forma como os equipamentos urbanos são distribuídos sempre em favor desses grupos sociais, seja na forma como a localização no espaço urbano reflete uma distribuição desigual de renda da terra, o Estado passaria a atuar sempre no sentido da garantia da reprodução das chamadas classes médias, mas também, e principalmente, das condições de possibilidade para a acumulação de capital, em contraste com "o desatendimento, na escala mais absurda possível das demandas das classes mais baixas na estrutura de classes da sociedade, das demandas do operariado, das demandas das classes populares em geral"[575].

Esse aspecto é importante também do ponto de vista da política, na medida em que, após o Golpe de 64, o recrudescimento da repressão sobre as formas de organização política da classe trabalhadora contribui para um acirramento das desigualdades em favor das classes médias urbanas. A impossibilidade de alcançar as vias políticas institucionais para reclamar uma fatia do excedente social, subjuga as classes trabalhadores e a as classes populares a um cotidiano marcado pela espoliação urbana e pela superexploração do trabalho – de um lado, para os que ainda possuem uma posição formal no mercado de trabalho, a falta de um espaço político de negociação força os salários para baixo, acirrando, assim, as condições de reprodução da classe trabalhadora; de outro, a distribuição desigual dos bens de consumo coletivo urbanos geridos pelo Estado, implica no constante emprego de estratégias de sobrevivência que se reflete na forma precária do espaço das cidades brasileiras. Há, contudo, como vimos, uma lógica nessa desordem, na medida em que o repasse dos custos de reprodução para o trabalhador se torna o expediente para a continuidade do processo de acumulação de capital na periferia do capitalismo.

Por outro lado, e esse é um ponto importante para pensarmos uma nova topologia política que se anuncia já nesse período, a forma como a dilapidação das condições de reprodução social afetam não apenas aqueles que estão desempregados, mas também a classe trabalhadora assalariada/formal abre lentamente espaço para uma ampliação das lutas sociais. Como nota Oliveira:

---

574 Ibid, p. 50.
575 Ibid, p. 51.

> Não faz muita diferença, *do ponto de vista das condições de vida*, por exemplo, a origem social ou a posição na estrutura produtiva; do ponto de vista de um pequeno funcionário público que mora no mesmo bairro que um operário, as condições de vida que lhe são impostas por esta oposição de interesses unifica um amplo bloco de classes sociais, ao contrário de uma ótica marxista vulgar, que na verdade pensa o conjunto das contradições e não as está pensando, agora, do ponto de vista das suas relações com o Estado[576].

Ou seja, do ponto de vista das condições de via, isto é, do ponto de vista das condições de reprodução dessa massa de trabalhadores (assalariados ou não, formais ou não), o modo como o Estado se relaciona com o urbano – produzindo um espaço hostil para a reprodução, privando as classes populares de acesso aos bens de consumo coletivo, impedindo a formação de sindicatos e organizações que representassem o interesse político da base da pirâmide social – gera uma indistinção entre os atores sociais que os unifica, em termos de uma nova composição de classe, e aponta para uma extensão da política (ainda que nesse momento apareça como elemento objetivamente barrado na coalização de forças) para fora do espaço da fábrica ou da indústria.

Em um texto curto de 2003, intitulado '*O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção?*', Chico de Oliveira busca atualizar o diagnóstico dessa relação entre o Estado e o Urbano para o Brasil contemporâneo. O título dá o tom do diagnóstico: o urbano torna-se, por excelência o lugar da exceção e sua gestão pelo Estado é a administração dessa exceção[577]. Mas de que exceção estamos falando? A forma como mercado de trabalho é "virado do avesso", isto é, na medida em que a informalidade deixa de ser a exceção e torna-se a regra e o "emprego estável torna-se privilégio"; "regras de previsibilidade foram traduzidas como burocracia", como nos discursos que elegeram o ex-presidente Jair Bolsonaro; a perda de autonomia do Estado pela financeirização[578]; "políticas sociais [que] não têm mais o projeto de mudar a distribuição de renda"; "a policialização da sociedade, a segurança elevada ao valor maior, o pedido de transformar as Forças Armadas em polícia urbana, uma guerra civil mal disfarçada"; etc.[579]. Em suma, uma generalização daquilo que era tido como exceção durante os diagnósticos do subdesenvolvimento brasileiro.

Mas, como irá argumentar Chico de Oliveira, o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e seu capitalismo periférico revelou que "o subdesenvolvimento não era a exceção", elemento a ser superado pelo desenvolvimento das forças produtivos e pela

---

576 Oliveira, 1982, p. 53, grifo nosso.
577 Ver Oliveira, 2003b, p. 11
578 Ibid.
579 Oliveira, 2003b, p. 13.

superação de um suposto atraso, mas, ao contrário, "uma singularidade histórica, que assinalava precisamente que ele havia sido produzido pelo capitalismo em expansão". Um capitalismo que aparece como uma cópia mal-acabada do original, mas que no seu desenvolvimento histórico revela conter "todos os elementos do original", mas mais 'desenvolvidos', isto é, levado às últimas consequências. A "originalidade da cópia", como dirá Schwarz, nesse caso, se encontra justamente nessa incapacidade de reproduzir o capitalismo original e a gestação de um monstrengo que apresenta o atraso como produto de seu desenvolvimento. "O que estou descrevendo é o Ornitorrinco", dirá Chico de Oliveira,

> Capital financeiro na cabeça, informatização em todos os meios de produção e de consumo, dívida externa que representa um adiantamento de não menos que 40% sobre o PIB e porcentagem mais alta para a dívida interna, setor financeiro com 9% do PIB, proporção que nem os USA e o UK, principais centros financeiros do capitalismo globalizado alcançam, altíssima informalidade que beira os 60% da PEA, pobreza na qual vegetam 70 milhões – 41% da população – abaixo da linha dos US$ 2/per capita/dia (em 1998, segundo o PNUD) e que é concomitante e provocada pela digitalização-molecularização do capital. Isto é, mamífero com bico e patas de pato, semi-aquático, cujas mamas são pêlos, e... que se reproduz oviparamente, modo barroco de dizer: bota ovo[580].

Essa metáfora biológica um tanto quanto caricata no fundo quer mostrar como o capitalismo periférico brasileiro combina elementos supostamente anacrônicos, mas que são produtos do desenvolvimento dessa mesma formação econômica. O Ornitorrinco, com O maiúsculo, "tornou-se o novo "modo de produção" da periferia capitalista. Na seção seguinte, discutimos a fundo essa caracterização, bem como o modo com essa metáfora informa uma crítica a chamada razão dualista na obra de Chico de Oliveira.

Por fim, para sumarizar o argumento construído até aqui, a discussão de Chico de Oliveira a respeito da relação entre o Estado e o urbano no Brasil revela a forma como o desenvolvimento dessa relação na periferia do capital reflete um desenvolvimento similar àquele observado na primeira seção para o Norte Global, embora com sinais trocados. Essa inversão de sinais pode ser avaliada sob dois pontos de vista: i) dos salários indiretos (bem-estar e bens de consumo coletivo urbanos); e ii) da reprodução das relações sociais de produção. Com relação ao primeiro ponto, enquanto no Norte o surgimento e a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, de inspiração keynesiana, apontou para a possibilidade, mesmo que temporária, de que ganhos de produtividade se traduzissem em ganhos de bem-estar e que o desenvolvimento industrial deveria estar atrelado ao desenvolvimento de um espaço urbano funcional (equipado e propício para o consumo de

---

[580] Ibid, p. 11.

bens duráveis por parte das classes trabalhadoras integradas), na periferia do capitalismo, o casamento entre Estado e Capital significou a impossibilidade permanente de integração do trabalhador nas benesses do crescimento econômico e a privação (espoliação) dos bens de consumo urbano como condição de possibilidade para a acumulação de capital. Do ponto de vista da reprodução das relações sociais de produção, no Norte, justamente pelo desenvolvimento de uma intensa luta de classes pós-1917, o controle sobre as relações de produção só pode ser feito por meio de uma integração política e econômica da classe trabalhadora no ciclo fordista – isto é, pela internalização dos sindicatos e órgãos de classe na estrutura do Estado e pela expansão do consumo. No Sul, esse controle pode ser feito às avessas, na medida em que a presença de um vasto exército industrial de reserva advindo dos campos permitia ao capital desconsiderar o problema da reposição da mão-de-obra (superexploração do trabalho) e o controle rigoroso sobre a capacidade de articulação política da classe trabalhadora barrou o desenvolvimento de mecanismos de defesa dos salários.

Em outras palavras, em ambos os casos havia uma extensão da esfera de influência do capital para fora das fábricas que significou, também nos dois casos, uma extensão da política para o espaço como um todo. No Norte, entretanto, esse elemento político é subsumido pela economia, como vimos com Negri, mas permanece operante e fornecendo pontos de apoio para alguns ganhos da classe trabalhadora ao longo do século XX. No Sul, ao contrário, o elemento político é marcado pela impossibilidade de se expressar nos marcos formais do Estado e, nesse sentido, desenvolvia um aspecto que no Norte só seria revelado tardiamente. A impossibilidade de uma organização da classe trabalhadora formalmente incluída determina uma política que é feita sempre nos embates entre a reprodução e a produção na vida cotidiana – isto é, na disputa pelo espaço urbano.

3.3.2. O Ornitorrinco: a produção do atraso

Em ensaio escrito em 1972, Chico de Oliveira avança o que ele denomina ser uma crítica à razão dualista. A razão dualista a que se refere diz respeito a uma forma de pensamento que se origina nas teorias do (sub)desenvolvimento e que buscam uma explicação para o fato de que em alguns países de industrialização tardia a economia tende a assumir uma estrutura dual e cindida: entre o atrasado e o moderno, entre o arcaico e o industrial. A crítica intenta revisar esse "modo de pensar a economia brasileira" após 1930, em sua etapa de industrialização, dando atenção em particular a "reposição e recriação das

condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção"[581]. Se o nome ressoa com o clássico de Immanuel Kant, não é por acaso. Assim como o autor de Crítica à Razão Pura, Oliveira busca esquadrinhar o alcance e os limites da razão dualista – i.e., até onde essas teorias haveriam acertado no diagnóstico da dualidade, mas também os limites dessa interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na periferia. O alvo aqui será, em particular, um amigo pessoal de longa data de Chico de Oliveira, Celso Furtado, e a escola cepalina de desenvolvimento.

Tanto as interpretações mais tradicionais da teoria do desenvolvimento quanto aquelas avançadas pela escola cepalina viam o subdesenvolvimento como resultado da penetração do capitalismo em economias ditas atrasadas. Para a CEPAL, por exemplo, o problema estaria relacionado a deterioração dos termos de troca originada de uma relação desigual entre os preços praticados nos produtos exportados, majoritariamente de baixo valor agregado, e aqueles praticados nos produtos importados, intensivos em capital[582]. O atraso, nesse sentido, teria que ver com uma espécie de inadequação da estrutura produtiva do país frente a um mercado internacional especializado e altamente tecnológico, de modo que a resolução do problema passaria pela modernização dessa estrutura produtiva – aquilo que ficou conhecido como industrialização por substituição de importações. Como nota Oliveira, nessa leitura "o "subdesenvolvimento" pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em "trânsito", portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste"[583].

O problema com essa interpretação, para além de seu economicismo latente, i.e., a ideia de que o problema do atraso tem como base e se resolve a partir de uma transformação da estrutura econômica, estaria na sua incapacidade de perceber que "o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo" e não uma etapa na escada que leva ao desenvolvimento[584]. Isso porque, como vimos anteriormente, não apenas as economias coloniais serviram como base para a acumulação primitiva de capital no centro, como também o próprio processo de industrialização que se segue a partir de 1930 se aproveita das condições criadas pelo passado colonial e escravista para a realização da acumulação. Nesse sentido, e essa será a tese central de Oliveira em

581 Oliveira, 2003a, p. 20.
582 Ver Rodríguez, 2009.
583 Oliveira, 2003a, p. 22.
584 Ibid, p. 22.

oposição a interpretação cepalina, "o "subdesenvolvimento" é uma formação capitalista"[585], e, nesse sentido, a industrialização não só seria incapaz de nos tirar desse imbróglio econômico, como seu produto seria a reposição e a reprodução dessa mesma estrutura que é sua condição de perpetuação. Há também, aqui, um distanciamento das leituras associadas à teoria da dependência, na medida em que o privilégio das relações de intercâmbio entre países como elemento explicativo da dependência acaba por deixar de lado as relações internas que definem o capitalismo à brasileira:

> [...] toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas"[586].

Como vimos ao longo deste capítulo, o capitalismo brasileiro baseou-se em elementos advindos da colonização, do escravismo e contou com o apoio de um estado subserviente que se prestou como regulador e promotor de novas relações de produção próprias para a fase industrial. Mas ao contrário do que se espera do ponto de vista de uma teoria do desenvolvimento, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro através da industrialização não significou a integração dos trabalhadores à esfera dos direitos e à mediação do trabalho assalariado, senão a atualização de uma dominação negativa sobre o trabalhador dentro da modernização.

A ética degradada do trabalho herdada do período colonial e escravista, casou-se perfeitamente com o imperativo de formulação de um vasto exército industrial de reserva advindo dos campos como expediente de rebaixamento dos custos da reprodução social. Essa combinação de elementos do atrasado e do moderno, isto é, a forma como o capitalismo nascente demanda um tipo de inserção desigual do Brasil no sistema global que produz o atraso ao mesmo tempo em que se apropria desses elementos produzidos como condição de possibilidade para a acumulação industrial, leva Chico de Oliveira a compreender o aspecto contínuo da acumulação primitiva na periferia do capitalismo. Isto é, "a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética"[587].

---

585 Oliveira, 2003a, p. 22.
586 Ibid.
587 Ibidem, p. 29.

Isso significa que aquela condição particular encontrada no Brasil colônia – um controle social e coercivo sobre o trabalho, uma ampla reserva de mão de obra que tem suas condições de organização política negadas e um descaso generalizado com a reposição do trabalhador – permanece operante e reproduzida ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo no país. A urbanização brasileira se assenta, então, sobre a necessidade de continuar esse processo de elaboração de periferias como condição para a industrialização. Isso explicaria, como vimos, o caráter explosivo da urbanização em relação a urbanização: trata-se de sucessivas rodadas de acumulação primitiva e elaboração de periferias, reeditadas às necessidades da industrialização, a saber, a formação de um exército industrial de reserva e o rebaixamento do custo de reprodução.

Como nota Chico de Oliveira, "o preço da oferta de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação – determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo de bens e serviços propriamente urbanos"[588]. No âmbito rural, o "problema agrário" – i.e., a necessidade de "não obstaculizar", por meio do aumento do preço de produtos e materiais primas, "o processo de acumulação urbano-industrial"[589] – seria resolvido por meio de uma série de estratégias por parte do Estado e do capital, seja na expansão das fronteiras agrárias através da extensão da malha rodoviária e de infraestrutura básica, aquilo que Castells e Lojkine[590] iriam denominar *condições gerais de produção*, seja pela extensão de formas de expropriação do excedente de pequenos camponeses e agricultores familiares, que incorporavam trabalho morto em terras que não lhe pertenciam. Do lado dos custos de bens e serviços urbanos, o problema da reprodução serie resolvido do ponto de vista da expansão de uma vasta "economia de subsistência" urbana"[591].

Chico de Oliveira, seguindo em sua crítica à razão dualista, argumenta que a consolidação dessa economia horizontal de serviços não é, como gostaria de interpretar algumas vertentes da teoria do desenvolvimento, um reflexo da incapacidade da industrialização se consolidar no país, mas precisamente o oposto. Para o sociólogo, a carência de uma divisão social do trabalho que poderia servir como base para a industrialização era tamanha "que a primeira onda de industrialização assistiu à tentativa de autarquização das unidades fabris", que, como vimos anteriormente, ocasionou um entrave

588 Oliveira, 2003a, p. 31.
589 Ibid, p. 28.
590 Ver Castells, 1983; Lojkine, 1977.
591 Oliveira, 2003a, p. 31.

à acumulação diante da necessidade de altos coeficientes de capitalização, "que logo seria substituído por uma divisão do trabalho *para além dos muros da fábrica*"[592]. Ou seja, e esse ponto será importante para nós aqui, o aparente "inchaço" do terciário ou a denominada "marginalidade" diagnosticada por alguns sociólogos e economistas das décadas de 1960 e 1970 não passam da expressão mesma da extensão de uma lógica de acumulação – ainda que desordenada, como vimos com Kowarick – para o espaço como um todo. De modo que a multiplicação dos serviços nas cidades, intensivos em mão-de-obra, precários, improvisados, artesanais e, por isso, supostamente atrasados, responde precisamente às demandas do setor onde as forças produtivas estavam mais desenvolvidas. Dirá Oliveira:

> A hipótese que se assume aqui é radicalmente distinta: o crescimento do Terciário, na forma que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma "inchação", nem de nenhum segmento "marginal" da economia[593].

Essa adequação pode ser compreendida de duas maneiras. De um lado, como vimos na seção anterior, havia uma disputa pelos investimentos públicos e pelo redirecionamento do Estado brasileiro em função da industrialização a partir de 1930 e se consolidando de 1950 em diante. Essa capitalização da industrialização não se deu com um paralelo no setor de serviços, que já se encontravam muito aquém das necessidades da industrialização. Em um primeiro momento, as indústrias absorvem no interior de suas plantas produtivas grande parte dos serviços necessários ao seu funcionamento, mas isso dificulta o processo de acumulação, seja pelo aumento da inversão de capital necessária para a manutenção do processo produtivo, seja pela impossibilidade de especialização produtiva que esse tipo de organização induzia, solapando as possibilidades de inserção no mercado global. O processo de especialização produtiva que se segue a partir daí só pode se fazer a partir da externalização dos serviços, isto é, "mediante o crescimento não capitalístico do setor Terciário"[594]. Por isso Oliveira compreende esse processo como uma divisão do trabalho fora dos muros das fábricas, mas que corresponde as necessidades internas do processo produtivo industrial.

Por outro lado, esses serviços, como lembra Oliveira, são "realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos" transferindo, assim,

---

[592] Ibid, p. 37, grifo nosso.
[593] Oliveira, 2003a, p. 36.
[594] Ibid, p. 38.

"permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, "mais-valia" em síntese"[595].

> Qual é o volume de comércio de certos produtos industrializados [...] tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza, instrumentos de corte, e um sem-número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? Qual é relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizadas braçalmente? Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente da produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinais destinas à reprodução dos veículos?[596].

A multiplicação horizontal desses serviços urbanos do circuito inferior, amparados pelo desenvolvimento do circuito superior, para ficarmos com a definição conceitual de Milton Santos[597], é duplamente adequada ao processo de acumulação. Serve tanto para que as unidades produtivas consigam colocar "fora dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços"[598] quanto para internalizar, pelo expediente do rebaixamento dos custos, parte da mais-valia produzida por esses trabalhos intensivos em mão-de-obra.

Essa tendência, observada por Oliveira já na década de 1970, quando da escrita de seu ensaio, tenderia a se consolidar ao longo do século XX e se expressa com mais força no início deste século. O Ornitorrinco diz respeito justamente a forma quase orgânica com a qual "a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo"[599]. De lá para cá, se assiste a um processo de "desconstrução salarial"[600], que se bem já estava anunciado desde a transição para o trabalho livre, como vimos com Cardoso no início deste capítulo, tendeu a se acelerar diante da revolução molecular-digital, da informalização, da expansão dos serviços e da acumulação flexível. Dessa forma, a informalidade, o desemprego em massa e a multiplicação de um vasto exército industrial de reserva, que, no século passado, eram vistos como 'exceção' a ser corrigida por uma trajetória de industrialização, se revelou ser "a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia"[601]. Crescimento e pobreza, desenvolvimento das forças produtivas e multiplicação de serviços precários e intensivos em mão-de-obra, aumento da produtividade e rebaixamento dos salários – "isto é, mamífero

---

595 Ibidem.
596 Ibidem.
597 Ver Santos, 2008.
598 Oliveira, 2003a, p. 45.
599 Ibid, p. 39.
600 Ibidem, p. 92.
601 Ibidem, p. 85.

com bico e patas de pato, semiaquático, cujas mamas são pelos, e... que se reproduz oviparamente, modo barroco de dizer: bota ovo"[602].

Do ponto de vista da política, que discutiremos na seção seguinte, resta trazer alguns dos comentários tecidos por Oliveira com relação a organização política dos trabalhadores ao longo dos anos 1970 e 1980. A promessa de que a organização dos trabalhadores seria capaz de alterar a distribuição de renda, como no caso do Norte Global, permaneceu operante nos partidos e sindicatos progressistas da época. Para Chico, "a eclosão dos grandes movimentos sindicais nos anos 1970, de que resultou, em grande medida, o Partido dos Trabalhadores, parecia indicar um caminho "europeu"[603]. O problema é que o tipo de trabalhador que esses movimentos buscavam representar – aquilo que a tradição Operaísta chamaria de composição de classe – estava mudando radicalmente. A demografia política sob a qual se assentava a equação entre a fábrica e o partido/sindicato, ou, se preferirmos, a *topologia política* que assegurava uma certa homologia entre os lugares da acumulação e os sujeitos da transformação, havia sido "erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual"[604]. De modo que não apenas o trabalhador formalmente vinculado à produção não tinha força social, por não representar mais o universo do mundo do trabalho brasileiro, como os trabalhadores sem-forma que se multiplicavam para além dos muros das fábricas não tinham força política, justamente por se situarem para além dos mecanismos de regulação formal do Estado. O "caminho europeu", nesse sentido, não apenas nunca pode se consolidar, mas, como vimos, sempre esteve bloqueado desde o início.

3.3.3. Uma Política na Neblina: trabalho sem-forma e não-movimentos sociais

> Num tempo em que as respostas prontas para a velha pergunta "o que fazer?" naufragam em meio ao nevoeiro, é preciso desconfiar dos mapas já traçados e explorar o entorno com atenção.
>
> (Um grupo de militantes na neblina, *Incêndio: trabalho e revolta no fim de linha brasileiro*, 2022, p. 07).

> Sem preconceito ou mania de passado/ sem querer ficar do lado de quem não quer navegar/ Faça como o velho marinheiro/ Que durante o nevoeiro/ Leva o barco devagar

602 Oliveira, 2003b, p. 11.
603 Ibid, p. 94.
604 Oliveira, 2003b, p. 94.

(Paulinho da Viola, *Argumento*, 1975).

Chico de Oliveira parece partir de uma interpretação similar à apresentada ao longo do segundo capítulo desta tese ao dizer que nos encontramos em meio a uma neblina. Esse 'diagnóstico', se pudermos colocar o problema desta forma, se ampara na transformação percebida no mundo do trabalho em escala global e a relação dessa transformação com a possibilidade de uma perspectiva revolucionária. O sociólogo irá notar que a utopia socialista se apoiou, como vimos acima, em uma espécie de demografia política que enxergava no operariado industrial em expansão a figura que poderia trazer uma "nova ordem"[605]. A bem da verdade, "qualquer esforço empírico demonstraria a veracidade daquela tendência demográfico-política" observada após a primeira onda de industrialização[606]. Se na Revolução de 1917, por exemplo, essa realidade ainda não estava prontamente acabada, isso não impediria que Lênin, por meio de uma *abstração determinada*, interpretasse a generalização dessa figura como tendência imanente no desenvolvimento das forças produtivas e postulasse, dessa forma, o partido como vanguarda. E, de fato, muito da história da transição entre diferentes regimes de acumulação no interior do modo de produção capitalista tem sua explicação nas diferentes investidas políticas que as organizações desses trabalhadores tiverem sobre o Capital e o Estado.

Mas igualmente verdadeira era a tendência, também imanente ao capital, de produzir um número cada vez maior daqueles relegados à condição de "reserva". Se, de um lado, o trabalho permanecia central, no sentido de que a extração da mais-valia continua a ser o motor da valorização do valor, i.e., condição *si ne qua non* de sua realização, de outro, sua constante expulsão do processo produtivo – pela tendência ao aumento da produtividade do trabalho por meio da elevação da composição orgânica do capital – seria responsável por reconfigurar a experiência e a formação de uma identidade de classe. Em Bernstein, dirá Oliveira, a crítica da centralidade do trabalho se converterá em uma crítica da revolução mesma: "não sendo o operariado predominante na estrutura da sociedade, foi-se também a revolução"[607]. O ponto que nos interessa, no entanto, não é defender que com a dissolução de um tipo particular de trabalhador, diante das transformações sociais, tecnológicas, políticas e econômicas do sistema, também estaria dissolvida a possibilidade de revolução. Mas, ao contrário, que é precisamente porque há uma ampliação que leva a condição

---

605 Oliveira, 2002, p. 08
606 Ibid.
607 Oliveira, 2002, p. 09

proletária a tensionar com um sentido extremamente restrito de trabalhador que a possibilidade da revolução deve ser repensada em outros marcos. Daí a neblina que habitamos – para ficarmos com a expressão de Asef Bayat[608], estaríamos diante de uma nova concepção de *revolução sem revolucionários*? Antes de tentarmos uma resposta à essa pergunta, vejamos os movimentos sucessivos que levaram à nossa condição atual.

Como nota Oliveira, a crítica à centralidade do trabalho, em suas diferentes vertentes, esteve apoiada e se apresentava como "crítica da progressão da divisão social do trabalho"[609]. Isso significa que a perda de centralidade do trabalho era, antes de tudo, um movimento objetivo e historicamente determinado pelo funcionamento e desenvolvimento das forças produtivas do Capital. Em particular, assinala-se alguns dos elementos tratados ao longo dos primeiros capítulos desta tese, como, por exemplo, "o descentramento da indústria", "o deslocamento do operário industrial como sujeito da transformação", "a progressiva aparição e consolidação [...] de [uma] "classe média", "o deslocamento da divisão social do trabalho em direção à terceirização da economia, aos novos serviços e ao lugar do trabalho nestes", entre outros[610]. De modo geral, o argumento que perpassa esse grupo de trabalhos se ampara na ideia de que o trabalhador fabril/industrial, assalariado e formal perde espaço no coração do sistema e, tendo a teoria política marxista e revolucionária se amparado sobre este trabalhador como sujeito da transformação, a própria possibilidade de uma revolução proletária estaria perdida.

No entanto, como argumenta Chico de Oliveira, todos esses elementos fazem parte de uma "dança frenética das aparências"[611]. Isto é, embora um tipo específico de trabalho pareça perder centralidade, no limite não se assiste, como se esperaria, a um fim do trabalho, mas, ao contrário, a uma expansão tanto espacial quanto temporal do trabalho para além dos limites antes restritos à fábrica. "O movimento do real" indica um outro caminho[612]. De um lado, como vimos ao longo deste capítulo, a relação salarial nunca se implementa plenamente no Sul Global, e mesmo para o Norte, como nota Oliveira, as ondas de expansão do assalariamento sempre se restringiram a pequenos grupos de trabalhadores frente a um crescente número de trabalhadores fora dessa esfera. Na primeira onda, o assalariamento incorpora principalmente "médicos, dentistas, arquitetos, engenheiros, advogados",

608 Bayat, 2017.
609 Oliveira, 2002, p. 09
610 Oliveira, 2002, p. 09.
611 Ibid.
612 Ibidem.

enquanto, na segunda onda, o assalariamento vai na direção da incorporação dos "executivos", com salários pagos em termos de participação nos lucros ou porcentagem sobre a venda[613]. O que esses dois momentos indicam, junto a incompletude dessa extensão no caso das periferias do capitalismo, é que é fundamentalmente "inadequado falar de uma expansão exponencial da "classe dos assalariados", de modo que a própria concepção de classe trabalhadora ou de proletariado deveria estar, se se quer manter a definição em torno da "clivagem da propriedade dos meios de produção"[614], para além da relação salarial.

Outro movimento do real importante nesse sentido diz respeito à ampliação que se dá tanto em termos das jornadas de trabalho quanto dos lugares onde a extração do valor se dá. Oliveira chama atenção para a forma como os modelos *just in time* e *online* alteraram fundamentalmente as relações dos trabalhadores com o tempo de trabalho. Embora menos claro à época da escrita dessas constatações, em 2002, essa tendência viria a se generalizar com a plataformização ou *uberização* do trabalho[615]. Trata-se de trabalhadores que tem seus rendimentos vinculados à disposição para trabalhar e que mobilizam e organizam suas rotinas cotidianas em torno de um trabalho com penalizações para aqueles que não estão prontamente disponíveis. Ao mesmo tempo, esse modelo também pressupõe aquilo que Oliveira chama de uma "privatização do trabalho", i.e., a forma como os avanços proporcionados pelas tecnologias de comunicação permitiu "a extensão do trabalho ao interior das residências". O caso emblemático para o sociólogo, que àquela altura soa quase como premonitório para o futuro que viria a se consolidar, diz respeito à produção e extração de dados produzidos pela atividade online[616], mas também poderíamos dizer, hoje, sobre a forma como o endividamento, também por mecanismos similares de individualização/perfilamento possíveis por meio do desenvolvimento tecnológico, tornaram-se a tônica nos lares e nas comunidades[617].

Dessa forma, do primeiro movimento se desprende uma necessidade de se redefinir e repensar o proletariado para além do trabalho formal, assalariado e fabril. Se de fato, como vimos, o assalariamento, tanto no Norte quanto no Sul Global, mesmo que em níveis diferentes, esteve sempre aquém do desenvolvimento das forças produtivas, é possível dizer que a proletarização, i.e., a reconversão de sujeitos em expropriados, explorados e

613 Ibidem, p. 14-15.
614 Ibidem, p. 15.
615 Ver Abílio, 2019.
616 Ver Gago e Mezzadra, 2017
617 Ver Gago e Cavallero, 2022.

despossuídos[618], é um fenômeno que excede o assalariamento. Já do segundo movimento, vemos que a extensão do trabalho para toda a esfera da vida, através de mecanismos que reconvertem o trabalho reprodutivo em mais-valia em síntese para o sistema[619], também demanda um novo tratamento da questão do sujeito da transformação. Em suma, se o *topos* da acumulação se torna cada vez mais ilocalizável, ou, se preferirmos, ubíquo em relação ao espaço social como um todo, a homologia político-espacial sob a qual se assentou as teorias políticas marxistas de cunho mais ortodoxo precisam ser radicalmente repensadas.

Uma revolução sem revolucionários? Voltamos à pergunta de Asef Bayat. A pergunta acerta em inferir que um tipo específico de sujeito revolucionário desapareceu, se nos limitarmos à definição de trabalhador criticada acima. No entanto, não é o trabalho em geral que desaparece, mas um tipo específico de mediação da consciência de classe que passava pelo trabalho assalariado. Como nos diz Oliveira, "o paradoxo aqui é que quem está nas novas ocupações", as flexíveis, precárias, uberizadas, informais, etc., "é quem trabalha mais, enquanto nas velhas ocupações ou nos velhos ramos", aqueles associados às primeiras ondas de assalariamento, "trabalha-se menos"[620]. Esse processo que, como veremos no capítulo 5, recebe o nome de "multiplicação do trabalho"[621], diz respeito justamente à forma como diante de um descompasso entre produção e reprodução, entre acumulação e reposição da classe trabalhadora, o trabalho se expande, se modifica e, com isso, se torna disforme, ainda que plural, heterogêneo:

> Esse conjunto de modificações pede, evidentemente, uma nova abordagem sobre o trabalho e as categorias de trabalhadores que o exercem, ou *dos que trabalham, mas não são trabalhadores*. Necessariamente, isto terá impacto sobre a classe social e, por consequência, sobre a relação entre classe e socialismo. Ninguém dispõe da resposta, para não prometermos o que não se pode oferecer. Por isso, estamos em meio à neblina[622].

Essa "nova abordagem", dirá Oliveira, passa por uma "nova intepretação" do exército industrial de reserva marxiano[623]. Os processos descritos anteriormente operaram "uma fusão entre as frações intermitente e latente do exército industrial de reserva", de modo que "praticamente todos os trabalhadores converteram-se em membros intermitentes/latentes pela permanente desqualificação e pela informalização"[624]. Essa fusão

---

618 Ver Tonucci, 2017, p. 74
619 Ver Oliveira, 2003a; Kowarick, 1982.
620 Oliveira, 2002, p. 16.
621 Ver Neilson e Mezzadra, 2013.
622 Oliveira, 2002, p. 17, grifo nosso.
623 Ibid, p. 18.
624 Ibidem.

borra as fronteiras definidas entre trabalho e não-trabalho, fazendo com que "a fração lúmpen da reserva" seja criada, expandida e reproduzida numa infinitude de trabalhos que se assemelham apenas pela "ausência de formas"[625]. Se, como notam Marx e Engels[626], "o trabalhador [*workingman*] malandro, vigarista, mendigo, desempregado, faminto, miserável e criminoso [...] são figuras que não existem para a economia política", seria preciso, seguindo a provocação de Michael Denning, trazer o marxismo novamente para o campo da *crítica da economia política*: "conhecimentos construídos sobre o trabalho assalariado não podem, [...], explicar a realidade vivida pelos mais numerosos e miseráveis da população mundial", aqueles que levam uma *vida sem-salário*[627]. Mas, mais que isso, gostaria de defender que a própria crítica da economia política deve se aproximar dos problemas relacionados à urbanização e à reprodução se se quer compreender em profundidade a forma como o capital se assenta sobre a produção do espaço para a extensão e realização dos processos de produção e extração de mais-valia no mundo contemporâneo.

Em entrevista concedida em 2013, Asef Bayat mostra a relação entre o surgimento dessa massa de trabalhadores sem-salário e a consolidação da "cidade neoliberal". Para o sociólogo, "uma "cidade neoliberal" é uma realidade urbana dirigida pelo mercado", onde "a racionalidade *de* mercado, mais do que as necessidades dos cidadãos, dá forma [*shapes*] à vida urbana, ao espaço urbano, e a seus habitantes"[628]. Essa ligação é importante porque nos permite compreender a relação existente entre a produção de um espaço que atende e reflete as demandas da acumulação e a transformação na composição de classe que assistimos atualmente. Com Oliveira, mas também com Lúcio Kowarick e outros sociólogos urbanos brasileiros, vimos como a implantação do capitalismo na periferia global implicou a realização de um tipo específico de urbanização que se assenta simultaneamente sobre a expropriação do trabalho e a espoliação urbana, de modo que não apenas a urbanização se deu em bases extremamente desiguais de uso e apropriação do espaço urbano, como a própria reposição das condições de possibilidade da acumulação no país dependeu da reprodução e generalização dessas desigualdades. A multiplicação de trabalhos sem-forma e sem-salário é, nesse sentido, produto e pré-condição de uma urbanização dirigida pelo capital[629]. E, de

---

625 Ibidem, p. 19.
626 Marx e Engels, 1975, p. 284.
627 Denning, 2010, p. 79.
628 Bayat, 2013, s. p.
629 Esse parece ser o argumento defendido por Andy Merrifield em seu livro *The Politics of the Encounter* (2013). Para o autor, a tese central que poderia ser extraída da obra de Henri Lefebvre seria a de que "o desemprego é estruturalmente indissociável da dinâmica da urbanização e da sua expansão à escala planetária, o que constitui a própria natureza do capitalismo enquanto tal" (Merrifield, 2013, p. 74).

maneira similar, a política na era urbana parece se aproximar de uma condição igualmente in-formal e distante da gramática política trabalhista que presidiu o passado revolucionário.

Um caso ocorrido em 2016 demonstra esse movimento. Como notam o grupo de militantes na neblina[630], ao analisar as primeiras mobilizações da categoria de entregadores de aplicativo no país em torno da recomposição dos valores pagos pela plataforma Loggi nas corridas, "o sindicato da categoria em São Paulo, que via sua base evaporar na "nuvem", intercedeu junto à Justiça do Trabalho defendendo o reconhecimento do vínculo empregatício com a plataforma". O que à primeira vista parece uma estratégia plausível, dentro de uma gramática política que insiste no reconhecimento do trabalho assalariado, seria exatamente o motivo de rechaço por parte dos entregadores em greve que, nas manifestações seguintes, apareceram acompanhados de faixas com a frase: "não à CLT!". Para esse grupo de militantes, "parece paradoxal que trabalhadores em luta por melhores condições de trabalho recusem abertamente a formalização de sua atividade" e, no entanto, é precisamente esse sentimento que embala a formação de uma nova consciência de classe sem-forma. Enquanto uma parcela das interpretações à esquerda poderia prontamente acusar esses trabalhadores de estarem mistificados ou dominados por uma ideologia empreendedora, restaria ainda explicar *como* "o rechaço à regulamentação possa vir associado a uma declaração de "guerra contra os *apps*"[631].

Como notam os autores do texto-manifesto, bastaria conversar com qualquer entregador envolvido com as paralizações para compreender o que se passava – "[...] a aversão ao vínculo empregatício carrega consigo uma rejeição ao universo infernal dos "trabalhos de merda": horário a cumprir, salário baixo e um chefe para tornar sua vida mais difícil"[632]. Em suma, trata-se de uma transformação da gramática política que passa da "miragem de reconstrução de uma sociedade salarial nos marcos keynesiano-fordistas" para um foco "na experiência vivida do trabalhador uberizado"[633]. Em outras palavras, as pautas trabalhistas que antes eram tidas como revolucionárias e centrais para a organização da luta de classes passaram a significar uma espécie de reformismo, ou, como dirá o grupo, de *re-formismo*, i.e., a insistência para que esses trabalhadores retornem à *forma* do trabalho assalariado formal.

---

630 Um grupo de militantes na neblina, 2022, p. 45.
631 Ibid, p. 45-46.
632 Ver Um grupo de militantes na neblina, 2022, p. 45-46.
633 Um grupo de militantes na neblina, 2022, p. 46.

Ao contrário do que possa parecer, não se trata de celebrar a precariedade do trabalho sem forma e sem salário, mas de perceber, como argumenta Asef Bayat, a profusão de práticas reivindicatórias a partir dos "subalternos urbanos" em torno da necessidade de "operar, passar tempo e estender seus meios de vida nos espaços públicos foras de casa" [*out-door*]. Essas ações revelam a forma como as manifestações políticas, ou aquilo que o autor chama de *não-movimentos sociais*, se aproximam cada vez mais dos problemas da reprodução social no espaço urbano. Isto é, diante de uma realidade urbana que se apresenta como hostil à reprodução social dessa massa de trabalhadores sem-trabalho e sem-salário, é o próprio espaço urbano que se converte no lugar da política revolucionária:

> [...] por "não-movimentos sociais" quero dizer, de forma ampla, a ação coletiva de atores dispersos e desorganizados. Estes incluem os não-movimentos dos pobres para reivindicar direitos ao espaço urbano e suas amenidades; os não-movimentos da juventude para reivindicar sua juventude, isto é, para realizar seus estilos de vida desejados e realizar suas individualidades; e os não-movimentos de mulheres para lutar pela igualdade de gênero – digamos, em status pessoal ou em presença ativa na esfera pública. Essas práticas de reivindicação são feitas e realizadas principalmente por meio de ações diretas, em vez de exercer pressão sobre as autoridades para conceder – algo que os movimentos sociais organizados convencionalmente (como movimentos trabalhistas ou ambientais) geralmente fazem. De certo modo, os não-movimentos surgem como uma estratégia desarticulada para reduzir o custo da mobilização nas condições repressivas[634].

O conceito de não-movimentos sociais é provocativo, nesse sentido, uma vez que tensiona com a gramática política que aposta na capacidade de mobilização permanente e acúmulo das lutas. Ao contrário dos movimentos sociais que, de modo geral, apostaram numa intermediação da institucionalidade, seja estadual, seja sindical/partidária, para garantir que suas demandas sejam atendidas, mas também para que a luta coagulasse em estruturas, hierarquias e sistemas de organização para manutenção e acúmulo das conquistas adquiridas, os não-movimentos sociais são aqueles que se organizam a partir de atores dispersos, sem uma forma organizacional pré-definida e que irrompem explosivamente no espaço das metrópoles. Poderíamos pensar também no conceito de "insurreição urbana", proposto por Rita Velloso, para pensar essas práticas reivindicatórias que promovem, ainda que temporariamente, "um uso do espaço urbano que é disruptivo da lógica do capital" e que estende o "espaço de luta" para além do ambiente das fábricas[635].

A palavra-chave que embala esses não-movimentos parece realmente ser a "experiência vivida", ou aquilo que, com Lefebvre, no segundo capítulo, chamamos de vida

---

634 Bayat, 2013, s.p.
635 Velloso, 2022, p. 43-44.

cotidiana. Enquanto em um período anterior era a experiência do trabalho que informava a constituição da consciência de classe, as transformações apontadas ao longo deste capítulo nos revelam que é "a experiência de constituição da classe [mesma que] está se alterando"[636] e se aproximando da experiência da vida cotidiana em um urbano dirigido pelo capital. E é nesse ponto que, para Oliveira, estamos travando "uma das lutas decisivas para o futuro do trabalho ou, melhor dizendo, para se definir o que quer dizer trabalho"[637]. Esse movimento aponta, simultaneamente, para i) uma expansão da proletarização para além do espaço das fábricas, o que implica a própria transformação do trabalho e da noção de trabalhador, incorporando todo um espectro de ocupações que borram as fronteiras entre o produtivo e o reprodutivo, entre o público e o privado; e ii) uma expansão da própria política para além dos partidos, dos sindicatos e dos órgãos de classe mais tradicionais, na medida em que é o próprio trabalhador fabril/industrial, assalariado e formal que parece desaparecer e dar lugar à essa figura sem-forma. De todo modo, diante dessas duas dissoluções/espraiamentos, o urbano e a reprodução social parecem ganhar centralidade em termos do espaço da política e de uma política do espaço.

3.4 Considerações Parciais

Ao longo deste capítulo buscamos apresentar da perspectiva brasileira aquilo que no segundo capítulo chamamos de problemas de topologia política – i.e., a alteração na homologia que amparava um certo tipo de política a partir da relação entre os espaços de acumulação, entendidos fundamentalmente como a fábrica, o sujeito da transformação, pensado a partir do trabalhador fabril, assalariado e formal, e as formas de organização política, centradas nos partidos e sindicatos. Enquanto no Norte Global o fordismo anunciava a entrada em um padrão de acumulação que prometia integrar positivamente os trabalhadores à esfera de regulação do Estado e do Capital, garantindo sua reprodução por meio da implementação do Estado de Bem-Estar Social e controlando e induzindo o consumo por meio da extensão de sua esfera de influência à vida cotidiana, no Sul Global, na periferia do capitalismo, o Capital descobre a possibilidade de sua reprodução às custas da reprodução social da classe trabalhadora, utilizando o espaço como estratégia e ferramenta de garantia do par superexploração e espoliação.

---

636 Oliveira, 2002, p. 11.
637 Ibid.

No primeiro, a luta de classes, ainda no espaço político aberto pela revolução de 1917, logrou fazer frente ao avanço do capital, forçando-o a sucessivas rodadas de recomposição técnica e de transformação no regime de acumulação. Nesse sentido, os partidos, sindicatos e outros órgãos de classe tiveram êxito, ainda que temporário, em redefinir os termos da relação Capital-Estado-Trabalho em favor da reprodução e reposição dos trabalhadores. No segundo, a política e os espaços de dissenso apresentam-se fechados desde o início, dado o passado escravista e a trajetória autoritária que seria a tônica até pelo menos 1988. As mesmas formas organizacionais aqui não surtiram o efeito esperado justamente porque, de um lado, representavam um grupo progressivamente restrito do mundo do trabalho e, de outro, não encontravam o terreno para realização das demandas das classes populares em torno dos meios de consumo coletivo urbanos.

Retomando as epígrafes que abrem este capítulo, o caso brasileiro pareceu mesmo representar a possibilidade de um capitalismo sem dissenso, sem abertura para a contestação, tendo as classes populares sendo duplamente pinçadas tanto pelo lado da política quanto pelo lado da reprodução social e do trabalho. O argumento que buscamos construir ao longo dos dois últimos capítulos, no entanto, é que esse caminho fechado para a política diz respeito a um sentido restrito daquilo que 'conta como política'. A medida em que constatamos que a política em torno da disputa do espaço urbano, isto é, que os espaços privilegiados, a partir dos quais podemos pensar formas de organização política comensuráveis com o atual estágio do capitalismo, se estenderam para além dos espaços da fábrica e incorporaram o espaço social e a vida cotidiana como um todo, veremos que "o nome do ágora deste tempo é contestação, é luta urbana"[638].

O que os escritos de Lúcio Kowarick, Chico de Oliveira e outros sociólogos urbanos brasileiros do período nos revelam é que a experiência de classe e, portanto, a própria política passava cada vez mais à esfera da reprodução social no espaço urbano – daí a insistência nos primeiros escritos desses grupos de autores na década de 1960 e 1970 nas figuras do morador e do cidadão. Em Kowarick, a espoliação urbana se revela um aspecto central para compreender a forma como o Capital conecta os circuitos produtivos e os circuitos reprodutivos através de uma operação dupla de superexploração e espoliação urbana. Ao relegar o trabalhador a sua própria sorte, seja na produção para o próprio, seja na autoconstrução de moradias, ou mesmo em outras formas de cooperação das classes populares, o Capital consegue rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, através

[638] Velloso, 2022, p. 428-429.

do rebaixamento constante do salário. Nesse sentido, se os espaços da acumulação são definidos como o lugar de realização e extração da mais-valia, fica evidente que, no caso brasileiro, esses lugares não se limitam mais à fábrica, forjando cadeias e conectividades com o espaço urbano como um todo. Já em Chico de Oliveira, vimos que o capitalismo não apenas se assenta sobre essas formas ditas arcaicas, tradicionais e informais para canalização de mais valia para os setores de maior desenvolvimento das forças produtivas, como também reproduz essas mesmas formas como parte de sua própria reprodução. Assim, a elaboração de periferias e a produção de uma paisagem que combina de maneira funcional práticas socioeconômicas supostamente anacrônicas torna-se a condição de possibilidade para o capitalismo 'ornitorríntico' brasileiro. A partir desses dois autores vemos que a topologia política que derivamos no segundo capítulo desta tese se altera em três pontos:

1. Se a *forma de organização da classe trabalhadora* se dá sempre em relação aos *espaços de acumulação*, como na fórmula leninista de que o partido deve funcionar como uma fábrica, o que acontece com essas formas de organização quando os espaços de acumulação dependem, cada vez mais, de espaços fora da esfera de acumulação, ou, se preferirmos, dos espaços da reprodução social e da vida cotidiana? Quais formas de organização seriam comensuráveis com esses espaços?
2. Se a ação da classe trabalhadora organizada deve ser direcionada e se espelhar no setor em que o *desenvolvimento das forças produtivas* é o mais avançado e se anuncia como tendência, o que fazer no caso brasileiro em que esse setor depende da elaboração continuada de novas periferias? Não haveria aqui um embaralhamento entre as posições tradicional e moderno que implicaria repensar o ponto de intervenção ou a 'alavanca do sistema'?
3. Se essa homologia espacial era sustentada pela consideração de um tipo de trabalhador específico, ligado à industrialização, que tem desaparecido (de forma tendencial) a partir de um movimento imanente ao próprio capital, quem é o *novo sujeito da transformação* capaz de fazer a conexão entre os espaços de acumulação e as formas de organização política?

A proposta aqui não é apresentar respostas para essas perguntas, mas utilizá-las como baliza para pensar a neblina que habitamos atualmente. Não obstante, o argumento que percorre esse capítulo vai na direção de perceber o espaço urbano como o espaço da política mesma e a necessidade de se expandir nosso imaginário sobre o sujeito da transformação a partir de uma expansão do sentido da palavra proletário.

Capítulo 4

Política material e geografias reprodutivas:
espaço e reprodução social

> [...] não há alguém que "careça" de corpo ou de território. Não há escassez.
>
> (Verónica Gago, *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, 2020a, p. 80).

As perguntas apresentadas ao final da última seção podem ser respondidas através de uma incursão na literatura que ficou conhecida como Teoria da Reprodução Social ou feminismo da reprodução social. Essa literatura, que tem suas bases práticas e teóricas no movimento Wages for Housework, iniciado por Mariarosa Dalla Costa, Selma James, Silvia Federici e outras, em 1972, e nos debates em torno do que ficou conhecido como *the domestic labour debate*, buscou discutir precisamente os três pontos levantados anteriormente a partir do ponto de vista do trabalho doméstico feminino enquanto trabalho de reprodução social.

Em primeiro lugar, o movimento inicial tinha origem numa certa insatisfação com o caráter limitado das demandas realizadas pelos partidos trabalhistas de esquerda, presos ainda a uma ideologia obreirista que relegava ao segundo plano (ou mesmo negava, em alguns casos) o caráter explorativo do Capital sobre o trabalho feminino. O patriarcado era lido, pela maioria dessas organizações, como uma estrutura separada e inferior ao capitalismo, além de organizada em torno da opressão, enquanto o capitalismo tinha um caráter mais pervasivo e atuava por meio da exploração do trabalho. Em um sentido muito prático, essas leituras impediram que movimentos feministas atuassem por dentro das interfaces institucionais partidárias, na medida em que a política era mapeada exclusivamente sobre o terreno da fábrica e o termo "trabalho" era reservado apenas para as atividades diretamente produtivas de valor.

Em segundo, é também na década de 1970 que o capital, depois da crise do petróleo e da desarticulação do ciclo de ouro fordista, entrará em uma fase de reestruturação que altera radicalmente a composição da classe trabalhadora. Se até 1970 predominava uma orientação sindicalista na política, após a reestruturação produtiva da acumulação flexível, onde o desemprego atinge níveis altíssimos e se converte em um fenômeno estrutural do

funcionamento do Capital, a manutenção do terreno de luta única e exclusivamente nas fábricas parecia perder efeito. Na medida em que o Capital agora relegava funções produtivas para regiões onde a mão-de-obra era mais barata [*outsourcing*], além de atuar por processos de terceirização e mesmo de informalização ao longo de sua cadeia produtiva, era o espaço mesmo que deveria se tornar o lugar da política. As teóricas da reprodução social não apenas leram esse movimento com muito clareza, bem como postularam muito antes do que os movimentos sociais institucionalizados, que o Capital havia migrado da produção à reprodução, tornando a própria reprodução diretamente produtiva[639]. Esse movimento podia ser visto também na forma como parte do Capital migra do setor produtivo para o setor imobiliário, na medida em que a extração da renda da terra por meio de aluguéis e da manutenção proposital do déficit habitacional como forma própria da especulação imobiliária, mostram como a vida social pode gerar diferenciais de renda da terra capturados de maneira privada.

Por fim, esses movimentos procuravam argumentar que novos sujeitos históricos da transformação total estavam entrando em cena na medida em que o capital descia ao terreno oculto da reprodução. Embora em 1970, o argumento era que as mulheres eram as principais protagonistas dessa nova subjetividade política radical, textos mais recentes, como o da socióloga Verónica Gago[640], reverberam a concepção de uma "feminização do trabalho" para capturar o modo como, no capitalismo contemporâneo, a exploração capitalista da reprodução social, antes reservada à identidade/entidade Mulher, se torna virtualmente seu modo próprio de operação com relação aos corpos subalternos de maneira mais ampla – Gago chama atenção, em particular, para as economias populares e para o trabalho comunitário, migrante e racializado como expressões dessa feminização do trabalho. Embora a autora mantenha, certamente, diferenças no modo cotidiano como diferentes corpos

---

639 O debate sobre o caráter produtivo de valor da reprodução social (do trabalho de cuidado, do trabalho reprodutivo e, no limite, da própria vida) é inaugurado em torno do *domestic labour debate*, mas se estende até os dias atuais. A Teoria da Reprodução Social é ainda hoje dividida entre teorias mais exegéticas do texto marxiano, argumentando que o trabalho de cuidado não é produtor de valor – reservando essa categoria apenas para os trabalhos diretamente produtivos –, e outras, influenciadas pelo operaísmo e autonomismo italiano, que entendem a expansão do capitalismo como expansão do comando extrativo de valor – o que chamaram, como vimos no capítulo 2, de fábrica social. Meu objetivo aqui, conscientemente, é passar ao largo da escolha entre um ou outro polo do debate, na medida em que vejo como teoricamente produtivo ambos os questionamentos realizados por cada lado. Não obstante, na medida em que apresento essas teorias, tentarei assumir seus pontos de vista particulares, mantendo me fiel à pretensão dessas autoras no momento da escrita. No caso da passagem que deriva essa note de rodapé, por exemplo, o movimento Wages for Housework via, de fato, a reprodução como produtora de valor, no sentido marxiano e pleno do termo. Sobre esse debate, ver Ferguson, 2020.

640 Gago, 2020b.

feminizados e não-feminizados experienciam o poder, a opressão e a exploração patriarcal-capitalista, o argumento segue a mesma direção, apresentada anteriormente na tese, que Mbembe, Canettieri, Arantes e outros na determinação de um devir-negro ou devir-periferia do mundo, ou mesmo na acepção deleuziana de um devir-mulher ou devir-minoritário[641].

É nesse sentido que Gago também aponta para uma extensão da própria política feminista. Se a reprodução social e a própria vida se convertem em elementos explorados pelo Capital, é a política radical mesma que deve tornar-se feminista. Assim, mais do que apenas o surgimento de um novo sujeito histórico determinado por uma identidade, o movimento feminista da reprodução social reivindica a própria política radical como política feminista, na medida em que o caráter feminizado do trabalho se torna virtualmente ubíquo[642].

No presente capítulo, usaremos o ângulo da Teoria da Reprodução Social e dos feminismos da reprodução social para compreender esse processo de extensão do Capital para além do muro das fábricas. Utilizo os termos "política material" e "geografias reprodutivas" no título do capítulo para indicar o modo como o capitalismo contemporâneo opera, seguindo aqui as formações de Mbembe e Gray, através de um trabalho de montagem [*bricolage*] das capacidades reprodutivas presentes na materialidade dos corpos e do espaço. Mbembe denomina de *brutalismo*, tomando emprestado o termo do campo da arquitetura, para denotar uma "política dos materiais" que opera pela "captura performada em elementos de todas as ordens, aos quais se procura dar forma, se necessário através do uso da força, num exercício de torção e re-estrutução"[643]. Já Neil Gray utiliza o termo *geografias materiais da reprodução social* para argumentar que o capitalismo contemporâneo busca, cada vez mais,

---

641 A proposta de um devir-feminino, bem como da própria ideia de um devir-minoritário, foi recebida de forma ambivalente pelo movimento feminista desde sua concepção. Embora o conceito aponte para uma saída possível para posições (não apenas dentro do feminismo) baseadas em um certo identitarismo que resvala, em alguns casos, em um biologicismo, a extensão da experiência feminina a corpos não-femininos pode ser vista como um achatamento das opressões e explorações particulares, correndo o risco de assumir novamente uma posição universalizante que expressa apenas um masculinismo disfarçado. Não é o intuito dessa tese discutir os impasses do uso desse conceito, mas extrair dessa concepção a ideia de que a reprodução social se torna o modo próprio de exploração capitalista para os corpos em geral, se aproximando daquilo que Foucault, Negri e outros chamaram de biopolítica – um poder sobre a vida ou sobre a reprodução da vida. Para uma discussão aprofundada sobre esse debate e possíveis tratamentos do termo que preservem as especificidades da opressão feminina, ver Bowen, 2024.

642 Verónica Gago (2020b) chega a utilizar o termo "Internacional Feminista" para capturar essa possibilidade de uma nova universalidade da luta contra o Capital pensada a partir da reprodução social e do ponto de vista feminista.

643 Mbembe, 2024, p. xi, tradução nossa.

capturar, em processos de financeirização, endividamento e exploração, as infraestruturas "manifestamente espaciais" onde os trabalhos de reprodução feminizados e a reprodução social de maneira mais ampla ocorrem. Infraestrutura aqui tem um sentido muito amplo, como aquilo que *suporta* processos reprodutivos, abrangendo desde questões mais comuns às amenidades urbanas (habitação, hospitais e postos de saúde, meio de transporte, serviços sociais, lazer, etc.) até o corpo como infraestrutura de relações sociais de cuidado e de ajuda mútua[644]. Nesse sentido, o corpo e o espaço, do ponto de vista reprodutivo, carregam consigo a produção de geografias reprodutivas que são ameaçadas pela política material brutalista do Capital na Era Urbana.

Na primeira seção, apresento a Teoria da Reprodução Social, evidenciando a problemática do trabalho reprodutivo dentro do capitalismo contemporâneo. Na segunda seção, exploro o conceito de *extrativismo ampliado* como forma de estender conceitualmente a ideia de luta de classes para além da esfera restritiva da produção do valor. A multiplicação do trabalho, inclusive através de formas sem-salário, requer uma expansão da fronteira da política capaz de abranger a heterogeneidade constitutiva dos novos movimentos populares, que, no limite, é sua própria potência. Por fim, argumento que as economias populares (termo que abarca, mas que supera a definição proposta pelo termo *economias informais*) são o terreno hoje onde a reprodução social ocorre de maneira mais fundamental. Nesse sentido, a economia popular e sua pragmática vitalista apontam para novas formas de contestação do Capital, novos modos de organização (mesmo quando a ausência de formas parece ser a tônica desses movimentos) e novas subjetividades políticas radicais e potencialmente transformadoras que tem como base o território, o espaço urbano e a vida cotidiana. Ao final, apresento algumas considerações parciais a respeito das relações entre espaço, reprodução social e economias populares no capitalismo contemporâneo e suas implicações para uma teoria política renovada.

4.1. A descoberta do terreno oculto da reprodução

Como vimos, a Teoria da Reprodução Social tem suas bases teóricas e práticas nos movimentos originados na Itália e em outras partes da Europa da década de 1970, tornando-se depois um movimento de escala mundial. Um dos primeiros e mais conhecidos livros desse período, que lida exatamente com o lugar ocupado pelo espaço doméstico e pelos corpos femininos na economia política do capitalismo, é o clássico de Mariarosa Dalla Costa

644 Ver Gray, 2022, p. 801, tradução nossa.

e Selma James, *O poder das mulheres e a subversão da comunidade* (1972). Neste livro, as autoras argumentam que o capitalismo altera as posições familiares e de gênero ocupadas, anteriormente, pelos homens, mulheres e crianças. No período patriarcal pré-capitalista, a produção familiar (tanto agronômica quanto artesanal) contava com a atividade das mulheres e crianças, reconhecidas, nesse sentido, por participar diretamente na criação de riqueza social. A passagem ao capitalismo, como vimos no capítulo 1, significou não apenas a reconstrução desses papeis familiares sob outros moldes, mas a própria separação entre o domínio doméstico e o domínio produtivo. A fábrica se torna o lugar de realização da produção e o lugar onde o homem, enquanto suposto provedor familiar, deve trabalhar. A fábrica também se torna o centro subjetivo do espaço social, na medida em que todas as demais representações devem revolver em seu entorno – a mulher deve fornecer cuidado e repor as capacidades físicas da mão-de-obra a ser explorada, arcando, com seu próprio corpo, com os custos de reprodução e reduzindo, como vimos também anteriormente, os salários; a criança, pressuposto do próprio processo de reprodução do sistema, deve ser deixada aos cuidados da escola, enquanto dispositivo que recria as condições (as capacidades e a performance) necessárias da nova geração de trabalhadores. O lar assim perde suas funções primordiais, produzir e educar, e se torna o domínio de uma reprodução que agora é externalizada e separada da esfera produtiva, sendo o salário o principal marcador dessa diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo remapeada no par trabalho pago e trabalho não-pago.

Para Costa e James, essa diferença entre produção e reprodução estava desaparecendo, na medida em que o Capital passava a se preocupar cada vez mais com os espaços que estavam para além da fábrica. Crianças, jovens, migrantes, populações racializadas, em suma, toda a classe dos "sem-salários" [*wageless*] estava subordinada a formas de controle pelo Capital e imposição de formas de extração e produção de valor. Mas mais que isso, as autoras começam a identificar no lar, nos bairros e nos trabalhos reprodutivos o mesmo tipo de processo observado por Henri Lefebvre e os Situacionistas com relação a vida cotidiana – o desenvolvimento desigual que marcava a esfera capitalista mais geral, era projetado sobre o domínio reprodutivo, também marcado pelo atraso e pela presença de relações atávicas:

> As crianças proletárias foram forçadas a submeter-se à mesma educação nas escolas: esse é o nivelamento capitalista contra as infinitas possibilidades do aprendizado. As mulheres, por outro lado, foram isoladas nos lares, forçadas a realizar trabalhos considerados não-qualificados, o trabalho de dar à luz, criação, disciplinamento e servir ao trabalhador para a produção. Seu papel no ciclo da produção social

> manteve-se invisível porque apenas o produto de seu trabalho, *o trabalhador*, podia ser visto. Ela mesma estava, portanto, capturada dentro de condições pré-capitalistas de trabalho e nunca recebera salário[645].

Isto é, se o salário e a 'liberdade' de trocar seu trabalho como uma mercadoria como todas as outras foi o ponto que sinalizou a passagem de um modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, a permanência do trabalho não remunerado é a permanência de formas (de parentesco, patriarcais, de laços sanguíneos, etc.) baseadas em outros modos de exploração que não capitalistas. Além disso, do ponto de vista tecnológico, se é possível dizer que o lar se tornou um vasto laboratório de transformações tecnológicas (máquinas de lavar, secar, geladeiras e outras bugigangas modernas), isso não significa, ao contrário do que se observa na indústria, a redução do trabalho necessário e a consequente liberação de mão-de-obra para outras atividades. A mecanização do lar "não libera nenhum tempo para a mulher", porque "não existe uma máquina que cria e cuida de crianças"[646].

Dalla Costa e James chamam atenção para como a individualização do trabalho feminino no lar tem um aspecto corporal muito claro. Ao ter que dispor seu próprio corpo como elemento responsável pela reprodução capitalista, as mulheres são "separadas de suas possibilidades de criatividade e desenvolvimento de suas atividades de trabalho, separadas da expressão de sua autonomia emocional, sexual e psicológica" – em outras palavras, sua vida sexual, seu corpo, em suma, seus órgãos ("do cérebro ao útero") se tornam "uma função da reprodução da força de trabalho"[647].

Reafirmar essa dependência do Capital do terreno oculto (ou mesmo invisível) da reprodução em termos de uma economia política do trabalho reprodutivo era essencial para fazer frente as considerações do Marxismo ortodoxo e partidário que não via como político a luta das mulheres contra o capitalismo. Como argumentam Dalla Costa e James, para essa variante do marxismo que imperou por um tempo e ainda encontra ecos, ainda que disfarçados na contemporaneidade,

> [...] quando as mulheres permanecem fora da produção social, isto é, fora do círculo produtivo socialmente organizado, elas estão também fora da produtividade social. O papel das mulheres, em outras palavras, sempre foi visto como o de uma pessoa psicologicamente subordinada que, exceto quando ela exerce um emprego marginal fora de casa, está fora da produção; essencialmente uma fornecedora de uma série de valores de uso no lar[648].

---

645 Dalla Costa e James, 1972, p. 11, tradução nossa.
646 Ver Ibid, p. 12.
647 Ibidem, p. 13-14.
648 Ibidem, p. 16.

Ao contrário, as autoras e as demais feministas da reprodução social buscam evidenciar que "o trabalho doméstico não produz apenas valores de uso, mas é essencial na produção do mais-valor"[649]. Os partidos trabalhistas estavam ainda presos a uma atuação que lidava "(a) só com a fábrica; (b) só com o dia de trabalho mensurável e "pago"; (c) só com o lado do trabalho que nos são dados e não com o lado dos salários que são tomados, isto é, [com] a inflação"[650].

O que há de interessante na constatação de Dalla Costa e James (mas também em outras feministas que encabeçaram o movimento) era que, embora fosse necessário reivindicar o status produtivo de valor do trabalho feminino como forma de desinvizibilizar o papel das mulheres na luta de classes (que se traduziu até mesmo em um movimento pelo pagamento de salários na esfera doméstica), o trabalho não era mais visto como elemento da emancipação, da liberação e da política mesma. Como diziam as autoras, "trabalho ainda é trabalho, seja dentro ou fora do lar". Isto é, o tipo de sujeição imposta aos trabalhadores industriais e diretamente produtivos nas linhas de montagem não era mais ou menos estranhado e alienado que o trabalho feminino dentro dos lares. A liberação, ao contrário do que uma primeira leitura do movimento Wages for Housework poderia sugerir, não vem da implementação em massa do trabalho assalariado (o que é estruturalmente impossível, dada a pressão do Capital por lucro), mas do reconhecimento de que o marido, o homem presente no lar, é apenas um índice do capitalista por trás do comando tanto do trabalho assalariado quanto do não-assalariado: "o que queremos deixar claro é que pelo não-pagamento de um salário quando estamos produzindo em um mundo capitalísticamente organizado, a figura do executivo [*the boss*] é oculta por detrás da [figura] do marido"[651]. A extensão do salário ao trabalho reprodutivo reivindicado por esse movimento, nesse sentido, era uma tentativa de tornar visível a dependência que o capitalista, que aparentemente atua apenas no espaço da fábrica, tem sobre o espaço doméstico proletário e dos corpos

649 Dalla Costa e James, 1972, p. 16. Como dissemos em outra nota de rodapé, o caráter produtivo de valor dessas atividades é debatido inclusive dentro da própria teoria feminista. Não obstante, a afirmação de que as atividades de cuidado são relevantes para o circuito da produção social de riqueza é extremamente relevante para compreendermos a conexão entre as esferas produtiva e reprodutiva e a politização da reprodução como luta anticapitalista. De todo modo, a exploração não paga do trabalho reprodutivo não pode ser compreendida sem uma leitura de seu enquadramento dentro da totalidade capitalista.

650 Ibid.

651 Ibidem, p. 19.

feminizados, ambos assignados lugares específicos dentro do ciclo *produtivo* do Capital e *reprodutivo* da estrutura capitalista[652].

Se Marx nos disse que o segredo da exploração do valor se localizava no terreno oculto da produção, isto é, no momento em que o diferencial entre o trabalho contratado e o trabalho executado era encarnado nos produtos do trabalho apropriados pelo capitalista, aqui é a descida ao terreno oculto da reprodução que revela que o valor *depende* e *organiza*, enquanto forma social, também o trabalho não-pago de reprodução. A política trabalhista, se reservada à esfera industrial, e a política feminista, se reservada ao confronto identitário de gênero, falham mutuamente em acertar o que deveria ser, aos olhos dessa tradição crítica, o alvo: o patriarcado capitalista. Como nos dizem as autoras,

> Se não compreendermos completamente que precisamente esta família é o próprio pilar da organização capitalista do trabalho, se cometermos o erro de considerar apenas como uma superestrutura, dependente apenas dos estágios de luta nas fábricas, então estaremos avançando numa revolução manca que sempre perpetuará e *agravará uma contradição básica na luta de classes e uma contradição que é funcional ao desenvolvimento capitalista*. Estaríamos, em outras palavras, perpetuando o erro de nos considerar como produtoras apenas de valores de uso, de considerar as donas de casa como externas à classe trabalhadora. Enquanto as donas de casa forem consideradas externas a classe, a luta de classes a todo momento e em qualquer ponto está impedida, frustrada e incapaz de encontrar plena margem para a sua ação[653].

Para Susan Ferguson, e o feminismo da reprodução social, longe de uma separação estrita entre trabalho pago e trabalho não-pago, ou entre capitalismo e patriarcado, o sistema capitalista organiza um modo particular de *interação* entre esses dois elementos: as "*relações patriarcais moldam e são ao mesmo tempo moldadas por dinâmicas econômicas de desposessão e acumulação*"[654].

Seguindo essa linha, Silvia Federici, em seu livro *Patriarcado do Salário*, irá dizer que, se começarmos a considerar a própria experiência das mulheres em relação ao trabalho, veremos que "trabalhar para o capital não necessariamente produz uma folha de pagamentos

---

652 Esse caráter de "índice" reservado ao homem do ponto de vista da vida cotidiana, não omite, certamente, o caráter pessoalizado das violências que ocorrem dentro dos lares e contra corpos feminizados no espaço como um todo. Como argumenta Gago, o que o reconhecimento da relação intrínseca entre patriarcado e capitalismo revela é que, ao contrário do patriarcado tradicional onde o poder era baseado na própria diferença de gênero, no patriarcado capitalista, "para os homens, o salário tem servido como uma medida "objetiva" de suas posições dominantes". Isto é, o salário "tem funcionado historicamente como uma ferramenta política: ele garante tanto o controle do trabalho doméstico "obrigatório" e "não-pago" [...], estabelecendo um representante do dirigente [*the boss*] dentro do lar, quanto afirma hierarquias dentro do mercado de trabalho" (Gago, 2020b, p. 62, tradução nossa).

653 Dalla Costa e James, 1972, p. 19, grifo das autoras.

654 Ferguson (2020), p. 108, tradução nossa, grifo da autora.

e não começa e termina nos portões da fábrica"[655]. Aqui o aspecto funcional e essencial do trabalho reprodutivo no nível da vida cotidiana (P) se conecta ao nível mais geral da totalidade capitalista (G), afinal o trabalho reprodutivo feminizado cumpre um papel que é reprodutivo não apenas da vida, mas da mercadoria mais elementar do capitalismo, a força de trabalho. Como argumenta Federici, limpar a casa, cozinhar e outras tarefas relegadas historicamente aos corpos feminizados são, no capitalismo, apenas expressões de um tipo de serviço que é necessário para que a força de trabalho esteja pronta para trabalhar novamente. No capítulo 1, mostramos como, embora o capital pressuponha e tome essa reposição como dada em um sentido abstrato, é no nível da vida cotidiana que essa reprodução é levada a cabo de maneira irrevogavelmente material. Seja o trabalho de cuidar de crianças, alimentá-las e disciplina-las, seja pela reposição "física, emocional e sexual" das necessidades da força de trabalho, o lar é sempre um terreno oculto que se encontra por detrás da realização supostamente automática do Capital e de sua reprodução. Para a autora, "isto significa que por trás de cada fábrica, de cada escola, de cada escritório e de cada mina está o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem a sua vida reproduzindo aquelas que trabalham nessas fábricas, escolas, escritórios e minas"[656]. Para outra teórica feminista dessa corrente, Tithi Bhattacharya,

> É importante, a este respeito, esclarecer que o que designamos [...] como dois espaços separados – (a) espaços de produção de valor (ponto de produção) (b) espaços de reprodução da força de trabalho – podem ser separados num sentido estritamente espacial, mas na verdade, eles estão unidos tanto no sentido teórico quanto no sentido operacional[657].

Silvia Federici, assim, aponta para uma conexão entre os espaços da produção e os espaços da reprodução, que viemos advogando até então ser a marca fundamental do processo de urbanização extensiva e planetária. A conectividade de espaços aparentemente desconexos é o reflexo de um capitalismo que utiliza do processo de industrialização como vetor de expansão para fora da fábrica mesma. Se Federici nos diz que o trabalho não começa ou termina nos portões da fábrica, não é porque o trabalho se estendeu para a vida como um todo, mas porque a própria distinção entre o espaço da fábrica e o espaço da cidade, ou entre trabalho e não-trabalho, produção e reprodução, perde o sentido na Era Urbana. A noção de ponto de vista aqui é fundamental, porque, do ponto de vista do Capital, essa distinção permanece, classificando, inclusive de maneira taxativa, aquilo que é produtivo e não-

[655] Federici, 2021, p. 11, tradução nossa.
[656] Ibid, p. 12.
[657] Bhattacharya, 2015, s.p., tradução nossa.

produtivo, o que conta ou não conta como trabalho. Mas do ponto de vista da classe trabalhadora, trabalhar dentro de uma empresa em uma escala 6x1 ou trabalhar em casa de home-office, trabalhar na rua como motoboy ou ser uma costureira de uma cadeia produtiva que terceirizou parte do seu trabalho, continua sendo, mesmo que guardemos a especificidade de cada caso, parte do mesmo processo de exploração do corpo e da vida cotidiana pelo Capital. Para Federici, "somente do ponto de vista capitalista é que ser produtivo pode ser considerado uma virtude moral, para não dizer um imperativo moral. Do ponto de vista da classe trabalhadora, ser produtivo significa apenas ser explorado"[658].

Ainda sobre a questão do ponto de vista, Silvia Federici crítica a forma como John Bellamy Foster justifica a ausência de uma teoria da reprodução n'O Capital de Marx. Para Foster, Marx precisou assumir como ponto de partida a formação do Capital do seu ponto de vista lógico e sistêmico, isto é, como vimos no capítulo 1, o Capital enquanto estrutura. Nessa estrutura, o trabalho reprodutivo é apagado justamente porque estruturalmente o caráter não pago desse trabalho o relega a um aspecto historicamente atávico em relação as relações sociais de produção capitalista[659]. Embora isso explique, para Federici é exatamente aí que se encontra o problema, porque tomar o ponto de vista do Capital como ponto de vista da política significaria "abraçar a obliteração capitalista do trabalho reprodutivo não-pago"[660]. O que a Teoria da Reprodução Social e os feminismos da reprodução social procuram, ao contrário, é adentrar esse terreno oculto da estrutura capitalista que é a reprodução e seu desenrolar nos territórios, nos corpos e na vida cotidiana – as corpo-políticas envolvidas no estabelecimento e na reprodução do capitalismo.

Bhattacharya, Farris e Ferguson argumentam que a Teoria da Reprodução Social é o nome dado a esse movimento teórico que procura entender não apenas o trabalho no sentido restrito do termo, mas todos os "processos criadores de vida [*life-making*]" e como esses processos são "parte da acumulação capitalista". Se a força de trabalho é a mercadoria especial da qual o capitalismo depende para a criação de valor, mas o capitalismo não pode produzir essa mercadoria por meios propriamente capitalistas (ver capítulo 1), resta ao Capital comandar as atividades que criam corpos, subjetividades e a capacidade de trabalhar – o trabalho vivo, nos termos de Marx – para garantir a reprodução do sistema. Do ponto de vista dessa teoria, portanto, é possível separar duas formas de reprodução que se chocam

658 Federici, 2021, p. 13.
659 Sobre essa crítica, ver Federici, 2021, p. 81.
660 Ibid.

no movimento de expansão do Capital, de um lado uma reprodução societal, isto é, dos elementos que constituem a sociedade propriamente dita, de outro, uma reprodução social, que engloba as instituições, as infraestruturas e outras geografias materiais, os corpos e outras atividades capazes de criar vida[661].

É preciso levar a sério, se se trata de construir uma crítica ao capitalismo, a ideia de que a capacidade de trabalhar não é nada além de uma disposição criativa *encarnada* em um corpo vivo – uma capacidade em potencial presente no corpo daqueles submetidos ao trabalho. O trabalho, do ponto de vista do Capital, isto é, como trabalho abstrato, é precisamente a abstração (no sentido da separação) do trabalho enquanto mercadoria do corpo vivo, como se o primeiro pudesse existir sem o outro, ou como se o primeiro fosse, de fato, uma mercadoria que o segundo possui. A capacidade de exercer uma atividade criativa, no entanto, é a própria expressão da vida, do qual a produção de mercadorias é apenas uma parte degradada e reificada desta que, no Capital, se converte na função primordial que cada corpo deve exercer. Como nos diz Bhattacharya, Farris e Ferguson, "a criação de valor e lucro capitalistas exige que a força de trabalho seja abstraída dessas realidades concretas"[662], que envolvem não apenas o corpo, mas, como vimos até então, o próprio território.

O trabalho abstrato, categoria sob a qual o capital se funda e estabelece sua medida de valor indiferenciado, só pode existir porque por detrás de sua constituição está toda uma rede de atividades e geografias reprodutivas, de diferenças no sentido pleno do termo, que garantem que o corpo do trabalhador que porta a capacidade de trabalhar esteja, dia após dia, disposto novamente a apresentar essa capacidade no mercado de trabalho como mercadoria. Do ponto de vista da totalidade, isto é, da abstração, essa realidade concreta e contingente não só não aparece, como não pode aparecer, se o funcionamento do Capital deve permanecer atrelado à noção de uma compulsão muda e de um processo que ocorre suavemente. Sobre a ideia de um terreno oculto da totalidade capitalista, seria mais preciso dizer, seguindo Nancy Hartsock, que a reprodução, e não a produção, é que é ocultada em relação a esfera produtiva:

> Aquele que antes seguia atrás como trabalhador, tímido e contido, sem nada a esperar a não ser um esconderijo, agora avança na frente, enquanto uma terceira pessoa, não especificamente presente no relato de Marx sobre as transações entre capitalista e

661 Ver Bhattacharya, Farris e Ferguson, 2022, p. 46, tradução nossa.
662 Ibid, p. 47.

> trabalhador (ambos são homem) segue timidamente atrás, carregando mantimentos, bebê e fraldas[663].

Em outros termos, como nos dizem Bhattacharya, Farris e Ferguson, "depois de descermos com o capitalista e o trabalhador para o reino do trabalho assalariado, deveríamos então seguir o trabalhador até em casa, para a outra morada oculta da produção"[664].

Por fim, antes de seguirmos para a próxima seção, voltamos a uma apreciação crítica que Silvia Federici faz, retrospectivamente, sobre o movimento Wages for Housework. Para a autora, o objetivo do movimento era contestar as tríades salário=exploração=política e sem-salário=opressão=sem política. Essa ideologia, muitas vezes reverberada pelos próprios partidos de esquerda trabalhista, tomava como dada a produção da segmentação da classe trabalhadora entre pagos e não-pagos, embora esta seja ela mesma produto do modo de produção capitalista. Pensando o movimento encabeçado por ela e outras feministas, Federici nos diz que

> a fundamentação política do Wages for Housework era precisamente a recusa dessa ideologia capitalista, que equaciona desassalariamento [*wagelessness*] e baixo desenvolvimento tecnológico com atraso político, falta de poder, e que assume que a pré-condição para nos tornarmos organizadas é que primeiro sejamos organizadas pelo capital. [...] A nossa rejeição da ideologia de esquerda é a mesma que a nossa rejeição do desenvolvimento capitalista como um caminho para a libertação ou, mais especificamente, a nossa rejeição das relações capitalistas, qualquer que seja a forma que assumam. Inerente a esta rejeição está uma redefinição do que é o capital e de quem constitui a classe trabalhadora, ou seja, uma nova avaliação das forças de classe e das necessidades de classe[665].

Descer ao terreno oculto da reprodução nos permite ampliar e visibilizar uma série de subjetividades que permanecem obscurecidas pelas lentes do trabalho assalariado e diretamente produtivo que são produzidas pela própria ideologia capitalista. A luta de classes, nesse sentido, deve abranger um sentido amplo de proletariado, no sentido clássico do termo, como aquela classe que não possui nada além de sua prole. É um olhar para a reprodução, para os territórios e para a vida cotidiana propriamente dita que nos permite "recusar a ver o trabalho e a exploração apenas na presença do salário"[666].

---

663 Ver Hartsock, 1983, p. 234 *apud* Bhattacharya, Farris e Ferguson, 2022, p. 48.
664 Bhattacharya, Farris e Ferguson, 2022, p. 47.
665 Federici, 2021, p. 10, tradução nossa.
666 Ibid, p. 11.

4.2. Fronteiras, multiplicação do trabalho e extrativismo ampliado

Outro ângulo que nos permite olhar para a heterogeneização das formas de exploração pelo Capital é o provido por Sandro Mezzadra e Brett Neilson em seu livro *Border as Method* (2013). Retomando o insight presente na obra de Rosa Luxemburgo, que exploramos ao final do capítulo 1, de que o Capital se reproduz pela incorporação de territórios e setores não-capitalistas, Mezzadra e Neilson dão ar fresco à questão mostrando o papel das fronteiras[667] [*borders*] nesse movimento de expansão do Capital. Para os autores, a fronteira "longe de servir apenas como bloqueio ou obstrução as passagens globais de pessoas, dinheiro ou objetos, se tornaram dispositivos centrais para sua articulação"[668]. Essa articulação tem um aspecto muito especial, no entanto, e reconfigura a leitura finalista de Luxemburgo a respeito do Capital. Se para Luxemburgo, o Capital estava ameaçado justamente pelo limite geograficamente determinado de sua expansão (com o fim de territórios não-capitalistas, o Capital entraria em uma crise irreversível), para Mezzadra e Neilson a fronteira resolve o problema, uma vez que não há articulação fronteiriça sem a criação de novas diferenças exploráveis pelo Capital.

As fronteiras têm o poder de performar uma "função criadora-de-mundos"[669], uma vez que separar uma entidade de outra, constituir duas entidades a partir de uma unidade indiferenciada, inclusive do ponto de vista epistêmico, significa *criar* essas duas entidades. Como argumenta Balibar,

> A ideia de uma simples definição do que constitui uma fronteira é, por definição, absurda: demarcar uma fronteira é precisamente definir um território, delimitá-lo e, assim, registar a identidade desse território, ou *conferir-lhe uma identidade*. Inversamente, porém, *definir ou identificar em geral nada mais é do que traçar uma fronteira*, atribuir limites ou fronteiras (em grego, horos; em latim, finis ou terminus; em alemão, Grenze; em francês, borne). O teórico que tenta definir o que é uma fronteira corre o risco de andar em círculos, pois *a própria representação da fronteira é a pré-condição para qualquer definição*[670].

O processo de expansão do capitalismo sobre os territórios e a vida, nesse sentido, não deve ser entendida como uma extensão puramente espacial sobre materialidades e sujeitos já constituídos, mas precisamente a expansão da fronteira *como criação de novas subjetividades e novas espacialidades exploráveis pelo Capital.*

---

667 Os autores usam a palavra *border* em inglês para designar esse aspecto de algo que bordeia, que faz bordas, enquanto um espaço que separa e inclui simultaneamente. Em português, o conceito de *fronteira* é o que melhor captura esse aspecto mutável, móvel. Sobre isso, ver Hissa, 2002.
668 Mezzadra e Neilson, 2013, p. ix, tradução nossa.
669 Mezzadra e Neilson, 2013, p. 06.
670 Balibar, 2002, p. 76 apud Mezzadra e Neilson, 2013, p. 16, tradução nossa.

É por isso que Mezzadra e Neilson nos falam que, ao adotar o *ponto de vista das fronteiras*, o que surge como possibilidade é um novo conceito de *multiplicação do trabalho*[671]. Isso porque, se a acumulação primitiva capitalista é, como vimos, a expansão e a extensão das fronteiras governáveis pelo Capital, essa expansão só pode se dar pela criação de novas formas de trabalho, a partir de novas mutações que o afastam da imagem juridicamente correta e moderna do trabalho assalariado e do contrato de trabalho. A multiplicação do espaço – ou poderíamos dizer, a produção de um espaço fronteiriço – é também a produção do próprio trabalho ou de novas subjetividades trabalhistas para além da relação salarial. Esse ponto de vista também nos permite atentar para "a composição contemporânea do trabalho vivo" que se altera à medida em que o Capital passa cada vez mais adotar regimes de mobilidade e flexibilidade[672].

As fronteiras são pensadas, assim, a partir de seu caráter triplo: de criação, divisão e conexão[673]. Antes de passar ao caso do trabalho, vejamos, por exemplo, a questão do trabalho migrante. Fronteiras nacionais, à princípio, demarcam diferenças entre nações e povos, seja por características que definem uma certa unidade, pela presença de uma cultura comum ou de outros elementos geográficos que justifiquem a pretensa unidade nacional. Os corpos que habitam esses espaços são marcados simultaneamente, portanto, por uma identidade (a identidade nacional) e uma diferença (no contraste com outros povos). A fronteira como signo desse par unidade/diferença pode, à primeira vista, parecer separar, barrar ou refrear o livre trânsito dos corpos, como se sua função primordial fosse, de fato, bloquear a mobilidade. O que vemos na realidade é que a fronteira é responsável por *multiplicar* os trânsitos entre unidades distintas – fluxos materiais, de pessoas, de energia, de dinheiro, entre outros. O que acontece então na fronteira? A fronteira funciona fundamentalmente como uma espécie de filtro, que separa em linhas diferentes corpos diferentes, objetos diferentes, e confere a eles status diferentes. Em suma, não se trata de quem entra e quem não entra, mas *como* cada corpo e cada coisa passa pela fronteira.

Fronteiras, no entanto, possuem um aspecto transescalar. Partimos do exemplo das fronteiras nacionais por serem, talvez, o exemplo mais claro dessa função de filtro. Mas, por toda parte, proliferam-se fronteiras: a fronteira entre o público e o privado, entre a casa e a rua, entre a produção e reprodução, entre o trabalho e o não-trabalho, entre a vida e a morte.

---

671 Ver Mezzadra e Neilson, 2013, p. x.
672 Ibid.
673 Ibidem, p. 17.

Na medida em que cada um dos lados e a passagem dos fluxos entre eles se transforma, talvez não fosse o mais correto dizer que se trata de um filtro – há um processo ativo de *produção de diferenças* na passagem de um lado ao outro de cada uma dessas fronteiras. Como nos diz Mezzadra e Neilson, a fronteira "é acima de tudo uma questão de política, dos tipos de mundos sociais e subjetividades *produzidas na fronteira*[674]".

Do ponto de vista do trabalho no mundo contemporâneo, a fronteira entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, não parecem, igualmente, invocar uma separação estrita. O tempo todo trabalhadores percorrem os dois lados do processo, mesmo o próprio Capital, oscilando de um ponto da fronteira ao outro. Nesse movimento, o que se cria são novas diferenças, submetidas ao dispositivo da fronteira mesma enquanto dispositivo de controle. No caso da informalidade, por exemplo, frequentemente se associa informal e ilegal, embora seja comum ver pequenos empreendimentos informais populares com o certificado de Microempreendedor Individual (MEI) e grandes empreendimentos formais capitalistas que sonegam impostos. Aqui se vê que as separações entre formal/informal, legal/ilegal, cumprem menos a função de determinar e separar os processos em lados diferentes, mas constitui propriamente um modo de *integração diferencial* de sujeitos e práticas econômicas diferentes. Felipe Magalhães, por exemplo, observa o modo como camelôs e ambulantes são expulsos do centro da cidade de Belo Horizonte sobre a premissa de exercerem atividades ilegais e informais, ao passo que os aplicativos de transporte são constantemente celebrados pelas mesmas autoridades públicas, muito embora estes também não tenham qualquer legislação que os reveste de legalidade e também são atravessados pelo signo da informalidade. Fronteiras, nesse sentido, são dispositivos de controle de corpos e de espaços e da distribuição desses corpos no espaço[675].

Uma outra fronteira não menos importante é a fronteira sinalizada pela própria forma abstrata da mercadoria que captura a força de trabalho. Para Mezzadra e Neilson, entre o corpo enquanto entidade viva, dotada de energias, desejo, qualidades, e a mercadoria força de trabalho, abstração que destitui o corpo de todas suas particularidades, homogeneizado como modo de comparar trabalhos distintos, há também uma fronteira que o sujeito precisa cruzar o tempo todo. Essa fronteira instável precisa ser, o tempo todo, "reafirmada e

674 Mezzadra e Neilson, 2013, p. 17, grifo nosso.
675 Ver Magalhães, 2023.

retraçada", esse é o verdadeiro sentido da reprodução das relações sociais de produção capitalistas[676] – a produção constante de uma cartografia estática do corpo vivo.

Os autores propõem o conceito de multiplicação do trabalho justamente para captar o modo como nesse constante redesenhar das fronteiras entre a vida e o trabalho, entre o corpo e a mercadoria força de trabalho, o Capital precisa produzir sempre novas formas de captura, uma vez que o corpo sempre os escapa, como base mutável e criativa que é. Nesse movimento de mutação, é o Capital mesmo que muda, mudando igualmente a relação entre a composição do capital e a composição do trabalho vivo. Para os autores,

> procuramos marcar as constantes e imprevisíveis mutações destes arranjos introduzindo o conceito de multiplicação do trabalho. Elaboramos esta noção como parte de um envolvimento contínuo com várias tentativas de fundamentar materialmente uma nova teoria da subjetividade política, seja através do conceito de multidão[677], ou dos debates em curso em torno das transformações da cidadania[678] e da categoria do povo[679]. A multiplicação do trabalho, neste sentido, é uma ferramenta conceptual para investigar a composição do trabalho vivo numa situação caracterizada por um elevado grau de heterogeneidade[680].

A multiplicação do trabalho procura, nesse sentido, lidar com as questões relacionadas à mudança do sujeito política (e das subjetividades políticas) em um mundo onde as fronteiras entre o trabalho e o não-trabalho, a produção e a reprodução, ganham contornos diferentes daqueles que predominaram no período da industrialização.

Essas subjetividades, certamente, não flutuam no ar e tem determinações espaciais muito claras. Assim, a noção de fronteira não funciona aqui, ao contrário do que vimos no caso do uso de termos espaciais pelos estruturalistas no primeiro capítulo, como uma metáfora espacial. Fronteiras subjetivas sempre implicam configurações espaciais particulares, processos de produção do espaço, onde os corpos são submetidos ao controle do Capital. Citando o trabalho do antropólogo e geógrafo Nicholas De Genova sobre os regimes de deportação[681], Mezzadra e Neilson argumentam que:

> "Se o trabalho fornece a chave teórica crucial que abre a ligação prática entre os polos antitéticos da vida nua e do poder soberano (estatal)", escreve Nicholas De Genova, "o terreno literal e também conceitual que necessariamente os une, no entanto, é o espaço". Da mesma forma, o terreno literal e conceitual em que

676 Ver Mezzadra e Neilson, 2013, p. 19.
677 Ver Hardt e Negri, 2001; Virno, 2003.
678 Balibar, 2003; Isin, 2002.
679 Laclau, 2005.
680 Mezzadra e Neilson, 2013, p. 21.
681 De Genova, 2010, p. 50, tradução nossa.

> exploramos a multiplicação do trabalho é o domínio heterogéneo do espaço global, à medida que este é continuamente dividido e redividido pela proliferação de fronteiras[682].

Há uma conexão, portanto, entre a produção do espaço e a produção de subjetividades que designa o espaço como produtor e produto dos corpos vivos. Nesse sentido, fronteiras, na medida em que são dispositivos de produção de espaços, são também dispositivos de produção de subjetividades, isto é, possuem poder de *criar* subjetividades. A ideia de produção de subjetividades deve ser tomado em um duplo sentido – de um lado, se trata da produção de um "compartimento subjetivo particular" a partir de um processo espacial específico (a subjetividade migrante, a subjetividade periférica, ou os banlieusards, como vimos ao final do capítulo 1), de outro, do próprio aspecto produtivo dessa subjetividade para o Capital (o modo como cada um destes acaba sendo capturado em circuitos de extração de mão-de-obra barata para os centros de comando do Capital)[683].

Para Verónica Gago, a visibilização dessa conexão entre o corpo e o espaço é fundamental para contestar processos contemporâneos de exploração e dominação capitalista. A autora propõe pensar a experiência do corpo feminino como um *território de conquista* evidenciando como capitalismo, domesticação e colonização são fenômenos inseparáveis "*já que constituem uma relação específica*, tanto no modo de explorar mão de obra quanto no de subordinar territórios"[684]. A autora toma emprestado o termo *corpo-território*, forjado na luta territorial de comunidades latino-americanas ameríndias no enfrentamento aos megaprojetos extrativistas de mineração e extração de outros recursos naturais para pensar a inseparabilidade da reprodução e do espaço, da produção de subjetividades e da produção do espaço. Para Gago, "a exploração dos territórios sob modalidades neoextrativistas" não gera impacto apenas no nível da espacialidade, mas reconfigura "a exploração do trabalho" por meio da "espoliação dos bens comuns na vida cotidiana". Corpo-território é um conceito, mas também um "modo de "ver" a partir dos corpos experimentados como territórios e dos territórios vividos como corpos"[685].

Em outras palavras, é preciso negar o ponto de vista do Capital que insiste em tomar como separados corpo e território, subjetividade e espaço. Um corpo sempre é um espaço, como nos lembra Lefebvre, i.e., a constituição de um espaço interior desde sua embriogênese

---

682 Mezzadra e Neilson, 2013, p. 22.
683 Ver Read, 2003, p. 102, tradução nossa.
684 Gago, 2020a, p. 78.
685 Ibid, p. 79.

até sua constituição subjetiva e mental[686]. Mais que isso, um corpo sempre nasce a parti de elementos da terra, foi nutrido pela terra, sendo a ausência de um espaço reservado à sua existência apenas produto de uma escassez fictícia gerada pelo pesadelo capitalista. Como argumenta Gago,

> A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo *enquanto* território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são "individuais", mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só "um", mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas[687].

Ter um corpo ou ter um território não passa pelo sentido de posse no sentido capitalista, mas no sentido de uma interdependência reprodutiva, uma composição de afetos, potências e sinergias que surgem do estar junto. Em outras palavras, corpo-território define a totalidade da vida.

Escrevendo juntos, Gago e Mezzadra, propõem então a noção de *extrativismo ampliado* para argumentar que o *neoextrativismo* que parece ser a marca fundamental da relação do Capital com a América Latina não se limita à extração de matérias primas, como mineiros, madeira e outros. O que os processos de financeirização e digitalização revelam é que a extração atinge diretamente "o trabalho e a vida de populações, mirando na extração de valor destes"[688]. O endividamento, fenômeno que tem se tornado cada vez mais relevante dado o avanço de casas de apostas sob a roupagem de plataformas digitais, também é capaz de recapturar renda, mesmo aquelas repassadas por meio de programas sociais, como visto recentemente no caso brasileiro com o Bolsa Família – um estudo do Banco Central revelou que cerca de 3 bilhões repassados através do programa foram utilizados para a realização de apostas esportivas virtuais[689]. Outras plataformas, como as de entregadores de aplicativo, também são submetidos a modelos extrativos comandados por algoritmos, sem o respaldo de um contrato de trabalho ou mesmo de uma legislação que regule o emprego desta mão-de-obra.

---

686 Sobre isso, ver o capítulo *Spatial Archtectonics* em Lefebvre, 1991.
687 Gago, 2020a, p. 79.
688 Gago e Mezzadra, 2018, p. 579, tradução nossa.
689 Fonte: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/09/24/beneficiarias-do-bolsa-familia-enviaram-r-3-bi-para-bets-em-um-mes-diz-bc.htm. Acesso em: 25/11/2024.

O conceito de extrativismo ampliado também revela uma espécie de "exterioridade do capital" em relação ao trabalho vivo, alterando a forma de funcionamento da produção de valor que marcou os períodos anteriores. Se no capitalismo industrial o capital organizava diretamente a cooperação social dentro das fábricas, organizando linhas de montagem, distribuição de equipes, divisão do trabalho e um estudo minucioso dos gestos e ritmos da produção que foi o ápice do fordismo e do taylorismo, no período marcado pelo signo do extrativismo ampliado o Capital parece explorar precisamente uma cooperação social que ocorre à despeito de sua organização. No caso de um entregador de aplicativo que toma um empréstimo para comprar sua moto, por exemplo, sua dívida com o banco é que funciona como uma espécie de garantia de trabalho futuro, independente de qual trabalho seja. Se esse entregador irá arrumar novos bicos e outras atividades informais, ou mesclar o trabalho informal no aplicativo com um trabalho parcial em uma outra empresa, não interessa diretamente o Capital. Não obstante, a dívida produz e se apropria dessa organização do trabalho que agora é externa ao Capital – aquilo que Ludmila Abílio chamou de *subsunção real da viração*[690].

As dinâmicas de extrativismo ampliado também revelam que a extração não está reservada aos espaços rurais ou não-citadinos, mas é encabeçada pela mesma extensão do tecido urbano. A lógica da financeirização, da coordenação por mercados de capitais, do endividamento popular, afeta tanto pequenos agricultores familiares que vendem para programas de aquisição de alimentos quanto entregadores de aplicativo que circulam nas grandes metrópoles. O extrativismo urbano aponta para uma separação dessas dicotomias espaciais, unificadas agora pela extensão da capacidade de comando do Capital.

O que queremos argumentar com o conceito de extrativismo ampliado é justamente o caráter urbano do capitalismo contemporâneo e sua capacidade de ordenar a produção do espaço, mesmo dos espaços não-citadinos. O capital produz "paisagens operacionais" que estendem sua capacidade de extração de valor sobre os territórios e sobre a vida cotidiana. Nesse sentido, como procurarei argumentar, a política radical contemporânea também deve se tornar urbana, no sentido de superar as dicotomias entre os espaços da cidade e da não-cidade, da produção e da reprodução, rumo a uma compreensão alargada das novas frentes de luta contra o Capital Na seção seguinte, veremos como a noção de Economia Popular

690 Ver Abílio, 2017.

pode encapsular e endereçar uma nova leitura dos trabalhadores sem-salários, produzindo uma concepção renovada da política radical no mundo contemporâneo.

4.3. Economias populares e pragmática vitalista: geografias materiais da reprodução social

No Norte Global, dois processos importantes marcaram os séculos XX e XXI, como vimos ao longo do capítulo 2, em termos de uma reestruturação produtiva do capital: o fordismo e o pós-fordismo. No primeiro, a crise de 1929 e o espectro da Revolução de Outubro de 1917 forçaram o Capital a uma recomposição que incorporasse e integrasse os trabalhadores no cálculo econômico. Nesse contexto, os sindicatos e os partidos trabalhistas ganham proeminência como mediadores das demandas por melhorias nas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que o trabalho formal assalariado é anunciado como orientador do horizonte de expectativas da classe trabalhadora. A chamada Era de Ouro do capitalismo ficou conhecida, justamente, por aliar produtividade e crescimento econômico com um certo nível de preocupação com o Bem-estar Social da classe trabalhadora, traduzido, particularmente, na expansão dos meios de consumo. É seguro dizer, portanto, que em grande parte do Norte Global, a integração da classe trabalhadora se dá através de um processo em que a promessa de consumo e a garantia da reprodução da vida dão as bases para uma (re)conciliação, ainda que instável, entre Capital e Trabalho[691].

A crise da década 1970 coloca em xeque esse momento de prosperidade, na medida em que a crise fiscal dos Estados ameaça a continuidade dos programas de assistência social à classe trabalhadora. O avanço da estagflação corrói o poder de compra e põe fim ao compromisso fordista do período anterior. Por fim, a flexibilização dos postos de trabalho, seja através da precarização de posições no mercado de trabalho formal, seja pela reorientação da produção para o setor terciário e de serviços ditos informais, coloca uma pá de cal sobre o tripé que sustentou o desenvolvimento do período anterior: estabilidade e integração trabalhista – crescimento do poder de compra – seguridade social. Nesse contexto, há um reaparecimento, no Norte Global, de formações econômicas anacrônicas em relação ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capital, o que Harvey descreve como uma "convergência entre sistemas de trabalho "terceiro-mundistas" e capitalistas avançados"[692].

---

691 Ver Negri, 1988; Harvey, 2008; Antunes, 2013.
692 Harvey, 2013, p. 145.

No Sul Global, por outro lado, o quadro aparece invertido de início, como também vimos no capítulo 3. No Brasil, por exemplo, a formação de uma 'sociedade do trabalho', i.e., baseada no trabalho assalariado formal, jamais encontraria bases para sua consolidação. De maneira similar, o processo de industrialização incompleto e a dependência de uma economia primário-exportadora, vastamente documento por acadêmicos e teóricos desenvolvimentistas da década de 70, impede a formação de um Estado de Bem-estar Social e mesmo de políticas trabalhistas que amparem plenamente o trabalhador. O quadro se agrava a partir da crise de hiperinflação da década de 1990, traduzindo-se mais recentemente numa multiplicação de formas de trabalho sem-salário, de informalização e precariedade. Além disso, se a informalidade no Norte Global aparece como elemento que destoa da regra, a composição do mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, sempre se expressou através de relações que se distanciam, mais ou menos, da legalidade e da regulação estatal e que combinam formações econômicas de temporalidades distintas, muitas vezes sobrepostas.

Como bem nota Ananya Roy, o retorno da questão da informalidade à "agenda internacional de desenvolvimento e planejamento urbano"[693] se faz acompanhado de uma dicotomia fundamental. De um lado, vemos um conjunto de declarações premonitórias que veem nas práticas econômicas informais a expressão de uma catástrofe em vias de consolidação. De outro, uma leitura que vê na economia informal uma forma de heroísmo, ora enfatizando uma espécie de crítica imanente ao Estado e seu papel de regulação da atividade econômica, ora enxergando nessas práticas uma 'economia dos pobres', supostamente em completo "isolamento do capitalismo global". Em ambos os casos, o que permanece é uma incapacidade de entender a informalidade como "um processo diferenciado", suas especificidades geohistóricas, o contexto de emergência e suas relações mais amplas "com o poder e a exclusão"[694]. Verónica Gago parte de um diagnóstico similar ao ver que, nas ciências sociais de modo geral, a economia informal é normalmente tratada como "invisível e marginal", como algo que funciona "fora dos parâmetros legais e tributários da economia formal", e que, por isso, seria frequentemente referida a partir de atributos como "oculta", "nas sombras" ou "subterrânea"[695].

No entanto, o que as crises econômicas recentes que assolaram o mundo pós-2008 revelam, em particular suas repercussões na América Latina, é que as economias ditas

693 Roy, 2005, p. 148, tradução minha.
694 Ibid.
695 Gago, 2011, p. 50, tradução minha.

informais estão entrando, cada vez mais, em um regime de *hipervisibilidade*[696]. As crises fizeram com que essas economias informais/populares se tornassem massivas e ocupassem cada vez mais as ruas das cidades, tanto as do Norte quanto as do Sul Global, de modo que seu caráter supostamente marginal, oculto ou invisível, parece antes ser o resultado de um modo específico de tratamento dado à essas práticas e menos uma característica intrínseca destas. O que a autora chama de hipervisibilidade diz respeito a forma como as transformações recentes no mundo do trabalho nos obriga, hoje, a reconhecer a presença cada vez mais decisiva de uma paisagem proletária precária e informal que forma parte expressiva da realidade urbana e que nos convida a uma mudança de atitude epistêmica e teórica frente a essa realidade.

A paisagem das metrópoles brasileiras, por exemplo, sempre foram marcadas pela forte presença de camelôs, ambulantes, vendedores de alimentos, entre outros, que para além de ocuparem os espaços das ruas como forma de garantir sua própria reprodução, garantiam também a reprodução da classe trabalhadora a partir da oferta de serviços e alimentação a um custo mais acessível do que os ofertados pelos mercados formais. Nos bairros populares e periféricos, como vimos ao longo do último capítulo, predominava a autoconstrução, os mutirões e as redes de ajuda mútua como forma de lidar com os impasses reprodutivos colocados pelo quadro de crise permanente e decomposição do salário e do poder de compra. Os discursos desenvolvimentistas, em particular aqueles que emanavam da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tratavam essas economias informais como fadadas ao desaparecimento, uma vez que o desenvolvimento atingisse esses setores de baixa produtividade. O descompasso entre "crescimento econômico e a expansão real do emprego"[697] era, assim, fruto de um problema tecnológico, que seria resolvido pela absorção da mão-de-obra disponível nas cidades sob a forma do trabalho informal em atividades da alta indústria.

Desde a década de 1970, uma vasta literatura latino-americana foi produzida para debater e contestar o tratamento dado à questão da informalidade e da economia informal na medida em que o fenômeno não apenas não desaparecia, como parecia ser recriado e reforçado pelo próprio movimento do Capital na periferia. Buscando contestar a leitura predominante até então – que lia o setor como simplesmente oposto a um setor legalmente formal e/ou desenvolvido da economia –, essa literatura logrou mostrar que a informalidade,

---

[696] Ibid.
[697] Benanav, 2021, p. 11.

longe de ser o resultado de uma dinâmica incompleta de modernização ou a simples expressão de um processo de desenvolvimento malsucedido, era, na realidade, parte fundamental da própria dinâmica capitalista na periferia e no Sul Global[698]. A partir daí, uma série de conceitos e teorias buscaram elaborar o papel desempenhado por este setor, substituindo a própria concepção de 'informal' por outros termos mais apropriados para falar deste fenômeno. Na América Latina, os conceitos de economia popular, polo marginal, economia dos setores populares, entre outros[699], buscam dar conta deste fenômeno e de seu funcionamento no interior das economias urbanas latino-americanas.

Milton Santos (2008) é um dos pioneiros nessa abordagem com sua conceituação dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos. Para o geógrafo brasileiro, as economias urbanas da América Latina seriam marcadas pela presença de dois circuitos, um circuito superior e outro inferior. No circuito superior, predominam atividades intensivas em capital, com emprego de alta tecnologia e maior articulação e projeção em relação às dinâmicas do mercado internacional. Já o circuito inferior seria formado por uma miríade de práticas populares e informais, intensivas em trabalho, baseada em conhecimentos e tecnologias populares, e com uma profunda articulação com os territórios e as periferias das cidades – os camelôs e ambulantes, as pequenas papelarias e lojas de xerox, costureiras atuando em espaços compartilhados ou domésticos, carrinhos de comida espalhados na cidade, etc. O circuito inferior, onde se localizariam as práticas econômicas populares e informais, teria um papel central nessas economias, garantindo a capacidade de reprodução social de grande parte da população periférica, e permitindo, ao mesmo tempo, várias formas de complementariedade com o circuito superior através da oferta de serviços essenciais variados a preços baixos, como os de circulação de mercadorias e documentos (motoboys, entregadores e motoristas), produção de materiais de divulgação (folhetos, banners, cartazes), alimentação à baixo custo e outros[700].

Essa conceituação é retomada posteriormente por outras correntes latino-americanas para pensar a especificidade de uma economia de base popular. Dentre os primeiros trabalhos desenvolvidos, se destacam os escritos do economista argentino José Luís Coraggio e do chileno Luís Razeto[701] que identificavam nas economias urbanas de seus países a

698 Ver Oliveira, 2014.
699 Razeto, 1993; Coraggio, 1994; Quijano, 1998.
700 Para uma apreciação da contribuição de Milton Santos à teoria dos dois circuitos e sua relação com a economia popular, ver Diniz, 2016; Diniz, 2023; Muñoz, 2013.
701 Ver Coraggio, 1994; Razeto, 1993.

presença de uma multiplicidade de organizações econômicas populares. Essas organizações eram marcadas por uma diferença profunda com a economia empresarial-capitalista e a economia do setor público, uma vez que tinham como princípio orientador de suas atividades não a produção e acumulação do lucro, mas, sim, a *reprodução ampliada* do grupo – a melhoria das condições de vida e de reprodução social dos trabalhadores envolvidos – e da unidade doméstica – das casas, bairros e vizinhanças onde esses grupos atuavam. Dentre as atividades que compunham esse setor, os autores apontam desde a presença de atividades ilegais ou nas fronteiras da legalidade até atividades mais bem estruturadas como cooperativas e associações informais de produção, grupos de ajuda mútua e mutirões para autoconstrução de moradias.

Para Coraggio, o surgimento da Economia dos Setores Populares está relacionado com "as consequências sociais do processo de reestruturação do capital nesta sua nova fase, de velha busca da globalização"[702] – i.e., "das rupturas contínuas impostas repetidamente ao *cotidiano popular*"[703]. O aumento vertiginoso da presença dessas atividades nas paisagens das metrópoles brasileiras e latino-americanas decorre da convergência entre uma série de condições estabelecidas pela reestruturação capitalista: i) "desmantelamento dos sistemas de previdência social"; ii) "crise da reprodução continuada"; iii) "exclusão do trabalho" e iv) perda do poder relativo da classe [trabalhadora] e de suas organizações"[704]. Em suma, é a crise generalizada aliada à permanente precariedade das relações trabalhistas nesses países que impulsiona o surgimento de outras formas de emprego e de atividade produtiva para além do contrato formal de trabalho.

O foco na problemática da reprodução é fundamental para compreender a dinâmica própria desse setor. Para Coraggio, a *unidade doméstica* é a unidade de análise fundamental para esse fenômeno, na medida em que é o espaço da casa, do bairro, da vizinhança, do território, etc., que se organiza em torno de processos produtivos e redes de cuidado e ajuda mútua visando a reprodução da vida. Desprovidos de meios de produção, os sujeitos da economia popular contam apenas com seu *fundo de trabalho* que se confunde, no limite, com suas próprias capacidades físicas e corporais – seus conhecimentos, sua força de trabalho e as sinergias que são criadas por estas redes cooperativas. Essa sobreposição entre produção e reprodução também se observa no uso que se faz dos meios de reprodução adaptados às

---

[702] Coraggio, 2000, p. 91.
[703] Ibid, p. 93, grifo nosso.
[704] Ibidem, p. 91-92.

demandas produtivas. O carro, a moto ou a van de uma determinada família pode servir tanto para o transporte da própria família e de vizinhos ou para a realização de transportes irregulares de bairros sem ou com pouco acesso a circulação e oferta de transporte público; um liquidificador, uma geladeira e outros eletrodomésticos podem servir tanto para o consumo pessoal quando para a venda de produtos alimentícios em feiras, grupos de bairro ou mesmo em plataformas[705]. Aqui ressoa a asserção de Tithi Bhattacharya, citada na seção anterior, sobre a conexão fundamental entre os espaços de produção e os espaços de reprodução – em alguns casos, essa conexão é na verdade a superposição espacial/material desses dois momentos que conformam novas geografias reprodutivas.

Coraggio ainda procura distinguir a reprodução simples, que seria apenas a reposição das mesmas condições iniciais presentes em um grupo ou unidade doméstica, da *reprodução ampliada da vida*. Esse conceito

> [...] denota que há uma melhoria estrutural da qualidade de vida. Em outros termos: reprodução ampliada significa que se vá melhorando a qualidade de vida de um mesmo grupo doméstico, ou de um conjunto de grupos domésticos, ao longo do período considerado pela análise, com base no desenvolvimento das capacidades e oportunidades sociais dessas pessoas[706].

A reprodução aqui não denota simplesmente a necessidade de se reproduzir biologicamente ou de obter as condições moralmente e historicamente mínimas de reprodução, que Marx diz ser a base do salário pago ao trabalhador, mas a construção permanente de novas oportunidades e de melhorias para os sujeitos e os territórios envolvidos nessas práticas. É por isso que Razeto irá dizer que as *organizações econômicas populares* (termo que o autor utiliza para falar do mesmo fenômeno) são "germes de uma nova forma de organização" e de "uma nova estrutura da ação transformadora"[707].

A busca pela melhoria coletiva da capacidade de vida em organizações autônomas afasta, ainda que não separe de maneira estrita, como veremos, os interesses impostos pelo Capital aos sujeitos dos interesses expressos nessas práticas. Como nos diz Diniz,

> Quando se tem um filho, um marido, um primo/e ou um sobrinho envolvidos no empreendimento popular, esse trabalhador não é visto da mesma maneira que um trabalhador em uma empresa. Ou seja, ele não é demitido diante de uma falta, diante de uma situação de improdutividade ou algo do tipo. Ele pode ter uma relação de trabalho que passa por uma outra dinâmica de contagem de horas trabalhadas. Ele pode sair do empreendimento durante um tempo, por exemplo, se conseguir um

---

705 Ver Coraggio, 2000.
706 Ibid, p. 104.
707 Razeto, 1993, p. 12, tradução nossa.

> emprego formal, e depois voltar, caso caia em uma situação de desemprego. Há uma dinâmica de movimentação desses trabalhadores dentro do empreendimento, seguindo uma racionalidade que está muito articulada à *reprodução da família*, à composição da renda familiar, muito além da lógica de lucro, de acumulação, que se esperaria numa empresa capitalista[708].

É nesse sentido que, principalmente no caso brasileiro, o termo economia popular é apropriado pelo movimento de Economia Solidária que o enxerga como sua base. A preocupação com a reprodução da vida coletiva seria a sinalização de que os setores populares já possuem uma racionalidade que poderia servir de esteio para se pensar uma *outra economia*, baseada em outros princípios para além do lucro e da acumulação[709].

Por outro lado, o trabalho da socióloga Verónica Gago na Feira La Salada[710] tem mostrado que tomar a reprodução dos setores populares de forma romantizada, tratando sua *pragmática vitalista*[711] como sinais diretos de uma possível utopia, acaba por apagar o aspecto ambíguo, promíscuo e *abigarrado* dessas economias. Ao investigar "as formas que o trabalho vivo assume hoje fora da fábrica", prestando atenção particular às expressões deste trabalho nas economias populares, clandestinas, ilegais, informais e migrantes, Gago mostra como, no processo de garantir a própria reprodução e o "o progresso popular", as economias populares, "em conflito com a tentativa do capital de capturar novos espaços de valorização", fazem emergir "territórios "promíscuos"", isto é, territórios onde a lógica do Capital é, a todo momento, contestada, assimilada, transformada e transbordada[712].

Gago dá o nome de *neoliberalismo desde baixo* a essa subjetividade popular que é gestada nos interstícios e no conflito cotidiano entre os interesses e a lógica da reprodução capitalista e os interesses e a lógica da reprodução da vida.

---

[708] Diniz, 2023, p. 199, grifo nosso.
[709] Ver Diniz, 2016. Fernandes e Diniz, 2018.
[710] A Feira La Salada é uma feira popular, informal e ilegal que funciona nos subúrbios de Buenos Aires, sendo um dos maiores mercados têxteis da América Latina e uma das maiores feiras a céu aberto do mundo. Conhecida por movimentar valores bilionários anualmente e pelo alto preço da renda da terra, a Feira possui uma paisagem ambígua, marcada pela presença de pequenos empreendimentos populares de extrema precariedade, produtos falsificados e uma conexão com fábricas têxteis clandestinas, com forte presença de trabalho migrante e periférico. Essa feira fora o principal estudo de caso de Verónica Gago em seu célebre livro *Neoliberalism from below* (2017).
[711] Verónica Gago utiliza o termo pragmática vitalista para captar aquilo que chamou de um "oportunismo das massas". Isto é, diante de um cenário de crise e de expansão do neoliberalismo, as classes populares desenvolveram estratégias e racionalidades que mesclam formas de atuação coletiva com ideologias individualistas, a solidariedade com interesses privados, a ausência de interesse pelo lucro com cálculos econômicos, multiplicando assim espaços e racionalidades promíscuas que mesclam interesses muitas vezes distintos (ver Gago, 2018, p. 17).
[712] Ver Gago, 2018, p. 33, tradução nossa.

> Por *neoliberalismo desde baixo*, refiro-me a um conjunto de condições que são materializadas além das vontades de um governo, legítimo ou não, mas que se transformam nas condições sob as quais uma rede de práticas e habilidades opera, assumindo o cálculo como seu quadro subjetivo primordial e funcionando como o motor de uma poderosa economia popular que combina habilidades comunais de autogestão e know-how como uma tecnologia de autoempreendedorismo de massa na crise.

A multiplicação do discurso empreendedorista, de uma ideologia que trata o sujeito como uma firma, que trata o lar como uma empresa e que pensa as finanças populares a partir de lógicas oportunistas de captura de lucro e produção de riqueza, é o sintoma desse encontro entre uma classe que não encontra mais os meios de realizar sua reprodução por meio de um trabalho formal assalariado ou mesmo que não desejam mais serem submetidas aos mandos de um chefe ou dirigente tirano[713].

O que aparece como pano de fundo aqui é a constatação de que as transformações recentes no regime de acumulação fizeram multiplicar formas de trabalho para fora da fábrica e para além do trabalho assalariado formal. Essa *nova paisagem proletária*[714], composta por camelôs, ambulantes, artistas de rua, feirantes, artesãos, cozinheiras, entre outros, produz uma série de espaços que garantem a reprodução social dos setores populares. Não obstante, esses mesmos espaços se tornam hoje alvo de novas rodadas de acumulação e acumulação primitiva, donde o trabalho não-assalariado é capturado por outras formas para além do contrato de trabalho – o endividamento, a financeirização, a espoliação urbana, entre outros, são todos dispositivos utilizados nesse processo.

Buscando captar essa guinada do Capital em direção aos espaços onde a reprodução social das classes populares acontece, Neil Gray propõe o termo *geografias materiais da reprodução social* para pensar as "infraestruturas de reprodução social"[715] e as "infraestruturas sociais"[716] que organizam materialmente a reprodução social no tecido urbano: "moradias, escolas, transporte, hospitais, centros de saúde, enfermarias, estruturas de lazer, e outras construções e estruturas de serviço social"[717]. Esses espaços são hoje alvo de diversas

---

713 Em um artigo publicado neste ano, eu e outros pesquisadores mostramos como o discurso de autonomia acaba, por vezes, capturado em ideologias neoliberais de empreendedorismo entre entregadores de aplicativo. A presença dessa ideologia, no entanto, como argumentamos no artigo em questão, não é simplesmente fruto de uma disposição individual do sujeito, mas a forma de subjetividade requerida para o funcionamento da estrutura capitalista contemporânea. Sobre isso, ver Fernandes, Peregalli e Canettieri, 2024.
714 Gago, 2018.
715 Ver Luke e Kaika, 2019.
716 Ver Hall, 2020.
717 Gray, 2022, p. 816, tradução nossa.

dinâmicas de financeirização que ameaçam a continuidade da oferta de serviços públicos gratuitos para as classes populares e acertam diretamente nas suas capacidades reprodutivas. Citando como exemplo o caso de Milão no pós-guerra, Gray mostra como a especulação imobiliária se tornou um elemento ativo de expulsão de trabalhadores que antes se localizavam mais próximos do centro da cidade. Dinâmicas de gentrificação, despejos e aumento de aluguéis foram estratégias utilizadas para destituir os trabalhadores do acesso as infraestruturas urbanas acessíveis pela centralidade e pelo adensamento urbano. Há uma disputa, por assim dizer, da centralidade que se manifesta em estratégias muito bem definidas por parte do capital na extração de valor de infraestruturas que antes serviam à reprodução da classe trabalhadora.

Por outro lado, para Gray, é precisamente a luta em torno da defesa dessas infraestruturas que provê a possibilidade de apagar as divisões entre produção e reprodução, ou entre assalariados e não-assalariados, fornecendo a base de uma nova recomposição de classe baseada numa *composição espacial*[718]. No caso de Milão, mas também em um outro exemplo em Torino, Gray observa como a extensão do Capital em direção ao espaço permitiu que homens e mulheres, nacionais e migrantes, empregados e desempregados, lutassem lado a lado contra o Capital e pelo direito à reprodução social e a centralidade. O movimento *Prendiamoci la Citta* (Retomar a Cidade) se origina nesse contexto, na década de 1970, organizado pelo coletivo *Lotta Continua* (LC), para evidenciar que a luta pela retomada das infraestruturas reprodutivas urbanas era parte da luta contra o Capital. Embora a luta nas fábricas parecia surtir efeito e, de fato, traduzir-se em ganhos de recomposição salarial, o Capital, argumentavam, era capaz de recapturar esse repasse por meio da inflação, do trabalho reprodutivo não-pago e por meio dos aluguéis e da captura da renda da terra. Esse circuito revelava que para lutar contra o Capital era preciso alargar aquilo que se considerava como parte da classe trabalhadora e o próprio alcance da luta de classes. Curiosamente, o coletivo *Lotta Femminista*, a seção feminista do grupo LC, é quem encabeça o movimento Wages for Housework, analisado na seção anterior.

---

[718] Como vimos no capítulo 2 desta tese, o conceito de composição de classe se origina no movimento autonomista italiano e busca dar conta das características e formas de articulação de sujeitos dentro de uma classe, formas estas determinadas pelo atual estágio das forças produtivas e pelo desenvolvimento capitalista. Nesse caso, a composição é dita espacial porque é a guinada do Capital em direção ao espaço que permite que a própria noção de classe seja alargada, lidando não apenas com questões relacionados ao trabalho, mas com a própria ocupação e os processos de desposessão do espaço – há uma unificação de sujeitos distintos com base nas remoções causadas pelo capital imobiliário.

Em um contexto em que a produção e a oferta de infraestruturas por parte do Capital e do Estado são precárias, como é o caso do Sul Global, são as pessoas e os moradores das cidades e de suas periferias que precisam, como argumenta Caldeira, *performar* infraestruturas de maneira híbrida e improvisada[719]. Nesse sentido, se por um lado, e, em particular, no Norte Global, as infraestruturas pareciam estar limitadas a dispositivos sociotécnicos e materiais produzidos para e pelo Capital e o Estado, no Sul Global a produção de infraestruturas assume formas variadas e ativam circuitos não necessariamente conectados ou subsumidos a lógica capitalista.

Ash Amin (2014), estudando o caso das ocupações em Belo Horizonte, sugere o termo *lively infrastrutuctures* para pensar justamente o papel ativo dos sujeitos envolvidos em processos de ocupação na provisão de infraestruturas que permitem a reprodução da vida. Ao ocupar um novo terreno desprovido de infraestruturas básicas, é a própria vida coletiva que deve fornecer a primeira infraestrutura para que espaços e outras infraestruturas comuns possam surgir. Segundo Amin, "a experiência dos residentes de viver na ocupação, seus sentimentos e obrigações em relação aos outros, seu apego e responsabilidade aos espaços públicos compartilhados, suas expectativas com relação aos comuns"[720], tudo isso determina uma espécie de impulso à formação de um "etos coletivo"[721]. Amin vê nesse movimento onde "micro-coletivos" são formados no processo mesmo de transformação do território e da vida cotidiana uma "abertura política necessária" para pensar a transformação radical na Era Urbana[722].

Abdoul MaliqSimone, de maneira similar, a partir de seus estudos de campo em Joanesburgo, propõe considerar *pessoas como infraestrutura*, chamando atenção para como nas periferias e nas cidades da periferia do capitalismo há uma contínua recombinação de pessoas, materiais, experiências e práticas que permitem o funcionamento e a reprodução ampliada da vida dos sujeitos em contextos em que as infraestruturas básicas não são providas pelo Estado. Pessoas servem como infraestrutura na medida em que a colaboração, a ajuda mútua, os laços de solidariedade, as redes de cuidado e outras estratégias desenvolvidas pelas populações marginalizadas e pelas classes populares servem como "uma plataforma proporciona e reproduz a vida na cidade"[723]. É o adensamento urbano, a

719 Caldeira, 2017.
720 Amin, 2014, p. 146, tradução nossa.
721 Ibid, p. 149.
722 Ibidem, p. 157.
723 MaliqSimone, 2004, p. 408, tradução nossa.

conectividade proporcionada pela grande aglomeração de pessoas, como bem nota Felipe Magalhães para o caso das economias populares em Belo Horizonte[724], que se converte numa "paisagem de projetos", em um "enquadramento mutável de oportunidades", para a realização da reprodução da vida[725].

Mais recentemente, seguindo esse mesmo paradigma, Andueza *et al* propõe pensar o *corpo como infraestrutura* chamando atenção para como os corpos são diferenciados e assignados diferentes papéis no capitalismo, estruturando relações de trabalho, reprodução e cuidado[726]. O corpo é convocado a emprestar suas energias, capacidades criativas e vitais para servir de base (*infra*) para uma série de relações e atividades que tornam a vida nas cidades possível. Esse enfoque no corpo é crucial para revelar a transescalaridade da disputa contra o Capital, na medida em que esta busca se apropriar de infraestruturas presentes em todos os níveis da vida social. Em última instância, o que está em jogo é a própria possibilidade que a vida seja reproduzida em um mundo onde todos os momentos da vida social precisam ser subsumidos e estar sob o comando do Capital.

Partindo dessa ideia de que as atividades de reprodução e criação de vida conformam infraestruturas e geografias materiais da reprodução, isto é, materialidades que servem de suporte para essas atividades, proponho pensar a luta contra o capital deve ser articulada não apenas em torno da defesa de infraestruturas já existentes, mas na produção de espaços contra-hegemônicos onde outras infraestruturas de reprodução social podem emergir. O caso dos setores populares, em particular, mostra como mesmo em situações de precariedade extrema, novos agenciamentos podem ser produzidos, para além do Estado e do Capital, criando redes de solidariedade e de cuidado que suportam a vida. Como argumenta o Coletivo Economia Popular Urbana, a luta da economia popular é uma luta territorial pela criação de "plataformas de criação de valor alternativo onde práticas econômicas, formas de subsistência, tácticas comportamentais e estratégias de conexão, extensão e expansão se unem para produzir territórios habitáveis para a maioria urbana"[727].

Essa luta se traduz em seis dimensões que atravessam as práticas populares: a) "compor os *comuns*"; b) "expandir *territórios domésticos*"; c) "construir *instituições populares*", d) "combater *tecnologias de governança urbana*", e) "mobilizar estrategicamente a *multiplicação de temporalidades*; e

[724] Ver Magalhães, 2023.
[725] MaliqSimone, 2020, p. 14, tradução nossa.
[726] Andueza *et al*, 2020.
[727] The Urban Popular Economy Collective, 2022.

d) usar *a terra como espaço ativo*"[728]. Cada uma dessas dimensões se traduzem em práticas que reivindicam o direito de se reproduzir no urbano e de tratar as possibilidades providas pelo urbano como uma plataforma de reprodução da vida. Além disso, essas dimensões podem informar um novo projeto político informado pelas economias populares como ponta de partida para uma nova composição de classe e de um novo sujeito político revolucionário, marcado não pelo signo da identidade e da universalidade abstrata, mas pela diferença constitutiva de uma universalidade heterogênea, plural, que é sua própria riqueza. Reproduzo a seguir essas dimensões apresentadas pelo coletivo, pensando-as como uma espécie de manifesto político da economia popular como uma categoria de classe:

A expansão dos comuns (a) depende da diversificação, da diferença, para "forjar *territórios de operação*". As práticas de compartilhamento, de reciprocidade, estabelecida entre grupos e coletivos diferentes contribui para a composição do comum um território "afetivo, estratégico" que mostra como a reprodução social pode se constituir em uma "agência política[729].

A noção de territórios domésticos (b) nos convida a pensar o território para além das determinações geográficas ou do poder. Territórios são sempre espaços afetivos, cotidianos, que refletem as "instrumentalidades do cuidado", isto é, "de quem estamos cuidando e onde". A domesticidade dos territórios também revela a extensão da reprodução social para além da esfera do lar. Na medida em que a reprodução social se torna um terreno de ataque do Capital, é o território como um todo que deve se converter em um terreno de luta[730].

A construção de instituições populares (c) deve ser pensada tanto como acúmulo e expressão material da luta popular como igualmente uma crítica a institucionalidade estatal e seu domínio sobre a vida cotidiana. Ocupações, inciativas de bairro, grupos de economia popular, entre outros, sempre operam construindo algum tipo de institucionalidade autônoma e baseada em um horizonte de autogestão para organizar os esforços e as energias na produção de outras infraestruturas (o caso mais emblemático sendo o das ocupações e a produção de escolas, creches, postos de atendimento de saúde, etc.). Embora a institucionalidade apareça e seja evocada em alguns casos, acaba sendo uma

[728] Ibid, p. 334, tradução nossa.
[729] Ibidem, p. 343-344.
[730] Ibidem, p. 344-346.

institucionalidade que confronta a própria ideia de predominante do que é uma instituição – como aparato que domina, por fora, os territórios e as vidas populares[731].

O combate às tecnologias de governança do urbano (d) é outra expressão desse movimento em busca pela autonomia reprodutiva das economias populares. Se, por um lado, o urbano funciona como uma plataforma que impulsiona os agenciamentos populares em função do adensamento e do potencial criativo coadunado, as cidades também são territórios de "vigilância", do desenvolvimento e implementação de táticas de produção de registros [*police records*, *carding*], e um espaço onde o poder se expressa por meio da imposição de práticas e ritmos sobre os corpos. Além disso, a recente virada da governança na direção das "lógicas algorítmicas" torna ainda mais abstrata a forma de dominação exercida por aparatos tecnoburocráticos que povoam a paisagem da metrópole[732]. Os territórios populares são constantemente atravessados por essas tecnologias de controle, seja pela forma direta da ingerência e atuação do Estado, seja pela plataformização do trabalho que subsume as economias populares ao Capital[733]. Contestar a governança algorítmica do Capital passa também pela produção de tecnologias populares que forneçam bases para um outro modo abolicionista de segurança coletiva.

A ideia de uma *multiplicação das temporalidades* (e) mostra como as economias populares, justamente pelo seu caráter descompassado com as temporalidades do Capital, sinalizam uma crítica ao pensamento desenvolvimentista, linear e teleológico organizado e promovido pelo capitalismo. Infraestruturas populares possuem aspectos temporais, mutáveis, muito demarcados, na medida em que operam com as oportunidades proporcionados em um determinado lugar, por um conjunto de relações e condições situacionais. Essa adaptabilidade, sem precisarmos romantizar a precariedade que atravessa essas infraestruturas, aponta para "uma forma mais texturizada de solidariedade, que excede a mera tolerância forçada da diferença e se manifesta, em vez disso, como uma possibilidade de fazer com que as diferenças contem para alguma coisa". Tudo que um corpo faz no espaço é "um recurso potencial para outros"[734].

---

731 Ibidem, p. 346-347.
732 Ibidem, p. 348.
733 O artigo de Felipe Magalhães (2023) evidencia como a repressão à presença das economias populares nos espaços públicos da cidade (como os camelôs e ambulantes) pode ser lida, dentro da chave da economia política da urbanização, como o esforço de canalização de mão-de-obra de volta às plataformas, como Uber e Ifood.
734 The Urban Popular Economy Collective, 2022, p. 349.

Por fim, pensar a terra como espaço ativo (f) questiona as representações do espaço geradas pelo Capital no tratamento da terra como propriedade. As economias populares fazem isso por meio dos arranjos sempre provisórios entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, que buscam constituir espaços habitáveis e onde a vida pode ser reproduzida. A terra, e as redes, oportunidades, materiais, interações (humanas e mais-que-humanas), é tomada por sua diversidade e heterogeneidade constitutiva, como valor de uso, como dizia Lefebvre, e não como mero título de propriedade e encarnação do valor. Os territórios populares funcionam assim como espaços que ameaçam destruir as determinações da totalidade capitalista por meio de agenciamentos e práticas sociais espaciais que alteram, no nível da vida cotidiana, as relações entre corpos e espaços, entre reprodução da vida e produção do espaço, apontando para uma política anticapitalista renovada.

4.4. Considerações parciais

No presente capítulo, vimos como o Capital hoje se assenta, cada vez mais, sobre o terreno da reprodução e mesmo sobre a indistinção entre produção e reprodução, trabalho e vida. Na passagem da Era Urbana, e na subsunção do espaço social como um todo ao capitalismo, a reprodução (o corpo) e o espaço (o território) tornam-se o terreno de defesa e ataque contra o Capital. Vimos que, para dar conta da emergência dessas novas subjetividades proletárias sem-salário, é preciso uma compreensão da nova composição de classe, partindo de uma concepção renovada dos sujeitos da transformação radical.

Diante das novas rodadas de acumulação e acumulação primitiva sobre os territórios e a vida cotidiana, a construção de espaços autônomos, autogeridos e que criem novos agenciamentos para além do Capital é de suma importância para a resistência aos processos de captura e extração do valor no mundo contemporâneo. O urbano, pelo seu caráter de centralidade e adensamento de experiências, forma uma plataforma de onde novos experimentos políticos, novas formas de organização, novas subjetividades, ameaçam as pretensões homogeneizantes do espaço abstrato capitalista. Uma nova vida cotidiana e uma nova totalidade possíveis se anunciam em meio ao impossível – a passagem do impossível ao possível, do virtual ao atual, só pode ser realizada por uma prática política capaz de lidar com essa nova potência do urbano. Uma corpo-política da produção do espaço se anuncia como meio de reconectar corpos e territórios e contestar a forma valor enquanto nexo social. Uma política comensurável com o Capital, ao final, não parece ser a política universalista dos movimentos trabalhistas dos séculos XIX e XX, mas uma política atenta a experiência mais

imediata da vida cotidiana. O capitalismo é muito material para deixarmos perder-nos em universalidades desterritorializadas.

Considerações finais

Corpo, território e política:
7 teses sobre a relação entre espaço, política e reprodução social na Era Urbana

> Vejam, nós não lutamos diretamente contra o capitalismo, o racismo ou o machismo em suas formas abstratas. [...] Nossos inimigos são muito materiais.
>
> (Mestre Joelson Ferreira, *Por terra e território*, 2021, p. 32).

Na presente tese, buscamos esquadrinhar o novo terreno da política na Era Urbana. Ao longo dos capítulos-ensaios, evidenciamos transformações nas relações entre espaço, reprodução social e política em níveis e dimensões diferentes. Retomando aqui as divisões propostas por Henri Lefebvre entre os níveis G, M e P, vimos que há uma transescalaridade nas relações entre produção do espaço e produção de subjetividades, tanto no modo como o Capital aterrissa nos territórios, nos corpos e na vida cotidiana (G>P) quanto no modo como os corpos-territórios lutam pela (re)produção de uma vida cotidiana mais digna (P>G). Ao discutirmos as transformações no regime de acumulação capitalista após 1970, revisitando experiências e movimentos sociais ao Norte e ao Sul Global, mostramos que o Capital depende, cada vez mais, da subsunção da própria reprodução social para sua sobrevivência. A partir da tentativa de responder, ainda que não totalmente, nossa pergunta de pesquisa (qual a relação entre a espaço, reprodução e política na Era Urbana?), proponho aqui sete teses para pensar a especificidade da política na Era Urbana, a partir dos achados da presente tese.

Tese 1. *O espaço social como um todo se converte em uma arena política a partir do processo de urbanização extensiva e planetária.*

> A expansão do capitalismo para fora do muro das fábricas (capítulo 2), em sua tentativa de organizar o ciclo produção-consumo, acabou por estender a própria arena da política para o espaço como um todo. Se antes bastava à classe trabalhadora lutar dentro das fábricas pela melhoria nas condições de trabalho, redução das jornadas e aumento salarial, essa luta agora não será nada se não estiver aliada as reinvindicações em torno da reprodução social no espaço urbano. Ocupações urbanas, ocupações de espaços públicos,

comunas, hortas comunitárias, feiras de economia popular, camelôs, ambulantes, agricultores familiares, entre tantas outras formas de organização política refletem esse movimento e esse entendimento de que i) o espaço é político; e de que ii) há uma política do espaço.

Tese 2. *A política deixa de estar localizada somente nos lugares da acumulação e produção de valor, se estendendo para uma disputa sobre o sentido da própria vida e, portanto, da reprodução.*

Diante da crise (ou catástrofe) climática global, a capacidade humana de reprodução da vida na terra é colocada agora em xeque. Pela primeira vez, em escala planetária, uma preocupação com o elemento reprodutivo conecta povos e territórios em diferentes localidades, com geo-histórias particulares. A flexibilização do Capital – o avanço sobre territórios inexplorados, a expansão do capitalismo logístico, o extrativismo ampliado e as práticas de *outsourcing* – também apontam para uma conectividade global dos fluxos de capital que demanda uma política que se estenda para além dos espaços próprios da produção e acumulação direta de Capital. A política hoje se afasta da esfera do valor e caminha na direção da própria vida, isto é, como disputa pelo sentido da vida. Movimentos feministas, ameríndios, populares e outros trazem em seu bojo uma política do corpo (ou *corpo-política*) que reivindica a produção de espaços onde a vida mesma possa prosperar.

Tese 3. *É preciso levar a sério a inseparabilidade do corpo-território.*

Para uma política radical e urbana efetiva, é preciso levar a sério a asserção, proposta por movimento sociais e indígenas na América Latina, do corpo-território, ou da indissociabilidade dos corpos com seus territórios. Não existe escassez nem de corpo e nem de território, como dirá Verónica Gago. Essa escassez é produzido pelo e para o Capital, como forma de canalizar novos fluxos de mão-de-obra e capturar os comuns como propriedade privada. Corpo-território, no entanto, não se limita aos espaços não-citadinos e demanda pensar a própria cidade, o tecido urbano e as metrópoles brasileiras também como territórios. O que significa fazer da sua rua, do seu bairro, da sua cidade, um território existencial[735]? Como criar espaços que não

[735] Ver Guattari e Rolnik, 2013.

apareçam reificados e fetichizados em relação aos corpos que o produziram? Há uma demanda pela autogestão e pela autonomia na produção dos espaços que requer pensar o espaço social *como* território da reprodução social.

Tese 4. *A construção da autonomia reprodutiva de territórios pode ser um outro modo de realização da luta de classes.*

Movimentos sociais recentes, como a Teia dos Povos, a Economia Popular e Solidária, a Agroecologia, o Movimento Camponês Popular, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, entre outros, mostram, a partir de suas experiências de luta, como a construção de uma autonomia reprodutiva dos territórios populares tem se tornado uma condição fundamental de permanência e perenidade da política revolucionária. Organizar formas de financiamento, de reprodução social, do trabalho de cuidado, de educação básica e laboral, construir infraestruturas populares, pensar novas modalidades de governança, são faces da tentativa de produzir uma autonomia frente ao Capital e ao Estado que garantem uma espécie de *subtração* da totalidade capitalista. Esses movimentos demonstram que, para além da luta direta contra as estruturas do Capital, é possível pensar um modo de realização da luta de classes centrada na autonomia reprodutiva dos territórios.

O caso da Teia dos Povos no assentamento Terra Vista é emblemático disso. Assentados no terreno, anteriormente ocupado por uma fazenda abandonada, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1992, as famílias assentadas foram responsáveis por recuperar 92% da mata ciliar e 80% das nascentes do terreno. Aliando preservação ambiental, cultivo de cacau, produção de chocolates, formação técnica em uma escola dentro do assentamento e organizando uma teia de comunidades autônomas, a Teia dos Povos mostra como é possível produzir uma autonomia territorial por fora do Capital. Se apoiando sobre a ideia de uma "Aliança Preta, Indígena e Popular", a Teia consegue articular movimentos sociais rurais e

urbanos, organizações políticas e territórios em todo Brasil, mostrando como a luta local sempre excede a escala meramente local[736].

Tese 5. *A economia popular é um conceito de classe – e a luta popular é uma luta de classes.*

É preciso expandir o conceito de classe, rompendo com as dicotomias impostas pelo próprio Capital entre produtivo e reprodutivo, trabalho e não-trabalho, assalariado e não-assalariado. Enquanto proletários, isto é, sujeitos destituídos da capacidade de realização de sua própria reprodução fora da relação capital-trabalho, todos nós formamos uma classe. A economia popular, como terreno onde diariamente são travadas lutas contra o Estado, contra o Capital, em torno da *reprodução ampliada da vida*, é, nesse sentido, um conceito de classe. A busca incessante pelo sujeito histórico da transformação ideal deve ceder lugar a uma mudança de perspectiva que assuma como revolucionária a capacidade cotidiana de se reproduzir à despeito dos interesses contrários do Capital. Construir redes, infraestruturas e fortalecer os modos de organização popular é tarefa própria da luta de classes no mundo contemporâneo. O espaço urbano é o lugar primordial onde essa luta ocorre, seja nas lutas agrárias contra a operacionalização do campo e do rural, seja na luta nas cidades pelo uso do espaço urbano e pela apropriação do adensamento produzido por essas mesmas práticas.

Tese 6. *Há uma nova identidade territorial se construindo pela experiência compartilhada da vida cotidiana.*

A noção de território pode ser repensada a partir do que discutimos aqui, não como vinculada apenas a dimensão cultural ou do poder, mas abrangendo práticas que criam territórios a partir da reprodução social na vida cotidiana. Vizinhanças, bairros, ocupações e mesmo piquetes temporários podem cavar, no seio do espaço abstrato do Capital, espaços onde a vida coletiva pode florescer. Uma nova identidade territorial, fundada não sobre o signo da identidade formal, mas da diferença radical, se anuncia nas práticas de

[736] Ver Ferreira, 2021. Ver também: Chocolate e Soberania, Brasil de Fato, https://www.brasildefato.com.br/2024/01/14/chocolate-e-soberania-um-retrato-do-assentamento-terra-vista-do-mst. Acesso em: 26/11/2024.

compartilhamento da vida cotidiana e nos laços e redes de cuidado que são tecidas a partir das geografias reprodutivas (capítulo 4).

Tese 7. *Toda luta organizada pela reprodução interage com e enfrenta a totalidade do Capital.*

No segundo capítulo, ao revisitar a tradição marxista-leninista da teoria política, vimos que a política radical deve ser comensurável com o atual estágio das forças produtivas e, com os autonomistas, de que há uma composição de classe igualmente comensurável com a composição do Capital e sua topologia política. Se para Lênin a fábrica era o lugar privilegiado da acumulação capitalista na Rússia, o partido deveria se tornar uma fábrica, mimetizando essa *forma* espacial como modo de interagir com a estrutura do próprio capital. Seguindo essa tradição, se hoje o terreno da política se torna ubíquo, isto é, se o urbano extensivo e planetário é o lugar da política revolucionária, correríamos o risco de pensar que a luta também só pode se dar em escala planetária, revivendo o fantasma da totalidade e da universalidade que ainda assombra as esquerdas mundo afora como problema não resolvido. Procurei argumentar ao longo da tese que, ao contrário dessa pretensão universalista abstrata, precisamos pensar a política a partir de uma *territorialidade universal*. O que torna comensurável nossa luta contra o Capital não é atuação direta no nível Global (G), mas precisamente na atuação naquele elemento mais fraco, o *elo frágil*, que o Capital ainda que tente, não consegue subsumir. O Capital não produz vida e absolutamente não pode produzir a vida. A reprodução é o terreno fundamental de contestação do Capital, sendo realizada não no nível abstrato da estrutura, mas nos diversos territórios populares, na vida cotidiana dos bairros e das vizinhanças, nas relações de reciprocidade e solidariedade que persistem à despeito do capital. Organizar essa luta pela reprodução é crucial para criar uma estratégia comensurável com a universalidade abstrata do Capital.

O itinerário de pesquisa aqui apresentado logrou demonstrar que há uma teoria política presente na obra de Henri Lefebvre que enxerga o urbano tanto como uma nova fase do modo de produção capitalista quanto como um novo horizonte de possibilidades para o proletariado que deriva, precisamente, dos modos urbanos de estar junto. Por detrás da vida cotidiana degradada pelo comando do Capital, do espaço abstrato e seu caráter fragmentário e contraditório, por detrás da crise ambiental, do trabalho e da própria

promessa da modernidade capitalista, há uma vida cotidiana nova pedindo para nascer. Os esforços para a realização dessa tarefa já se encontram nos territórios e nos corpos que enfrentam cotidianamente o capitalismo em nome da reprodução e da vida. O cuidado, a camaradagem, a amizade e os laços que são forjados nas lutas territoriais já são as expressões de um Comunismo enquanto utopia concreta e experimental. O urbano abre como possibilidade a politização do espaço, a politização do corpo e a politização da experiência da vida cotidiana, servindo como plataforma de disputa pela produção de cidades e espaços não-citadinos mais justos, inclusivos e marcados pelo signo da diferença radical. A presente tese foi uma tentativa de contribuir com a construção de uma gramática política adequada ao tempo presente, isto é, atenta as transformações das relações entre o capitalismo, o espaço e o corpo. Como nos diz Lefebvre em seu livro *Elementos de Ritmanálise*, devemos escutar o mundo, escutar, primeiro, "o corpo. Nosso corpo" – "seu corpo lhe serve de metrônomo"[737].

[737] Ver Lefebvre, 2021, p. 73-74.

Referências

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, vol. 18, no. 3, 2019.

ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *IHU*, 2017.

AGLIETTA, Michel. *A Theory of Capitalist Regulation: The U.S. Experience*. London: New Left Books, 1976.

ALTHUSSER, Louis. *On the Reproduction of Capitalism: Ideology and Ideological State Apparatuse*s. London: Verso, 2014.

ALTHUSSER, Louis. *Philosophy of the Encounter: Later Writings, 1978-87*. London: Verson, 2006.

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne (Orgs.). *Reading Capital*. NLB, 1970.

AMIN, Ash. Lively Infrastructure. *Theory, Culture and Society*, vol. 31, 2014.

ANDREWS, George R. Black and white workers: São Paulo, Brazil, 1888-1928. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 68, No. 3, 1988.

ANDUEZA, Luis; DAVIES, Archie; LOFTUS, Alex; SCHLING, Hannah. The body as infrastructure. *Environment and Planning E: Nature and Space*, vol. 4, n. 3, 2020.

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970. *Novos Estudos*, n. 83, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *The Meanings of Work: Essay on the Affirmation and Negation of Work*. Leiden: Brill, 2013.

BADIOU, Alain. The Adventure of French Philosophy. London: Verso, 2012.

BALIBAR, Étienne. On Reproduction. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne (Orgs.). *Reading Capital*. NLB, 1970.

BALIBAR, Étienne. *We the People of Europe. Reflections on Transnational Citizenship. Princeton*. NJ: Princeton University Press, 2003.

BAYAT, Asef. *Revolution without Revolutionaries: Making Sense of the Arab Spring*. California: Stanford University Press, 2017.

BAYAT, Asef. *The Urban Subalterns and the Non-Movements of the Arab Uprisings: An Interview with Asef Bayat* [2013]. In: https://www.jadaliyya.com/Details/28301. Acesso em: 31/07/2023.

BENANAV, Aaron. As origens da informalidade: A OIT no limite do conceito de desemprego. *RBEST Rev. Bras. Eco. Soc. Trab.*, v. 3, 2021.

BHATTACHARYA, Tithi. How Not To Skip Class : Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. Viewpoint Magazine. In : https://viewpointmag.com/2015/10/31/how-not-to-skip-class-social-reproduction-of-labor-and-the-global-working-class/. Publicado em : 31/10/2015. Acesso em : 24/11/2024.

BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BAHTTACHARYA, Tithi (Ed.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

BHATTACHARYA, Tithi; FARRIS, Sara; FERGUSON, Sue. Social Reproduction Feminisms. In: SKEGGS, Beverley; FARRIS, Sara; TOSCANOS, Alberto; BROMBERG, Svenja (Eds.). The Sage Handbook of Marxism. London: Sage Publications, 2022.

BIHR, Alain. *Du 'Grand Soir' à 'L'Alternative': le Mouvement ouvrier européen en crise*, Paris: Les Éditions Ouvrières, 1991.

BOWEN, Charlie. Becoming-Woman and Time: When is the Subject of Feminism? *Hypatia*, 2024.

BLAY, E. A. Comunicação apresentada na *XXVII Reunião Anual da SBPC*, Belo Horizonte, 1975.

BOLOGNA, Sergio. *The theory and history of the mass worker in Italy*. In: < https://libcom.org/article/theory-and-history-mass-worker-italy-sergio-bologna>. Acesso em: 11/01/2023. 2011 [1987].

BOWEN, Charlie. Becoming-Woman and Time: When is the Subject of Feminism? *Hypatia: A journal of Feminist Philosophy*, 2024.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Planetary Urbanization. In: BRENNER, Neil (Ed.). *Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014.

BURKHARD, Bud. *French Marxism Between the Wars: Henri Lefebvre and the Philosophies*. New York: Humanity Books, 2000.

CALDEIRA, Teresa. Peripheral Urbanization: Autoconstruction, Transversal Logics, and Politics in Cities of the Global South. Environment and Planning D Society and Space, 35, 2017.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *et al. São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CANETTIERI, Thiago. *A Condição Periférica: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; CAMARGO, Cândido P. Ferreira; KOWARICK, Lúcio. Consideraciones sobre el desarollo de Sao Paulo: cultura y participacion. IN: CASTELLS, Manuell. *Imperialismo y Urbanizacion en America Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.

CASTELLS, Manuell. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuell. *Imperialismo y Urbanizacion en America Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.

CASTRIOTA, Rodrigo. *Urbanização Extensiva na Amazônia Oriental: Escavando a Não-Cidade em Carajás*. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CORAGGIO, José Luís. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes, 2000.

CORAGGIO, J. L. Economía urbana: la perspectiva popular. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

COSTA, Dalla; JAMES, Selma. *The Power of Women and the Subversion of Community*. London: Falling Wall Press, 1972.

COSTA, Emília Viotti. *Da Colônia à República*. São Paulo: UNESP, 1999.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Marx, prénom: Karl*. Paris: Gallimard, 2012.

DE ANGELIS, Massimo. *Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures"*. The Commoner, 2001.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy. Perspectives for Conscious Alterations in Everyday Life. *Internationale Situationniste*, n. 6, 1961. In: https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/Perspectives-for-Conscious-Alterations-in-Everyday-Life-by-Guy-Debord.pdf. Acesso em: 15/11/2024.

DELEUZE, Gilles. *Desert Islands and Other Texts (1953-1974)*. Los Angeles: Semiotext(e), 2003.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: vol. 5. Capitalismo e esquizofrenia 2*. São Paulo: Editora 34, 2020a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Editora 34, 2020b.

DENNING, Michael. Wageless Life. *New Left Review*, 66, 2010.

DINIZ, Sibelle. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DINIZ, Sibelle. Elementos para uma discussão contemporânea da economia popular. In: BALBBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine. *Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 2023.

ENRIGHT, Theresa Erin. Metropolitan Bodies: On the Banlieusard and the Production of Space. *Spaces & Flows: An international journal of Urban & Extra Urban Studies*, v. 1, n. 2, 2011.

ENRIGHT, Theresa Erin. The political topology of urban uprisings, Urban Geography, 2016.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

EVARISTO, Paulo. Apresentação. In: CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *et al. São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

FEDERICI, Silvia. Caliban and the Witch: women, the body and primitive accumulation. Brooklyn: Autonomedia, 2004.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Patriarchy of the Wage: Notes on Marx, Gender, and Feminism*. PM Press, 2021.

FERGUSON, Susan. Women and Work: feminism, labour, and social reproduction. London: Pluto Press, 2020.

FERNANDES, Bruno Siqueira; DINIZ, Sibelle. Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária: notas para um debate latino-americano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, 2018.

FERNANDES, Bruno Siqueira; PEREGALLI, Alessandro; CANETTIERI, Thiago. Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo. *Cad. Metrópole*, 26 (59), 2024.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRAKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. O que é superexploração? *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 3 (67), 2019.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. "Rastros de casas grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro". IN: SACHS, Ignacy *et al.* (orgs.). *Brasil, um século de transformações*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GAGO, Verónica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante, 2020a.

GAGO, Verónica. De la Invisibilidad del Subalterno a aa Hipervisibilidad de los Excluidos. Un desafío a la Ciudad Neoliberal. *Nómadas*, n. 35, 2011.

GAGO, Verónica. Feminist International: how to change everything. London: Verso, 2020b.

GAGO, Verónica. Neoliberalism from below: Popular Pragmatics and Baroque Economies. Durham: Duke University Press, 2017.

GAGO, Verónica. The Pandemic as Financial Laboratory. *TOPIA: Canadian Journal of Cultural Studies*, 2022.

GAGO, Verónica. What are popular economies? Some reflection from Argentina. *Radical Philosophy*, 202, 2018.

GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. A Critique of the Extractive Operations of Capital: Toward an Expanded Concept of Extractivism. *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, v. 29, issue 4, 2018.

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Lucía. La casa como laboratorio: finanzas, vivienda y trabajo essencial. *Realidade económica*, n. 347, ano 52, 2022.

GOONEWARDENA, Kanishka *et al* (Ed.). Space, difference, everyday life: Reading Henri Lefebvre. New York: Routledge, 2008.

GOW, Peter. O parentesco como consciência humana: o caso dos piro. *Mana*, 3, 2, 1997.

GRAY, Neil. Rethinking Italian Autonomist Marxism: Spatial Composition, Urban Contestation, and the Material Geographies of Social Reproduction. *Antipode: A Radical Journal of Geography*, Vol. 54, n. 3, 2022.

GREGORY, Derek. Geographical Imaginations. Cambridge: Blackwell, 1994.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas: cartografías del deseo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

HALL, S. Social reproduction as social infrastructure. *Soundings*, 76(1), 2020.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: War and Democracy in the age of Empire*. New York: The Penguin Press, 2004.

HARRISON, Oliver. *Revolutionary Subjectivity in Post-Marxist Thought: Laclau, Negri, Badiou*. Burlington: Ashgate Publishing Limited, 2014.

HARTSOCK, Nancy. *Money, Sex, and Power: Toward a Feminist Historical Materialism*. New York: Longman, 1983.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HISSA, Cássio. *A Mobilidade das Fronteiras: Inserções da Geografia na Crise da Modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ISIN, Engin F. *Being Political: Genealogies of Citizenship*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

FERREIRA, Joelson. Por terra e território : caminhos da revolução dos povos no Brasil / Joelson Ferreira, Erahsto Felício; prefácio de TünyCwe Wazahi Tremembé (Rosa Tremembé). – Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

KEYNES, John M. *The Collected Writings*. London: Royal Economic Society, 1971

KIPFER, Stefan; GOONEWARDENA, Kanishka. Urban Marxism and the Post-colonial Question: Henri Lefebvre and 'Colonisation'. *Historical Materialism*, 21.2, 2013.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISES, José Álvaro *et al. Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, n. 5, 1982.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a construção de um instrumento de análise: a espoliação urbana. *Novos Estudos*, CEBRAP. In: https://novosestudos.com.br/sobre-a-construcao-de-um-instrumento-de-analise-a-espoliacao-urbana/#gsc.tab=0. Acesso em: 31/07/2023.

NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. *O que há de político na política?*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

LACAN, Jacques. La science et la verité. In: *Ecrits*. Paris: Seuil, 1965.

LACLAU, Ernesto. On Populist Reason. London: Verso, 2005.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *Marx, prénom : Karl*. Paris : Gallimard, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *Critique of Everyday Life: the one-volume edition*. London: Verso, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *De l'état I: L'état dans le monde moderne*, Paris: Union générale d'éditions, 1976b.

LEFEBVRE, Henri. *De l'état II*, Paris: Union générale d'éditions, 1976c.

LEFEBVRE, Henri. *Elementos de Ritmanálise: E outros ensaios sobre temporalidades*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *Everyday Life in the Modern World*. New York: Harper & Row, Publishers, 1971.

LEFEBVRE, Henri., *L'irruption. De Nanterre au sommet*, Paris: Anthropos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *Marxist Thought and the City*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Cambridge: Basil Blackwell, Inc. 1991.

LEFEBVRE, Henri. *The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production*. New York: Allison & Busby, 1976a.

LEFEBVRE, Henri. *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

LÊNIN, Vladmir I. One Step Forward, Two Steps Back: The Crisis in Our Party. In: LÊNIN, Vladmir I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1965.

LÊNIN, Vladmir I. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Lisboa: Edições Avante, 1977.

LÊNIN, Vladmir I. The Tasks of the Russian Social Democrats. In: LÊNIN, Vladmir I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1972.

LÊNIN, Vladmir I. *What Is to Be Done? Burning Questions of Our Movement*. Peking: Foreign Language Press, 1973.

LÊNIN, Vladmir I. What the 'Friends of the People' Are and How They Fight the Social Democrats. In: LÊNIN, Vladmir I. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1894.

LOJKINE, Jean. *Marxisme, l'etat et la question urbaine*. Paris: PUF, 1977.

LUKE, N.; KAIKA, Maria. Ripping the heart out of Ancoats: Collective action to defend infrastructures of social reproduction against gentrification. *Antipode*, 51(2), 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. The Accumulation of Capital. London: Routledge, 2003.

MAGALHÃES, Felipe. Popular Economies In, Against, and Through the Platform. *Antipode*, 55, 2023.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. *CaderNAU – Caderno do Núcleo de Análises Urbanas*, v. 8, n. 1, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 8. ed. México: Siglo XXI, 1977 [1969].

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política : Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política : Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. Contribution to the Critique of Hegel's Philosophy of Right; Introduction. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, Volume 3. London: Laurence and Wishart, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected Works*. Vol. 3, MECW, New York, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MAU, Søren. Mute Compulsion: A Marxist Theory of the Economic Power of Capital. London: Verso.

MBEMBE, Achille. *Brutalism*. Durham: Duke University Press, 2024.

MERRIFIELD, Andy. *The Politics of the Encounter: urban theory and protest under planetary urbanization*. London: The University of Georgia Press, 2013.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *Border as method, or, the multiplication of labor*. Durham: Duke University Press, 2013.

MEZZADRA, Sandro. Operaísmo e Pós-Operaísmo. *Lugar Comum*, nº 42, 2014.

MIES, Maria. Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Divison of Labour. London: Thriftbooks, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o Urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 111, 2006.

MUÑOZ, Ruth. Economía urbana y economía social. Un reconocimiento pendiente. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2, 2013.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. *Lugar Comum*, nº 25-26, 2010.

NEGRI, Antonio. *Factory of Strategy: 33 lessons on Lenin*. New York: Columbia University Press, 2014.

NEGRI, Antonio. *From the Factory to the Metropolis: Essays Volume 2*. Cambridge: Polity Press, 2018.

NEGRI, Antonio. *Revolution Retrieved Writings on Marx, Keynes, Capitalist Crisis and New Social Subjects (1967-83)*. London: Red Notes, 1988.

GENOVA, Nicholas De. "The Deportation Regime. Sovereignty, Space, and the Freedom of Movement." In: GENOVA, Nicholas De; PEUTZ, Nathalie (Eds). The Deportation Regime: Sovereignty, Space, and the Freedom of Movement. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a Exceção Ou o Estado de Exceção? *Revistas Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, 2003b.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, v. 2, n. 6, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. Passagem na neblina. IN: OLIVEIRA, Francisco de; STEDILE, João Pedro; GENOINO, José. *Classes Sociais em Mudança e a luta pelo Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Pensar com radicalidade e com especificidade. *Lua Nova*, n. 54, 2001.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POTERE OPERAIO. *Cosa chiede al partito la classe operaia in lotta*. Potere Operaio, 1968.

QUIJANO, Aníbal. *Economía popular y sus caminos en América Latina*. Lima: Mosca Azul Editores, 1998.

R7. *Entregadores de aplicativos ocupam ruas de capitais por todo o Brasil*. In: https://noticias.r7.com/brasil/fotos/entregadores-de-aplicativos-ocupam-ruas-de-capitais-por-todo-o-brasil-01072020/. Publicado em: 01/07/2020. Acesso em: 14/11/2024.

RAZETO, Luis. *De la Economía Popular a la Economía de Solidaridade nun Proyecto de Desarrollo Alternativo*. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993

READ, Jason. *The Micro-Politics of Capital: Marx and the Prehistory of the Present*. Albany: Suny Press, 2003.

REVOL, Claire. Prefácio da edição francesa - Ritmanalisar: Tecer tempos e espaços para habitar. In: LEFEBVRE, Henri. *Elementos de Ritmanálise: E outros ensaios sobre temporalidades*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

RIZEK, Cibele Saliba. A produção da cidade e de suas representações: das ideias clássicas às inflexões recentes. *Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 11, n. 3, 2010.

RIZEK, Cibele Saliba. Pensar a cidade é pensar o país. Francisco de Oliveira: um biógrafo não autorizado do Brasil. *GeoUSP*, v. 23, n. 2, 2019.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSS, Kristin. *Fast Cars, Clean Bodies: Decolonization and the Reordering of French Culture*. Cambridge: MIT Press, 1995.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. Journal of the American Planning Association, v. 71, n. 2, 2005.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHEPPE, Wolfgang. *Taxonomy of the barricade. Image acts of political authority in May 1968*. Rome: Nero, 2022.

SHIELDS, Rob. Lefebvre, Love and Struggle: Spatial Dialectics. Abington: Routledge, 1998.

SILVA, Harley. *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira*. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SIMONE, AbdouMaliq. People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg. *Public Culture*, vol. 16, n. 3, 2004.

SIMONE, AbdouMaliq. Ritornello: "People as Infrastructure". *Urban Geography*, vol. 42, n. 9, 2020.

SIMONE, AbouldMaliq. *The surrounds : urban life within and beyond capture*. Durham: Duke University Press, 2022.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

SOJA, Edward. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell, 2000.

STANEK, Lukasz. Space as concrete abstraction: Hegel, Marx, and modern urbanism in Henri Lefebvre. In: GOONEWARDENA, Kanishka *et al* (Ed.). Space, difference, everyday life: Reading Henri Lefebvre. New York: Routledge, 2008.

THE NEW YORKER. *What Bernd and Hilla Becher saw in the remnants of industry*. In: https://www.newyorker.com/culture/photo-booth/what-bernd-and-hilla-becher-saw-in-the-remnants-of-industry. Publicado em: 08/11/2022. Acesso em: 14/11/2024.

THE URBAN POPULAR ECONOMY COLLECTIVE. Urban Popular Economies: Territories of Operation for Lives Deemed Worth Living. *Public Culture*, 34, 3, 2022.

TONUCCI, João. *Comum Urbano: A Cidade além do Público e do Privado*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

TOSCANO, Alberto. Factory, territory, metropolis, Empire. *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*, 9: 2, 2010.

UM GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA. *Incêndio: trabalho e revolta no fim de linha brasileiro*. São Paulo: Contrabando Editorial, 2022.

VELLOSO, Rita. *Urbano-Constelação*. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.

VIRNO, Paolo. *A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life*. Cambridge: Semiotext(e), 2003.

WALKER, Gavin. The Sublime Perversion of Capital: Marxist Theory and the Politics of History in Modern Japan. Durham: Duke University Press, 2016.

WRIGHT, Steve. *Confronting the crisis of 'fordism': Italian debates around social transition*. In: < https://libcom.org/article/confronting-crisis-fordism-italian-debates-around-social-transition-steve-wright>. Acesso em: 11/01/2023. 2005.

WRIGHT, Steve. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto Press, 2002.